



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LXVII - Nº 041 - QUARTA-FEIRA, 04 DE ABRIL DE 2012 - BRASÍLIA-DF**

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>PRESIDENTE</b> José Sarney - (PMDB-AP) <b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Marta Suplicy - (PT-SP) <b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Waldemir Moka - (PMDB-MS) <sup>(3,4)</sup> <b>1º SECRETÁRIO</b> Cicero Lucena - (PSDB-PB) <b>2º SECRETÁRIO</b> João Ribeiro - (PR-TO) <sup>2</sup>		<b>3º SECRETÁRIO</b> João Vicente Claudino - (PTB-PI) <b>4º SECRETÁRIO</b> Ciro Nogueira - (PP-PI)  <b>SUPLENTE DE SECRETÁRIO</b> 1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) <sup>(1,5,6,7)</sup> 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)
<div>1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.</div> <div>2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.</div> <div>3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.</div> <div>4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.</div> <div>5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença</div> <div>6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato</div> <div>7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.</div>		
LIDERANÇAS		
<b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PV/PS/PC) - 25</b>  <b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b>  ..... <b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Renan Calheiros</b> Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jucá <sup>(40)</sup> Sérgio Souza <sup>(20)</sup> Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner  <b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> Vice-Líder do PP Ana Amélia <sup>(12)</sup>  <b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b>	<b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25</b>  <b>Líder</b> <b>Walter Pinheiro - PT</b> <sup>(22,27)</sup> Vice-Líderes Acir Gurgacz Lídice da Mata <sup>(30,39)</sup> Início Arruda Eduardo Lopes <sup>(37,43)</sup> ..... <b>Líder do PT - 13</b> <b>Walter Pinheiro</b> <sup>(22,27)</sup> Vice-Líderes do PT Wellington Dias <sup>(28)</sup> Lindbergh Farias <sup>(23)</sup> Ana Rita <sup>(24)</sup> Anibal Diniz <sup>(26)</sup>  <b>Líder do PDT - 5</b> Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques <sup>(21)</sup>  <b>Líder do PSB - 4</b> <b>Lídice da Mata</b> <sup>(30,39)</sup> Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares <sup>(29)</sup>  <b>Líder do PC DO B - 2</b> <b>Início Arruda</b> <b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> <sup>(37,43)</sup>	<b>Bloco Parlamentar Minoria</b> <b>(PSDB/DEM) - 15</b>  <b>Líder</b> <b>Jayme Campos - DEM</b> <sup>(25)</sup> Vice-Líderes Cyro Miranda <sup>(34)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6,32)</sup> Lúcia Vânia <sup>(3)</sup> Mário Couto <sup>(35)</sup> Paulo Bauer <sup>(7,31)</sup> ..... <b>Líder do PSDB - 10</b> <b>Alvaro Dias</b> Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira <sup>(5)</sup> Paulo Bauer <sup>(7,31)</sup> Flexa Ribeiro <sup>(6,32)</sup>  <b>Líder do DEM - 5</b> <b>José Agripino</b> <sup>(2,10,14,45,46)</sup> Vice-Líder do DEM Jayme Campos <sup>(25)</sup>
<b>PR - 7</b> <b>Líder</b> <b>Blaio Maggi - PR</b> <sup>(19)</sup> Vice-Líderes Alfredo Nascimento <sup>(41)</sup> Vicentinho Alves <sup>(42)</sup>  <b>PSD - 2</b> <b>Líder</b> <b>Kátia Abreu - PSD</b> <sup>(11,13)</sup> Vice-Líder Sérgio Petecão	<b>PTB - 6</b> <b>Líder</b> <b>Gim Argello - PTB</b> Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti  <b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - PMDB</b> <sup>(38)</sup> Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata <sup>(30,39)</sup> Jorge Viana Vital do Rêgo	<b>PSOL - 1</b> <b>Líder</b> <b>Randolfe Rodrigues - PSOL</b> <sup>(18)</sup>
<div>Notas: a Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.</div> <div>2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.</div> <div>3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.</div> <div>4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.</div> <div>5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.</div> <div>6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.</div> <div>7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.</div> <div>8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.</div> <div>9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.</div> <div>10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.</div> <div>11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).</div> <div>12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLPPP.</div> <div>13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.</div> <div>14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.</div> <div>15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.</div> <div>16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.</div> <div>17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.</div> <div>18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.</div> <div>19. Senador Blaio Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.</div> <div>20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.</div> <div>21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.</div> <div>22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.</div> <div>23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.</div> <div>24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.</div> <div>25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.</div> <div>26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.</div> <div>27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.</div> <div>28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.</div> <div>29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.</div> <div>30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.</div> <div>31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.</div> <div>32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.</div> <div>33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.</div> <div>34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.</div> <div>35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.</div> <div>36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (OF. nº 34/2012-GSMC).</div> <div>37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.</div> <div>38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.</div> <div>39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 055/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.</div> <div>40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.</div> <div>41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.</div> <div>42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.</div> <div>43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.</div> <div>44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.</div> <div>45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM, Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.</div> <div>46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.</div>		
EXPEDIENTE		
<b>Doris Marizze Romariz Pelvoto</b> Diretora-Geral do Senado Federal <b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial		<b>Claudia Lyra Nascimento</b> Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Maria Amélia Figueiredo da Luz</b> Diretora da Secretaria de Atos <b>Patrícia Freitas Portella Nunes Martins</b> Diretora da Secretaria de Taquigrafia

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 51ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE ABRIL DE 2012

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 245, de 2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando a oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 438, de 2011. .... 10864

##### 1.2.2 – Ofício da Prefeitura Municipal de Caucaia

Nº S/6/2012 (s/nº, na origem), encaminhando o Contrato de Concessão Administrativa e cópia da publicação de extrato do referido contrato, relativo a parceria público-privada. .... 10864

##### 1.2.3 – Parecer

Nº 328, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2012. .... 10864

##### 1.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 6, de 2012, cujo parecer foi lido anteriormente. .... 10867

##### 1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro da participação de S. Exª no evento de lançamento de um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal para aumentar a competitividade das empresas nacionais; e outro assunto. .... 10867

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Considerações sobre o pacote de medidas adotado, hoje, pelo Governo Federal, chamado “Plano Brasil Maior”. 10868

SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA – Comemoração pela publicação de lei que prorroga o prazo para o pagamento dos débitos de pequenos e médios agricultores em diversos estados do País. .... 10870

SENADOR CÍCERO LUCENA – Registro da apresentação, por S. Exª, de projeto lei que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das instituições de educação superior. ... 10871

##### 1.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2012, de autoria do Senador Cícero Lucena, *que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das instituições de educação superior.* ..... 10872

##### 1.2.7 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PEDRO TAQUES – Críticas à decisão do Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, que entendeu que são de competência do referido tribunal as ações de improbidade administrativa contra autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função. .... 10874

SENADORA ANGELA PORTELA – Apoio ao conjunto de medidas econômicas lançado pelo Governo Federal com vistas ao aumento de investimentos no País e à ampliação do Plano Brasil Maior. .... 10875

##### 1.2.8 – Comunicação

Das Lideranças do PTB e do PR no Senado Federal, de constituição do Bloco Parlamentar denominado “UNIÃO E FORÇA”; e de indicação de Líder e Vice-Líderes do referido Bloco. (Ofício nº 64/2012). .... 10876

##### 1.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR PAULO BAUER, como Líder – Apelo no sentido da apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2011. .... 10877

SENADOR JORGE VIANA – Relato de encontro de S. Exª com o ex-Presidente Lula, após o diagnóstico de cura do câncer. .... 10878

SENADOR EDUARDO BRAGA, como Líder – Comemoração com o lançamento da segunda fase do Plano Brasil Maior pelo Governo Federal. 10880

SENADORA MARTA SUPLICY – Indignação com a decisão do Superior Tribunal de Justiça que inocentou um homem acusado de estuprar três crianças de 12 anos em São Paulo; e outro assunto. .... 10881

SENADOR ANTONIO RUSSO, como Líder – Reflexão sobre a reforma tributária, tema que precisa se transformar em agenda de compromisso do Senado. .... 10883

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Satisfação com a libertação de prisioneiros pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia na última segunda-feira. ....	10885	autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010. <b>Aprovado.</b> ....	10895
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Críticas à recente decisão do Superior Tribunal de Justiça em relação à Lei Seca. ....	10886	Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2012 ( <b>Parecer nº 331, de 2012-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À promulgação.....	10895
SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao anúncio, pelo Governo Federal, de novo plano de benefícios à indústria nacional; e outro assunto.....	10887	<b>1.3.6 – Item extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
1.3 – ORDEM DO DIA		Mensagem nº 9, de 2012 (nº 32/2012, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sra. Renate Stille, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia. <b>Aprovada</b> , nos termos do <b>Parecer nº 332, de 2012-CRE</b> . (Votação nominal)...	10895
<b>1.3.1 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>		<b>1.3.7 – Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 214, de 2012)</b>	
Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que <i>inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria</i> . <b>Aprovada.</b> .....	10891	Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar (nº 277/2005-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Leonardo Mattos), que <i>dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral da Previdência Social</i> . <b>Aprovado</b> o Substitutivo ( <b>Emenda nº 1-CAE</b> ), após usarem da palavra os Senadores Lindbergh Farias, Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg e Ana Amélia. (Votação nominal).....	10898
Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 ( <b>Parecer nº 329, de 2012-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À sanção.....	10891	Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar. <b>Aprovado</b> , em turno suplementar, com a <b>Emenda nº 1-PLEN</b> , de redação, após <b>Parecer nº 333, de 2012-PLEN</b> , proferido pelo Senador Lindbergh Farias, em substituição às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, tendo usado da palavra os Senadores Inácio Arruda, Magno Malta, Alvaro Dias, Gim Argello, Eduardo Lopes, Aécio Neves, Romero Jucá, Randolfe Rodrigues, Jorge Viana, Flexa Ribeiro e Renan Calheiros. (Votação nominal) .....	10903
<b>1.3.2 – Item 4 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>		Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar ( <b>Parecer nº 334, de 2012-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À Câmara dos Deputados. ....	10910
Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que <i>dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal</i> . <b>Aprovado</b> , após usarem da palavra os Senadores Alvaro Dias e Eduardo Suplicy.....	10891	<b>1.3.8 – Matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária.</b>	
Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 ( <b>Parecer nº 330, de 2012-CDIR</b> ). <b>Aprovada.</b> À Câmara dos Deputados. ....	10892	1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
<b>1.3.3 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>		<b>1.4.1 – Leitura de requerimentos</b>	
Requerimento nº 182, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (exercício da profissão de instrumentador cirúrgico). <b>Aprovado.</b> ....	10893	Nº 247, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Millôr Fernandes. ....	10911
<b>1.3.4 – Item 6 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)</b>		Nº 248, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Município de Rio Preto da Eva.....	10912
Requerimento nº 184, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulamenta o exercício da acupuntura). <b>Aprovado.</b> .....	10894	Nº 249, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCTI).....	10912
<b>1.3.5 – Item extrapauta (Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 246, de 2012, de urgência, lido e aprovado nesta oportunidade)</b>		Nº 250, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde.....	10913
Projeto de Resolução nº 6, de 2012, de autoria da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro, que <i>prorroga o prazo para o exercício da</i>			

**1.4.2 – Discursos**

SENADOR LAURO ANTONIO – Discurso de despedida do exercício do mandato de Senador da República..... 10914

SENADOR ANIBAL DINIZ – Registro do lançamento, pelo Governo Federal, da segunda etapa do Plano Brasil Maior, em favor da indústria e da economia brasileiras..... 10920

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Comentários acerca da política de incentivos à economia apresentada, hoje, pelo Governo Federal; e outro assunto..... 10922

SENADOR MAGNO MALTA – Apoio à postura do Pastor Silas Malafaia; e outros assuntos. .... 10926

SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Registro de audiência realizada, hoje, com a Ministra Chefe da Casa Civil e prefeitos do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul para discutir o projeto de financiamento para transportes (Pró-Transporte); e outro assunto. .... 10931

**1.4.3 – Recurso**

Nº 9, de 2012, interposto no prazo regimental, para a continuidade da tramitação do Requerimento nº 115, de 2012. .... 10934

**1.4.4 – Discursos (continuação)**

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos a diversos parlamentares que atuaram em favor do projeto que trata da concessão da aposentadoria especial à pessoa com deficiência; e outros assuntos..... 10937

**1.4.5 – Comunicação**

Do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, de eleição do Presidente e Vice-Presidente. (Ofício nº 11/2012)..... 10942

**1.4.6 – Discursos (continuação)**

SENADOR ARMANDO MONTEIRO, como Líder – Comentários sobre o conjunto de medidas anunciado hoje pelo Governo Federal, referente à segunda etapa do Plano Brasil Maior..... 10943

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Reflexões sobre a indústria nacional e as novas medidas do Plano Brasil Maior, defendendo a necessidade de reformas essenciais para dar competitividade à economia brasileira..... 10945

SENADORA LÍDICE DA MATA, como Líder – Comentários acerca das medidas adotadas pelo Governo Federal no que se refere à desoneração da cadeia produtiva do turismo; e outro assunto... 10948

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Homenagem ao Município de Marabá pelos seus 99 anos de emancipação política..... 10950

**1.4.7 – Leitura de requerimento**

Nº 251, de 2012, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Município de Marabá..... 10952

**1.4.8 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que *dispõe sobre*

*a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC..... 10952*

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2012, de autoria da Vanessa Grazziotin, que *concede licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública..... 10955*

Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Lopes, que *altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que “concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que específica, e dá outras providências”..... 10956*

**1.4.9 – Pareceres**

Nº 335, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 114, de 2012. .... 10959

Nºs 336 a 338, de 2012, das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Assuntos Econômicos; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007... 10963

**1.4.10 – Comunicações da Presidência**

Inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária do Requerimento nº 114, de 2012, cujo parecer foi lido anteriormente. .... 10979

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (Ofício nº40/2012-CCT) ..... 10979

**1.4.11 – Leitura de proposta de emenda à Constituição**

Nº 16, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que *altera a redação do art. 6º da Constituição Federal para acrescentar ‘o meio ambiente saudável’ entre os direitos sociais..... 10980*

**1.4.12 – Comunicações**

Da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador (Ofício nº 25/2012). *Designação do Senador Rodrigo Rollemberg para compor a referida Comissão..... 10990*

Da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 562, de 2012 (Ofício nº 92/2012). *Designação do Deputado Paes Landim, como titular, para compor a referida Comissão..... 10990*

Da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação de membro para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Ofício nº 24/2012). *Designação do Senador João Capiberibe para compor o referido Conselho. .... 10990*



**1.4.13 – Comunicação da Presidência**

Realização de sessão deliberativa ordinária  
amanhã, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia  
anteriormente designada..... 10990

**1.5 – ENCERRAMENTO****SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****3 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE  
INQUÉRITO****4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****5 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS  
SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e  
Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Es-  
porte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa  
do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Le-  
gislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e  
Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Re-  
gional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma  
Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Ino-  
vação, Comunicação e Informática

**6 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17,  
de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar  
(Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40,  
de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha  
Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes  
(Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos  
Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº  
1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolu-  
ção nº 42, de 2010)

**CONGRESSO NACIONAL****7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional  
(Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº  
8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do  
Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades  
de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

# Ata da 51ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de abril de 2012

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Marta Suplicy, dos Srs. Paulo Paim,  
Sérgio Souza e Armando Monteiro*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 21 horas e 6 minutos.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### 51ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 3/4/2012 07:37:06 até 3/4/2012 21:07:11

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	X
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	X	X
PT	SP	EDUARDO SUP LICY	X	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	X
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	X	X
PMDB	PA	JADER BARBALHO	X	X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X	X
PR	SE	LAURO ANTONIO	X	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBAO FILHO	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PT	SP	MARTA SUP LICY	X	X
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X

**Compareceram: 60 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 245, DE 2012**

Requeiro nos termos regimentais que o Projeto de Lei nº 438 de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa, que Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para criminalizar a venda ilegal de agrotóxicos e condutas correlatas, que além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida também, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA. – Senador **Acir Gurcacz**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº S/6, de 2012** (s/nº, na origem), da Prefeitura Municipal de Caucaia, que encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004, o Contrato de Concessão Administrativa e cópia da publicação de extrato do referido contrato, relativo a parceria público-privada.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº S/6, de 2012

Em 4/2012

Exmo. Presidente do Senado Federal  
Senador José Sarney

Washington Luiz de Oliveira Góis, Prefeito do Governo Municipal de Caucaia, no uso de suas atribuições legais, vem, mui respeitosamente, perante V. Ex<sup>a</sup>, encaminhar Contrato de Concessão Administrativa e Cópia da publicação de extrato do Contrato relativos à Parceria Público-Privada (PPP), para a construção, operação e manutenção do Centro Administrativo de Caucaia.

Ademais, informamos ainda que o mesmo processo fora encaminhado à Secretaria do Tesouro Nacional nos termos do artigo 28 da Lei nº 11.079/2004.

Destarte, na oportunidade reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Caucaia – CE, 20 de março de 2012. – **Washington Luiz de Oliveira Góis**, Prefeito Municipal, Governo Municipal de Caucaia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 328, DE 2012**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 2012, do Senador Walter Pinheiro, que altera o art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010, a fim de prorrogar por 180 (cento e oitenta) dias o prazo para o exercício da autorização para a contratação de operação de crédito.**

Relator: Senador **Eduardo Suplicy**

#### **I – Relatório**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução nº 6, de 2012, de autoria conjunta da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro.

A proposição altera a Resolução (RSF) nº 46, de 2010, do Senado Federal, para prorrogar, por 180 (cento e oitenta) dias, o prazo nela estipulado para que o Estado da Bahia contrate operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O art. 2º do projeto determina a cláusula de vigência da resolução, que terá efeitos retroativos a partir de 22 de fevereiro de 2012.

A matéria foi distribuída a esta Comissão, tendo o seu Presidente me designado relator.

Não houve emendas ao projeto no prazo regimental.

#### **II – Análise**

A Constituição Federal confere competência privativa ao Senado Federal para, entre outras matérias,



dispor sobre os limites e condições das operações de crédito interno e externo dos entes federados. Com efeito, esta Casa regulamentou o assunto mediante a edição de normas gerais, consubstanciadas especialmente nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001.

Consoante o art. 44 da citada Resolução nº 43, de 2001, é definido o prazo máximo para o exercício das autorizações concedidas pelo Senado Federal, aos entes federados, para contratarem operações de crédito.

No caso sob exame, em conformidade com essa determinação, o Senado Federal fixou o prazo máximo de 540 dias para o exercício da autorização senatorial.

A propósito, a RSF nº 46, de 2010, autorizou o Estado da Bahia a contratar operação de crédito junto ao BID, no valor de até US\$10 milhões, cujos recursos teriam como destinação o financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA)

Ocorre que, de acordo com o Ofício do Sr. Governador enviado a esta Comissão em fevereiro próximo passado, não foi possível concluir a contratação no prazo autorizado. Os argumentos governamentais constam da justificativa dos ilustres autores do projeto de resolução em comento, *in verbis*:

“Em 16 de fevereiro de 2012, o Sr. Governador do Estado da Bahia encaminhou o Ofício nº 37/2012-G.E à Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa solicitando a prorrogação de vigência da mencionada resolução, pelos seguintes motivos: até então, “não foi possível concluir o processo autorizativo para a contratação de crédito de que cuida a sobredita Resolução” e, por outro lado, “o Estado da Bahia já havia obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento as prorrogações necessárias para o cumprimento das respectivas pendências.” A propó-

sito, conforme o Ofício BID-CBR-453, de 13 de fevereiro de 2012, o Banco informa que prorrogou, até 12 de abril de 2012, o prazo para a contratação.”

Ademais, os autores da proposição asseveram, com razão, que

“o pleito do Sr. Governador não modifica as condições objetivas – materiais e financeiras – da autorização que o Senado Federal concedeu ao Estado da Bahia, em fins de 2010, para contratar a referida operação de crédito junto ao BID. O pedido formulado por Sua Excelência diz respeito tão somente ao aspecto formal da autorização, relativamente à prorrogação do prazo para o respectivo exercício. Nota-se, ademais, que o Ofício do Governador foi encaminhado a esta Casa antes do vencimento do prazo originalmente concedido.”

Depreende-se, assim, que a prorrogação do prazo solicitado pelo Governo do Estado da Bahia, para ultimar a contratação da operação de crédito com o BID, não altera a substância da autorização concedida pelo Senado Federal em fins de 2010. Por outro lado, viabiliza a economia processual em todos os órgãos envolvidos nas respectivas negociações contratuais e, seguramente, contribui para a implementação do importantíssimo Programa de Desenvolvimento Ambiental da Bahia (PDA).

### III – Voto

Pelos motivos expostos, e em conformidade com o art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, voto pela aprovação do Projeto de Resolução nº 6, de 2012.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2012. – Senador **Eduardo Suplicy**, Relator.

**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6, de 2012**

ASSINAM O PARECER, NA 12ª REUNIÃO, DE 03/04/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** SEN. LOBÃO FILHO, VICE-PRESIDENTE DO BUREAU DA PRESIDÊNCIA

**RELATOR:** SEN. SUPLICY

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PV, PMDB, PP, PSC)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vítal do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Domelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyrc Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello
PR	
Antonio Russo	1. Blairo Maggi
João Ribeiro	2. Alfredo Nascimento
PSD PSOL	
Kátia Abreu	1. Randolfe Rodrigues

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 328, de 2012**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Resolução do Senado nº 6, de 2012**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Quero solicitar a minha inscrição para falar no período da comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> é a primeira inscrita.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente. Senador Eunício Oliveira. Também peço inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Pedro Taques.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro o Senador Pedro.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT) – Não. Primeiro o Senador Eunício. O Eunício chegou primeiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem.

O primeiro inscrito para falar é o Senador Cristovam Buarque, mas pediu que o primeiro da comunicação inadiável use a palavra antes.

Então, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin por cinco minutos.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Marta Suplicy.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, Presidente, Senadora Marta, participamos – e lá estava V. Ex<sup>a</sup> também ao lado de vários Srs. e Sr<sup>as</sup> Parlamentares: Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras – de um evento no Palácio do Planalto, onde foi divulgado mais um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal no sentido de propiciar um avanço no crescimento econômico brasileiro e, sobretudo, na proteção da indústria nacional.

Aqui, eu quero deixar claro que, quando falo de proteção, não estou falando de protecionismo, porque

tanto o Ministro Mantega como a Presidenta Dilma e os outros que falaram durante o evento – representantes dos trabalhadores: o Presidente da UGT, que representou todas as centrais sindicais; representante da indústria: o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias –, todos destacaram a necessidade dessas medidas em decorrência de estar a produção industrial, Sr<sup>a</sup> Presidenta, caindo no mundo inteiro.

Hoje, todos os grandes jornais do País, jornais de todas as regiões, estampam que a Europa alcança, Senador Eunício, a mais elevada taxa de desemprego dos últimos 25 anos, ou seja, desde a criação da moeda unificada, a Europa unificada bateu todos os recordes no que diz respeito à taxa de desemprego. E isso faz com que esses mercados procurem uma expansão.

É até natural do sistema capitalista e, portanto, praticam e induzem todas as medidas no sentido de que seus produtos cheguem a mercados externos como o do Brasil e de outras nações do mundo inteiro.

Então, é preciso, sim, que o Brasil, assim como fazem vários países, perceba a importância do momento e tome medidas não só no sentido de desonerar a indústria brasileira, mas de promover a inovação, promover o nosso desenvolvimento interno, porque, se por um lado, é certo que crises trazem problemas graves, por outro lado, é certo também que crises, ao longo da história, têm se mostrado, Senadora Marta, como um momento de grandes oportunidades para que saltos mais importantes aconteçam. Daí o conjunto de medidas anunciadas hoje no Palácio do Planalto, que vão desde a desoneração até o incentivo à inovação. Poderíamos até classificar como uma segunda etapa do programa “Brasil Maior”, lançado também no ano passado pela Presidenta Dilma.

É óbvio que eu não teria como analisar ponto por ponto, mas, em breve, voltarei à tribuna para fazer uma análise das medidas e o seu impacto em relação ao polo de eletroeletrônicos, ao polo industrial da cidade de Manaus, que, como todos sabem, é um importante polo de desenvolvimento nacional que tem mais de 500 indústrias instaladas.

Então, procurarei fazer um estudo a respeito dessas medidas com os técnicos da área, com o Governo do Estado do Amazonas, com a Superintendência da Suframa, com a representação de trabalhadores e empresários para fazer uma previsão dos impactos dessas medidas diretamente sobre o polo industrial de Manaus.

E, por fim, Sr<sup>a</sup> Presidenta, nesse minuto que me resta e contando com a benevolência de V. Ex<sup>a</sup> para usar um minuto a mais, quero dizer das importantes presenças essa semana, na última sexta-feira, de dois Ministros na cidade de Manaus: o Ministro dos Espor-

tes, Aldo Rebelo, e o Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra. Ambos estiveram, no mesmo dia, participando de atividades diferentes, mas todas da maior importância para o meu Estado do Amazonas.

O Ministro Aldo Rebelo abriu o seminário nacional de engenheiros, que foi realizado na cidade de Manaus, e, durante o evento, assinou um protocolo entre o Ministério dos Esportes e a Federação Nacional dos Engenheiros acerca do acompanhamento das obras para a Copa do Mundo.

Também lançou a etapa 2012 do Programa Segundo Tempo, que, há alguns anos, o Ministério dos Esportes desenvolve no Brasil inteiro e, em meu Estado, em parceria com o Governo do Amazonas. Esse programa atende a um número significativo de crianças e jovens que, graças a ele, conseguem passar dois turnos na escola.

Quanto ao Ministro Fernando Bezerra, Sr<sup>a</sup> Presidente – já caminho para concluir – fez um sobrevoo nos Municípios vizinhos à cidade de Manaus, viu o dilema da população e anunciou a liberação de aproximadamente R\$82 milhões, quase R\$40 milhões para o Programa Água para Todos, Presidente, e R\$8 milhões serão destinados ao atendimento das pessoas que vivem no interior, isoladas pelas cheias, que deverão receber um cartão para comprar o rancho e ter seu sofrimento amenizado.

Feitos esses registros, quero cumprimentar o Ministro Fernando Bezerra, o Ministro Aldo Rebelo e o Governo da Presidenta, que tem dado muita atenção, muita atenção ao Brasil inteiro, a todas as suas regiões. Com o Amazonas, não tem sido diferente, temos recebido muita atenção de ambos.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito, por 10 minutos.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, quero, inicialmente, dizer que, apesar de tudo que estamos passando nesta Casa nos últimos dias, não podemos ficar paralisados diante do que acontece no País, sobretudo diante do que precisa ser feito no País.

Senador Paim, temos de falar sobre o futuro sem ficarmos presos ao presente. Entretanto, falar do futuro sem fazer uma referência ao presente pode parecer uma omissão. Por isso, quero iniciar a minha fala, que é sobre o que é preciso o Brasil fazer do ponto de vista da economia, deixando claro que esta Casa precisa, o mais rápido possível, tomar as medidas necessárias

para deixar para trás o assunto que estamos vivendo e vem nos angustiando: o caso do Senador Demóstenes.

Aproveito, por isso, o início da minha fala para dizer que estou solidário com aqueles – creio que a Senadora Ana Amélia, o Senador Pedro Taques e o Senador Randolfe – que pediram a aceleração da instalação da Comissão de Ética e a análise do assunto que hoje nos angustia. Eu deixo isso claro para não parecer que temos de falar do futuro ignorando o presente.

Mas o que eu quero falar é sobre o futuro e diz respeito às medidas lançadas hoje pela Presidenta Dilma em relação à economia. Por um lado, é preciso começar dizendo que eu fico feliz em dizer que o Governo não está parado, que o Governo está descobrindo que nós vivemos uma crise, que nós estamos padecendo de problemas e que precisamos tomar cuidado e enfrentarmos com rigor os problemas que estamos atravessando. Ao mesmo tempo, dizer da preocupação de voltarmos ao velho, antigo estilo de pacotes, como se a economia pudesse ser regulamentada, incentivada, promovida por um pacote hoje, outro daqui a seis meses, outro um ano depois, dois anos depois e, no fim, voltarmos a ter a economia como uma colcha de retalhos, a política econômica sem uma linha clara de médio e longo prazo e uma economia sem a estabilidade necessária para poder funcionar sem intervenções a cada tanto tempo de pacotes.

Além disso, numa análise muito rápida, porque faz muito pouco tempo que saíram as medidas, as chamadas novas medidas do Plano Brasil Maior, é preciso dizer que o diagnóstico do Governo parte de que há uma desaceleração na indústria e diz que esse é um fenômeno global. Isso é uma meia verdade. Pode ser um fenômeno global pela passagem da economia em direção aos serviços, mas, no nosso caso, a chamada desindustrialização, a desaceleração da indústria tem um nível muito mais grave do que nos outros países. Fala da letargia dos países ricos que começa a afetar os emergentes. É verdade. Mas afeta, sobretudo, por falta da competitividade que o Brasil não vem tendo e que o plano reconhece ao colocar problemas que nós vivemos por causa do mercado interno dinâmico, de geração de emprego e renda, que nos dão fôlego por causa da solidez fiscal e da acumulação de reservas, que aqui, é preciso reconhecer, o diagnóstico está correto.

Mas quando fala em menor dependência dos mercados internos, nós não vemos ainda clareza de como conseguir essa redução de dependência, porque a simples desoneração de folha de pagamento, a simples redução de custos não vai trazer para nós menor dependência se nós não formos capazes de criar, no Brasil, produtos novos que dinamizem a demanda por



nossos novos produtos. Isso a gente não está tendo condições de fazer.

Fala de um grande programa de investimentos. É verdade! Mas não diz que esses investimentos, esse programa não está sendo realizado no ritmo proposto. E fala no controle da inflação, que pode até ser verdade sim, de certa forma. Mas não podemos fechar os olhos para os riscos de que a inflação volte. Esse é um bicho que nunca morre. Considerar a inflação morta é o maior risco para a volta da inflação.

Finalmente quero tocar nas medidas que fazem parte da estratégia e do desenvolvimento brasileiro, que é isso que dizem as novas medidas. Nós não temos visto com clareza uma estratégia de desenvolvimento brasileiro. A prova é que precisamos de pacote. Quando se precisa de pacote é porque não se tem uma estratégia de médio e longo prazo. E o pacote, gente, é preciso saber que, cada vez que ele resolve um problema, ele cria outro. A desoneração, por exemplo, de se não me engano, R\$7 bilhões, ou um pouco mais de R\$7 bilhões vai trazer um alívio. Pode até reduzir um pouco o custo de produção, pode, com isso, dinamizar a demanda, seja interna, seja externa, mas vai gerar um buraco nas estatísticas. E, ao mesmo tempo, quando a gente compara os valores, R\$7 bilhões de renúncia fiscal daria para pagar dois anos do piso salarial que os governadores reclamam não ter dinheiro – não do piso inteiro, mas da complementação para atender as necessidades dos Municípios e dos Estados.

Nós precisamos fazer também alguns elogios. Por exemplo, ações sobre o câmbio. Claro que é correto fazer isso, sobretudo com o IOF, com medidas indiretas, como a redução da taxa Selic, mas isso não é eficaz a longo prazo. A longo prazo, câmbio se controla aumentando a entrada de divisas graças às exportações e não graças a fluxos de divisas que vêm aqui ficar algum tempo. Não é com impostos sobre câmbio que vai se resolver o problema do câmbio no médio prazo. Resolve imediatamente, por isso a gente não pode dizer que foi errado. Mas temos que dizer que foi certo, mas não foi permanente; foi conjuntural, foi circunstancial. Não é bastante, embora não seja errado.

É preciso lembrar também que, quando se fala em compra da produção nacional, as compras governamentais preferindo os bens nacionais, que isso é positivo. Claro que é positivo. Mas a pergunta é: quanto vai custar isso? Porque a gente vai terminar pagando mais caro do que se não comprasse os bens nacionais.

Estabelece uma prioridade para a aquisição de bens e serviços nacionais com margem de até 25% sobre produtos importados. Isso deve custar de R\$3,5 a R\$4 bilhões. É um valor substancial. É errado fazer isso? É certo? Mas é insuficiente. É certo? Mas é perigoso.

É certo? Mas vai gerar outro problema noutro lugar. Isso é o que a gente não pode esquecer. Os pacotes resolvem um problema e criam outros. Uma estratégia de longo prazo, mesmo que problemas surjam, a gente pode enfrentar, porque sabe o rumo que vai ter.

Existe a tentativa, claro, a proposta, a defesa que se vai fazer defesa comercial. É errado? Não, é certo. Mas pergunto: combinaram com os nossos parceiros do exterior que nós vamos reduzir as importações deles? Combinaram ou eles vão fazer o mesmo que nós estamos fazendo? E aí o que a gente consegue aqui, ao controlar as importações, a gente perde quando eles controlam também as importações deles e diminuem as nossas exportações. E com um agravante, pagando um preço mais alto pelos produtos nacionais do que pelos produtos importados e, portanto, gerando o risco de uma pressão inflacionária.

Finalmente eu quero falar dos incentivos ao setor de informação e comunicação. Isso devia ser ao setor de geração de conhecimento, não só de informação e comunicação. E é disto que a gente sente falta numa estratégia de longo prazo do Governo: um programa para resolver os nossos problemas através do investimento na criação no Brasil de um poderoso, vigoroso sistema nacional do conhecimento, com as escolas de educação de base, com as universidades, com o Sistema S, com as indústrias, com institutos de pesquisa, todos juntos auxiliando o Brasil a ter uma economia dinâmica. Mas não dinâmica só na taxa de crescimento; dinâmica no tipo de produto que nós temos.

E esse tipo de produto nós não vamos ter baseados na velha indústria mecânica que o País tem tido e que esse projeto, esse pacote, essas medidas vão ajudar; não vão desajudar a economia, não vão atrapalhar a economia, o setor industrial, vão ajudar, mas vão ajudar criando outros problemas e adiando, e adiando mais uma vez, o que deveria ser definitivo neste País, saber para onde nós queremos que vá nossa economia, que tipo de indústria nós queremos, que servirá para um país dinâmico, com uma demanda lá fora ganha a cada novo produto aqui dentro; com a competitividade ganha não graças a pacotes que reduzem o custo, pacotes necessários, volto a insistir, desoneração necessária, volto a dizer, mas que são restritos, limitados, não têm o poder que a 6ª economia do mundo precisa para dinamizar-se não até que o novo pacote volte, mas dentro de uma estratégia de médio e longo prazos.

*(A Srª Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Concluo, Senadora, dentro desses dois minutos adicionais, dizendo que não está errado o pacote.



Está correto, mas é insuficiente, limitado e de curto prazo. Ainda ficamos devendo, nós, os líderes deste País, uma proposta de médio e longo prazos. Essa proposta não tem como fugir, vai ter de se beneficiar da construção de uma poderosa infraestrutura do conhecimento capaz de fazer não apenas uma economia que produza muito, mas que produza as coisas certas para o futuro do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Srª Presidente; os meus comentários sobre essas novas medidas lançadas hoje pelo Governo Federal.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra o Senador Eunício Oliveira.

**O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA** (Bloco/PMDB – CE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela segunda vez na minha trajetória pública, graças à generosidade e à confiança do meu Partido e do povo do meu Estado, tenho a honra e a alegria de ver transformada em lei uma proposição por mim relatada sobre o mesmo tema, em benefício de numerosas famílias de produtores rurais cearenses, nordestinos, brasileiros.

No dia 23 último, a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.599, que prorroga, até 29 de março de 2013, o prazo para o pagamento dos débitos de pequenos e médios agricultores dos nove Estados do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A nova lei permitirá que até um milhão e seiscentos mil agricultores renegociem suas dívidas com base no valor original do empréstimo, sem incidência de juros, suspendendo as execuções judiciais e os respectivos prazos processuais.

Agora, também um agricultor associado a uma cooperativa, por exemplo, poderá renegociar sua dívida separadamente e sem prejuízo dos demais companheiros. Tudo isso graças à possibilidade de individualizar operações de crédito coletivas contratadas no marco do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Há seis anos, Srª Presidente, quando eu ainda era Deputado Federal, fui o relator do projeto que, depois, se tornou a Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, sancionada pelo Presidente Lula, como marca de sua generosidade de sempre. Aquela lei deu início ao processo de renegociação, naquela época, de dívidas de mais de 340 mil famílias de agricultores, de pequenos agricultores, gente humilde e trabalhadora, estabelecendo limite financeiro para a repactuação de débitos em até R\$100 mil, mas beneficiando, principalmente, pequenos, micro produtores que tomaram empréstimos iguais ou inferiores a R\$35 mil, contratados até 2001.

Como fizemos em 2006, estamos novamente contribuindo para que, com essa renegociação de dívidas de pequenos agricultores, milhares de famílias do Nordeste voltem a ter suas vidas bancárias normalizadas e assim trabalhar com tranquilidade, e não mais tenham que se envolver com assuntos alheios ao dia a dia, perdendo tempo nos intermináveis caminhos da burocracia.

Serão milhares de trabalhadores que, como disse, voltarão, em tempo integral, a contribuir com o desenvolvimento de suas famílias, com as comunidades onde vivem e com o Brasil. Sem esquecer que vão deixar de tirar do bolso recursos importantes do pouco dinheiro que possuem para o sustento.

No Banco do Nordeste, segundo informou a própria instituição, os descontos poderão variar entre 45% e 85%, dependendo da localização da propriedade ou do empreendimento, se está dentro ou fora da região do Semiárido nordestino.

Foi também com a preocupação com o nível de renda desses milhares de famílias que estabelecemos a suspensão das execuções judiciais dos respectivos processos.

Essa medida, Srª Presidenta, Srs. Senadores, garantirá que todos os mutuários desses empréstimos normalizem suas contas com as instituições financeiras; dinheiro que também irá beneficiar o comércio de diversas regiões brasileiras, principalmente do interior, e, assim, manter em funcionamento uma importante cadeia produtiva da nossa economia.

Ao termos a Lei nº 12.599 sancionada, o Governo Dilma e o Congresso Nacional reafirmam seu compromisso de defender e **promover econômica e socialmente** os pequenos produtores do Nordeste brasileiro.

Eu me sinto, Srª Presidente, extremamente orgulhoso e muito gratificado por ter contribuído para este resultado – repito, graças à generosidade e à confiança em mim depositadas pelo povo do Estado do Ceará e pelo meu Partido, o PMDB.

Assim, quero registrar que milhares de agricultores brasileiros, milhares de agricultores pobres do Nordeste, que não tinham mais a condição de continuar produzindo, voltarão agora, com essas medidas, a fazer com que suas famílias possam ter tranquilidade e continuem a produzir para colocar comida na mesa, tanto deles como de diversos brasileiros.

Por fim, Srª Presidente, aproveitando o tempo que V. Exª generosamente me concede, quero registrar que, na manhã de hoje, participamos de um importante evento e, na noite de hoje, estaremos reunidos com o Ministro Guido Mantega para tratar do trâmite dessas medidas importantes que ele, hoje, pela manhã, junto com a Presidente Dilma, com o Ministro Fernando Pi-

mentel, anunciaram para que o Brasil possa, se Deus quiser, passar à margem dessa crise mundial que estamos vivendo, protegendo a indústria nacional, dando oportunidade para que milhares de pessoas empregadas nesse ramo, nesse tipo de atividade possam continuar com seus empregos.

Fico, portanto, muito feliz por ter participado desse evento, registrando que a Presidente Dilma, em sua sensibilidade, coloca, neste momento, o interesse brasileiro acima de qualquer outro interesse e coloca também o interesse do trabalhador em continuar produzindo no Brasil, dificultando um pouco as importações e permitindo que esse Brasil não seja um país desindustrializado, mas que, pelo contrário, seja um país industrializado, levando as indústrias para o interior do Brasil e dando oportunidade aos que lá vivem.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente, pela tolerância.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eunício Oliveira.

Com a palavra o Senador Roberto Requião. (*Pausa.*)

Não se encontrando S. Ex<sup>a</sup>, concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena.

**O SR. CÍCERO LUCENA** (Bloco/PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”. Com esse pensamento de Nelson Mandela, início o meu discurso para registrar iniciativa que acabo de apresentar, aqui no Senado Federal, como forma de democratizar o acesso dos nossos jovens às instituições de ensino superior.

O projeto de lei do Senado de minha autoria altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das Instituições de Educação Superior. Na prática, estamos inibindo algo que acontecia no passado, chamado “turismo de vestibulares”, em que os candidatos que possuíam alto poder aquisitivo realizavam provas em vários Estados do Brasil, deixando candidatos locais à margem do processo.

Para tanto, este meu projeto de lei estabelece um bônus de até 30% na nota do candidato que cursou, pelo menos, dois anos do ensino médio no Estado sede da universidade, conforme previsão no regulamento e no respectivo edital.

Essa iniciativa é fruto da demanda que recebi dos alunos, num debate que fiz na Escola HBE, em João Pessoa, onde tive o prazer de debater os desafios e o futuro da educação, pelo projeto Fala Moçada, coordenado pelo comunicador Anchieta Maia.

A nossa proposição incide precisamente sobre o Enem, que, a nosso juízo, é, no mínimo, passível de aprimoramento.

Atualmente, as seleções realizadas com base nas notas do Enem incluem certames localizados, além de processos nacionais, coordenados pelo Ministério da Educação, no âmbito do chamado Sistema de Seleção Unificada (Sisu). As duas sistemáticas se realizam em paralelo a exames de acesso tradicionalmente adotados pelas instituições.

É incontestável o caráter republicano da utilização das notas do Enem, inclusive por meio do Sisu, tendo em vista a premiação do mérito. Todavia, cabe apontar que a extrema desigualdade entre os sistemas de ensino do País pode gerar distorções e causar prejuízos aos estudantes de regiões onde o ensino padece da falta de qualidade.

É isso o que pode ocorrer com a facilitação da concorrência a diversos cursos e instituições, sem a necessidade de deslocamentos.

A respeito das consequências indesejáveis, não são insignificantes. Pelo relato de certames locais, a exemplo do realizado por instituições que ainda não aderiram ao Sisu, mas que adotaram os resultados do Enem, os candidatos locais ficam à margem do processo.

A esse respeito, é emblemático o caso do curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, em que, dos quarenta aprovados – repito: dos quarenta aprovados – apenas um acriano foi aprovado, e nenhum compareceu à instituição para efetuar a sua matrícula.

Desse modo, pensando numa fórmula que iniba esse tipo de ocorrência nos processos seletivos, é que apresentamos este projeto, com vistas, ainda, a assegurar-lhes alguma equidade.

Na prática, sugerimos a concessão de bônus a estudantes do Estado sede da Instituição de Ensino Superior, de modo a compensar eventual desigualdade na qualidade da educação básica a que tiveram acesso.

Não se trata de nenhuma novidade. Ao que nos consta, a Universidade de Brasília, por exemplo, já garante reserva de vagas (quotas) por razões de residência nos cursos oferecidos no campus da cidade-satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. Ademais, muitas universidades garantem bônus para os estudantes de segmentos étnicos específicos (índios e negros) e sociais, como os estudantes oriundos de escolas públicas.

Desse modo, ao se transformar em lei, essa medida se somará às que já se encontram em vigor para assegurar maior equidade aos processos seletivos de acesso aos cursos de graduação das instituições públicas de educação superior.

O que eu quero dizer com isso? É que neste nosso projeto estamos estabelecendo o limite de até 30% de bônus sobre a nota para alunos do seu Estado. Mas

existem universidades, como USP, UnB, ou outras entidades nacionais, que não precisam dar bônus para os estudantes que concorram à vaga daquela entidade.

Por isso, há a flexibilização, para que a própria entidade, fazendo uma avaliação, identificando a necessidade de haver compensação para termos oportunidade igualitária, é que estabeleça o percentual do bônus sobre a nota que achar conveniente após as suas avaliações.

Pelo alcance principalmente de caráter social e de inclusão, solicito aos nobres colegas parlamentares especial atenção a este projeto de lei. Vamos aprová-lo com urgência, para que esta medida possa beneficiar os milhares de jovens brasileiros, sobretudo os mais carentes ou de regiões em desenvolvimento, que sonham cursar o ensino superior gratuito e de qualidade. Esse é o dever constitucional da Nação. Esse é o nosso dever como representante do Estado. Esse é o nosso dever como cidadão.

Muito obrigado, e que Deus proteja a todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Cícero Lucena.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, projeto de lei que será lido.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 78, DE 2012**

**Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a concessão de bônus em processo seletivo de acesso a cursos de graduação das instituições de educação superior.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º, renumerando-se o atual parágrafo único como § 2º:

“Art. 44. ....

§ 1º Nos casos em que o processo seletivo de que trata o inciso II do caput seja realizado com base em desempenho acadêmico obtido em exame de avaliação nacional, fica admitida a concessão de bônus a candidatos que cursaram pelo menos dois anos do ensino médio no Estado sede da instituição de ensino superior, conforme previsão no regulamento e no respectivo edital, limitado a 30% da pontuação obtida pelo candidato.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

#### **Justificação**

Os exames nacionais de desempenho acadêmico, em todos os níveis de ensino, constituem importante vetor do desenvolvimento e da qualificação da educação brasileira. Sem um instrumento de diagnóstico, não há como realizar melhorias no ensino, um dos principais objetivos das instituições educativas.

Decorre dessa perspectiva a legitimidade do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Exame Nacional de Avaliação de Estudantes da Educação Superior (ENADE). Essas avaliações assumiram importância tal, que o Enem vem sendo testado como parte de processos seletivos de acesso a cursos superiores. No setor privado, o uso do Enem é uma realidade consolidada, graças, sobretudo, à política de seleção para concessão de bolsas adotada no âmbito do Programa Universidade para Todos (PROUNI), objeto da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. No setor público, a utilização de resultados do Enem para fins de recrutamento de novos alunos constitui inovação recente.

A nossa proposição incide precisamente sobre esse último uso, que, a nosso juízo, é, no mínimo, passível de aprimoramento. Atualmente, as seleções realizadas com base nas notas do Enem incluem certames localizados, além de processo nacional, coordenado pelo Ministério da Educação, no âmbito do chamado Sistema de Seleção Unificada (SISU). As duas sistemáticas se realizam em paralelo a exames de acesso tradicionalmente adotados pelas instituições.

É incontestável o caráter republicano da utilização das notas do Enem, inclusive por meio Sisu, tendo em vista a premiação do mérito. Todavia, é forçoso apontar que a extrema desigualdade entre os sistemas de ensino do País pode gerar distorções e causar prejuízos aos estudantes de regiões onde o ensino padece da falta de qualidade. É isso o que pode ocorrer com a facilitação da concorrência a diversos cursos e instituições, sem a necessidade de deslocamentos.

A respeito das consequências indesejáveis, não são insignificantes os relatos de certames locais, a exemplo dos que, realizados por instituições que ainda não aderiram ao Sisu, mas que adotaram os resultados do Enem, os candidatos locais ficaram à margem do processo. A esse respeito, é emblemático o caso do curso de Medicina da Universidade Federal do Acre, em que, dos quarenta aprovados, dos quais apenas um é acreano, nenhum compareceu à instituição para efetuar matrícula.

Desse modo, pensando numa fórmula que iniba esse tipo de ocorrência nos processos seletivos, é que apresentamos este projeto, com vistas, ainda, a assegurar-lhes alguma equidade. Na prática, sugerimos a



concessão de bônus a estudantes do Estado sede da IES, de modo a compensar eventual desigualdade na qualidade da educação básica a que tiveram acesso. Não se trata de nenhuma novidade. Ao que nos consta, a Universidade de Brasília, por exemplo, já garante reserva de vaga (quota) por razões de residência, nos cursos oferecidos no *campus* da cidade satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. Ademais, muitas IES garantem bônus para estudantes de segmentos étnicos específicos (índios e negros) e sociais, como os estudantes oriundos de escolas públicas.

Desse modo, ao se transformar em lei, essa medida se somará às que já se encontram em vigor para assegurar maior equidade aos processos seletivos de acesso aos cursos de graduação das instituições de educação superior.

A par da relevância social da iniciativa, pedimos o apoio dos nobres colegas à sua aprovação. – Senador **Cícero Lucena**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

**Vide Adin 3324-7, de 2005**

**Vide Decreto nº 3.860, de 2001**

**Vide Lei nº 12.061, de 2009**

#### **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### **TÍTULO I Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

#### **CAPÍTULO IV Da Educação Superior**

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento

da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

~~I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I – cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula,

de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em credenciamento. (Regulamento)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

.....  
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão competente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, o Senador Pedro Taques, para uma comunicação inadiável.

**O SR. PEDRO TAQUES** (Bloco/PDT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as decisões judiciais devem ser cumpridas, mas no Estado democrático de direito elas podem ser debatidas, elas podem ser criticadas.

Nesta data, subo a esta tribuna do Senado da República para criticar uma decisão do Ministro do Supremo Tribunal, Ministro Fux, que entendeu que as ações de improbidade administrativa, ajuizadas em desfavor de autoridades dotadas de foro por prerrogativa de função, também são julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Explico isso sem “juridiquês” à Srª Presidente. Eu, este Senador, juntamente com outros Senadores, como o Senador Alvaro Dias, o Senador Randolfe Rodrigues e outros, fizemos uma representação ao Sr. Procurador-Geral da República para que ele investigasse a prática de ilícito porventura cometido pelo Ministro Mantega ou

“Mantega”, como diz o Senador Requião. Muito bem, isso foi ao Procurador-Geral da República.

S. Exª o Procurador-Geral da República entendeu que não existia crime, ao menos até aquele momento, uma vez que os indícios revelados na documentação não davam conta de fumaça do bom direito da possibilidade de uma investigação criminal no Supremo Tribunal Federal. S. Exª o Procurador-Geral da República determinou que esta investigação fosse feita em primeiro grau de jurisdição pelo Ministério Público Federal aqui no Distrito Federal.

O Procurador da República lotado no Distrito Federal inaugurou um procedimento administrativo para investigar a prática de improbidade administrativa, que vem prevista na Lei nº 8.429/92. Repito: 92. A Lei de Improbidade Administrativa está a atingir 20 anos.

Muito bem. No dia 22 de março agora, S. Exª o Ministro Fux concede uma liminar em um mandado de segurança manejado pela Advocacia Geral da União e determina a remessa dos autos do primeiro grau de jurisdição ao Supremo Tribunal Federal. O que entendeu S. Exª o Ministro do Supremo Tribunal Federal? Que aqueles que são dotados de foro por prerrogativa de função – como nós Senadores, por exemplo, e os Deputados Federais –, que somos julgados pelo Supremo Tribunal Federal pela prática de crimes, como é o caso de um Ministro de Estado, também seríamos julgados pelo Supremo Tribunal Federal pela prática de improbidade administrativa.

O Supremo Tribunal Federal, com todo o respeito, é um intérprete da Constituição. O Supremo Tribunal Federal, em cada decisão de seu Ministro, não pode criar uma nova Constituição. No art. 102 da Constituição, inciso I, alínea “b”, está escrito o seguinte: “cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar as autoridades ali elencadas pela prática de crime.” E o Supremo Tribunal Federal de há muito já entendeu que improbidade administrativa não é crime. Com essa decisão, o Supremo Tribunal Federal, *data venia*, como se diz no “juridiquês”, não está interpretando a Constituição, ele está se arvorando a ser um constituinte originário, o que não foi a vontade da Constituição. O Supremo não pode, a cada decisão, criar uma nova Constituição. O Supremo pode, sim, interpretar a Constituição da República. Essa decisão – mais uma vez expressando o respeito ao Ministro Fux – foge à história do Supremo Tribunal Federal.

Para encerrar, Srª Presidente, também causa espécie que o Advogado-Geral da União possa fazer a defesa de cidadãos, mesmo exercendo cargos públicos, como é o caso de Ministro, no Supremo Tribunal Federal. Não é esse o papel da AGU. A Advocacia Geral da União não é advogada do Governo ou dos membros



do Governo; é advogada, faz a defesa judicial daquela que é uma pessoa jurídica com capacidade política, que recebe o nome de União Federal, que não tem absolutamente nada a ver com um Ministro de Estado.

Assim, encerrando, Srª Presidente, aqui, ao meu juízo, há duas inconstitucionalidades:

Primeira decisão:

O Ministro criou um novo dispositivo no art. 112 da Constituição. Nesta decisão ao permitir que a improbidade administrativa também possa ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal; e uma outra inconstitucionalidade, o Advogado-Geral da União, não é pago por todos nós para fazer a defesa de Ministro de Estado.

Muito obrigado, Srª Presidente, era o que tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pedro Taques.

Com a palavra a Senadora Angela Portela, como oradora inscrita.

**A SRA. ANGELA PORTELA** (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª. Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, assim como há pouco tempo a Senadora Vanessa Grazziotin, o Senador Cristovam Buarque e outros Senadores também se manifestaram neste plenário acerca do lançamento hoje, no Palácio do Planalto, pela Presidenta Dilma, de um plano que visa essencialmente fazer correções nos rumos da economia do nosso País.

E o objetivo é, de um lado, elevar as taxas de investimento do País e, de outro, combater a crescente desindustrialização. São os dois maiores desafios, hoje, na área econômica.

A economia brasileira enfrenta, historicamente, o grave problema representado pela baixa taxa de poupança interna, o que se reflete, é claro, em baixa taxa de investimento.

Só para se ter uma ideia, a taxa de investimento total no País, este ano, está em 19,3% do Produto Interno Bruto. Na China, essa taxa chega a 44% do PIB, na média dos últimos quatro anos. É o que explica os altos índices de crescimento da que é hoje a segunda economia do mundo.

Avaliação feita há pouco pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, indica que nossa taxa de investimentos precisa chegar a 25% ao ano, para que o País cresça, de forma sustentada, ao ritmo de 5% ao ano.

Esse é o grande entrave e também o grande desafio da economia brasileira.

O caminho para elevar essa taxa está, em primeiro lugar, no ajuste do setor público. O ponto de partida estaria no aumento da parcela ocupada por investimentos

nos gastos governamentais, o que significaria redução do peso hoje representado pelas despesas correntes.

Srª Presidenta, também, a desindustrialização preocupa os brasileiros.

É verdade que, na origem do problema, estão fatores de natureza exógena, que o governo encontra dificuldades para combater. Um deles é a sobrevalorização do real, que tem como principal causa as emissões volumosas feitas pelos bancos centrais dos países industrializados em crise.

Outro está nas práticas de competição predatória. Subsídios disfarçados, estímulos cambiais e barreiras alfandegárias, ainda que disfarçadas, pesam nesse sentido. O Brasil tem sofrido muito com elas.

No entanto, há providências que estão dentro de nossa esfera de atuação, como a carga tributária, as falhas na infraestrutura e principalmente o alto custo do crédito interno. São esses pontos que o conjunto de medidas agora tomadas pela Presidenta Dilma procura corrigir.

Como mostra o Dieese, para países como o Brasil, além de deixar de gerar empregos qualificados, a diminuição do peso da indústria cria uma dependência perigosa, uma vez que todos consomem produtos industriais com mais qualidade e em quantidades cada vez maiores.

Uma nação, que sem completar seu círculo industrial, vê a indústria de transformação perder espaço para outros setores, principalmente os serviços, pode, em médio prazo, enfrentar graves problemas no setor externo, com crescentes déficits em conta corrente e conviver com reduções na geração e na qualidade dos empregos.

Depoimentos de industriais são alarmantes. O presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção, Aguinaldo Diniz Filho, assegura que “a indústria têxtil não mais existe no Brasil, pois, para os empresários do setor, tornou-se muito mais atrativo importar”.

Esse é apenas um exemplo do que vem ocorrendo. A nossa indústria registra queda tão significativa que não constitui exagero dizer que caminhamos para trás.

Afinal, na década de 80, a produção da indústria brasileira era superior à do continente asiático. Hoje, o que produzimos representa só 15% do volume desses países.

Srª Presidenta, devo mencionar ainda uma medida que assume grande relevância para todo o país, mas que terá importância ainda maior para a região Amazônica e especialmente para o meu Estado de Roraima. É a desoneração dos equipamentos nacionais e das obras civis necessárias para a expansão da banda larga.

A partir da implementação do programa, deixam de incidir IPI e Cofins sobre equipamentos e obras, o que permitirá a ligação de 50% dos domicílios urbanos à Internet de alta velocidade até 2014.

Haverá ainda a reativação do programa Um Computador por Aluno, estendido até 2015. Para isso, haverá desoneração de IPI, PIS/Pasep, Cofins e Cide sobre fabricantes de computadores portáteis.

Cito ainda estímulo semelhante dado ao setor de semicondutores, os *chips* que estão por trás das telas interativas. Trata-se de componentes imprescindíveis para o desenvolvimento do setor no Brasil.

Essas medidas facilitarão a inclusão digital e terão grande peso para a incorporação de centenas de milhares de pessoas a esse novo mundo que se abre por meio da Internet. Deve apresentar efeitos significativos em Estados como Roraima, meu Estado, e em regiões como a região Norte, que lutam há anos com dificuldades para acesso à banda larga.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, faço essas considerações no momento em que a Presidenta Dilma Rousseff conclui um conjunto de medidas econômicas que visam justamente elevar a taxa de investimentos no País. Ampliam o Plano Brasil Maior, que traça as grandes linhas para uma nova política industrial brasileira.

Disse corretamente a Presidenta Dilma que o Brasil precisa aumentar o investimento do governo e, com ele, o investimento privado. “Temos necessariamente de fazer esse esforço”, mostrou a Presidenta Dilma.

Na verdade, o atual governo já tem caminhado nesse sentido. Pretende agora incrementar os investimentos na habitação, por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, que chegará a dois milhões de moradias, e também em transportes, em especial nos metrô.

A Presidenta está consciente ainda de que o setor privado precisa participar desse grande esforço. O grande instrumento para essa mudança estrutural da taxa de investimentos será o BNDES. Com as demais instituições oficiais de crédito, deverá ocorrer uma ampliação das áreas com possibilidade de receber empréstimos, redução das taxas de juros e maior prazo para pagamentos. A previsão, já oficial, é de um aumento de R\$18 bilhões nos créditos, vinculados a projetos de investimento.

Serão incrementados, dessa forma, programas como o Revitaliza e o Programa de Sustentação do Investimento, lançado em julho de 2009 para enfrentar a crise internacional.

No PSI haverá uma linha especial para financiar projetos estratégicos, voltados para reduzir os custos das obras. Os créditos nessas linhas terão juros favorecidos, e o BNDES ampliará limites de investimento e prazos de pagamento.

Outra forma de incentivar o investimento privado será a redução da carga tributária. A Presidenta Dilma já disse ter plena consciência de que essa taxa precisa ser diminuída. Com efeito, está em torno de 35% do Produto Interno Bruto.

Tenho a convicção, Srs. Senadores, de que o Governo da Presidenta Dilma está no caminho certo ao anunciar essas importantes mudanças na economia do nosso País.

A Presidenta, que sempre assegurou a estabilidade macroeconômica, tem plena consciência da necessidade de crescimento contínuo e sustentado, o que só se garantirá com mais investimentos. As medidas que agora se anunciam apontam nesse sentido e deverão proporcionar futuro muito melhor para todos os brasileiros e brasileiras que acreditam e confiam na condução do nosso País pela Presidenta Dilma Rousseff.

Era isto que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Angela Portela.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Paulo Bauer.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco/PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu solicito a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para falar em nome da Bancada do partido.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> deseja fazer uso da palavra antes da Ordem do Dia?

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se assim quiser, é o primeiro inscrito e teria direito agora.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco/PSDB – SC) – Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Por favor.

Antes, eu gostaria de fazer uma leitura.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) –

#### OFÍCIO N° 64, DE 2012

Nos termos do art. 61 do Regimento Interno do Senado Federal, comunicamos que os Senadores que compõem as Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, e do Partido da República – PR, constituem e criam, neste ato, o Bloco Parlamentar denominado União e Força.

Comunicamos, ainda, que, nos termos regimentais, a Liderança do Bloco Parlamentar União e Força será exercida pelo Senador Gim Argello, e as Vice-Lideranças, exercidas pelos Senadores Blairo Maggi, Alfredo Nascimento e João Vicente Claudino, respectivamente.

Assinam os dois Líderes, o Senador Argello e o Senador Blairo Maggi.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

OF. Nº 64/GLPTB/SF

Brasília, 3 de abril de 2012

Senhor Presidente José Sarney,

Nos termos do art. 61 do Regimento Interno do Senado Federal, comunicamos a Vossa Excelência que os Senadores que compõem as Bancadas do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e do Partido da República – PR constituem e criam, neste ato, o Bloco Parlamentar denominado “UNIÃO E FORÇA”.

Comunicamos, ainda que, nos termos regimentais, a Liderança do Bloco Parlamentar UNIÃO E FORÇA será exercida pelo Senador Gim Argello e as Vice-Lideranças exercidas pelos Senadores Blairo Maggi, Alfredo Nascimento e João Vicente Claudino, respectivamente.

Atenciosamente, – Senador **Gim Argello**, Líder do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – Senador **Blairo Maggi**, Líder do Partido da República – PR.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será encaminhada à publicação.

Com a palavra, o Senador Paulo Bauer, falando pela Liderança do seu Partido.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco/PSDB – SC. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, em março do ano passado, há mais de um ano portanto, apresentei a esta Casa a Proposta de Emenda à Constituição que recebeu o número 8, de 2011, que trata da tramitação de medidas provisórias.

Sabemos todos, Srª Presidente, que o tema é importante, não só pelo impacto no bom andamento do trabalho legislativo, mas também pelos reflexos mais amplos que tem, inclusive sobre o delicado equilíbrio dos Poderes da República.

Minha proposição foi lida em plenário no dia 16 de março de 2011. No dia seguinte, encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, onde se encontra, há mais de um ano, esperando a designação de relator.

Neste meio tempo, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta Casa aprovou outra PEC sobre o mesmo

assunto, a de nº 11, apresentada, portanto, após aquela à qual estou me referindo.

Agora se fala da necessidade de apresentação de nova PEC para disciplinar a tramitação das MPs. Isso tudo por conta de uma decisão do STF que determinou um novo procedimento desta Casa e do Congresso Nacional com relação à análise de medidas provisórias.

Recentemente, o Presidente da Câmara dos Deputados manifestou-se nos jornais de circulação nacional, dizendo que propostas apresentadas até o momento nas duas Casas são imperfeitas – inclusive, diz ele, a que aprovamos aqui no Senado – e que a necessidade de uma proposição regulamentando a questão ainda permanece. Já foi, inclusive, anunciada a intenção de se reunirem os Secretários das Mesas da Câmara e do Senado para discutir o texto e o assunto.

Ora, Srª Presidente, fico pensando com que fundamento o Presidente da Câmara dos Deputados pode emitir aquele juízo sobre a imperfeição das propostas se ainda hoje existem proposições, como a minha, que sequer foram apreciadas pela CCJ do Senado e, certamente, pela CCJ da Câmara dos Deputados. Minha proposta não passou pelo crivo de um relator, não passou pelo debate na comissão, não passou pela discussão no plenário. Não foi, portanto, objeto de uma apreciação que justifique qualquer juízo sobre o seu valor. Talvez seja, de fato, imperfeita, como todas as demais, no juízo do nobre Presidente da Câmara dos Deputados, mas, ao contrário das outras – igualmente imperfeitas, sempre segundo aquele juízo –, não teve sequer a oportunidade de ser posta à crítica e aperfeiçoada.

Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, acredito que a PEC nº 8, de 2011, não teve a mesma sorte, porque nela estão contemplados três aspectos relevantes:

O primeiro trata do trâmite das medidas provisórias no Congresso nacional; o segundo relaciona-se à validade e aos efeitos jurídicos das medidas provisórias, enquanto não votadas por esta Casa Legislativa; e o terceiro, que, certamente, não interessará ao Governo, tampouco terá o apoio dele, veda a edição de medidas provisórias para criar tributos, cargos, empregos ou funções públicas; para criar, transformar ou extinguir ministérios, órgãos e entidades públicas e fixar ou alterar a remuneração de servidores públicos, mudanças que eliminariam, por exemplo, a possibilidade de se usar a máquina pública por motivações pontuais ou casuísticas.

Isso, certamente, contraria os interesses do Governo, mas o Governo precisa, pode e deve mostrar a cara, dizer o que quer e o que não quer. Esconder seu desejo, sua vontade, evitando o debate, não é



democrático, especialmente quando sabemos que, no passado, os atuais detentores do poder, na oposição, bombardeavam diária e sistematicamente o instituto das medidas provisórias.

Já concluindo, Sr<sup>a</sup> Presidente, devo dizer que não estou aqui afirmando que a proposta de emenda à constituição que apresentei seja perfeita e mereça a aprovação. Defendo, claro, aquela proposta e acredito ainda hoje que ela pode ser uma resposta mais adequada à tramitação das MPs. Mas, ainda que não merecesse aprovação, temos o dever de examiná-la. Ela foi apresentada e deveria ser apreciada, pelo menos, por um relator. Isso, no entanto, não foi feito até hoje.

A PEC n<sup>o</sup> 11, de 2011, recentemente enviada à Câmara, não satisfaz, a julgar pelo que diz o Presidente daquela Casa, as necessidades do Parlamento, no que se refere à regulamentação da tramitação das MPs.

Então, diante disso, acredito recomendável dar tratamento adequado à minha proposta, que, aliás, foi subscrita e apoiada por outros 32 Senadores desta Casa. Acredito que ela deva ser submetida à crítica e à apreciação, conforme dita o Regimento. É isso que venho pedir. Aliás, o que peço não é outra coisa senão uma exigência do Regimento Interno desta Casa.

Antes de o Presidente da Câmara designar representantes da administração daquela Casa e desta Casa para propor textos e analisar, certamente deveria analisar as propostas que já tramitam na Casa, com a designação dos relatores competentes, inclusive a PEC n<sup>o</sup> 8, de minha autoria.

Era o que tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Bauer.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, como orador inscrito, em permuta com o Senador João Caldeira.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem, enquanto o Senador Jorge Viana chega à tribuna.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a apreciação pela Casa do Requerimento n<sup>o</sup> 1.552, de 2011, de minha autoria e outros Senadores, para uma sessão especial em homenagem aos 30 anos da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência dará o encaminhamento regimental. Pois não, Senador.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu, que tinha recorrido à tribuna desta Casa ao longo dos últimos meses – e o fazia sempre em nome de um número grande de colegas Senadores – para registrar a minha preocupação com o estado de saúde do Presidente Lula e para registrar também as manifestações que recebi de tantos acrianos e brasileiros sobre a situação de saúde do Presidente Lula, volto à tribuna para relatar um encontro dos mais prazerosos. Tive o privilégio de, junto com o Líder do PT nesta Casa, meu Líder Walter Pinheiro, ter um encontro com o Presidente Lula na última quinta-feira. Para mim, foi uma alegria muito grande.

Um dia depois de os médicos terem dado um parecer, um diagnóstico de que o enfrentamento do câncer havia sido exitoso, eu tive o prazer, a honra de encontrar uma pessoa muito especial na minha vida e – sei – na vida deste País, na vida do povo acriano. Encontrei um amigo, mas, mais que um amigo, uma pessoa que eu tenho como referência na luta política e como referência de líder deste País.

O Presidente Lula estava transpirando vida. O Presidente Lula, mesmo ainda fisicamente debilitado, estava ali se reencontrando com a vida e com a disposição de seguir lutando pelo nosso povo, pelo nosso País e por um mundo melhor para todos.

Eu e o Senador Walter ficamos impressionados com a disposição, com a preocupação e com a intenção de seguir ajudando, para que o Brasil siga mudando e melhorando especialmente a vida daqueles que ainda passam por dificuldades.

Eu sou do Estado do Acre. O Acre construiu uma relação afetiva, eu diria, com o Presidente Lula ao longo desses anos, especialmente da década de 80 para cá, do final da década de 70 para cá.

O Presidente Lula foi o mais solidário dos líderes brasileiros com o Acre, com os problemas que o povo acreano enfrentou ao longo desse tempo. Sempre que havia um problema, uma situação grave, ele era o amigo que estava presente. Sempre foi a pessoa a quem a gente recorria para organizar o nosso povo, para organizar a luta por um Acre melhor, para fundar um modelo de desenvolvimento no Acre e para enfrentar as injustiças. Daí, não menos do que nos outros Estados, no Acre nós tivemos um sentimento muito forte pela recuperação do Presidente Lula.

Eu que vim aqui e retratei o que ouvia e passei adiante, inclusive para o Instituto Lula, o sentimento do povo acreano, estou vindo hoje agradecer a todos aqueles que foram solidários, rezaram, oraram e pediram pela recuperação do Presidente Lula.

O Presidente Lula tem uma história de sobrevivência, é um verdadeiro sobrevivente: uma pessoa que corria risco de vida se ficasse no Nordeste acompanhando a mãe e outros irmãos; vai para São Paulo e enfrenta uma situação também gravíssima naquele Estado; sai do anonimato, junta-se a um movimento, em um período difícil, de organização do povo e vira o maior líder popular do movimento sindical da história deste País; funda um partido que é também sinônimo desse período da redemocratização do País; enfrenta todo tipo de dificuldades na luta política; assume um Governo, depois de tantas tentativas, e supera os desafios, o preconceito e os esquemas montados contra ele e contra seu Governo; e escreve, como governante, como líder deste País, uma das mais bonitas páginas da história da redemocratização do Brasil. Faz o Brasil voltar a crescer, e crescer forte, com inclusão social. Faz o Brasil ser respeitado mundo afora e a autoestima do brasileiro melhorar. Faz com que todos nós brasileiros retomássemos o ânimo de confiança e de fé no Brasil. Estabelece uma comunicação direta com o povo simples deste País.

E aí, depois de ter mais um sucesso na vida, que foi o de fazer sua sucessora a Presidente Dilma, ele se vê diante de um desafio de vida ou morte, um câncer, uma doença, antes de completar um ano de sua saída da Presidência da República.

Hoje, venho à tribuna para celebrar, junto com todos os brasileiros e as brasileiras, mais uma superação na vida dessa figura extraordinária que é o Presidente Lula. Ele, de fato, é merecedor de mais vida. A cura do câncer foi obtida a partir de um tratamento muito doloroso, do qual ele se queixa e se queixou para nós todos. Mas também nisso ele deixou o exemplo de que não é fácil superar os desafios de um tratamento intenso como aquele feito por ele, com quimioterapia e radioterapia. Mas acredito que ele também deixa, mais uma vez, um exemplo, para todos os pacientes, de que é muito importante ter fé e lutar pela vida. Diante do diagnóstico médico de câncer em um lugar muito complicado, de difícil tratamento, tendo como opção uma operação que o deixaria sem voz, ele, atendendo às recomendações médicas, resolveu fazer um tratamento doloroso, duro, difícil – assim como muitos brasileiros estão fazendo. Mas, certamente, ele também se tornou um paciente com um diferencial importante, quando, mais do que muitos, deixou muito clara a sua disposição de lutar pela vida.

Essa é uma maneira de valorizar a vida, uma maneira de ajudar no próprio tratamento médico. E que isso possa ficar como lição para todos aqueles que estão enfrentando dificuldades: sem fé, sem luta,

sem confiança, sem valorizar a vida, sem procurar ser merecedor, às vezes a gente não consegue.

E venho à tribuna, Sr<sup>a</sup> Presidente, para dizer da minha alegria.

Como eu disse ainda há pouco, ele está transpirando vida, está absolutamente determinado agora – tirando uns dias com D. Marisa e seus familiares – a recuperar a condição física para nos ajudar a continuar lutando por um Brasil melhor para todos.

Ouçó, com satisfação, já ao final, o Senador Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Prezada Senador Jorge Viana, que boa nova V. Ex<sup>a</sup> nos traz, uma vez que, juntamente com o Líder, Senador Walter Pinheiro, esteve com Presidente Lula há poucos dias, exatamente logo após ele ter recebido a notícia de seus médicos que, felizmente, o câncer que o havia atingido está inteiramente superado. Certamente, isso nos dá a esperança positiva de que o Presidente Lula, logo, logo, estará plenamente recuperado, tendo em conta os efeitos do tratamento a que se submeteu. Que bom para todos nós brasileiros, em especial para nós do Partido dos Trabalhadores, termos novamente o Presidente Lula tão bem, juntamente com a Marisa, seus filhos e netos – que já são muitos. Que bonita homenagem ele prestou à Marisa em suas últimas declarações, ao dizer o quão importante ela tem sido para que ele tenha toda a força para se recuperar. Então, quero também compartilhar da alegria que V. Ex<sup>a</sup> aqui nos traz, ao saber que pessoas de todo o Brasil, inclusive do Acre, estão contentes com essa boa nova. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, concluindo, eu só queria dizer que o Presidente Lula falou do seu desejo de ir ao Acre, mandou um abraço carinhoso para o Governador Tião Viana, para o ex-governador Binho e para o povo simples, que é amigo dele de verdade.

Encerro apenas dizendo que este mundo, ainda tão cheio de conflitos e de injustiças, não pode prescindir de uma liderança como a do Presidente Lula. Um País como o nosso, que hoje lança esse programa de incentivo à indústria, pela Presidente Dilma, não pode prescindir de um líder como o Presidente Lula. Ele é um grande exemplo de estímulo para que todos nós renovemos, a cada dia, a confiança no nosso País, para que o Brasil se torne uma referência não só para os brasileiros, mas também para o mundo.

Graças a Deus, mais esse desafio está vencido na vida do Presidente e que, agora, o mais rápido possível, ele possa estar em Brasília, ajudando-nos a seguir lutando pelo Brasil.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.



**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jorge Viana, realmente as notícias são bastante estimulantes, e todos os brasileiros vão ficar muito contentes com essa nova que V. Ex<sup>a</sup> traz. Esperamos que, no dia 14 de abril, o Presidente vá à inauguração do primeiro CEU em São Bernardo, que homenageia a sogra.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, Líder do Governo.

**O SR. ANTONIO RUSSO** (PR – MS) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. ANTONIO RUSSO** (PR – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Gostaria de falar em nome da Liderança do PR.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> então será o próximo inscrito. Antes, há um orador inscrito, que por acaso serei eu.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, nossa Senadora Marta Suplicy, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Senhores que nos acompanham pelas diversas formas de comunicação do Senado, pela TV Senado, pela Rádio, pela mídia social do Senado.

Senhoras e Senhores, hoje a Presidenta Dilma lança mais uma etapa do enfrentamento dessa crise internacional, voltando seus olhos para dois grandes setores da economia brasileira. Um, o setor dinâmico, pujante do mercado doméstico brasileiro, que cada vez mais se fortalece, que cada vez mais se amplia pela geração de emprego no Brasil, pela forma como o poder aquisitivo do ganho real do salário no Brasil vem se avolumando nos últimos anos pelas políticas de transferência de renda, que acabaram provocando o surgimento de milhares, de inúmeros arranjos produtivos locais, principalmente nas regiões periféricas do Brasil principalmente na Amazônia, no Estado do Acre, no Estado do Amazonas, nas regiões mais excluídas do Brasil. Milhares de arranjos produtivos surgiram a partir desses programas de transferência de renda. A primeira etapa do Brasil Maior, como todos lembram e como todos acompanharam, foi uma etapa muito importante, voltada para o primeiro enfrentamento dessa onda, dessa crise que estava ainda iniciando, mais precisamente na Europa, ainda com uma grande instabilidade na economia americana e com leves sintomas de desaceleração da economia em vários países emergentes, entre eles o principal propulsor da economia mundial, a China, que começava a apontar para uma desaceleração de sua economia.

No dia de hoje, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, lançamos para o Brasil – a Presidenta Dilma e

o Ministro Guido Mantega, Ministro Fernando Pimentel, bem como os nossos companheiros, tanto da CNI quanto dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores – o resultado de um avanço nessas políticas de geração de emprego e renda e do enfrentamento da possibilidade de uma desindustrialização de nosso País diante da forte ação dos países emergentes em busca de novos mercados e de mercados emergentes.

Portanto, o que hoje assistimos foi ao Brasil dando passo à frente, fortalecendo a indústria brasileira, fortalecendo segmentos da nossa indústria, desonerando diversos setores da nossa economia do encargo sobre o trabalhador, fazendo com que o preço e o imposto a ser pago para geração de emprego formal diminua em setores estratégicos da economia.

É importante destacar que vários desses setores estavam perdendo competitividade porque há a questão da desvalorização das moedas, que tem feito com que haja um **tsunami** de liquidez, desvalorização de moedas tradicionais como o euro, como o dólar e até mesmo de outros setores da nossa economia internacional. Eu diria, Sr<sup>a</sup> Presidente, que destaco o enfrentamento cambial, o enfrentamento da desoneração estratégica de setores estratégicos da nossa economia, o fortalecimento da questão dos bens de capital para que possamos ter competitividade nos bens de capitais. Façamos, portanto, uma política para a indústria automotiva, Senador Jarbas Vasconcelos, que possa efetivamente incluir tecnologia embarcada e inovação tecnológica dentro dessa indústria. Veja, Sr<sup>a</sup> Presidenta, o Brasil tem, para alguns, o terceiro maior mercado; para outros, o quarto maior mercado mundial de automóveis, e não fomos capazes de gerar marcas mundiais nesse setor, enquanto países como a Coreia, Coreia do Sul mais precisamente, que não tem, portanto, um tamanho de mercado como o nosso, conseguiu gerar, em duas décadas, três grandes marcas mundiais, como é o caso da Hyundai, como é o caso da Subaru, como é o caso da Kia.

O que não é justo é que nós estejamos abrindo esse mercado, o nacional, para que esses produtos adentrem o nosso mercado, não gerando emprego no Brasil e, sim, exportando empregos. Nós não podemos destruir a indústria de autopeças no Brasil, gerando desemprego no Brasil e fortalecendo, fortificando uma indústria de autopeças fora do Brasil.

As indústrias de ar-condicionado – e posso dizer inclusive que no Estado do Amazonas, que não tem indústria automobilística, tem hoje indústrias do setor de ar condicionado fechadas – não conseguem competir com esse **tsunami** que vem com a desvalorização cambial, que vem com **dumping**, muitas vezes, e que

ainda acaba adentrando nosso território com uma falta de competitividade dos nossos produtos.

Eu quero portanto parabenizar, Sr<sup>a</sup> Presidenta, Srs. Senadores, e destacar a importância ....

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Destaco a importância da decisão tomada pela Presidenta Dilma e o momento oportuno, porque exatamente no momento em que saem os índices do primeiro trimestre do crescimento da nossa indústria, que mostram números preocupantes, imediatamente o Governo vem e apresenta um leque de ações do na área de desoneração, como eu disse, na área cambial, como já disse, mas também na área de crédito – crédito para o financiamento das ações de investimento na economia brasileira e crédito também para financiar as nossas exportações, dando mais competitividade a nossa economia.

Eu sei que estou com o tempo estourado. Vejo o Senador Ricardo Ferraço querendo apartear, mas, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, eu teria dificuldades...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Liderança não pode ser apartada, Senador.

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)  
– Então, Sr<sup>a</sup> Presidenta, apenas para concluir.

Quero também destacar que aqui, na questão do “inovar para competir, competir para crescer”, do Brasil Maior, foram destacadas ações com incentivo fiscal de crédito para as questões tecnológicas, para questões científicas e para questão de inovação tecnológica. Na área de oncologia, foram desonerados os investimentos, para que nós pudéssemos melhorar o investimento e a taxa de retorno de capital. Assim, saúde, na área de combate ao câncer, principalmente ao câncer de mama e ao câncer do colo do útero, terá vantagens financeiras, creditícias e de impostos, para que a gente possa avançar, também, nessa área tão importante.

Venho à tribuna, Sr<sup>a</sup> Presidenta, para parabenizar e reconhecer o esforço do Governo num momento tão importante para a nossa economia e para os trabalhadores brasileiros.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eduardo Braga.

Peço ao Senador Paim que assuma a presidência para que eu possa, como oradora inscrita, fazer uso da palavra. Em seguida, o Senador Antonio Russo falará pela liderança do seu Partido.

*A Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy, 1<sup>a</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, como oradora inscrita, pelo tempo de dez minutos e mais dois.

**A SRA. MARTA SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Prezados Colegas, Senadores e Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e expectadores da TV Senado, subo nesta tribuna com muita indignação com a decisão do Superior Tribunal de Justiça de inocentar um homem acusado de estuprar três crianças de 12 anos, em São Paulo, em 2002.

Na decisão que foi divulgada na semana passada, os Ministros do STJ entenderam, por cinco votos a três, que o homem não poderia ser condenado porque as crianças “já se dedicavam à prática de atividades sexuais desde longa data”, ou seja, eram “pequenas prostitutas”. Foi uma decisão muito absurda, que desrespeita os direitos fundamentais das crianças e acaba responsabilizando as vítimas, que estão em situação de completa vulnerabilidade.

O STJ lembrou que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já havia inocentado o homem argumentando que “a mãe de uma das crianças afirmou que a filha enforcava aulas e ficava na praça com as demais para fazer programas com homens em troca de dinheiro”.

Como diz a nota divulgada pela Associação Nacional dos Procuradores da República, Sr. Presidente, “imaginar que uma menina de 12 anos – notavelmente em situação de exclusão social e vulnerabilidade – estaria consciente de sua liberdade sexual ao ir pela prostituição é ultrajante. A palavra usada pelo Procurador da República era “optar” pela prostituição. Substituí por “ir”, pois não optou coisa nenhuma. Que possibilidade tem uma criança dessa idade, em situação de vulnerabilidade, de fazer essa opção?

Na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) desta Casa, que investiga a violência contra a mulher, da qual tenho a honra de participar, aprovamos uma nota repudiando a decisão do STJ. Lembramos que a decisão proferida afronta os direitos fundamentais das crianças, rompe com sua condição de sujeito de direitos e as estigmatiza para o resto de suas vidas. Rotuladas como “meninas prostitutas”, essas crianças não têm direito à proteção juridicamente garantida. Criança é pessoa em desenvolvimento, vulnerável e, exatamente por essa condição, merecedora de todo o respeito e proteção conferida pela Constituição e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quero aproveitar o registro dessa decisão absurda sobre esse crime bárbaro ocorrido em São Paulo, Sr. Presidente, para falar sobre algo que vem me deixando muito preocupada: o aumento da violência contra a mulher em meu Estado.

Na semana passada, foram aprovados na CPMI que investiga a violência contra a mulher dois importantes requerimentos meus. O primeiro deles pede a convocação da Exm<sup>a</sup> Secretária de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Dr<sup>a</sup> Eloísa de Sousa Arruda, para esclarecer perante a CPMI as causas do aumento da violência contra a mulher no meu Estado. O segundo requerimento pede a convocação do Exm<sup>o</sup> Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Ferreira Pinto, para esclarecer as mudanças na estrutura da Secretaria, que levou ao fechamento de inúmeras delegacias especializadas de atendimento à mulher no Estado de São Paulo.

É de fundamental importância, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, que as autoridades paulistas dêem explicações sobre o assustador aumento da violência contra a mulher no Estado. Há algumas semanas, aqui nesta Casa, tivemos a divulgação de um relatório do Banco Mundial mostrando que só na cidade de São Paulo 27% das mulheres já tiveram algum episódio de violência doméstica. É um dado que muito me entristece, pois mostra que 1,6 milhão de mulheres estão sendo vítimas de maus tratos dentro de suas próprias casas. Lembro aqui que o Estado de São Paulo é signatário de uma série de tratados internos que visam reduzir a violência contra a mulher, tendo sido o primeiro Estado brasileiro a ter uma política específica para as mulheres. Os requerimentos que apresentei à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito são justamente para cobrar das autoridades paulistas políticas que foram deixadas de lado.

Quando fui prefeita de São Paulo, tive a oportunidade de realizar políticas específicas de enfrentamento à violência contra a mulher na cidade. Além de recuperar a Casa Eliane de Grammont, primeiro serviço público municipal do país para atendimento integral às mulheres nos casos de violência doméstica e sexual, implantamos uma coordenadoria de políticas para as mulheres e criamos casas abrigos e centros de referências para atendimento a elas. Mas infelizmente essas políticas não foram priorizadas pelos governos que se seguiram.

Há alguns dias, encaminhei à presidenta da CPMI da violência contra a mulher, Deputada Jô Moraes, um ofício com dados e considerações sobre o aumento dos casos de violência contra a mulher no Estado de São Paulo. Considero as informações

de fundamental importância para subsidiar a audiência pública que a comissão realizará na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no próximo dia 23 de abril.

Também espero, Sr. Presidente, que na mesma oportunidade consigamos ouvir as autoridades de São Paulo sobre a ausência de políticas e equipamentos públicos estaduais para enfrentamento da violência, fator que contribui para a maior penalização das mulheres vítimas dessa violência.

O balanço trimestral de crimes publicados pela Secretaria de Segurança Pública mostra que o número de casos de estupro no interior do Estado cresceu 17,6% em comparação entre o primeiro e o quarto trimestre de 2010. De janeiro a março do ano passado, foram 1.193 casos de abuso sexual. De outubro a dezembro, as delegacias do interior registraram 1.404 ocorrências.

Outro ponto que quero levar a debate na audiência pública é a inexistência de dotação orçamentária específica para o enfrentamento da violência contra a mulher em São Paulo. O Governo Federal, através do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, destinou recursos de mais de R\$ 9 milhões para implementação de ações de combate à violência contra a Mulher. No entanto, não há uma transparência nos valores aplicados pelo governo estadual para implementação de políticas públicas para esse fim.

Sobre a estruturação dos Equipamentos Públicos: o Estado de São Paulo tem 129 delegacias, distribuídas a partir de um critério político e não obedecendo aos índices de violência sexista. O governo estadual iniciou um processo de fechamento de delegacias especializadas e, atualmente, somente uma delegacia, a 1<sup>a</sup> Delegacia no Centro de São Paulo, tem atendimento 24 horas, dando início a um pacote de mudanças na estrutura da segurança pública no Estado que deve afetar praticamente todas as 645 cidades paulistas, baseado na intenção de colocar as duas polícias estaduais para trabalhar de forma conjunta.

Não existe hoje em São Paulo um arranjo institucional executivo com capacidade de articular o conjunto de políticas de enfrentamento dos crimes de violência sexista no governo paulista, necessitando que seja urgentemente ampliado o número de varas especializadas, bem como o número de Delegacias Especializadas ao Atendimento à Mulher.

Por tudo isso, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, espero que na audiência do próximo dia 23 de abril tenhamos a oportunidade de apurar as causas que podem revelar as possíveis fragilidades e a insufici-



ência do aparato institucional do Estado brasileiro na proteção às mulheres.

Um País que tem a mulher como principal mandataria da Nação não pode tolerar, em seu maior e mais rico Estado, a omissão por parte do Poder Público em relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as suas mulheres.

Como primeira Senadora eleita pelo Estado de São Paulo e também como mulher vou levar isso bem adiante, e faço aqui também esse apelo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um apelo, Senadora Marta?

**A SRA. MARTA SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – Pois não.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Queria congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> na análise que faz sobre a preocupação com respeito à violência que tem ocorrido contra as mulheres no Estado de São Paulo e as providências que está tomando para que, tanto a Secretária da Justiça com também o Secretário da Segurança, possam esclarecer o porquê de não estarem dando a devida atenção às delegacias das mulheres que tiveram importância significativa. Gostaria de informar que, ainda na tarde de ontem, tendo em conta que foi anunciada a saída do Comandante Geral da Polícia Militar, Álvaro Camilo, eu telefonei para ele porque há três sextas-feiras o procurei para saber que resultado havia, por parte da Corregedoria da Polícia Militar, sobre os episódios todos que aconteceram ali em São José dos Campos, no dia da reintegração da área do Pinheirinho. Ele me disse que está saindo, porque cumpriu seu mandato de cinco anos – dois mais três anos – e na PM não poderia ficar. Mas que ele já informou ao corregedor da PM que serão encaminhadas as conclusões daquele inquérito, o que eu muito aguardo, assim como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Adriano Diogo, na Assembleia Legislativa de São Paulo. Então, acho que essa é uma informação importante que também abrange a Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo.

**A SRA. MARTA SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP) – É mais uma amostra, Senador Suplicy, do descaso com que são tratados os abusos. Nesse caso do Pinheirinho, há o caso de uma mulher que, na tal invasão, foi abusada sexualmente. Se não me engano, é esse o caso a que V. Ex<sup>a</sup> se refere. Então me parece bastante demorado esse processo. Mas exatamente pode ser levado esse caso à comissão de inquérito que vai estar na Assembleia Legislativa e provavelmente o Deputado Adriano Diogo participará e poderá avivar essa questão junto às autoridades.

Eu ia falar mais um pouco hoje sobre o lançamento da Presidente em relação à indústria do País, e

o tempo não sobrou. Mas quero dizer que foi um bom projeto, uma boa proposta e com muita participação da comunidade toda interessada, que são os trabalhadores e os empresários. Foi uma sessão muito forte, em que foram apresentados pontos que vários dos meus antecessores suscitaram. Então, vou me dar por satisfeita e agradecer o minuto a mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marta Suplicy.

Aproveito para registrar a presença conosco dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Classe nº 5. Sejam bem-vindos! (*Palmas.*)

Vocês ouviram a Senadora Marta Suplicy, que assume agora a Presidência, como Vice-Presidente da Casa.

*O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy, 1<sup>a</sup> Vice-Presidente.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Antonio Russo, pela Liderança do PR.

**O SR. ANTONIO RUSSO** (PR – MS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, a reforma tributária é um tema que precisa se transformar numa agenda de compromisso desta Casa para com o País. O Brasil vai continuar patinando se não nos debruçarmos com vontade sobre essa importante matéria. Não podemos postergar e ficar paralisados diante das dificuldades oferecidas pelo tema.

Atualmente, o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), que reúne os Secretários da Fazenda de 26 Estados e do Distrito Federal, discute uma proposta de reforma tributária que será encaminhada ao Senado. Penso que, da forma como está, tal proposta pode impor prejuízos para a economia e para a arrecadação de um conjunto de Estados, interrompendo drasticamente o seu desenvolvimento.

Sob o pretexto de acabar com a guerra fiscal, a proposta prevê redução na arrecadação estadual ao introduzir impostos a serem pagos pelo empresário, além de invalidar incentivos fiscais já concedidos devido à redução de alíquotas interestaduais de 12% para 4% e de 7% para 4%.

A reforma tributária não pode ser um pacote de medidas com o objetivo de fazer alterações repentinas no regime fiscal. Ela deve promover ganhos para todos, empresários, governos e consumidores, por meio de um processo de ajustamento racional ao longo do tempo, sempre buscando o equilíbrio dos fatores econômicos e o desenvolvimento do setor produtivo.

Se ocorrer o fim da concessão de incentivos fiscais como instrumento de atração de investimento, haverá perda de arrecadação. Além disso, haverá aumento do imposto a ser pago pelo empresário, encarecimento nos insumos e perda de competitividade.

Promover uma reforma tributária é tarefa complexa que não poderá perder a perspectiva de transparência e da multiplicidade de interesses existentes no processo produtivo. Afinal, reforma tributária não se faz para melhorar a arrecadação do Estado, desburocratizar a política fiscal e vitalizar o mercado consumidor interno. Entre perdas e ganhos, o conjunto da obra deve promover o bem comum e o ganho virtuoso para todos.

Não é exagero dizer que a reforma que vem sendo pensada poderá causar danos na indústria, no comércio e na agropecuária. A consequência dessa proposta será diretamente sentida por meio do aumento do desemprego nos mais diversos campos.

Nos Municípios, os prejuízos empresariais da Proposta 185/11 serão sentidos com a redução do valor do ICMS repassados pelos Estados que perdem arrecadação, a redução da capacidade de investimento com a diminuição da cota-parte, a redução da arrecadação própria, diante dos impactos negativos da proposta na economia local e, por fim, o desemprego.

Para evitar esse risco, que atenta contra o equilíbrio federativo e contra o desenvolvimento regional, tramita no Confaz a proposta de equilíbrio fiscal 113/11, que prevê a redução das alíquotas de 12% para 7% e de 7% para 2%, equilibrando a relação de perdas e ganhos entre os Estados.

Com essa proposta, teremos a compensação das perdas mediante criação de fundo de natureza constitucional de R\$20 bilhões – R\$15 bilhões a mais que o previsto na proposta 185/11. Além disso, haverá integração de Estados e Municípios na cobrança e arrecadação do Imposto de Renda e do IPI e a criação do Fundo de Desenvolvimento Regional com o aumento nos fundos de participação.

Ou seja, entre as vantagens da proposta de equilíbrio fiscal 113/11 está o aumento de repasse dos fundos para Estados e Municípios e a possibilidade de acordo nacional para resolver mudança no Fundo de Participação dos Estados determinada pelo STF.

Também garante o desenvolvimento regional e a autonomia de Estados e Municípios na concessão de incentivos fiscais, aprovados pelo Confaz; evita o aumento da carga tributária, da inflação e do desemprego; garante a segurança jurídica; bem como evita o aumento de preços nos produtos da indústria e do comércio e dos insumos e frete na agropecuária nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Acredito que essa medida deve ser apoiada. Mas isso não encerra a questão. Há anos no Brasil se fala em reforma tributária. Precisamos aumentar a participação de Estados e Municípios na distribuição dos recursos.

Para mim, uma boa reforma tributária deve levar em consideração a proposta do Imposto Único, criada pelo professor Marcos Cintra. Nosso pensamento é tirar o imposto declaratório no Brasil.

O Imposto Único prevê a substituição de todos os tributos de natureza arrecadatória por apenas um. Haveria uma alíquota incidente sobre cada parte de uma transação bancária (débito e crédito). Com o Imposto Único, os custos de administração do Governo seriam reduzidos, tornando-se possível diminuir a carga tributária, sem redução de serviços públicos. Também seriam eliminadas as exigências de emissão de notas fiscais, preenchimento de guias de arrecadação, declarações de renda ou de bens e de qualquer outra formalidade fiscal. Acredito que a adoção do Imposto Único vai reduzir a corrupção, eliminar a sonegação e diminuir os custos tributários para empresas e trabalhadores.

Sei que muitos economistas desqualificam a adoção do Imposto Único. Trata-se daqueles que acreditam que a busca da simplificação é sempre danosa. Acreditamos que a sociedade participa mais de todo o processo quando entende claramente o que está ocorrendo. Complicar é elitizar e encerrar ideias e teorias numa redoma de cristal.

Srs. Senadores, por falta de tempo, não vou me ater a outras questões que dizem respeito à guerra fiscal, como o Projeto de Resolução 72/2010, que estabelece em 0% a alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados do exterior. O PRS 72 é meritório, mas é necessário projetar uma visão mais realista sobre suas verdadeiras consequências.

A defasagem na infraestrutura logística, além da exorbitante carga tributária brasileira, aliada às altas taxas de juros e as atuais taxas cambiais,...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP. *Fazendo soar a campanha.*) – Para encerrar, Senador.

**O SR. ANTONIO RUSSO** (PR – MS) – ...contribuíram para a elevação dos custos de produção, solapando a competitividade econômica brasileira no cenário internacional.

Na avaliação dos economistas mais ponderados, a solução mais viável no contexto brasileiro deveria ser centrada na adoção de incentivos fiscais associada à renúncia de receitas.

Para concluir, Srª Presidente, nesse cenário, faz-se necessária a adoção de medidas urgentes. A introdução de alíquota zero nas operações interestaduais



com mercadorias importadas do exterior poderia ser uma alternativa, mas talvez não mais o centro pesado das medidas. Enfim, o debate é imprescindível e deve manter a chama da esperança por um Brasil mais republicano, mais igualitário.

Era o que tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente. Muito obrigado, obrigado pela sua tolerância. Eu sei que a senhora é muito exigente, portanto, obrigado por me ter dado um pouco mais de tempo. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Antonio Russo pela estreia; eu creio que estreia também como Líder do Partido.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, como orador inscrito. Aliás como primeiro orador, chamo o Senador Valdir Raupp. (*Pausa.*)

Não se encontrando presente, o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo regimental de dez minutos, Senador.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Senadora Marta Suplicy, gostaria, em primeiro lugar, de saudar a presença, na nossa tribuna de honra, do Prefeito Renato Stasiak e do Vice-Prefeito Anízio de Souza, do Município de Porto União, em Santa Catarina, que hoje tem 33 mil habitantes.

Prefeito Stasiak, do PMDB, e Anízio de Souza, do PT, sejam bem-vindos ao nosso Senado.

Gostaria, Sr<sup>a</sup> Presidenta, de dar uma boa notícia que aconteceu ontem, sobretudo porque também teve a participação do Brasil, das autoridades brasileiras. Refiro-me à libertação de dez pessoas – seis policiais e quatro militares – que há dez anos estavam sequestrados pelas Farc, na Colômbia. Eis que foram finalmente libertados, inclusive, com a colaboração da Cruz Vermelha do Brasil, que auxiliou com dois helicópteros, e ainda com 22 militares das Forças Armadas do Brasil, que colaboraram com o governo da Colômbia para que esse passo tão significativo fosse dado rumo à pacificação da Colômbia.

Leio aqui a notícia, que saiu de maneira semelhante nos principais jornais brasileiros:

As FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) entregaram ontem a uma missão humanitária seis policiais e quatro militares sequestrados há mais de dez anos, que seriam os últimos reféns políticos da guerrilha.

O grupo foi recebido por familiares no aeroporto de Villavicencio (a 110 quilômetros de Bogotá). Desembarcaram fazendo sinais de vitória e acompanhados por médicos. Depois, foram levados à capital, onde passaram por uma avaliação.

“Conseguimos isso por meio do diálogo, sem derramar uma gota de sangue. É o reconhecimento de que o que a Colômbia mais quer é a paz”, disse a ex-senadora Piedad Córdoba, da ONG Colombianos e Colombianas pela Paz, que negociou as liberações.

Cumprimento a Senadora Piedad Córdoba, que já esteve aqui, no Senado Federal, e com quem já estive, há alguns anos, quando em visita a Colômbia. Ela é uma das pessoas que muito se interessou pela proposição da Renda Básica de Cidadania.

Ressalto, assim, a importância desse passo dado na Colômbia com vistas à pacificação do longo conflito que existe entre as Farc e o Governo da Colômbia.

Segundo a Cruz Vermelha, que coordenou a operação que levou mais de sete horas, os reféns foram entregues em uma zona rural do sudeste colombiano. A missão utilizou um dos dois helicópteros cedidos pelo Brasil, operado por militares brasileiros.

“Hoje termina a agonia para estas famílias e isso nos enche de satisfação”, disse o chefe da delegação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha na Colômbia, Jordi Raich, em um comunicado.

A operação iniciada na sexta-feira – quando as aeronaves brasileiras partiram de Manaus (AM) – esteve prestes a ser cancelada na manhã de ontem, por conta do mau tempo. Iniciou-se, por fim, com duas horas de atraso.

Em fevereiro, as Farc anunciaram o fim dos sequestros de civis e a soltura do grupo entregue ontem e relançaram ao Governo oferta para retomar as negociações de paz.

A proposta, contudo, foi recebida com cautela pelo Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, que tem repetido que o fim dos sequestros é um “passo importante” para iniciar as conversas com a guerrilha, mas não suficiente”.

O Governo exige que a guerrilha mais antiga do continente, ativa desde os anos 60, abandone as armas e renuncie ao recrutamento de menores e ao narcotráfico.

Mesmo debilitadas, as Farc resistem a aceitar as condições. Com efetivo reduzido pela metade – estima-se que sejam 9.000 homens –, tem optado por planejar atentados contra forças de segurança.

Com as liberações de ontem, ativistas dizem que a meta agora é trabalhar para que

um número indefinido de reféns civis que ainda está em poder da guerrilha não seja esquecido.

“Não podemos esquecer que ainda há centenas de pessoas cativas que o grupo deve liberar se realmente pretende que a sociedade colombiana confie em seu anúncio de abandonar o sequestro como arma de guerra”, diz Olga Gómez, diretora da ONG Fundação País Livre.

Segundo a entidade, haveria 405 cativos na selva, à espera de pagamento de resgate.

É a quarta vez desde 2009 que o Brasil auxilia no traslado de reféns unilateralmente libertados pelas Farc. O país colocou à disposição da Cruz Vermelha dois helicópteros Cougar, do Exército brasileiro, com capacidade para até 24 pessoas cada um.

O Governo também enviou à Colômbia um avião cargueiro com peças de reposição dos helicópteros e equipe de mecânicos.

Quero cumprimentar o Ministro da Defesa, Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e a própria Presidenta Dilma Rousseff, que, tal como fez o Presidente Lula quando colaborou em ações dessa natureza, procederam da maneira aqui indicada.

E quero ressaltar e estimular as Farc a, efetivamente, caminhar na direção de uma forma de pacificar a Colômbia, de não haver mais os sequestros ou a utilização do narcotráfico como maneira de conseguir recursos e que possam as Farc dialogar com o governo com vistas mais a aplicar aqueles instrumentos que possam significar a realização, a consecução dos princípios de justiça na Colômbia e que possa, a exemplo do Brasil, caminhar celeremente para diminuir as desigualdades, caminhando em direção à eliminação da pobreza extrema e, para isso, que venham a considerar seriamente a proposta, como tenho dito à Senadora Piedad Córdoba e ao próprio Presidente Juan Manuel Santos, que considerem seriamente a proposição de uma renda básica de cidadania para toda a população da Colômbia.

Então, Srª Presidenta, que bom que houve esse passo que significa esperança para as condições de paz na Colômbia e na América Latina.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço, como orador inscrito.

**O SR. RICARDO FERRAÇO** (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antecedendo-me na tribuna, a

Senadora Marta Suplicy, a meu juízo, de maneira muito apropriada, chamou a atenção para o absurdo que foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça, inocentando, não alcançando no rigor da lei, esse criminoso, criando, por conta disso, toda uma expectativa e uma percepção de impunidade em relação a um estuprador que, utilizando-se de crianças com 12 anos de idade, foi inocentado pelo Superior Tribunal de Justiça.

A indignação da Senadora Marta Suplicy, a indignação de outras Senadoras é também a indignação de todo o País para com esse equívoco de uma lei que foi interpretada sem considerar as consequências sociais e a impunidade que isso pode sinalizar para o conjunto de brasileiros, sobretudo quando uma decisão como essa vem de uma corte da envergadura e da responsabilidade do Superior Tribunal de Justiça; mas não apenas isso, Senadora Marta Suplicy, Srªs Senadoras, Srs. Senadores: também a decisão do Superior Tribunal de Justiça em relação à Lei Seca, quando concluiu uma evidência que já estava sinalizada de que ninguém é obrigado a produzir provas contra si mesmo, como conceito e como princípio universal – neste caso, o direito individual sobrepondo-se ao direito coletivo. Aquela regra básica: o meu direito termina onde começa o direito do meu semelhante. Que direito tenho eu de me embriagar, sair pela rua, colocando em risco a minha vida, colocando em risco a vida de um semelhante?

Quando, em 2008, a Lei Seca foi editada, logo nos seus primeiros meses, ela produziu resultados extraordinários, sobretudo nos Estados que desenvolveram estratégias presentes e eficientes, com recursos materiais, com recursos humanos, com estratégias, com informação e com inteligência.

O caso do Estado do Rio de Janeiro parece-me uma referência para todos os nossos governos e todos os nossos Estados, por conta das ações, das diretrizes do Governo do Estado, do Governador Sérgio Cabral, que trouxe, inclusive, para si, para perto de si, para o seu gabinete as diretrizes e a gestão de uma eficácia muito forte em torno da Lei Seca, logo quando foi editada, Senador Clésio Andrade.

Isso produziu resultados extraordinários. Tivemos uma redução superior a 30% no número de vítimas fatais no perímetro do Governo do Estado do Rio de Janeiro, nas avenidas, nas ruas, colocando disciplina, colocando limite, porque a Lei Seca era interpretada como uma ferramenta com capacidade de intimidar, de inibir, e os resultados na direção da preservação da vida foram eficazes. Não apenas no Estado do Rio de Janeiro, mas também no meu Estado do Espírito Santo, observamos resultados bastante satisfatórios.

Ocorre que, no tempo, quando o mesmo Superior Tribunal de Justiça concedeu uma liminar na direção de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, ali começamos a perceber que a Lei Seca perdia eficácia, perdia possibilidade de continuar produzindo os resultados. E aí os indicadores voltaram a crescer e, de fato, a escalada da violência no trânsito brasileiro está fora de qualquer curva, transformando-se numa epidemia.

Foi nesse período que, chegando ao Senado, tomamos a iniciativa de apresentar um projeto que estabelece novos critérios para o art. 306 do Código Nacional de Trânsito, considerando não apenas o bafômetro, mas também outras formas com previsão legal, como a imagem, o vídeo, o testemunho, para que pudéssemos alcançar aquelas pessoas que, infelizmente, dirigem de forma inadequada, que fazem uso do álcool – e o álcool com a direção é um casamento absolutamente perverso e indesejado. E estamos assistindo no Brasil a uma verdadeira epidemia em nossas ruas, em nossas avenidas, levando e produzindo muita angústia, muito sofrimento, interrompendo muitas vidas.

Fizemos um debate aqui ao longo de todo o ano de 2011 e conseguimos aprovar, de forma terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esse projeto, que agora tramita na Câmara Federal.

E as manifestações do Presidente Marco Maia são absolutamente acolhedoras e bem-vindas. Ainda na sexta-feira, após a decisão do Superior Tribunal de Justiça, que transformou a Lei Seca numa lei inócua, sem eficiência, o Presidente Marco Maia assegurou que, ainda no mês de abril, a Câmara Federal, os Deputados Federais poderão votar, quem sabe, até em regime de urgência, para que o Congresso Nacional – o Senado já o fez e, agora, se a Câmara o fizer – possa oferecer uma resposta à sociedade brasileira.

De igual forma, nós assistimos às manifestações do Ministro José Eduardo Cardozo, solidarizando-se, Senador Paim, com as necessidades de endurecermos o jogo para que possamos ter um trânsito mais humano.

Ontem, aqui no plenário, o Senador Rollemberg comemorava 15 anos de uma relação bastante respeitosa do pedestre aqui em Brasília com os veículos. O pedestre que atravessa a faixa branca é observado, é respeitado. Essa é uma iniciativa que se transformou numa cultura e num padrão de convivência e de convivência muito respeitosa.

Pois bem, também o Ministro José Eduardo Cardozo e o Ministro Alexandre Padilha...

Acho que nós precisamos fazer um mutirão, precisamos fazer um esforço, porque esse projeto endurece as regras. Ele não apenas mantém o bafômetro, mas também mantém outras formas de comprovar que

o uso do álcool e da direção é um casamento muito perverso para a vida humana.

Alguns podem argumentar que pode haver um excesso de autoridade aqui e acolá. Pois bem, quando o excesso houver, o bafômetro será prova de defesa, e não de ataque, dando oportunidade às pessoas de fazerem uso do bafômetro como forma de provar a sua inocência.

É essa a manifestação que trago ao plenário do Senado, que já debateu esse assunto nas suas comissões de maneira exaustiva, já enviou esse projeto à Câmara Federal. Eu e um conjunto muito grande de especialistas e técnicos aguardamos que a Câmara Federal possa, de fato, ser diligente, votar esse projeto e oferecer uma resposta adequada e segura para essa questão, porque as nossas ruas e avenidas se transformaram numa praça de guerra.

É claro que a lei, por si só, não terá capacidade de produzir todos os resultados necessários, mas acredito que, com uma boa lei, calibrada e regulada como essa, com esse ambiente, com os governos estaduais atuando para equipar os seus batalhões de trânsito e com outras iniciativas, como educação para o trânsito nas escolas, nós poderemos, de fato, mudar essa cultura e partir para a cultura da paz, que é uma cultura necessária na convivência coletiva.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Muito obrigado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Ferraço.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias, como orador inscrito.

Logo em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, o Governo acaba de anunciar medidas de desoneração da folha de pagamento para quinze novos setores da indústria. Anunciou medidas para ampliar o financiamento, incentivar exportações, apoiar a competitividade dos produtos nacionais e baratear o crédito para a indústria.

Os setores que serão desonerados são: têxtil, confecções, couro, calçados, móveis, plásticos, materiais elétricos, autopeças, ônibus, naval, bens de capital (máquinas e equipamentos), mecânica, hotéis, tecnologia da informação, *call center* e *design house*.

A partir de junho, por exemplo, a contribuição previdenciária patronal para o INSS será eliminada em novos setores da indústria. Será substituída por uma compensação parcial, uma nova alíquota de 1% a 2,5% sobre o faturamento, tributo que não vai incidir sobre as exportações.



Ficou decidido, por medida provisória, que o Tesouro vai cobrir uma eventual redução na arrecadação da Previdência.

Sr<sup>a</sup> Presidente, o Governo, desde 2007, já anunciou vários planos para salvar a indústria. A única novidade desse novo anúncio foi que o Governo não mudou o nome. Tanto que foi divulgado como novas medidas do Plano Brasil Maior, aquele mesmo apresentado há quase oito meses e que pretendia salvar a indústria. Nenhum deles salvou a indústria, tanto é que se está fazendo outro. Enfim, apesar de ser um novo plano, poderia perfeitamente ser chamado “plano mais do mesmo”.

Novamente o Governo recorre ao BNDES. São vários mecanismos de redução das taxas de juros, de linhas de crédito oferecidas pelo banco. Incluiu mais setores, deu mais prazo, juros menores e cobre uma parte maior do investimento.

Quanto é que o Governo paga para rolar os seus títulos da dívida? Nove vírgula setenta e cinco por cento.

Quanto vai cobrar dessas operações? Cinco vírgula cinco por cento.

Está emprestando mais barato do que vai captar.

Qual é a vantagem disso para o País? Esta é a indagação: qual é a vantagem para o povo brasileiro? Em todos os casos haverá custo para o Tesouro. E o contribuinte, é ele mesmo: é o contribuinte mais uma vez arcando com esses benefícios.

Portanto, este Governo não tem capacidade criativa. É sempre mais do mesmo. Ressuscita velhos instrumentos, mas é incapaz de aperfeiçoar essas políticas. Ressuscitam instrumentos ultrapassados de décadas passadas. A competência gerencial está sempre em dúvida, se é que ela existe.

Pretendem dar nova denominação às antigas câmaras setoriais. Isso foi utilizado no passado, numa conjuntura totalmente adversa. Essa era uma política duvidosa onde os setores mais fortes, mais organizados, mais influentes vêm ao encontro do rei. E nessas negociações os métodos republicanos são questionáveis.

Já falei desta tribuna dos benefícios setoriais, critiquei essas iniciativas. São medidas de um governo que não pensa, e, quando pensa alguma coisa, pensa no curto prazo.

Repito: o que o Brasil precisa é de uma ampla reforma tributária para atingir a economia de forma horizontal. O grande desafio à nossa frente é a rediscussão do pacto federativo. As grandes reformas estão sendo ignoradas, não só a reforma tributária, mas as demais, como a administrativa, que seria mais simples, porque caberia ao Poder Executivo reduzir a estrutura agigantada que contempla a base aliada com os seus

favores, quase sempre comprometendo a eficiência administrativa e abrindo as portas para a corrupção.

O que estão fazendo são medidas paliativas que atingem de forma vertical a economia ao beneficiar setores específicos, e não o conjunto da economia brasileira, que está asfixiada com o excesso de tributos e uma política cambial danosa aos nossos exportadores.

Representantes da indústria ficaram divididos. Para o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf:

As medidas são muito pontuais e não atingem os problemas fundamentais que geram falta de competitividade das empresas brasileiras. Enquanto o Governo não atacar fatores que geram custos ao setor, como preço da energia, gás e defasagem cambial, a raiz do problema não será resolvida.

Portanto, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ainda é cedo para uma análise de maior profundidade daquilo que anunciou o Governo, mas a impressão que fica é a de que, mais uma vez, o Governo é espetaculoso ao anunciar e, depois, é uma decepção ao executar.

Mais uma vez, insistimos: o Governo adota medidas assessórias para resolver uma questão que é macro. As grandes reformas continuam ignoradas. Por que ignorá-las?

Mas, antes de concluir, Sr<sup>a</sup> Presidente, queremos, mais uma vez, comunicar à Casa que, cumprindo um compromisso assumido com o Ministro Mantega quando esteve no Senado Federal, estamos formalizando e encaminhando a ele algumas indagações que fizemos e, no momento, não pode responder, sobre o escândalo da Casa da Moeda.

Nós apresentamos um requerimento que convidava o Ministro Guido Mantega a falar sobre aquele episódio da Casa da Moeda e, com outros Senadores, protocolamos, na Procuradoria-Geral da República, uma representação.

Sobre esse assunto, o Senador Pedro Taques já veio à tribuna no dia de hoje e fez a abordagem competente, com o conteúdo de natureza jurídica que se deve fazer sobre esse assunto.

Segundo o Procurador Roberto Gurgel, por se tratar de suspeita de improbidade administrativa, um ilícito de natureza cível, o caso deveria ser tratado na primeira instância, uma vez que o foro privilegiado de que trata a Constituição Federal diz respeito à área criminal, e determinou o envio do procedimento à Procuradoria Regional do Distrito Federal.

Ela, por sua vez, deu início à investigação, mas a AGU recorreu ao Supremo para suspender o procedimento.



Seguindo outras decisões, o Ministro Fux suspendeu a investigação, entendendo que, nos casos de improbidade relativos a pessoas com foro privilegiado, a suspeita é de natureza criminal e não cível, razão pela qual deve ser processada na Procuradoria-Geral da República.

Vamos aguardar o procedimento do Procurador-Geral da República a respeito, mas estamos encaminhando ao Ministro Guido Mantega um ofício com as indagações que fizemos e que não foram respondidas quando ele aqui esteve para que ele possa responder de forma oficial e formalmente, porque, segundo ele, não conhecia o fato apresentado para os seus esclarecimentos.

*(A Srª Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Nós voltaremos a esse assunto, Srª Presidente, já que a campanha anuncia que o meu tempo terminou e, obediência a ela, eu encerro o meu discurso.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Está aberta a **Ordem do Dia**.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Lídice da Mata.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu solicito a palavra pela ordem, Srª Presidente, para, em meu nome, em nome do Senador Walter Pinheiro, da Bancada da Bahia, solicitar que V. Exª possa colocar em votação a Resolução nº 6, de 2012, que prorroga o prazo de um empréstimo já aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, da Bahia, do BIRD e gostaríamos de poder votá-lo ainda hoje.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendida. Será o último item da de hoje.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas gostaria de consultar antes as lideranças se há algum impedimento. *(Pausa.)*

Não havendo nenhum impedimento, então será o último item da Ordem do Dia.

Nós temos aqui... Pois não, Senador Walter Pinheiro, Líder do PT.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senadora, antes de V. Exª começar a Ordem do Dia, eu queria fazer um

comunicado em nome da Liderança do nosso Bloco Parlamentar, PT, PCdoB, PSB, PDT, PRB.

Imbuídos com o objetivo de que esse processo que a todos nós tem causado indignação, mas, ao mesmo tempo, uma disposição para que essas coisas possam andar, desde o processo da apuração por parte da Procuradoria-Geral da República, desde o processo de decisão da Procuradoria-Geral da República para encaminhar ao Supremo Tribunal Federal o pedido de abertura ou a autorização para que parlamentares pudessem ser investigados, até o processo, inclusive, adotado pelo nosso Corregedor da Casa, Senador Vital do Rego, que solicitou à Procuradoria que, dentro dos trâmites legais – aliás, é bom frisar isso, medida essa que foi encabeçada também pelo nosso Presidente da Casa, Senador José Sarney, que de imediato remeteu para a Procuradoria Geral da República essa solicitação – para que a Casa e particularmente a Corregedoria, e de modo seguinte o Conselho de Ética, esses dois órgãos possam ter acesso às informações que até então estavam em poder da Procuradoria Geral da República, e que até então, só temos tomado conhecimento dela pela boa contribuição da imprensa. Mas eu diria, de maneira que essas informações têm vazado e assim nós temos tomado conhecimento.

Então, nesse sentido eu quero aqui, Srª Presidente, em nome do nosso bloco, e aproveitando a própria conversa que tivemos no dia de hoje com diversos partidos e a decisão que tomamos na reunião do nosso bloco, é pedir a completa apuração sem nenhuma interrupção; nós queremos o completo processo de apuração, Senador Eduardo, de todo esses crimes e não só a questão do decoro, mas também a questão da apreciação e apuração da quebra de decoro parlamentar, mas nós queremos que todo o processo, que até então tem vazado, ele não sofra solução de continuidade, para que nós cheguemos ao extremo: avaliar, apurar e punir todos esses crimes cometidos.

Nesse sentido, para dar a contribuição aqui dentro como nós cobramos lá fora, o Partido dos Trabalhadores e o bloco apresentam o nome do Senador Wellington Dias para que o Partido, o PMDB – que tem a prerrogativa da indicação da Presidência no Conselho de Ética –, possa avaliar, assim como os outros partidos que compõem o Conselho de Ética, o nome de S. Exª para assumir a Presidência do Conselho de Ética, conseqüentemente no seu colegiado, portanto, no fórum adequado para eleição, uma vez que o presidente em exercício, o Senador Jayme Campos, solicitou que houvesse a eleição de um novo presidente com a vacância a partir, eu diria, da licença e não da saída do Senador João Alberto, para que a gente possa recompor o Conselho já marcado para a próxima terça-feira. E, óbvio,

se o PMDB assim concordar, ou se o PMDB tiver um outro nome, Senador Eduardo Braga, nós apoiaremos integralmente. Mas para contribuir no sentido da apuração, o bloco parlamentar que lidero apresenta o nome do Senador Wellington Dias, que já é membro do Conselho, para que o Senador possa assumir a Presidência daquele órgão, este órgão ser instalado e efetivamente começar o seu trabalho, inclusive de apuração a partir dos documentos quando aqui chegarem, a pedido inclusive do nosso Corregedor Vital do Rêgo.

Era esta a comunicação que eu gostaria de fazer nesta tarde, comunicação esta, Senadora Marta, que fiz ao Líder do PMDB, Renan Calheiros, a quem cabe a indicação para a Presidência do Conselho. Portanto sei que é uma decisão que cabe exatamente pelo tamanho da Bancada do PMDB, mas nós estamos tentando contribuir dessa maneira.

Conversei com o Senador Wellington Dias, eu, o Senador José Pimentel. O Senador Wellington Dias está fora, em missão oficial no dia de hoje, mas aceitou de pronto a tarefa se assim os membros do Conselho de Ética e os partidos concordarem com essa indicação, para que, recompondo aquele colegiado, ele possa exatamente, no dia marcado pelo Presidente em exercício, na próxima terça-feira, dar consequência a esse processo de apuração.

Era esta comunicação que gostaria de fazer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tenho certeza de que a Liderança do PMDB será sensível ao pleito que V. Ex<sup>a</sup> acaba de fazer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós temos sobre a Mesa o **Item 1**, que é o **Projeto de Lei da Câmara nº 40**, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao regime geral da Previdência Social.

É uma votação que necessita quórum de maioria absoluta.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM) – Sr<sup>a</sup> Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, inclusive para colaborar.

No Senado, obviamente, há um entendimento praticamente amplo com todas as Lideranças com relação a essa matéria. Mas, como V. Ex<sup>a</sup> vinha colocando, esta é uma matéria que depende de quórum qualificado.

Portanto, para não prejudicar esta matéria, eu sugeriria à Mesa uma indicação de inversão na Ordem do Dia, para que nós votássemos uma autoridade para testarmos o quórum. E, tendo quórum, consultados os Líderes, não haveria nenhuma dificuldade de

votarmos, portanto, o PLC nº 40, que é fruto de um amplo entendimento nesta Casa, Sr<sup>a</sup> Presidente. E aí atenderíamos, portanto, uma demanda justa, absoluta e socialmente correta, que é a questão mencionada por V. Ex<sup>a</sup> já no PLC nº 40.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu acho uma idéia bastante boa, mas quero consultar os líderes presentes para saber se estão todos de acordo com a sugestão.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

O PSDB concorda com a inversão de pauta, alertando para a hipótese de não alcançarmos os 41 votos e a sessão cair. Não haverá continuidade. Há um projeto que poderia, simbolicamente, ser votado antes das autoridades, o projeto do Deputado Mendes Thame.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Acho que vamos fazer desse jeito.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Faremos a votação do projeto do Mendes Thame e, depois, votaremos as autoridades.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E o da Bahia também. É o mesmo?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Exato. Há outro projeto...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há o da Bahia. Vamos garantir o da Bahia e esse outro, se não for o mesmo.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – O do Deputado Mendes Thame. Qual é o número do projeto?

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Se os outros Líderes acharem adequado, porque há também o Senador José Agripino.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Refiro-me ao Projeto nº 176, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) – Sr<sup>a</sup> Presidente, acho que é prudente a posição...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Um momentinho.

É a mesma coisa?

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – De autoria do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (Bloco/DEM – RN) – Não podemos correr o risco de colocar em apreciação uma matéria com essa importância – aposentadoria para os deficientes – e essa matéria cair. Isso é uma longa luta, de muitos anos, que pode ter um fim aqui. Então, a gente tem que fazer uma *avant-première*. Acho que a *avant-première* é apropriada para o projeto em apreço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Essa foi a ideia do Senador Eduardo Braga. Mas,

se, por acaso, não tiver quórum, a sessão cai. Então, vamos votar o que não precisa de quórum e garantir, se as Lideranças estiverem de acordo. Aí votaremos as autoridades. Se cair, caiu. Já votamos o mais importante, que é o da Bahia e o que o Senador Alvaro Dias mencionou.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)

– Srª Presidente, sem nenhum problema. Há acordo com relação à proposta do Senador Aloysio, com relação à proposta do Deputado Thame. Não há nenhum problema colocá-los em votação. Logo a seguir, votaríamos uma autoridade, para podermos testar o nosso quórum qualificado para votarmos o PLC nº 40. É exatamente para que a sessão não caia e para que não fique prejudicada a votação do PLC nº 40. Inclusive, para todos aqueles interessados que estão aqui e que nos assistem pela televisão, Senadora Marta Suplicy, é importante dizer do esforço de entendimento das Lideranças para que nós possamos fazer essa votação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Esse cuidado está sendo tomado, Senador. Temos quatro itens e mais o da Bahia, que é o último, antes de votarmos as autoridades com tranquilidade. Depois, vamos avaliar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – **Item 3:**

#### **EMENDA DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, DE 2007**

Discussão, em turno único, da Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253/2008, naquela Casa), que *inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 1.468, de 2010, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Níura Demarchi.

Discussão da Emenda da Câmara em turno único.

Encerrada a discussão; votação da Emenda da Câmara, nos termos do art. 286 do Regimento Interno.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

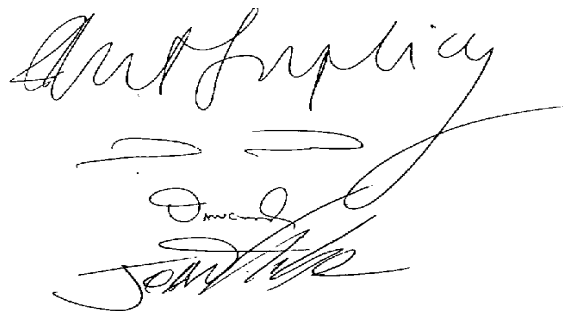
#### **PARECER Nº 329, DE 2012**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253, de 2008, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2007 (nº 4.253, de 2008, na Câmara dos Deputados), que inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro, no **Livro dos Heróis da Pátria**, consolidando a Emenda da Câmara dos Deputados, aprovada pelo Plenário.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de abril de 2012.



#### **ANEXO AO PARECER Nº 329, DE 2012**

**Inscreve o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro – no Livro dos Heróis da Pátria.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inscreva-se o nome de Anita Garibaldi – Ana Maria de Jesus Ribeiro – no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Não havendo nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 4:**

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717/2003, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.*

Pareceres sob nºs 1.486 e 1.487, de 2011, das Comissões



– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CAE, que apresenta; e  
– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Aloysio Nunes Ferreira, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 3-CAE, apresentando, ainda, a Emenda nº 4-CMA.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão do projeto e das emendas em turno único. *(Pausa.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Para encaminhar, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pode encaminhar, Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Para informar apenas que estamos votando um projeto importante do Deputado Mendes Thame, que teve como Relatores, numa comissão, o Senador Aloysio Nunes e, em outra comissão, o Senador Eduardo Suplicy.

Esse projeto tem por objetivo aplicar, aos produtos importados para comercialização no País, as mesmas regras de avaliação de conformidade aplicadas aos produtos similares nacionais para conformação do atendimento da regulamentação técnica federal.

A proposta corrige distorção que existe atualmente, pois permitimos a entrada de produtos importados no País, sem que estes atendam as exigências de licenciamento e regra de conformidade que são impostas aos produtos fabricados no Brasil.

Portanto, essa matéria chega no momento adequado, quando este tema está em discussão no Congresso Nacional.

Nosso encaminhamento, portanto, é favorável, cumprimentando o Deputado Carlos Mendes Thame pela iniciativa.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente, para discutir.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Quero confirmar. Fui relator na Comissão de Assuntos Econômicos e o projeto do Deputado Mendes Thame tem muita harmonia com o propósito hoje expresso pela Presidenta Dilma Rousseff, quando ela observou as normas que o Governo brasileiro está criando para permitir maior

grau de competitividade para os produtos brasileiros, inclusive em formas que levam em consideração as regulamentações internacionais das quais o Brasil é signatário. O projeto do Deputado Mendes Thame está plenamente de acordo ao exigir, para os produtos importados, as mesmas exigências que são aplicadas aos produtos brasileiros.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, por consenso, esse projeto, Srª Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, eu gostaria de registrar a presença entre nós do Professor Alain Ruellan.

O Prof. Alain Ruellan é um amigo do Brasil, um amigo de Brasília. Ele participou da Expedição Poli Coelho, em 1947, que demarcou esse espaço em que estamos nos reunindo hoje. Por isso, faço questão de registrar. É um amigo do Brasil e um amigo do meu Amapá. Junto com ele, construímos um belo programa de desenvolvimento sustentável, mostrando a preocupação da humanidade, das pessoas do mundo todo, hoje, com as mudanças do Globo.

Portanto, é uma satisfação que ele esteja aqui nesta Casa que ele projetou lá atrás, em 1947.

Muito obrigado, Srª. Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Seja muito bem-vindo, professor.

Mais algum Senador quer se manifestar sobre o Projeto nº 176?

Não havendo mais nenhum manifestante, dou por encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado.

Votação em globo das Emendas nºs 1 a 3 da CAE e da CMA e nº 4 da CMA.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovadas.

Não havendo objeção do Plenário, passamos, então, à redação final.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

#### **PARECER Nº 330, DE 2012**

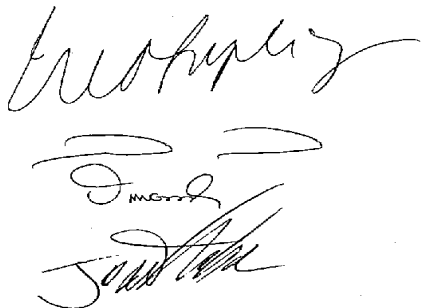
(Da Comissão Diretora)

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717, de 2003, na Casa de origem).**



A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 176, de 2008 (nº 717, de 2003, na Casa de origem), que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 abril de 2012.



ANEXO AO  
PARECER Nº 330, DE 2012

**Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.**

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 4 – CMA)

Dê-se ao art. 2º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 2º A importação de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal, listados em regulamento, poderá estar sujeita ao regime de licenciamento não automático, com vistas a assegurar a garantia de conformidade.”

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 1 – CAE/CMA)

Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º É facultada aos órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica Federal de produtos a atuação no recinto alfandegado em que o produto esteja armazenado, para efeitos de comprovação de atendimento às regulamentações técnicas por eles expedidas, na forma do regulamento.”

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 2 – CAE/CMA)

Dê-se ao capuz e ao § 1º do art. 4º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 4º O produto importado que se apresente em desconformidade com a Regulamentação Técnica Federal correspondente será retido pela autoridade aduaneira por prazo a

ser determinado pelo órgão ou entidade fiscalizadora competente para que o importador promova a adequação ou providencie a repatriação do produto.

§ 1º Caberá ao importador arcar com as custas de armazenagem do produto em recinto alfandegado, bem como os ônus do perdimento ou destruição, quando cabível.

.....”

EMENDA Nº 4

(Corresponde à Emenda nº 3 – CAE/CMA)

Dê-se ao § 4º do art. 4º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 4º .....

.....”

§ 4º Sem prejuízo da pena de perdimento, aplica-se ao importador que apresentar documentação falsa ou que fizer declaração dolosa quanto à regulamentação do produto importado, em qualquer fase do processo de importação, o disposto no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, quanto à suspensão e ao cancelamento da habilitação ou credenciamento para operar como importador.”

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em discussão a redação final. *(Pausa.)*

Não havendo mais discussão, vou colocar em votação.

Em votação.

Aprovada.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 5:**

**REQUERIMENTO Nº 182, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 182, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (exercício da profissão de instrumentador cirúrgico).

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – **Item 6:**

**REQUERIMENTO Nº 184, DE 2012**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 184, de 2012, do Senador Vital do Rêgo, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (regulamenta o exercício da acupuntura).

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há sobre a mesa requerimento de urgência para o **Projeto de Resolução nº 6, de 2012**, referente à Bahia.

É o seguinte o Requerimento:

**REQUERIMENTO Nº 246, DE 2012**

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 6 de 2012, que “prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010”.

Brasília, 2 de abril de 2012.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 6 DE 2012  
NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 3 / 4 / 12, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB)	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-ZEZÉ PERRELLA (PDT)
EDUARDO SUPLYCY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLYCY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
ACIR GURGACZ (PDT)	6-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB) <i>Lídice da Mata e Sérgio</i>	7-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	8-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PV, PSC)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÉGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-SÉRGIO SOUZA (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-CLÉSIO ANDRADE (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
IVO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-CLOVIS FECURY (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PR	
ANTONIO RUSSO	1-BLAIRO MAGGI
JOÃO RIBEIRO	2-ALFREDO NASCIMENTO
PSOL PSD	
KÁTIA ABREU (PSD)	1-RANDOLFE RODRIGUES (PSOL)

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*  
Aprovado.

Não tendo havido objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – **Item extrapauta:**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2012**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 2012, da Senadora Lídice da Mata e do Senador Walter Pinheiro, que *prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º, da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010.*

Parecer favorável, sob nº 328, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, com a Relatoria do Senador Eduardo Suplicy.

Cópias do referido parecer encontram-se à disposição em suas respectivas bancadas.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o Projeto de Resolução. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Para encaminhar a votação.

Não havendo nenhuma Liderança que queira encaminhar, em votação.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*  
Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

### **PARECER Nº 331, DE 2012**

(Da Comissão Diretora)

### **Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2012.**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 2012, que prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010. Sala de Reuniões da Comissão, 3 de abril de 2012.

### **ANEXO AO**

### **PARECER Nº 331, DE 2012**

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

### **RESOLUÇÃO Nº , DE 2012**

**Prorroga o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010, do Senado Federal.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É prorrogado em 180 (cento e oitenta) dias o prazo para o exercício da autorização estabelecido no art. 4º da Resolução nº 46, de 31 de agosto de 2010, do Senado Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Discussão da redação final. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Passamos agora às autoridades.

**Item extrapauta:**

### **MENSAGEM Nº 9, DE 2012**

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 9, de 2012, pela qual a Senhora Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Sr<sup>a</sup> Renata Stille, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.*

Sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatora: Senadora Ana Amélia. (Parecer nº 332, de 2012–CRE.)

Em discussão o parecer. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar. *(Pausa.)*

Está em votação o nome da Sr<sup>a</sup> Renata Stille como Embaixadora.

Chamo os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras para a votação nominal.

Peço aos Srs. Senadores que votem. Estou vendo muitos Senadores presentes que ainda não votaram. Temos que ter o quórum de 41 Senadores e Senadoras, no mínimo.

*(Procede-se à votação.)*

Chamo os Senadores e as Senadoras, informando que o quórum é de 41, o que já temos, mas acho que seria bom termos um pouquinho mais.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, quero convidar os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que estejam nos gabinetes para que venham ao plenário.

Estamos votando uma matéria que antecede a votação do PLC nº 40. Se alcançarmos, portanto, o número e o quórum nesta matéria, votaremos uma matéria extremamente importante para o Brasil, que, há anos, tramita nesta Casa e que, depois de longas negociações, está pronta para ser votada.

Portanto, eu convido todos os colegas Senadores e Senadoras que estejam nos gabinetes para que compareçam ao plenário da Casa, para que possamos votar esta matéria, que viabilizaria a votação do PLC nº 40, que é extremamente importante do ponto de vista social.

Eu gostaria de poder, mais uma vez, chamar e convidar todos os Senadores e Senadoras que estejam nos gabinetes. Eu estou vendo chegar o Senador Eunício Oliveira ao plenário, assim como o Senador Cyro Miranda. Com certeza, ainda há Senadores em seus gabinetes. Eu gostaria de convidar os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras para estarem no plenário e para poderem votar, alcançando o quórum tão importante para essa matéria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero saudar os alunos do curso de Direito do Uniceub, de Brasília, Distrito Federal. Muito bem-vindos a esta Casa!

Saúdo também o Deputado Romário e o Senador Lindbergh, que foram dois propulsores do Projeto nº 40, que vamos ver se conseguimos votar hoje. Parece que está tudo indicando.

Já temos 47 votos. Se atingirmos 51, acho que poderemos votar o Projeto nº 40. Como V. Ex<sup>a</sup> vê, Senador Lindbergh? Acho que vai dar.

Aí eles têm de ficar aqui, agora.

Mais dois, e a gente vota.

Há mais uns dez Senadores na Casa, que registraram presença. Então, vamos insistir para que venham. Muitos eu sei que, às vezes, estão nos Ministérios.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Sr<sup>a</sup> Presidenta...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Pimentel.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (Bloco/PT – CE) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, convido os nossos Pares para virem ao plenário, para que possamos chegar a pelo menos 50 Senadores e Senadoras, porque, em seguida, vamos votar uma matéria muito importante para os brasileiros e brasileiras, que é um projeto de lei complementar de autoria do Deputado Leonardo Mattos, de Minas Gerais.

Em 2005, no exercício do seu mandato, o Deputado Leonardo Mattos apresentou um projeto de lei complementar, para beneficiar as pessoas portadoras de deficiência, regulamentando um artigo da Constituição que vem de 1988. Ali ele cria regras diferenciadas para que esses trabalhadores e essas trabalhadoras portadoras de deficiência possam aposentar-se com data diferenciada, com uma idade mais vantajosa, com tempo de serviço menor, para que possam efetivamente desempenhar, na sua plenitude, as suas atividades.

É verdade que o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou aquela legislação que trata das cotas para as pessoas portadoras de deficiência, para que as empresas que têm um determinado número de trabalhadores e trabalhadoras possam ter uma quota destinada aos portadores de deficiência. Mas falta a outra parte, que é exatamente a regulamentação de suas aposentadorias, de suas licenças-saúde, dos seus benefícios previdenciários. E esse projeto de lei complementar de 2005, de autoria do Deputado Leonardo Mattos, faz justiça a esse setor da sociedade brasileira, que quer e precisa de maior atenção.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Presidenta, peço aos nossos Pares que permaneçam presentes nesta sessão, para que possamos votar em seguida o Projeto de Lei Complementar nº 40. Com isso, fechamos um ciclo de regulamentação da previdência social brasileira.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Pimentel.

Há alguns Senadores ligando e dizendo que estão a caminho.

A Senadora Vanessa chegou, o Senador Cícero diz que está a caminho.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Sr<sup>a</sup> Presidenta...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Rodrigo Rollemberg.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF.) – Apenas para registrar a nossa posição favo-



rável e para dizer que o quórum de 53 Senadores já permite votar o Projeto de Lei Complementar nº 40, de 2000, do Deputado Leonardo Mattos, projeto da maior importância.

Tive a honra de ser o autor do requerimento de urgência na Câmara dos Deputados para que esse projeto fosse apreciado em regime de urgência naquela Casa. Assim, teremos uma grande oportunidade, hoje, no Senado, de tomar uma decisão importantíssima

sim ao garantir a aposentadoria especial às pessoas com deficiência.

Portanto, faço o pedido para que possamos encerrar esta votação e iniciar imediatamente a apreciação do PLC nº 40.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

## VOTAÇÃO SECRETA

### MENSAGEM Nº 9, DE 2012 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. RENATA STILLE. PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADORA DO BRASIL JUNTO AO REINO HACHEMITA DA JORDÂNIA

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 3/4/2012

Num.Votação: 1  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 3/4/2012 16:30:32  
Encerramento: 3/4/2012 16:39:53

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	Votou
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	Votou
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	Votou
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	Votou
PSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
PP	RS	ANA AMÉLIA	Votou
PT	ES	ANA RITA	Votou
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	Votou
PT	AC	ANIBAL DINIZ	Votou
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PR	MS	ANTONIO RUSSO	Votou
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	Votou
PR	MT	BLAIRO MAGGI	Votou
PSDB	PB	CASSIO CUNHA LIMA	Votou
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	Votou
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	Votou
PT	MS	DELCÍDIO DO AMARAL	Votou
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	Votou
FRB	RJ	EDUARDO LOPES	Votou
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
PP	RO	IVO CASSOL	Votou
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	Votou
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	Votou
PT	AC	JORGE VIANA	Votou
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	Votou
PSB	BA	LIDICE DA MATA	Votou
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	Votou
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	Votou
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
PT	SP	MARTA SUPLICY	Votou
PSDB	SC	PAULO BAUER	Votou
PT	RS	PAULO PAIM	Votou
PDT	MT	PEDRO TAQUES	Votou
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	Votou
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	Votou
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	Votou
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	Votou
PR	TO	VICENTINHO ALVES	Votou
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	Votou
PT	BA	WALTER PINHEIRO	Votou

Presidente: MARTA SUPLICY

Votos SIM : 48  
Votos NÃO : 05  
Votos ABST. : 00

Total : 53



Primeiro-Secretário

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Votaram SIM 48 Srs. Senadores e NÃO, 05.

Não houve abstenções.

Total: 53 votos

Aprovada.

Será feita a devida comunicação à Senhora Presidente da República sobre a aprovação da indicação da Srª Renata Stille como Embaixadora do Brasil junto ao Reino Hachemita da Jordânia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passamos agora ao que era o **Item 1** da pauta.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 40, DE 2010–COMPLEMENTAR**

(Em regime de urgência,  
nos termos do Requerimento nº 214, de 2012)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010-Complementar (nº 277/2005-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Leonardo Mattos), que *dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social*.

Pareceres sob nºs 1.068 e 1.069, de 2010; e 214, de 2012, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Sérgio Zambiasi, favorável;

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, favorável;

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 73, de 2011), Relator: Senador Lindbergh Farias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto e a emenda, em turno único.

Para discutir, concedo a palavra ao...O Senador Rollemberg acabou de se expressar. Concedo a palavra, então, ao Senador Lindbergh, para discutir.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, vou tentar ser breve. Mas queria começar agradecendo a todos os Senadores e a todas as Senadoras, porque temos votado aqui, semana após semana, uma pauta muito produtiva em relação aos temas das pessoas com deficiência. Co-

meço fazendo este agradecimento sincero a todos os Senadores e a todas as Senadoras.

Quero agradecer, também, os Deputados pelo esforço e pela luta. Primeiro, o autor do projeto, Deputado Leonardo Mattos, que não está mais neste Congresso, mas está acompanhando esta votação de Belo Horizonte. Também agradeço à Deputada Rosinha da Adefal, ao Deputado Eduardo Barbosa, à Deputada Mara Gabrilli, ao Deputado Otávio Leite, ao Deputado Walter Tosta. Faço uma saudação especial ao meu amigo de causa e de luta, o Deputado Romário, que está no plenário deste Senado Federal, acompanhando esta votação.

Devo citar que foi importante na votação deste projeto na Câmara dos Deputados o então Deputado e atual Senador Rodrigo Rollemberg, que hoje vai utilizar esta tribuna para fazer uso da palavra.

Não poderia esquecer de falar do ex-Senador Flávio Arns, atualmente vice-governador do Paraná, da sua luta incansável nesta Casa, juntamente com o Senador Paulo Paim, que sempre levantou essa bandeira; o Senador Wellington Dias, que é pai da Daniela; Senadora Ana Rita; Senador Alvaro Dias.

Vou explicar rapidamente, porque não quero me alongar. Eu era relator deste projeto na Comissão de Assuntos Econômicos há um ano. Fiz dezenas de reuniões envolvendo o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, o Ministério da Casa Civil, a Secretaria de Relações Institucionais. Demoramos, porque tínhamos que construir um consenso com o Governo. A preocupação inicial, Senador Alvaro Dias, V. Exª que me cobrava colocarmos em pauta, era que, quando se avaliava os números de 2010 do IBGE, o que se via: 23,91% da população têm algum tipo de deficiência. Nos debates internos, tentávamos fazer uma diferenciação desse tipo de deficiência. Desses 23,9%, por exemplo, 15,3% eram deficiência visual leve.

Quanto à deficiência severa, chegamos ao número de 6,7%. E o mais grave é que, quando fomos ver quem estava trabalhando – infelizmente, a luta pela inclusão no mercado de trabalho tem de ser uma luta constante –, constatamos que apenas 306 mil pessoas com deficiência severa estão no mercado de trabalho, segundo dados de dezembro de 2010 da Rais, ou seja, 0,7%. Apesar de as pessoas com deficiência severa constituírem 6,7% da população brasileira, apenas 0,7% estão no mercado de trabalho.

Então, Senador Eduardo Braga, construímos um acordo com o Governo Federal envolvendo vários

Ministérios, um acordo que considero muito bom para as causas da pessoa com deficiência: nos casos de deficiência grave, para os homens, em vez de 35 anos de contribuição, serão 25 anos e, para as mulheres, em vez de 30 anos de contribuição, serão 20 anos de contribuição; nos casos de deficiência moderada, serão 29 anos de contribuição para os homens e 24 anos para as mulheres; nos casos de deficiência leve, serão 33 anos de contribuição para os homens e 28 anos para as mulheres. A nossa negociação não envolveu deficiência severa, mas envolveu esses números da deficiência leve e da deficiência moderada, e este que lhes fala, inclusive, acha isso importante, porque esses números, quando são inflados, acabam dificultando a luta pelos direitos da pessoa com deficiência.

Srª Presidente, não quero alongar-me, mas acho que este dia no Senado Federal é um dia importante para lutas históricas. Está aqui o Deputado Eduardo Barbosa, batalhador incansável, defensor da luta das pessoas com deficiência à frente das nossas Apaes pelo Brasil afora.

Hoje é um dia de conquistas, e encerro minha fala, dizendo que essa Emenda Constitucional, que é de 2005 e que já deveria ter sido regulamentada ao longo de todo esse tempo – por cinco anos, ficou na Câmara –, está no Senado hoje.

Senador Eunício, hoje é um dia de pauta positiva, hoje é um dia em que votamos um projeto que fala à vida das pessoas.

Quero agradecer a todos os funcionários, citando o Aires, um funcionário do Senado Federal que está neste plenário. Quero homenagear o Aires, que está nessa batalha em todos os instantes e que ajudou na construção do texto. Inclusive, o Senador Jorge Viana vai fazer uma emenda de redação a partir da contribuição do Aires, nosso funcionário do Senado.

Antes de encerrar minha fala, concedo um aparte ao Líder do Governo, Senador Eduardo Braga.

**O Sr. Eduardo Braga** (Bloco/PMDB – AM) – Caro Senador Lindbergh...

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Peço-lhe que aguarde um momento.

Nessa matéria, há três votações nominais, e, pela nossa observação, o quórum está diminuindo. Então, peço sensibilidade aos Srs. Senadores que queiram se manifestar, que consideram imprescindível a manifestação, para que o façam com a maior brevidade possível. São três votações nominais.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, peço a palavra, Srª Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Eu pediria a V. Exª a abertura do painel.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É uma boa ideia!

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Aqueles que quiserem encaminhar a votação poderão fazê-lo durante a votação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não havendo objeção por parte dos Líderes...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Primeiro, vou pedir para abrir o painel. Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Como não há objeção, peço que se abra o painel para votação. As falas vão acontecendo. É uma ótima proposta!

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Peço a palavra pela ordem, Srª Presidente.

Cumprimento o Senador Lindbergh.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quem fala? Não o estou vendo.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cumprimento todos os que estão envolvidos na história desse projeto. É mais uma história bonita escrita no Parlamento brasileiro! O projeto dá tratamento diferenciado à pessoa portadora de deficiência, dando-lhe aposentadoria especial. É dada aposentadoria especial de 30 anos de contribuição para os homens e de 25 anos de contribuição para as mulheres. O projeto dá também a possibilidade de aposentadoria por idade, desde que a pessoa seja portadora de deficiência há 15 anos.

Eu queria apresentar uma proposta redacional. É um adendo ao parecer do Senador Lindbergh, é uma contribuição também do Aires, para aperfeiçoar esse projeto, que, hoje, é parte da história do Congresso Nacional.

A proposta, Srª Presidente, é de emenda de redação: onde se lê “social”, no *caput* do art. 4º do Substitutivo, substitua-se por “funcional”, para que não haja

insegurança jurídica na aplicação dessa lei. É muito importante que se faça essa alteração. Apresento e encaminho à Mesa, neste momento, um adendo, uma emenda de redação que faço ao parecer apresentado com tanto sentimento e competência pelo Senador Lindbergh.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – No turno suplementar, daqui a pouco, faremos a apreciação dessa emenda.

A Senadora Vanessa também quer fazer uso da palavra, bem como o Senador Rollemberg.

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, peço a palavra pela ordem.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR) – Também peço a palavra, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, primeiro, quero concordar com o encaminhamento feito, porque, ao mesmo tempo em que estamos garantindo o quórum elevado para votação, permitimos que todas as Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores se pronunciem sobre essa matéria de tanta relevância.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – Sr<sup>a</sup> Presidente...

**A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco/PCdoB – AM) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, fui Deputada, com muita alegria, juntamente com o Deputado Leonardo Mattos, que é cadeirante e que, apesar de toda a sua limitação física, em absolutamente nada foi limitado no desempenho do seu mandato parlamentar. Senadora Marta, juntos, nós fizemos uma viagem oficial à Palestina. Talvez, essa tenha sido uma das viagens mais difíceis de que participei oficialmente, e ali estava o Deputado Leonardo. Com muita alegria, quero dizer que essa postura dele, assim como a de muitas outras pessoas que vivem, no dia a dia, essas limitações, faz com que construamos uma sociedade melhor.

Não é a primeira matéria que estamos votando. Há alguns dias, votamos matérias importantes de iniciativa do Governo que permitem a inclusão de pessoas com deficiência física.

Então, quero falar da minha alegria e do privilégio de hoje votar essa matéria tão importante, que reduz o tempo de aposentadoria para as pessoas portadoras de deficiência.

Obrigada, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de passar a palavra ao Senador Rollemberg, vou ler os inscritos: Inácio Arruda, Magno Malta, Alvaro Dias, Gim Argello e Eduardo Lopes.

Com a palavra, o Senador Rollemberg.

Senador, vou consultar o Plenário se há algum impedimento de conceder cinco minutos a cada orador, para que possamos manter o quórum. Há algum impedimento, ou todos concordam? (*Pausa.*)

Todos concordam.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente. Não usarei os cinco minutos, mas eu não poderia deixar de subir a esta tribuna, em primeiro lugar, para cumprimentar o Deputado Leonardo Mattos.

Quero registrar também a presença aqui do Deputado Romário e de outros Deputados que se têm destacado na luta em defesa das pessoas com deficiência.

Também cumprimento o Senador Lindbergh não apenas pelo seu parecer, mas por toda a articulação política que fez com o Governo, ajustando o texto e superando as resistências, para que tivéssemos a oportunidade de votar esse texto, hoje, aqui.

Eu me orgulho, Senador Lindbergh – já tive oportunidade de registrar isso –, de ter sido, na Câmara, o Deputado autor do requerimento de urgência que permitiu a aceleração da apreciação desse projeto.

Quero registrar aqui a participação das entidades representativas das pessoas com deficiência no Distrito Federal, que, desde aquela ocasião, sob a liderança do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep Brasil), mobilizaram-se para a apreciação desse projeto.

Com muita habilidade, o Senador Lindbergh conseguiu fazer com que o projeto que veio da Câmara mantivesse o mesmo tempo para aposentadoria por tempo de serviço para as pessoas portadoras de deficiência grave: 25 anos de contribuição para os homens e 20 anos para as mulheres. Houve um aumento do tempo de contribuição para os portadores de deficiência moderada, que era de 27 anos para os homens e de 22 anos para as mulheres, passando para 29 anos para os homens e para 24 anos para as mulheres, e para os portadores de deficiência leve, que era de 30 anos para os homens e de 25 anos para as mulheres, passando a ser de 33 anos para os homens e de 28 anos para as mulheres. Manteve-se no texto que, se a aposentadoria for requerida pelo critério de idade, aos 60 anos de idade para os homens e aos 55 anos



de idade para as mulheres, a aposentadoria está garantida desde que as pessoas tenham contribuído por pelo menos 15 anos.

Esse projeto, que é da maior importância, regulamentará um artigo da Constituição e caminha, mais uma vez, no sentido de dar cidadania às pessoas com deficiência. O Brasil é um País que pode se orgulhar – e o Congresso Nacional tem participação importante nisto – de, nos últimos anos, ter aperfeiçoado o sistema legal de proteção e de defesa das pessoas com deficiência. Foi assim com a Convenção da ONU, com o *status* constitucional que trata dos direitos das pessoas com deficiência. Avançou ainda com a medida provisória aprovada aqui que concede créditos ao BNDES para que este possa financiar as tecnologias assistivas. E, agora, regulamenta a aposentadoria especial para pessoas com deficiência.

Quero também registrar o trabalho do Deputado Eduardo Barbosa, incansável Deputado que sempre lutou em defesa dos direitos das pessoas com deficiências.

É o conjunto desses Parlamentares, Deputados e Senadores, com o apoio da Câmara dos Deputados e do Senado, que tem permitido avanços expressivos, significativos para o direito das pessoas com deficiência no Brasil.

Portanto, fico muito feliz de o Senado Federal, neste momento, avançar mais uma vez, fazendo justiça, encontrando-se com o anseio da população de fazer justiça às pessoas com deficiência.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente Marta Suplicy.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Cara Presidenta Marta Suplicy, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, em nome do Partido Progressista, eu gostaria de apresentar apoio integral ao PLC nº 40, pela relevância social. Ao mesmo tempo, em nome do Líder Francisco Dornelles, eu queria cumprimentar o Relator, o Senador Lindbergh Farias, pelo trabalho incansável que fez sobre matéria que ele, pessoalmente, conhece profundamente e que comoveu esta Casa, tratando das questões que envolvem as pessoas portadoras de deficiência.

De minha parte, fui autora, no início da Legislatura passada, de um requerimento de urgência para essa matéria. Houve o pedido do Ministro Garibaldi Alves, da Previdência Social – essa matéria tem todo o encaminhamento pela execução no Ministério da Previdência –, para que houvesse a retirada da urgência e para que houvesse uma negociação, que foi habilmente concluída pelas mãos do Senador Lindbergh Farias, com o apoio das lideranças de todos os partidos nesta Casa.

Então, Sr<sup>a</sup> Presidente, eu queria endossar, em nome do Partido Progressista, integral apoio ao PLC nº 40, cumprimentando o autor do projeto na Câmara e o Relator, Senador Lindbergh Farias.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Sr<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Antes de chamar o Senador Inácio Arruda, quero fazer uma consulta ao Plenário.

Há uma emenda. Poderíamos apurar essa votação. Continuam os discursos enquanto apresentamos as outras emendas. Há alguma objeção? (*Pausa.*)

Então, com 52 votantes, Senador Eduardo Braga e Senador Lindbergh, abrimos a votação?

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos apurar!

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos apurar!

Está encerrada a votação, em turno único. (*Palmas.*)

(*Procede-se à apuração.*)

# VOTAÇÃO NOMINAL

## EMENDA Nº 1 CAE, AO PLC Nº 40, DE 2010 (SUBSTITUTIVO/TURNO UNICO)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA FILIADA AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 3/4/2012

Num.Votação: 2  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 3/4/2012 16:48:34  
Encerramento: 3/4/2012 16:58:24

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PR	MS	ANTONIO RUSSO	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM

Votos NÃO : 00      Total : 52  
Votos ABST. : 00



Primeiro-Secretário

Presidente: MARTA SUPLICY

Votos SIM : 52

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 3/4/2012 16:58:26

**O SR. WALDEMIR MOKA** (Bloco/PMDB – MS)

– Peço a palavra pela ordem, Srª Presidenta.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Foram 52 votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção.

Aprovado com 52 votos de todos os Parlamentares aqui presentes.

É uma grande honra presidir esta sessão numa votação tão especial!

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM)

– Srª Presidenta, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Agora, voltamos ao turno suplementar.

Fechamos o painel e já o abrimos para as próximas votações.

Com a palavra, o Senador Eduardo Braga. Depois, falará o Senador Inácio.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco/PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, no momento em que cumprimentamos esta Casa por essa importante e histórica votação, aproveitamos para cumprimentar todos os Parlamentares que participaram da votação. Para não cometer injustiça, não quero citar nominalmente os Parlamentares. Mas cumprimento todos os Senadores, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, os ex-Deputados e os ex-Senadores que hoje ocupam outros cargos e que participaram da importante construção dessa matéria, que acaba de se concretizar com a votação por unanimidade no plenário desta Casa.

Também quero, Srª Presidenta, aproveitar a oportunidade para registrar os cumprimentos, em nome da Liderança do Governo, ao novo bloco, constituído pelo PTB e pelo PR nesta Casa. Ao fazê-lo, quero cumprimentar todos os Senadores do PTB e todos os Senadores do PR, na figura da Liderança do novo bloco, nosso Senador Gim Argello, esperando poder, com esse novo bloco de Senadores, poder ampliar a interlocução, ampliar a base e ampliar a sustentação ao Governo da Presidenta Dilma no Senado da República, ajudando a Presidenta no difícil desafio de continuar a transformação econômica e social do nosso País, preparando o Brasil para as futuras gerações.

Portanto, meus parabéns ao novo bloco de Senadores do PTB e do PR que compõe a base aliada do Governo nesta Casa, Srª Presidenta.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF) – Srª Presidente, pela ordem.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Srª Presidente.

**O SR. RODRIGO ROLLEMBERG** (Bloco/PSB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para sugerir a V. Exª que abra novamente o painel de votação enquanto os Senadores se sucedem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT

– SP) – Já está aberto.

Desculpe-me, Senador Inácio, que ia fazer uso da palavra, mas vou, primeiro, ler a emenda, para agilizar.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE)

– Claro!

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Turno suplementar.

Estando a matéria em regime de urgência, passa-se imediatamente à sua apreciação em turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Há sobre a mesa uma emenda.

Onde se lê “social”, no **caput** do art. 4º do substitutivo, substitua-se por “funcional”.

Justificação: trata-se de mera alteração redacional, que visa a adequar o substitutivo apresentado ao PLC nº 40, e, agora, sob análise deste Plenário, aos termos da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, faz-se necessário corrigir o **caput** do art. 4, que traz a palavra “social” quando deveria constar a expressão “funcional”, por ser o termo correto, adequado aos conceitos estabelecidos na convenção ratificada pelo Brasil com **status** constitucional em 2008.

Emenda do Senador Jorge Viana.

É a seguinte a emenda:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 40, DE 2010  
EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 – PLEN

**Onde se lê “social”, no caput do art. 4º  
Substitutivo, substitua-se por “funcional”.**

#### **Justificação**

Trata-se de nova alteração relacional, que visa adequar o Substitutivo apresentado ao PLC nº 40/2010, aprovado na CAE, e agora sob análise deste Plenário, aos termos de Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Faz-se necessário corrigir o **caput** do artigo 4º, que traz a palavra “social”, quando deveria constar a expressão “funcional”, por ser o termo correto, adequado aos conceitos estabelecidos na Convenção ratificada pelo Brasil, com **status** constitucional, em 2008. – Senador **Jorge Viana**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, para proferir parecer sobre a emenda em substituição às comissões de despacho.

**PARECER Nº 333, DE 2012 – PLEN**

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Em

substituição à CAE, CDH e CAS, meu parecer é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da emenda do Senador Jorge Viana.

Nos agradecimentos, faltou me referir ao Senador Gim Argello, que teve um papel grande na mobilização.

Sr<sup>a</sup> Presidente, solicitação do Senador Ricardo Ferraço, no sentido de se abrir o painel agora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Bom, eu gostaria de saber do Plenário se podemos votar essa emenda.

Estão todos de acordo? (*Pausa.*)

Então, está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

Passo a palavra ao Senador Inácio Arruda, que está aguardando há algum tempo.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, estamos aqui pacientemente aguardando, porque essa é uma das matérias mais importantes que votamos no Senado Federal. Matéria que ensejou uma discussão muito positiva, primeiro na Câmara e, agora, no Senado, aqui conduzida com a sensibilidade do nosso Senador Lindbergh Farias, com a presença do nosso Deputado Romário, mas não nos poderíamos esquecer do trabalho do Senador Flávio Arns, o seu esforço e a sua dedicação para que nós reduzíssemos o tempo de aposentadoria para as pessoas que têm um grau muitas vezes razoável de normalidade, mas que possuem uma deficiência que lhes causa prejuízo do ponto de vista do trabalho, que cria dificuldades.

E é exatamente essa sensibilidade, essa compreensão que permite a correção que estamos fazendo no dia de hoje. Estamos reduzindo o tempo de aposentadoria de todos aqueles que possuem deficiência: homens, de 35 para 25 anos; e mulheres, de 30 para 20 anos. Isso é muito importante.

Isso ocorre um dia depois do Dia Mundial, que chama a comunidade internacional para discutir o autismo, uma deficiência que exige, talvez, o mais elevado grau de sensibilidade para compreendê-la.

Registro esse dia especialíssimo porque, ontem, foi o dia Mundial do Autismo e, hoje, é a votação que realizamos no Senado Federal, completando a votação da Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar todos aqueles que lidam com a causa dos autistas no Brasil e no mundo, em nome de uma médica cearense, Dr<sup>a</sup> Fátima Dourado. Foi ali, no Ceará, que realizamos o primeiro congresso de autistas do Brasil, que reuniu os familiares e um número enorme de apoiadores, de colaboradores que

se sensibilizam com as causas das pessoas que têm uma debilidade e uma deficiência, seja visual, auditiva.

Existe uma campanha recente, no Senado Federal, em torno das pessoas que têm deficiência auditiva. É um projeto que realizamos no Senado Federal – aprovado no Senado e na Câmara – e que foi sancionado pelo Presidente Lula.

Acho que nós vamos somando os esforços. É a sensibilidade dos Congressistas, do Governo e do nosso povo para aqueles que têm como contribuir para a sociedade, mas que precisam de sua colaboração e precisam da colaboração da sociedade para que eles tenham as garantias e os meios, a fim de que possam dar sua contribuição à sociedade brasileira.

Parabéns aos nossos colegas que conduziram as relatorias desse importante projeto que estamos aprovando neste dia.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero deixar claro aos colegas Senadores e Senadoras que estamos votando, com autorização do Plenário, o substitutivo do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar, com o texto da emenda apresentada no turno suplementar.

Continuamos a discussão.

Com a palavra o Senador Magno Malta, por cinco minutos.

Senador Aécio quer se inscrever?

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – Estou solicitando a V. Ex<sup>a</sup> há algum tempo, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Estou inscrevendo o Senador Aécio e, depois, o Senador Randolfe?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Isso. Acredito que, para essa emenda, já temos número para fazer a apuração, porque temos outra emenda ainda.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É uma votação só de tudo. Não vamos ter outra.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP) – Perfeito.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, já foi autorizado. Em vez de fazermos três, vamos fazer duas. Agora foi uma e vamos agora votar duas juntas. Agora, estamos ouvindo os discursos para fazer a apuração.

Eu vou lembrar a lista: o primeiro, agora, é o Senador Magno Malta; depois, Alvaro Dias, Gim Argelo, Eduardo Lopes, Romero Jucá, Aécio Neves e Randolfe Rodrigues. Há mais algum?

Quero perguntar ao Plenário se podemos diminuir de cinco minutos para quatro minutos o tempo do orador.

Todos aceitam? (*Pausa.*)



Então, por quatro minutos, tem a palavra o Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senadora Presidente, Senadora Marta; Srs. Senadores; Sr<sup>as</sup> Senadoras; público aqui presente e também aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e que nos assistem pela TV Senado, este é um momento ímpar na nossa história, um momento absolutamente significativo, que emociona todos nós.

Eu tenho um sobrinho, Davi Guilherme, que é também uma criança absolutamente especial. Eu me lembro de que tivemos aqui uma sessão para homenagear as pessoas portadoras de deficiência, mas, na verdade, essas pessoas não são portadoras de deficiência coisa nenhuma, porque deficiência é mau-caratismo, deficiência é safadeza. Essas pessoas são especiais mesmo!

Acho que este momento em que todos os Senadores se inscrevem para falar e expressar suas emoções, juntando-se num momento ímpar, emocional e significativo para a vida da Nação, que começa a valorizar os seus especiais... Tenho ao meu lado o Romário, que é pai da Ivy, e o nosso querido Senador Lindbergh, que é pai da Beatriz. Nós temos n colegas nossos, militantes da vida pública, que têm filhos especiais e que, na verdade, a vida deles se tornou especial a partir desses filhos. Eu digo isso a partir da minha experiência, Romário, com o meu sobrinho, Davi Guilherme.

Por isso, Sr<sup>a</sup> Presidente, movido por essa emoção, apoiando com todas as minhas forças essa iniciativa e abraçando a Apae do meu Estado, aqueles que militam de coração, sacerdotalmente, na causa dos autistas e de tantos outros que merecem cuidados, porque são patrimônio da família, patrimônio de todos nós, em nome da Frente da Família, que tenho o prazer de presidir, Sr<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria que ficasse registrado que – é uma proposta minha, Romário; é uma proposta minha, Lindbergh –, a partir de agora, quando nós nos referíssemos a essa lei, ela passasse a se chamar Ivy Beatriz, que é a junção dos nomes das filhas do Deputado Romário, do nosso mil gols, do nosso Camisa 11, e do Senador Lindbergh. Existe Lei Fleury, um nome que o povo no Brasil nem sabe quem é. Há uns nomes que ninguém sabe quem são, mas todos sabem quem é Romário, quem é Lindbergh. E os nossos queridos especiais do Brasil sabem – e daqui para frente muito mais –, porque eles são a alegria da família, a alegria de todos nós. Por isso, a Lei, a partir de agora, deve ser chamada de Ivy Beatriz, e todo mundo vai saber do que se trata neste País.

É a minha homenagem, em nome do meu sobrinho de quatro anos, Davi Guilherme, que vai ser o

primeiro campeão de MMA com Síndrome de Down no mundo. O menino é adrenalina pura, Lindbergh, e vai ser campeão do mundo.

Por isso, fica aqui a minha proposta de essa Lei se chamar Ivy Beatriz.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Magno Malta.

Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas para prestar as homenagens. É evidente que o nome invocado pelo Senador Magno Malta tem o nosso apoio.

Eu sei que muitas pessoas, como o autor do projeto, muitas pessoas merecem homenagem neste momento por esta vitória. Digo sempre que a nossa atividade é de incompreensões, muitas vezes de injustiças. Incompreensões que se justificam ou não se justificam, mas há momentos que certamente emocionam aqueles que são artífices de uma vitória como esta.

Eu queria homenagear o Senador Flávio Arns. Foi exatamente para homenageá-lo que, no ano passado, conseguimos assinatura de todas as lideranças e incluímos na Ordem do Dia, em regime de urgência, este projeto. Recebemos um apelo do Ministro Garibaldi Alves e suspendemos o regime de urgência para que pudesse acontecer uma negociação com o Governo e o projeto fosse aprovado. O Senador Lindbergh recebeu a missão de relatar a proposta e negociou com o Governo, obtendo consenso, para que pudéssemos, hoje, aprovar aqui, definitivamente no Senado, retornando à Câmara para a deliberação final.

A nossa homenagem, portanto, ao ex-Senador Flávio Arns, que é uma figura emblemática na defesa desta causa. Certamente, tem uma participação importante no resultado desta votação.

Sei que houve uma grande mobilização nas redes sociais. Inclusive, quando tomei a iniciativa de propor um requerimento com regime de urgência, eu o fiz por ter recebido apelos via redes sociais. Certamente, essa mobilização foi importante e será importante para que a Câmara dos Deputados delibere o mais rapidamente possível, a fim de que essa proposta se torne lei. Afinal, se há responsabilidade maior na atividade pública é exatamente a responsabilidade de fazer justiça àqueles que, muitas vezes, não estão no patamar de privilégio que existe no País. Não são os privilegiados, mas são aqueles merecedores da atenção maior do Poder Público. É o que faz, nesta hora, o Senado da República.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Alvaro Dias.

Com a palavra o Senador Gim Argello.

**O SR. GIM ARGELLO** (PTB – DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, quero parabenizar o Senador Lindbergh por ter relatado tão importante matéria, o Deputado autor e todos aqueles que participaram efetivamente. Foi feita justiça hoje. É um projeto muito, muito importante, que demorou muito, mas que, a partir de hoje, se tornou lei.

A todas as associações que se encontram aqui presentes, ao Deputado Iolando, a todos vocês, a todos que participaram efetivamente disso.

Tivemos reuniões com o Ministro Garibaldi, que estudou, durante muito tempo, debateu e ajudou a construir essa solução, ajudou a construir esse relatório, em conjunto com o Senador Lindbergh.

Então, quero parabenizar, porque, realmente, hoje é um dia muito especial para o Senado, por fazer uma lei tão importante para o País, principalmente para aqueles que mais necessitam.

Parabéns.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Argello.

Com a palavra o Senador Eduardo Lopes.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já foi votada, Senadora. Essa eu acabei de ler. São as duas juntas.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – Sr<sup>a</sup> Presente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Eduardo Lopes.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Presidente, em 1998, dez anos após a promulgação da Constituição Cidadã, como foi chamada por Ulysses Guimarães a Constituição Federal de 1988, era promulgada a Emenda Constitucional nº 20.

Ela teve como grande mérito, em particular, o de permitir a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do Regime Geral do INSS, nos casos dos trabalhadores que exercem atividades prejudiciais à saúde ou à integridade física, na forma como viesse a ser definido em lei complementar.

Nada mais justo, um verdadeiro prêmio natalino entregue ao povo brasileiro naquele 15 de dezembro de 1998, um reconhecimento aos trabalhadores que se dedicam a atividades penosas ou perigosas com prejuízo da própria saúde.

Contudo, se com aquele gesto este Parlamento deu sentido e eficácia ao conceito de isonomia cunhado por Ruy Barbosa, de que a verdadeira igualdade

se resume em tratar “desigualmente os desiguais, na medida das suas desigualdades”, tal providência viria se mostrar insuficiente, incompleta, na medida em que outra classe de trabalhadores restara discriminada daquela proteção constitucional.

Foi necessário o decurso de quase uma década para que, em julho de 2007, o Congresso Nacional mais uma vez alterasse a Constituição pela Emenda nº 47 para, desta vez, estender o mesmo tratamento aos trabalhadores que são portadores de deficiências.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, reza a Constituição que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Mas para a correta compreensão deste comando legal necessário é que nos façamos valer da lição de Ruy Barbosa. Segundo ela, a igualdade consagrada.

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego dão conta de que, entre os anos de 2005 e 2010, foram incluídas no mercado de trabalho 143.631 pessoas com deficiência. Balanço divulgado pela Secretaria de Inspeção do Trabalho daquele Ministério revela ainda que o número de inserções tem aumentado ano a ano: em 2005, foram 12.786 pessoas, saltando para 28.752 ao final de 2010. O aumento é de 124% em cinco anos.

Nos primeiros meses de 2011, 7.508 pessoas com algum tipo de deficiência foram inseridas no mercado de trabalho formal, crescimento de 40,7% em relação ao primeiro trimestre de 2010, quando foram incluídos 5.338 trabalhadores.

Assim, quero aqui declarar o apoio total a essa lei.

Agora, ela voltando para a Câmara, peço que também lá...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco/PRB – RJ) – Que, então, na Câmara dos Deputados, seja dada a celeridade para que possamos concluir essa lei tão importante.

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eduardo Lopes.

Com a palavra o Senador Aécio.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, hoje o Senado vive um daqueles raros consensos. Consenso em torno de uma matéria de extraordinária relevância para uma parte expressiva de brasileiros. Não apenas brasileiros com deficiência, mas todos aqueles que se sensibilizam por essa causa.

Obviamente, a minha primeira manifestação é, mais uma vez, de reconhecimento e de cumprimentos ao Senador Lindbergh, que soube não apenas apresentar um correto substitutivo, mas abrir as portas da negociação com o Governo, superando algumas intransigências para a aprovação da matéria.

Mas é preciso, Sr<sup>a</sup> Presidente, que nós, num momento em que fazemos tantas homenagens, lembremos aqui o processo que nos trouxe ao dia de hoje.

Na verdade, essa proposta tramita na Câmara dos Deputados desde 2005. É de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, aqui ao meu lado hoje, um grande parlamentar de Minas Gerais, dedicado a essa causa durante toda a sua vida política e pessoal, assim como do ex-Deputado Leonardo Mattos. Desde 2005 essa proposta tramita na Câmara dos Deputados. Portanto, já aprovamos aqui.

Não obstante a relevância do texto já com algum atraso, mas eu me lembro ainda, Sr<sup>a</sup> Presidente, que, na reforma da Previdência, no ano de 2005, foi apresentada uma emenda pelo Deputado Eduardo Barbosa que já previa a aposentadoria especial no Regime Geral para as pessoas com deficiência e também no regime público, no Regime Geral e no serviço público. A iniciativa em relação ao Regime Geral poderia ser como foi a dos parlamentares, em especial do Deputado Eduardo Barbosa. Em relação ao regime público, Sr<sup>a</sup> Presidente, cabe ao Governo Federal essa iniciativa.

Então, no momento em que todos aqueles que participaram desse processo decisório merecem as nossas homenagens, é preciso que o Governo Federal tome, mais uma vez, já com grande atraso, a iniciativa, que é exclusiva do Governo Federal, de encaminhar ao Congresso Nacional essa mesma previsão da aposentadoria especial para os servidores públicos.

Já existe inclusive, segundo me relata o Deputado Eduardo Barbosa, mandados de injunção propostos por servidores públicos que buscam legitimamente esse direito. Aguardamos, portanto, vencidas as resistências até aqui, que o Governo Federal faça a sua parte...

*(Interrupção do som.)*

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para encerrar, Senador, por favor.

**O SR. AÉCIO NEVES** (Bloco/PSDB – MG) – E envie a esta Casa, Sr<sup>a</sup> Presidente, a proposta, pois é de sua responsabilidade exclusiva estender esses benefícios também aos servidores públicos.

Meus cumprimentos ao Deputado Eduardo Barbosa e a todos aqueles que ao longo dessa trajetória

contribuíram para que se faça justiça hoje, como fez a Câmara e faz o Senado da República, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Temos ainda dois oradores inscritos.

Depois abriremos a votação.

Primeiro é o Senador Jucá e depois o Senador Randolfe, que é o último inscrito antes da abertura da votação.

Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (Bloco/PMDB – RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidenta, vou somar minha voz à de todos e todas que falaram aqui e que ressaltaram essa vitória da sociedade brasileira.

Mais uma vez, o Senado Federal cumpre o seu papel. Nós que já aprovamos outros mecanismos a favor das pessoas portadoras de deficiência hoje aprovamos por unanimidade um projeto de lei complementar que reduz os prazos para a aposentadoria, fazendo justiça a esses brasileiros e brasileiras que merecem o nosso reconhecimento e o nosso apoio.

Quero parabenizar o Senador Lindbergh pela relatoria, todos os líderes da Casa, todos aqueles que debateram. Sem dúvida nenhuma, como eu disse, foi unanimidade a votação e também a posição tomada pelo Senado Federal.

Portanto, quero, em nome do PMDB, em nome da Liderança do PMDB, em nome do povo de Roraima, em nome, enfim, do meu mandato, dizer que estou muito feliz de ter votado essa matéria e de ter visto nesta tarde uma vitória importante como esta, fazendo justiça a milhares de brasileiros.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Jucá.

Com a palavra o Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (PSOL – AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, estamos hoje votando uma lei complementar que na verdade regulamenta a Emenda Constitucional nº 47. Mas bem que esta votação poderia ser um dispositivo de regulamentação do art. 5º da Constituição.

O art. 5º da nossa Constituição trouxe o princípio da igualdade. O princípio moderno da igualdade é interpretado através da máxima “tratar igualmente os iguais e tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem”. Ou seja, é o princípio da igualdade moderno, compreendendo que nós estamos em uma sociedade da diversidade e de muito acentuada desigualdade.

Claramente, o que existe no projeto de lei complementar que estamos votando e que vamos, se Deus quiser, aprovar daqui a pouco é realizar uma justiça entre os desiguais; é conceder uma aposentadoria



especial para aqueles que – é bom que se diga – não podem ser tratados com dó, com piedade, com pena. A palavra de ordem para o tratamento da pessoa com deficiência deve ser inclusão e cidadania.

Por isso, justifica a concessão de uma aposentadoria diferenciada, de uma aposentadoria especial, porque é o reconhecimento de que esses têm direito à aposentadoria diferente em virtude das suas diferenças dos demais cidadãos.

Este é o princípio da igualdade moderna: tratar os desiguais desigualmente na medida em que se desigalam e construímos, na verdade, uma sociedade baseada no princípio da igualdade positiva, presente no art. 5º da Constituição.

Quero saudar, já concluindo, Presidenta Marta Suplicy, dois lutadores dessa causa: o Senador Lindbergh aqui, no Senado, e o Deputado Romário, na Câmara Federal, que têm empunhado e empenhado seus mandatos em torno dessa causa, que é, sem dúvida nenhuma, uma causa cidadã e uma causa que dá cabo à real interpretação do princípio da igualdade que está presente em nossa Constituição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Randolfe.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu só queria que ficasse registrado que a reforma da Previdência proposta pelo Presidente Lula teve como relator o então Senador Tião Viana, em 2005, que desdobrou a Emenda Constitucional nº 41 com a Emenda nº 47. É exatamente a aprovação da Emenda Constitucional nº 47 que permite que se possa fazer essa votação histórica aqui, no Senado, garantindo às pessoas portadoras de deficiência que tenham um tratamento adequado – eu não diria diferenciado, mas adequado – na hora de se aposentar, seja por tempo de serviço, no caso com 30 e 25 anos, seja por idade.

Então, eu queria registrar aqui, mais uma vez, a maneira que o Senado aqui, hoje, reconhece a atuação parlamentar do Senador Tião Viana, que desdobrou a reforma da Previdência com a Emenda Constitucional nº 47, que permite que se faça hoje essa votação histórica, que faz com que todos nós, aqui, no plenário, possamos estar orgulhosos da função de Senador, assim como devem estar, certamente, os Deputados

que apresentaram essa proposta na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana.

O último orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro. Aí, vou abrir o painel. É sobre o tema, Senador.

O Senador Renan também quer falar.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – É, Presidenta.

Presidenta Marta, quero apenas parabenizar o Senado Federal. Estamos regulamentando aqui a Constituição Federal na Emenda nº 47, de 2005, que trata da aposentadoria especial para pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral da Previdência Social. É importante que se festeje hoje que estamos cumprindo a obrigação, quando aprovamos, por unanimidade, o substitutivo ao PLC nº 40, de 2010.

Entre os requisitos estabelecidos no projeto, está a exigência de tempo de contribuição diferenciada, conforme se trata de deficiência leve (30 anos, se homem; 25 anos, se mulher), de deficiência moderada (27 anos, se homem; 22 anos, se mulher) e de deficiência grave (25 anos, se homem; 20 anos, se mulher).

Então, quero aqui dizer, Senadora Marta Suplicy – e festejar –, que, dessa forma, o Senador Federal e o Congresso cumprem a obrigação e fazem justiça a todo o funcionalismo, que tem, nesta aprovação, a justiça feita neste momento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Flexa.

Com a palavra o Senador Renan Calheiros. E aí abrimos a votação.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco/PMDB – AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidenta Marta, quero reafirmar o posicionamento do PMDB com relação à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 40, que antecipa a aposentadoria dos portadores de necessidades especiais.

Essa é uma antiga luta, que prospera, com os cumprimentos devidos ao Senador Lindbergh, que cumpriu um importante papel com relação à tramitação e à aprovação dessa matéria.

É esse o posicionamento do PMDB, da Bancada do PMDB, aqui, no Senado Federal.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a votação.

Abra-se o painel, por favor.

*(Procede-se à apuração.)*



# VOTAÇÃO NOMINAL

## SUBSTITUTIVO AO PLC Nº 40, 2010, E EMENDA Nº1-PLEN (TURNOS SUPLEMENTAR)

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL À PESSOA COM DEFICIÊNCIA FILIADA AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 3/4/2012

Num.Votação: 3  
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 3/4/2012 17:02:50  
Encerramento: 3/4/2012 17:31:10

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANIBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PR	MS	ANTONIO RUSSO	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	SIM
PMDB	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	SIM
PSDB	GO	CYRO MIRANDA	SIM
PT	MS	DELÍCIO DO AMARAL	SIM
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PRB	RJ	EDUARDO LOPES	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	SIM
PP	RO	IVO CASSOL	SIM
PMDB	RN	IVONETE DANTAS	SIM
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	SIM
PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PT	AC	JORGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PSD	TO	KÁTIA ABREU	SIM
PR	SE	LAURO ANTONIO	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PMDB	MA	LOBÃO FILHO	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	SIM
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	SIM
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	SIM
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	SIM
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM

Votos SIM : 54  
Votos NÃO : 00  
Votos ABST. : 00

**Total : 54**



Primeiro-Secretário

Presidente: MARTA SUPLICY

Operador: NILSON SILVA DE ALMEIDA

Emissão: 3/4/2012 17:31:12

**O SR. VITAL DO RÊGO** (Bloco/PMDB – PB) – Senadora Marta, pela ordem.

Eu gostaria de consignar, além desse voto que está aberto, agora exposto no painel, que o Senador Vital do Rêgo, na votação anterior, acompanhou a Liderança do PMDB em tão importante e nobre votação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O resultado é realmente estupendo!

SIM, 54; zero NÃO.

Zero abstenção.

Cinquenta e quatro votos.

Aprovado por unanimidade, por todos os Senadores e Senadoras desta Casa. (*Palmas.*)

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

#### **PARECER Nº 334, DE 2012**

(Da Comissão Diretora)

#### **Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar (nº 277, de 2005 – Complementar, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2010 – Complementar (nº 277, de 2005 – Complementar, na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social, consolidando a emenda aprovada pelo Plenário no turno suplementar.

Sala de Reuniões da Comissão, 3 de abril de 2012.

ANEXO AO PARECER Nº 334, DE 2012

**Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta a concessão de aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de que trata o § 1º do art. 201 da Constituição Federal.

Art. 2º Para o reconhecimento do direito à aposentadoria de que trata esta Lei Complementar, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 3º É assegurada a concessão de aposentadoria, pelo RGPS, ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

- I – aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;
- II – aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;
- III – aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou
- IV – aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Parágrafo único. Regulamento do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar.

Art. 4º A avaliação da deficiência será médica e funcional, nos termos do Regulamento.

Art. 5º O grau de deficiência será atestado por perícia própria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de instrumentos desenvolvidos para esse fim.

Art. 6º A contagem de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência será objeto de comprovação, exclusivamente, na forma desta Lei Complementar.

§ 1º A existência de deficiência anterior à data da vigência desta Lei Complementar deverá ser certificada, inclusive quanto ao seu grau, por ocasião da primeira avaliação, sendo obrigatória a fixação da data provável do início da deficiência.

§ 2º A comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal.

Art. 7º Se o segurado, após a filiação ao RGPS, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no art. 3º serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, nos termos do regulamento a que se refere o parágrafo único do art. 3º desta Lei Complementar.

Art. 8º A renda mensal da aposentadoria devida ao segurado com deficiência será calculada aplicando-se sobre o salário de benefício, apurado em conformidade com o disposto no art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, os seguintes percentuais:

- I – 100% (cem por cento), no caso da aposentadoria de que tratam os incisos I, II e III do art. 3º; ou
- II – 70% (setenta por cento), mais 1% (um por cento) do salário de benefício por grupo de 12 (doze) contribuições mensais, até o máximo de 30% (trinta por cento), no caso de aposentadoria por idade.

Art. 9º Aplicam-se à pessoa com deficiência de que trata esta Lei Complementar:

- I – o fator previdenciário nas aposentadorias, se resultar em renda mensal de valor mais elevado;
- II – a contagem recíproca do tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência relativo à filiação ao RGPS, ao regime próprio de previdência do servidor público ou a regime de previdência militar, devendo os regimes compensar-se financeiramente;
- III – as regras de pagamento e de recolhimento das contribuições previdenciárias contidas na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- IV – as demais normas relativas aos benefícios do RGPS;
- V – a percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria estabelecida na Lei nº 8.213, de 1991, que lhe seja mais vantajosa do que as opções apresentadas nesta Lei Complementar.

Art. 10. A redução do tempo de contribuição prevista nesta Lei Complementar não poderá ser acumulada, no tocante ao mesmo período contributivo, com a redução assegurada aos casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor 6 (seis) meses após a data de sua publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Aprovada.

A matéria retorna à Câmara dos Deputados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Acabou a Ordem do Dia.

É a seguinte a matéria não apreciada e transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária:

## 2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 63, DE 2011**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CCJ (Substitutivo), que oferece.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 247, DE 2012

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e conforme as tradições da Casa, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do Escritor Millôr Fernandes, bem como seja encaminhado o referido Voto à família, em nome do seu filho Ivan Fernandes, no seguinte endereço: Avenida Vieira Souto, 594 – Apto. 402 – CEP 22.420-000 – Ipanema – Rio de Janeiro/RJ.

### Justificação

Millôr foi um gênio das artes, das letras, do humor, do pensamento, da inteligência, da irreverência, do bom gosto. Teve destaque como cartunista, humorista, dramaturgo, escritor e tradutor brasileiro.

Com passagem marcante pelos veículos impressos mais importantes do Brasil, como **O Cruzeiro**, **O Pasquim**, **Veja** e **Jornal do Brasil**, entre vários outros,

Millôr era considerado uma das principais figuras da imprensa brasileira no século XX. Multifacetado, obteve sucesso de crítica e de público em todos os gêneros em que se aventurou, como em seus trabalhos de ilustração, tradução e dramaturgia, sendo várias vezes premiado. Além das realizações nas áreas literária e artística, ficou conhecido também por ter sido um dos idealizadores do frescobol.

Autor de tiradas memoráveis, Millôr, não se contentava com pouco: além de ser cartunista, era também, jornalista, roteirista de cinema e dramaturgo. Enfim, um artista completo.

Em 1985, Millôr passou a ser dono de um espaço cativo na página 11 da editoria de Opinião do **Jornal do Brasil**. Suas frases e desenhos marcaram época, temperados com o habitual humor, sutil e enxuto.

Sua primeira peça de teatro, “Uma mulher em três atos”, foi apresentada no Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo, e foi como dramaturgo, que Millôr mais colecionou prêmios. Como em “Um elefante no caos”, em 1960.

Recebeu uma homenagem durante o carnaval carioca de 1983, quando foi samba-enredo da Escola de Samba Acadêmicos do Sossego, de Niterói (RJ). Millôr, inclusive, compareceu ao desfile.

Com a saúde fragilizada após um acidente vascular cerebral no começo de 2011, veio a falecer no dia 28 de março de 2012, aos 88 anos. Só nos resta imaginar como deve estar divertido lá em cima.

Perdemos um lutador, que sempre acreditou no uso do meio ambiente de forma responsável, e da inclusão social e respeito às populações tradicionais. Sua luta não foi em vão. Ele conquistou o respeito e admiração de todos nós.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

#### **REQUERIMENTO Nº 248, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Município de Rio Preto da Eva, por estar completando 31 anos de criação, comemorado no dia 31 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Prefeito Municipal, Senhor Fúlvio Pinto, no seguinte endereço: Rua Governador Pimenta Bueno, 242 – Centro – Rio Preto da Eva – AM – CEP: 69.115-000.

#### **Justificação**

O nome Rio Preto da Eva veio devido às águas pretas do rio que banha o município, em suas margens

foi implantada a colônia agrícola por imigrantes japoneses e alguns colonos brasileiros. Tem na agricultura e no turismo a principal fonte de renda.

Rio Preto da Eva é conhecida como a terra da Laranja. Localiza-se na Região Metropolitana de Manaus. A existência de inúmeros balneários públicos com quase uma centena de cachoeiras, além de sua proximidade com Manaus, transformaram o município no principal local de lazer dos manauenses.

As origens do município se prendem a Manaus. Sede da capitania em 1791, perdendo este título em 1799 e recuperando definitivamente em 1808, atual capital do estado foi elevada a cidade em 1856, quando contava com cerca de 4.000 habitantes.

Na última década do século passado e nas primeiras décadas do atual, com a fase áurea da borracha, a região conheceu notável surto de prosperidade. A urbanização da cidade ganhou características européias, surgindo construções grandiosas, como o Teatro Amazonas, o Palácio de Justiça, etc.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 12, de 10 de dezembro de 1981, eleva à categoria de município, pela segunda vez, porém com o nome de Rio Preto da Eva, situado a altura do km 80 da rodovia Torquato Tapajós, também denominada como rodovia AM-010, ligando a capital à vizinha cidade de Itacoatiara.

Em fevereiro acontece no município o carnaval “Eva me leva”; em 29 de junho ocorre a festa de São Pedro, padroeiro do município; e na 1ª quinzena de agosto é realizada a Feira da Laranja.

Parabéns ao Município de Rio Preto da Eva por toda a sua riqueza e beleza.

Sala das Sessões, 3 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

#### **REQUERIMENTO Nº 249, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA/MCTI, por estar completando 17 anos de existência do Bosque da Ciência, comemorado no dia 31 de março de 2012, bem como seja encaminhado o referido voto ao Coordenador de Extensão do INPA – Dr. Carlos Roberto Bueno, no seguinte endereço: Av. Otávio Cabral, s/n – Bairro Petrópolis, Manaus – AM – CEP 69060-001.

#### **Justificação**

Inaugurado em 1º de abril de 1995, como parte das comemorações do 40º aniversário do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia INPA, concreti-



zando-se, assim, um antigo sonho de abrir as portas do Instituto ao público.

O Bosque da Ciência que é uma área de aproximadamente 13 (treze) hectares, localizado no perímetro urbano da cidade de Manaus na zona central – leste, projetado e estruturado para fomentar e promover o desenvolvimento do programa de Difusão Científica e de Educação Ambiental do INPA, ao mesmo tempo preservando os aspectos da biodiversidade existente no local.

Entre os seus objetivos pretende oferecer à população uma nova opção de lazer com caráter sócio-científico e cultural, propiciando aos visitantes o interesse pelo meio ambiente, além de oferecer atrativos turísticos e entretenimento.

Com seus quase 13 hectares, o Bosque se solidificou como ferramenta de difusão científica e educação ambiental em Manaus. O contato entre a sociedade e o conhecimento científico promovido pelos projetos realizados no Bosque, como o próprio Circuito, o Educucke e Jovens Ambientalistas, são de grande relevância para a formação dos cidadãos manauaras.

O parque conta, ainda, com trilhas educativas, tanques de peixe-boi, viveiro de ariranhas, Casa da Ciência, Ilha da Tanimbuca, casa da madeira, recanto dos inajás e condomínio das abelhas, além do Paiol da Cultura, da trilha suspensa, lago amazônico, viveiro dos jacarés e o contato com a fauna livre (macacos, cutias, araras), que são uma atração a parte.

O projeto Pequenos Guias do Bosque da Ciência, que já formou mais de 800 jovens e adolescentes, é referência no parque voltado à educação ambiental, está sendo reformulado, e vem com um novo formato, com mais novidades para o futuro, assim como os preparativos para a Copa de 2014, que também já estão sendo realizados.

O Bosque da Ciência passou a ser um dos maiores instrumentos de difusão científica e um espaço turístico também. Ele não é só do INDA e sim da sociedade e tem um papel fundamental para as 600 escolas que nos visitam por ano.

Parabéns, ao Bosque da Ciência por construir uma conscientização ambiental e científica entre jovens e crianças. São 13 anos se revelando como uma das ferramentas mais importantes de difusão das pesquisas realizadas pelo INDA para a comunidade manauense.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

### **REQUERIMENTO Nº 250, DE 2012**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro da Saúde, no âmbito da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, informações sobre as políticas públicas relativas à intensificação do combate, controle e fiscalização dos medicamentos falsificados e/ou adulterados que entram no país, ou mesmo que são produzidos em território nacional, nos seguintes termos:

1. Quais são os dados que esse Ministério tem resultantes de estudos e/ou ações de controle informando as marcas e medicamentos mais falsificados e/ou adulterados?
2. Como se opera o controle de qualidade e fiscalização de medicamentos falsificados e/ou adulterados nos Estados brasileiros?
3. Quais Estados lideram o ranking de apreensões de medicamentos falsificados e/ou adulterados?
4. Qual o efetivo dos agentes públicos responsáveis pela fiscalização de medicamentos, no Estado do Amazonas, no Ceará, em Minas Gerais, em São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul?
5. Quais os investimentos do governo federal previstos até 2014 no que se refere à política de combate à entrada e produção de medicamentos falsificados e/ou sua adulteração?
6. Quais são os meios utilizados por esse Ministério para combater a falsificação e/ou adulteração de medicamentos no país?

### **Justificação**

A questão da falsificação de medicamentos e o seu devido combate e fiscalização, principalmente, nas regiões de fronteira do país, é um assunto de ordem pública, uma vez que envolve a saúde da população brasileira nos seus mais diversos aspectos.

Infelizmente, tal problema não é adstrito somente ao território nacional, uma vez que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), os medicamentos falsificados figuram como um problema global enfrentado pela saúde pública, com resultados os mais cruéis para a sociedade, matando, incapacitando e ferindo adultos e crianças indistintamente. Nenhum país está livre desse problema que assola tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Entre os principais medicamentos falsificados, estão remédios para disfunção erétil, para tratamen-

to de câncer, antibióticos e vacinas contra a gripe. De acordo com os dados da ANVISA, a maioria desses medicamentos é fabricada em países do Sudeste Asiático. Um dos países do mundo mais prejudicados com essa situação é a Nigéria, onde 85% dos remédios em circulação são falsos.

Por isso, uma das prioridades do governo federal deve ser o combate da venda de medicamentos em todo o país, devendo-se ter políticas públicas específicas, como por exemplo, realização de operações frequentes para apreensão desse tipo de mercadoria ilegal ou mesmo o monitoramento policial das quadrilhas formadas para explorar esse mercado negro instalado no país.

Nesse contexto, é possível reconhecer os grandes esforços do governo brasileiro para tomar medidas que coíbam essa prática maléfica e nefasta que mata homens, mulheres, crianças e idosos indistintamente, com grande potencial para incapacitar milhares de pessoas, podendo-se citar, por exemplo, modificações legais, incluindo a classificação do delito como crime hediondo, e, recentemente a publicação da Lei nº. 11.903, de 14 de janeiro de 2009, a chamada Lei da Rastreabilidade.

Outro grande passo dado foi a criação da ANVISA, à qual foi delegado um papel determinante para as ações de prevenção e combate à falsificação de medicamentos, proporcionou a estruturação dos órgãos de fiscalização componentes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) e o estabelecimento de padrões e fluxos de trabalho em casos de investigação de suspeita de falsificação, a regulamentação e o controle da cadeia de produção e fornecimento de medicamentos no país, por meio da realização de cursos de capacitação para os agentes do SNVS, dentre outras medidas.

No entanto, apesar disso a OMS prevê também que cerca de 25% dos medicamentos utilizados em países em desenvolvimento, como Brasil, Índia, Rússia e Turquia, são contrafeitos ou de qualidade ruim. Essa situação torna-se ainda mais alarmante quando observado que apenas em 2010, mais de 16% das comercializações foram de produtos ilícitos e segundo as estimativas, a referência representa o prejuízo de US\$ 75 bilhões no faturamento da cadeia farmacêutica mundial.

Fica evidente com tais dados que apesar dos esforços da polícia federal, polícias civis e militares dos estados, dos agentes de controle da Vigilância Sanitária dentre outros órgãos públicos, a cada ano esse mercado ilegal continua a crescer e desenvolver novos métodos para burlar as fiscalizações.

E tal fato faz pensar que os criminosos que cometem essas condutas ilícitas estejam envolvidos em outras organizações criminosas igualmente organizadas no país como tráfico de drogas, lavagem de dinheiro dentre outras, mostrando-se, assim a importância de combater essa rede criminosa que atua no país e no mundo.

A situação causa inúmeros prejuízos não só à saúde da população que corre o risco até de morte ao ingerir medicamentos falsificados, mas também gera perda de arrecadação aos cofres públicos, onde a sonegação fiscal de medicamentos, o Brasil acumula um prejuízo de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões, por ano, causa ainda prejuízos ao sistema previdenciário, perda aproximada de 2 milhões de postos de trabalho, menor geração de renda e fluxo de investimentos de grandes conglomerados do setor farmacêutico.

Portanto, é primordial que o governo federal crie sempre novos mecanismos de controle e fiscalização para o combate da produção e comercialização de medicamentos falsificados, atuando, principalmente, na desarticulação das organizações criminosas.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

*(À Mesa, para decisão)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Marta Suplicy. Bloco/PMDB – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão.

Voltamos à lista de oradores.

O primeiro inscrito é o Senador Lauro Antonio.

Tem a palavra por vinte minutos, como orador inscritos após a Ordem do Dia.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, hoje, venho à tribuna desta Casa para agradecer por ter certeza de que a gratidão é um dos melhores sentimentos a serem cultivados juntamente com o amor na sua forma mais ampla e o respeito às individualidades.

Os que me conhecem sabem que a política nunca estive na pauta da minha vida; tinha inclusive, no início, vergonha de me apresentar como político. Mas o que posso lhes dizer é que a vergonha inicial deu lugar ao orgulho. Fazendo parte desta Casa, conheci pessoas da mais alta competência, pessoas de bem que estão comprometidas com o desenvolvimento dos seus Estados e do Brasil.

Não posso deixar de citar o Senador Eduardo Amorim, amigo que me conduziu pelos corredores do Senado Federal, apresentando-me às lideranças e mostrando-me todos os caminhos. Com ele, aprendi

que “a política é uma ferramenta de transformação social”, e posso seguramente dizer que, de fato, o é.

Aqui também fiz grandes amizades e fortaleci laços do passado. Conteí com o apoio, com o companheirismo e com o comprometimento das Sr<sup>as</sup> Senadoras e dos Srs. Senadores, das equipes das comissões das quais participei, dos Deputados da bancada federal e, como não poderia deixar de citar, o carinho e o cuidado a mim dispensados pelos amigos do cafezinho.

Gostaria ainda de agradecer aos colaboradores do gabinete e aos colaboradores do meu Estado, pelo suporte em todas as situações. Hoje, vocês são parte integrante da minha grande família.

Falando em família, que, sem dúvida, é o lastro que nos dá sustentação durante a jornada da nossa vida, quero deixar um gesto de enorme gratidão à minha esposa, aos meus filhos, ao meu neto, aos meus pais, enfim à minha família de sangue e também àquela que escolhemos e da qual fazem parte nossos amigos irmãos, alguns desses amigos presentes aqui no plenário.

Peço a Deus que continue me dando forças e perseverança para prosseguir nessa jornada que outrora rejeitava, mas que hoje me encanta pela possibilidade de, efetivamente, ajudar a construir um futuro melhor para o nosso povo, para o nosso País.

Estarei sempre, esteja onde estiver, à disposição para me somar às causas em prol do desenvolvimento do Brasil, seja na educação, na saúde ou na desoneração dos custos, para que juntos possamos construir um país ainda melhor, do qual todos nós tenhamos ainda mais orgulho de pertencer e do qual o mundo sempre reconheça como uma grande nação.

Minhas amigas e meus amigos, perdoem-me a informalidade, mas é esse o sentimento que nutro em relação a todos vocês. Acredito, com toda a minha convicção, que a união realmente faz a força e muda destinos e, como um dia nos disse Raul Seixas: “Sonho que se sonha só, é só um sonho, mas sonho que se sonha junto é realidade”.

Meu muito obrigado a todos vocês.

**O Sr. Magno Malta** (PR – ES) – Sr. Presidente, hoje é a despedida do Senador Lauro, portanto gostaria de contar com a benevolência da Mesa. Aliás, é uma característica de V. Ex<sup>a</sup>, o seu coração misericordioso. Minha mãe, que era analfabeta profissional, dizia que há momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. Neste momento, a graça tem que ser maior do que o Regimento Interno, porque estamos despedindo-nos, ainda que temporariamente, de um companheiro dos mais queridos, que é o Senador Lauro Antonio, a quem todos nós aprendemos a admirar, a amar e a respeitar nesses quatro meses aqui. O Senador Lauro

Antonio, eu diria em uma linguagem do pessoal da luta, do pessoal de academia, “tocou o terror”. Ele “tocou o terror” durante quatro meses aqui, não é, Vital? Ele “tocou o terror”. Foram quatro meses de muito trabalho. Agregou, construiu amizades com pessoas que o respeitam. Sente aqui, menino. Está comigo, está com Deus. É o seu filho, que veio homenageá-lo, abraçá-lo. O Regimento Interno diz que não pode, que a pessoa que não tem o botãozinho de Senador, que não tem nenhum voto, não pode sentar aqui. Mas hoje pode, até porque este é um momento importante para ele, que é seu fã, que o tem como ídolo, que o copia, é seu admirador, seu colaborador, seu filho. Nós o conhecemos muito bem, convivemos com V. Ex<sup>a</sup>, e conhecemos a família que V. Ex<sup>a</sup> tem. Portanto, receba o meu abraço. Sou muito grato por ter contraído essa amizade tão importante com uma pessoa simples, com muita capacidade, com um gerador de honra. Quem conhece V. Ex<sup>a</sup> em seu Estado sabe que V. Ex<sup>a</sup> é gerador de honra, porque quem gera emprego gera honra. V. Ex<sup>a</sup> é um empresário bem-sucedido, com muitos trabalhadores, com muitos companheiros de trabalho – para não chamá-los de empregados. V. Ex<sup>a</sup> tem a alegria de ajudar esses seus colaboradores a colocarem pão na mesa. Eu percebi isso quando a nossa Comissão de Desenvolvimento Regional esteve em seu Estado – eu, o Senador Wellington, o Senador Vital, o Senador João Ribeiro, o Senador Perrela. Estivemos lá para discutir as potencialidades do seu Estado e, de perto – fomos testemunhas oculares –, pudemos constatar o que V. Ex<sup>a</sup> representa para os seus, para aqueles que V. Ex<sup>a</sup> tem como colaboradores, como companheiros, como amigos e para a sua família. Portanto, nós não perdemos, porque V. Ex<sup>a</sup> não vai sair daqui. Faço o registro da instalação da Comissão Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores de Praia, que eu tenho o prazer de presidir tendo ao meu lado o Senador Vital do Rêgo e o Deputado Romário, que é o Vice-Presidente. V. Ex<sup>a</sup> já sai daqui como vice-presidente, até porque ainda está no exercício do seu mandato, e ninguém pode tirá-lo, porque nós precisamos de V. Ex<sup>a</sup> para fazer esse enfrentamento no Brasil àqueles que querem desalojar as pessoas que fazem o turismo neste País, o trabalhador formal e o trabalhador informal, que estão nas areias das praias deste País, sejam elas de água doce ou de água salgada. Vêm com a conversa de que é terreno de marinha, mas nós nunca vamos enfrentar os britânicos, nunca vamos enfrentar as doideiras de Bush, Bin Laden já morreu, ninguém vai nos atacar. Eles querem desalojar essas pessoas, como se ali fossem colocar um forte da Marinha, fossem colocar um canhão. Querem desalojar quem está gerando emprego e turismo neste País. V. Ex<sup>a</sup> é parte integrante



disso. Por isso, eu abraço V. Ex<sup>a</sup>. Por sua capacidade, receba todo o meu afeto. Foram quatro meses que representam muito mais do que os oito anos de muita gente que passou por aqui calada e saiu muda, sem ninguém saber o que veio fazer nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> passou quatro meses muito significativos. Parabéns, receba o meu abraço até com certa tristeza, porque V. Ex<sup>a</sup> está indo para casa e nos deixando aqui sozinhos.

**O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE)** – Obrigado, Senador Magno Malta, pelas suas palavras carinhosas, e conte com meu apoio nessa frente que V. Ex<sup>a</sup> abriu em defesa das pessoas que estão à beira-mar, à beira do rio, para poder movimentar esse turismo do nosso País.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)** – Senador Lauro Antonio, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE)** – É um prazer grande.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)** – Senador Lauro Antonio, é o Senador Paim.

**O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE)** – Pois não, Senador.

**O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS)** – Posso falar? Ele não me localizou ainda. Aqui! Eu havia me comprometido com V. Ex<sup>a</sup> e estou aqui de plantão, desde as duas horas. Eu só quero, rapidamente, dizer da minha alegria de conviver com V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> chegou à Comissão de Direitos Humanos *devagarito no más*, como falamos no Rio Grande. Foi relatando projetos, com competência, com sabedoria, com equilíbrio, e foi conquistando a Comissão. Não só relatou, como apresentou, como aprovou. E, também em outras comissões, V. Ex<sup>a</sup>, relatando projetos de minha autoria, me chamava para conversar, estabelecia o diálogo: “O que você acha, Paim? Este aqui, se mudarmos aqui, se mudarmos ali, dá para aprovar, senão fica difícil.” Sabedoria, competência, um grande Senador da República. Eu quero dizer que tenho orgulho de ter me tornado seu amigo. Além de um competente Senador, é um bom amigo. E, para mim, é muito bom poder dizer isso em público. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE)** – Obrigado pelo carinho. Quero também ter o prazer e o carinho de recebê-lo, como já falei, lá em Sergipe, para passarmos uns dias juntos, se Deus quiser.

**O Sr. Blairo Maggi (PR – MT)** – Senador Lauro.

**O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE)** – Senador Blairo, nosso Líder, com a palavra.

**O Sr. Blairo Maggi (PR – MT)** – Senador, eu quero cumprimentá-lo pelo tempo que passou aqui conosco, no Senado Federal, e dizer que, a exemplo de V. Ex<sup>a</sup>, eu também, em 1998, em 1999, por aí, era suplente do nosso saudoso e querido Senador Jonas

Pinheiro. Ele também abriu um espaço para mim, de quatro meses, e eu para cá vim, assim como V. Ex<sup>a</sup>, e tive a minha oportunidade nesta Casa, não com tanto brilhantismo, com tanta dedicação como V. Ex<sup>a</sup>. Mas a passagem pelo Senado foi muito importante para a minha formação política. E tenho certeza de que a sua passagem por aqui irá despertar em V. Ex<sup>a</sup> a questão política. E queira Deus que V. Ex<sup>a</sup> consiga dar os mesmos passos que eu consegui dar. Depois da suplência, eu disputei duas eleições para governador do meu Estado, fui eleito por duas oportunidades, e hoje estou aqui novamente no Senado. Então, eu quero desejar a V. Ex<sup>a</sup> que trilhe o mesmo caminho que fiz para chegar aqui. Espero que eu possa, no futuro, reencontrá-lo aqui, no Senado Federal. Gostaria de fazer uma brincadeira, como fiz hoje pela manhã, na nossa reunião do PR. Eu disse que a gente acaba se sentindo como um pai que tem várias filhas. Eu tenho duas filhas. Cada vez, meus colegas Senadores, que as minhas filhas terminam um namoro, que deixam de namorar alguém, é um estrago para a gente também, porque a gente acaba acostumando com os garotos em casa, que passam a fazer parte da vida e depois, um dia, como não deu certo o relacionamento, eles vão embora. Não é o caso aqui, mas o sentimento é o mesmo com V. Ex<sup>a</sup>. É um sentimento de perda. Eu sei que o mandato não é seu; é do Senador, querido colega nosso, Amorim. Mas o senhor chegou aqui e conquistou todos nós, conquistou não só individualmente cada um de nós, mas o Partido. O PR reconhece V. Ex<sup>a</sup> como um grande parlamentar, um parlamentar que foi e é participativo nas reuniões do Partido, nas reuniões das comissões. O senhor faz parte de várias comissões pelo PR e, em nenhum momento, deixou de fazer aquilo que lhe foi determinado pela Liderança, pelo Partido ou pelo Bloco do qual nós fazíamos parte no passado. Então, quero cumprimentá-lo e lamentar a sua perda aqui, no Senado. Mas essa é a vida. O mandato não é seu. O senhor é suplente. Mas tenha certeza de que se, por qualquer motivo, o Senador Amorim tiver que deixar o Senado para ser Governador, por exemplo, o senhor chegará aqui com o respaldo de todos nós desta Casa, que o receberemos de braços abertos. Felicidades! O senhor tem aqui, nesta Casa, 81 companheiros, amigos que lhe podem prestar o serviço que for necessário para o bem do Estado de Sergipe. Parabéns!

**O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE)** – Obrigado, Senador Blairo. Hoje, na hora que V. Ex<sup>a</sup> sobre falou sobre a perda, realmente, isso me deixou bem comovido. Agradeço-lhe as palavras. Conte comigo. Quero ter o maior prazer de recebê-lo em Sergipe com sua família.



**O Sr. João Ribeiro** (PR – TO) – Senador Lauro Antonio, eu estive em Sergipe, onde inclusive pude falar naquele encontro da Subcomissão de Infraestrutura e da Subcomissão de Turismo, ao qual estiveram presentes dez Srs. e Srs. Senadores. Foi realmente um fim de semana fantástico, porque pudemos ver de perto o seu Estado. Sei que é um Estado pequeno, o menor do Brasil, com 22 mil km<sup>2</sup> – eu até fazia os cálculos de que o Tocantins tem 286 mil km<sup>2</sup>, mais de dez vezes o tamanho de Sergipe. Mas, na verdade, é uma economia muito forte, um Estado que gera muito emprego e renda. E V. Ex<sup>a</sup> é um Senador que gera muito emprego e renda também. Estive ali no seu hotel *resort* – hotel fazenda –, juntamente com o seu filho Gustavo, que está querendo ser prefeito de uma cidade. E também o Senador Vital, que está ali aguardando para também apartear-lo; o Senador Magno Malta; a Senadora Lídice; o Senador Wellington Dias; enfim, foram dez Srs. Senadores. O Governador estava ali. Muita gente foi àquele encontro. Foi muito bom! Pudemos perceber, naquele momento, o seu prestígio no Estado. É um empresário respeitado, que gera emprego e renda. E o Estado de Sergipe – eu disse ali e vou dizer aqui – pode se orgulhar muito do Senador Lauro Antonio, que aqui passou esses quatro meses e está se despedindo de hoje para amanhã. Ele é o 1º Suplente do Senador Eduardo Amorim, que também é um grande Senador. E tanto V. Ex<sup>a</sup> quanto ele têm muito futuro político naquele Estado. Então, tenha certeza de que aqui V. Ex<sup>a</sup> só construiu amigos. Ouvi o depoimento do Paim e o Senador Randolfe, do PSOL, quer apartear-lo. Parlamentares de todos os partidos têm vontade de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. E o povo de Sergipe deve estar nos assistindo neste momento. V. Ex<sup>a</sup> faz aqui a sua despedida temporária, porque voltará, com certeza, uma vez que marcou fortemente a sua posição aqui, no Senado Federal, preocupado em levar recursos, benefícios e gerar ainda mais emprego e renda. Então, em meu nome e da minha família que ali esteve comigo, minha esposa Cínthia, e de todos nós, digo que ficamos muito felizes em estar ali e presenciar o respeito por V. Ex<sup>a</sup>, do homem público que é para aquele Estado. Parabéns! E que Deus o abençoe na sua caminhada, na sua jornada. Lembre-se sempre de que aqui, no Senador João Ribeiro, seu amigo e seu fã.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado pelo carinho. Foi muito importante, numa reunião do PR, quando olhei nos seus olhos, João, e fiz um convite, e você disse: “Eu vou a Sergipe”. Foi muito bom você nos conhecer de perto, conhecer o nosso Estado. Agradeço muito. E estamos ali de braços abertos para recebê-lo novamente, quantas vezes você tiver tempo de nos visitar. E também irei a Tocantins, se

Deus quiser, em breve, conhecer um pouco da cultura e do seu Estado.

Muito obrigado.

**O Sr. Vital do Rêgo** (Bloco/PMDB – PB) – Senador Lauro Antonio.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Pois não, é um prazer.

**O Sr. Vital do Rêgo** (Bloco/PMDB – PB) – Inicialmente, gostaria de dizer que o meu queridíssimo amigo e colega, Senador Eduardo Amorim, além de todos os atributos que detém, do seu caráter, da sua competência, do seu espírito público, da sua capacidade de fazer amigos, ganhou muitos aliados em futuras campanhas, em futuras jornadas nesses próximos seis anos. Parece que a saída para um cargo almejado por Eduardo, quem sabe, num futuro bem próximo, por força de uma nova representatividade do seu grupo, que cresce a cada ano no Estado de Sergipe, pode fazer com que nós tenhamos de volta, em definitivo, V. Ex<sup>a</sup>. Isso foi o que eu ouvi, o que eu senti, o que eu vivenciei agora há pouco com os apartes que consagraram esses quatro meses de mandato. Parece que foi ontem que o Senador Eduardo Amorim chegava ao meu gabinete, renovando uma apresentação feita no maior São João do mundo, em Campina Grande, no ano passado, e entregando-me a companhia de V. Ex<sup>a</sup>, que se tornou fraterna, que se tornou solidária, que se tornou amiga e decisiva, para que Sergipe tivesse um Senador a mais em assuntos comuns do interesse daquele estimado Estado. Eu, como todos aqueles que estiveram presentes, colegas e amigos que já se pronunciaram na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, pudemos vivenciar a paixão que V. Ex<sup>a</sup> tem pelo Estado, o seu comprometimento com aquelas causas, que foram tão nobres. Posso dizer, em alto e bom som: ninguém aproveitou tanto esses quatro meses de mandato quanto V. Ex<sup>a</sup>. Nesses quatro meses, V. Ex<sup>a</sup> pulverizou uma série infindável de ações políticas, legislativas, que culminaram com a conclusão de vários assuntos de interesse de Sergipe: do turismo rural, que tão bem V. Ex<sup>a</sup> firmou um conceito novo em Sergipe, na região de Laranjeiras, criando talvez o mais importante *ecoresort* turístico na área rural do Brasil, criando um movimento do turismo rural, integrando escolas públicas na concepção de um aprendizado diferenciado para as escolas de Sergipe. Mas V. Ex<sup>a</sup> foi mais além. V. Ex<sup>a</sup> discutiu a questão das perdas de territórios das áreas próximas ao litoral de Sergipe, por força das movimentações marítimas, principalmente nas belas praias ligadas ao litoral do seu Estado. V. Ex<sup>a</sup> discutiu o problema urbanístico do centro de Aracaju, discutindo a questão da proliferação de esgotos em rios importantes em Aracaju. V. Ex<sup>a</sup> tra-

tou com o Ministro da Agricultura a presença de uma delegacia da Conab na região de Sergipe, coisa que hoje não existe. Então, vi, como seu amigo, seu parceiro, seu colega, o esforço que V. Ex<sup>a</sup> fez para adotar, em pouco tempo, vida em seu mandato. Por isso, eu me orgulho muito dessa amizade pessoal, desse companheirismo. O nosso bloco me fez representá-lo neste momento de saudação, não saudação final, mas saudação final temporária a V. Ex<sup>a</sup>. E dizer que nos sentimos profundamente honrados em ter V. Ex<sup>a</sup> como nosso aliado. A Presidente Dilma se sente muito feliz em tê-lo como seu aliado. Certamente, destinos comuns, futuros próximos, belos futuros estarão reservados politicamente a V. Ex<sup>a</sup>, em profunda justiça ao empenho que tem pelo povo de Sergipe.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Muito obrigado, Senador Vital. Agradeço muito o seu carinho, o seu empenho. V. Ex<sup>a</sup> não mediu esforços em nenhum segundo. Eu batia à porta e V. Ex<sup>a</sup> dizia: “Vamos lá resolver”. Tanto é que hoje V. Ex<sup>a</sup> tirou o dia para caminhar comigo. Fomos a quantos ministérios hoje para poder conversar e tratar de assuntos para o bem do nosso Estado e do nosso País?

Muito obrigado. Carinhosamente, estarei de braços abertos para recebê-lo sempre em Sergipe, V. Ex<sup>a</sup> e sua família toda.

E estarei lá, no maior São João do mundo, em Capina Grande, se Deus quiser.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Senador Lauro.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Pois não.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Antes a Senadora Lídice, por favor.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Por favor.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (PSOL – AP) – Senador Lauro, queria cumprimentar primeiro Sergipe, porque encaminhou para o Senado Federal não somente um competente Senador, como é o Senador Eduardo, mas encaminhou para cá uma brilhante chapa de parlamentares. Vejo que V. Ex<sup>a</sup> passou esse começo de verão aqui conosco, na condição de suplente, exercendo a titularidade na ausência do titular. Vou lhe dizer uma coisa: pelo perfil aguerrido de V. Ex<sup>a</sup>, pela atuação de V. Ex<sup>a</sup> aqui, pelos pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, pelas posições tomadas, parece-me que V. Ex<sup>a</sup> não demorará a voltar para cá, não mais na condição de suplente, mas na condição de titular da chapa senatorial. Quero cumprimentá-lo, em especial – o Magno está dizendo que eu não sou crente para fazer profecia, mas é porque há evidências que não precisam de profecia, Magno, para serem concretizadas – pela sua atuação aqui, Senador Lauro. Queria lhe cumprimentar pelas relações que V. Ex<sup>a</sup> estabeleceu aqui e pela intensi-

dade que V. Ex<sup>a</sup> deu ao mandato, honrando o povo de Sergipe e honrando a chapa. Repito: via de regra há uma reclamação de que os suplentes, geralmente, são figuras políticas “de menor destaque do que o titular”. Bom, este não é o caso de Sergipe e não é o caso dessa chapa, pelo menos. Não conheço o segundo suplente da chapa, mas, pelo titular, que é o Senador Eduardo e por V. Ex<sup>a</sup>, eu não tenho dúvida de que o povo de Sergipe fez uma belíssima opção, fez uma belíssima escolha. Então, quero lhe cumprimentar. Tenho a certeza de que não demorará V. Ex<sup>a</sup> voltar para cá ou alçar outros voos de mandatos Parlamentares em nome do povo de Sergipe.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado pelas palavras Senador Randolfe.

O segundo suplente é o KaKá, que também é uma pessoa que caminhou, foi à luta, portanto, uma pessoa bastante preparada para trabalhar em prol do desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado.

**A Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata** (Bloco/PSB – BA) – Senador Lauro...

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Pois não Senadora.

**A Sr<sup>a</sup> Lídice da Mata** (Bloco/PSB – BA) – Quero também expressar a minha alegria, em tê-lo aqui no Senado Federal, em nome do PSB, pois o PSB é seu parceiro, porque o Senador Antonio Carlos Valares, que é membro da nossa bancada, do nosso partido, é também parceiro de bancada de V. Ex<sup>a</sup> em seu Estado. Nós já nos conhecíamos há muitos anos, tendo em vista a proximidade dos nossos Estados, que são fronteiriços e têm uma relação política e social muito intensa. Nós nos conhecemos em momentos outros. Conheci V. Ex<sup>a</sup> inclusive pela sua correção como empresário, à época, do setor de transporte coletivo ou de transporte. Respeito muito a atuação que V. Ex<sup>a</sup> teve em Salvador naquele período. Pude conhecê-lo agora como Senador. O esforço que fez em todas as comissões, a presença, a sua busca de, no pouco tempo que tinha, em aproveitar cada minuto, cada segundo no Senado, para contribuir efetivamente com o trabalho do Senado. Isso tudo, digamos assim, teve o seu ponto alto na nossa audiência pública da Subcomissão do Nordeste, quando tivemos a oportunidade de conhecer o seu projeto de ecoturismo e de turismo rural naquele Estado. Tenha a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> deixou uma grande contribuição em todas as comissões de que participou, não apenas pela sua presença, mas pela contribuição de mérito que deu à discussão de cada matéria, pelo acompanhamento, pela solidariedade e, portanto, pela aprovação deste Senado de sua atuação. Quero parabenizá-lo e desejar-lhe boa

sorte na continuidade de sua atividade política, porque sorte, como empresário e competência, V. Ex<sup>a</sup> já demonstrou ter em seu Estado.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado pelo carinho. Eu agradeço também à V. Ex<sup>a</sup> a visita a Sergipe durante a Subcomissão de Desenvolvimento do Nordeste. E dia 27 estarei, se Deus quiser, em Salvador, participando desse encontro lá também.

Então, muito obrigado.

Estaremos em Sergipe de braços abertos, sempre, para poder receber a senhora.

Obrigado, Senadora.

**O Sr. Cyro Miranda** (Bloco/PSDB – GO) – Dr. Laurinho, quero me irmanar a todos os colegas que – acho – já falaram tudo o que nós gostaríamos de falar, mas dizer que muitos poucos que passaram pouco tempo aqui deixaram uma marca tão grande como a que V. Ex<sup>a</sup> deixou. O carinho que sempre dispensou para com os seus colegas, a sua solicitude... Hoje, V. Ex<sup>a</sup> nos deixa, mas com uma amizade muito grande. Pode ter a certeza, Senador Lauro, de que o senhor vai deixar sempre saudades aqui. Volte mais vezes. E quero corroborar também com as palavras do Senador Randolfe. Em breve, daqui a quatro anos, o teremos aqui com um mandato. E aqui falo de suplente para suplente; o meu carinho.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado pelo carinho e pela atenção.

Quero ter o maior prazer, Senador, de recebê-lo lá em Sergipe, no momento em que tiver um tempo, para visitar toda a nossa família e nossos amigos.

**O Sr. Anibal Diniz** (Bloco/PT – AC) – Senador Laurinho, quero dizer que a convivência com V. Ex<sup>a</sup> nestes quatro meses foi muito saudável e salutar. V. Ex<sup>a</sup> conquistou a todos por sua maneira simples, humilde, carinhosa e atenciosa para com todos. E isso reflete o valor intrínseco que está em sua pessoa. Eu quero poder contar com sua amizade. Tenho a certeza de que sua trajetória política vai ter continuidade com mais participação na política e mais presença aqui no Parlamento, no Senado, se Deus quiser. Quero dizer que foi uma honra conhecê-lo nessas condições. Espero que a gente possa ter muitos outros momentos de nos encontrarmos porque, na vida, a gente se encontra muito; a gente pensa que se distancia, mas, quando pensa que não, nos encontramos. Parabéns por seu trabalho, por sua visibilidade e pelo seu legado. De tão somente quatro meses que V. Ex<sup>a</sup> passou aqui, já deixou, com esse número de amizades, demonstrado isso aqui, pelos apartes feitos, todos com muita sinceridade e em reconhecimento a V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns, e boníssima sorte em todos os seus projetos!

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado, Senador Anibal, pelo carinho. Também em Sergipe, terei o maior prazer em recebê-lo. Gostaria também de dar uma volta em seu Estado, o que, para mim, seria uma honra grande visitá-lo.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador Lauro Antonio, também quero, rapidamente, parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> chegou com muito gás, com vontade de atuar aqui neste Senado Federal. Hoje falava com V. Ex<sup>a</sup>, pelos corredores, sobre sua forma afável no trato pessoal, e é por isso também que V. Ex<sup>a</sup> está sendo apartado por tantos Senadores desta Casa. V. Ex<sup>a</sup>, em pouco tempo, pela gentileza, conquistou os Senadores de todos os partidos. Receba também os nossos cumprimentos. V. Ex<sup>a</sup> sabe que o Senador Eduardo também é um dos Senadores mais atuantes desta Casa e representa muito bem o Estado de Sergipe, mas eu queria parabenizar a atuação de V. Ex<sup>a</sup> nestes quatro meses.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Muito obrigado, Lindbergh. Na semana passada tivemos a oportunidade de pegar um voo, juntos, para o Rio e, ao descer no Rio, lá em um cantinho estava você, e nos encontramos novamente. Então, quero ter o maior prazer de recebê-lo em Sergipe. Quando você tiver um tempo, quero ter o prazer de receber você e sua família. Muito obrigado pelas palavras carinhosas.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Amélia** (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Lauro Antonio, também me associo à sua despedida aqui pela forma como conviveu tão bem, tão dedicadamente, tão aplicado ao ofício da representação de Sergipe, representando este Estado com tanto zelo. Mais do que um Senador, que constitucionalmente é, representante do Estado, o caro colega foi um embaixador de Sergipe, mostrando a riqueza que o seu Estado tem, as potencialidades em todos os campos da economia, especialmente numa área em que V. Ex<sup>a</sup> é especialista, que é a área do turismo. Lamento profundamente a sua saída também, porque V. Ex<sup>a</sup> estava na Comissão de Desenvolvimento Regional relatando um Projeto de minha autoria, o de nº 356, um projeto do ano passado, que prevê que a União tenha de repassar aos Municípios – o senhor também um Senador municipalista como eu – recursos, para que os Municípios possam ter o auxílio financeiro e técnico da União na elaboração dos planos respectivos diretores e também outros temas correlatos a essa atividade tão importante na ocupação urbana das nossas cidades, independentemente do tamanho que elas tenham. Então, V. Ex<sup>a</sup> me deixa agora, eu não diria órfã, porque outros Senadores se ocuparão dessa responsabilidade, mas queria lhe agradecer, porque o seu relatório que ficará certamente irá contribuir, porque V. Ex<sup>a</sup> apoiou esse



projeto que interessa a todos os Municípios. Agradeço a convivência fraterna, cumprimentando Sergipe por ter enviado um representante tão à altura desse Estado tão importante da região Nordeste brasileira, Senador.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado, Senadora Ana Amélia, pelo carinho. Quero ter o prazer também de recebê-la em Sergipe, mesmo a senhora vivendo tão longe de Sergipe, no Rio Grande do Sul, mas, quando tiver um tempinho, será um prazer grande receber a senhora e a sua família lá no nosso Estado.

Muito obrigado.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Lauro Antonio?

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Pois não, Senador Antonio Carlos Valadares.

**O Sr. Antonio Carlos Valadares** (Bloco/PSB – SE) – Senador Lauro Antonio, conterrâneo de Sergipe, V. Ex<sup>a</sup> faz parte da nossa bancada. Foi um período muito construtivo para o Senado Federal a sua participação. Uma participação responsável, identificada com as aspirações do povo de Sergipe, com o povo do Brasil. Os suplentes merecem um lugar, um espaço, mas os suplentes têm de fazer a sua parte quando chamados, quando convocados para o exercício do mandato. V. Ex<sup>a</sup> fez a sua parte de forma muito brilhante, despertando a admiração e o carinho de todos nós. Não ficarei com muita saudade de V. Ex<sup>a</sup> porque sempre estarei a seu lado em Aracaju, em Sergipe, nos grandes eventos que V. Ex<sup>a</sup> organiza como empresário e como amigo. Mas certamente o Senado sentirá sua falta, porque os seus projetos e a sua atuação marcante identificaram V. Ex<sup>a</sup> como um Parlamentar consciente de suas responsabilidades. O Senador Amorim acertou ao escolher V. Ex<sup>a</sup> como o suplente dele. Certamente, na trilha do trabalho que vinha realizando o Senador Amorim, V. Ex<sup>a</sup> deu continuidade e mostrou ao Senado Federal e ao Brasil que temos políticos capazes de exercerem com eficiência o mandato eletivo de Senador da República. Às vezes, há quem critique o suplente por não é eleito diretamente. Mas eu, que participei da campanha, verifiquei que um suplente como V. Ex<sup>a</sup> é um suplente ativo. Trabalhou diuturnamente para a eleição do Senador Amorim. Sua participação é integral, de corpo e alma. Agora, no Senado Federal, V. Ex<sup>a</sup> demonstrou para o que veio. Portanto, que outras vezes V. Ex<sup>a</sup> possa vir para cá, e que outros voos V. Ex<sup>a</sup> possa alçar no futuro. E certamente V. Ex<sup>a</sup> conseguirá, porque não lhe faltam mocidade, juventude e, acima de tudo, força de vontade para trabalhar em benefício do povo de Sergipe. Meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado, Senador Valadares, por suas palavras carinhosas.

Quero agradecer aqui também a presença da Deputada Lauriete, quero agradecer também a presença do Deputado Federal André Moura e agradecer ao nosso Presidente pela paciência em estender o tempo para todos os Senadores pudessem me apartear.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lauro, sei que a Presidência não tem apartes à fala do orador, mas eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, nesse tempo em que passou pelo Senado, ocupou importantes posições nas comissões e também aqui no plenário desta Casa. O que nós ouvimos aqui nesses poucos minutos de declarações dos seus Pares é a verdade e a realidade, e, mais do que isso, é o sinônimo da sua atuação em favor do povo sergipano. Meus parabéns!

V. Ex<sup>a</sup> sempre será bem-vindo a esta Casa. Conte sempre com esta Mesa Diretora.

Muito obrigado.

**O SR. LAURO ANTONIO** (PR – SE) – Obrigado, Presidente Sérgio. Obrigado a todos.

Estamos aí, de braços abertos para recebê-los em nosso Estado de Sergipe.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Lauro Antonio, a Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy, 1<sup>a</sup> Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Convido o Senador Anibal Diniz, como orador inscrito, para fazer uso da palavra.

V. Ex<sup>a</sup> tem o prazo regimental de 20 minutos, Senador Anibal.

**O SR. ANIBAL DINIZ** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Sérgio Souza, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, telespectadores da TV e ouvintes da Rádio Senado, eu gostaria de registrar, neste pronunciamento, que estive, hoje pela manhã, no Palácio do Planalto, para acompanhar o cumprimento de uma atitude de ousadia, de comprometimento com o futuro do País e de cumprimento de uma palavra empenhada: há cerca de 10 dias, antes de sua viagem à Índia, a Presidenta Dilma Rousseff garantiu a empresários brasileiros que o Governo estava trabalhando em novas medidas para impulsionar a economia e aumentar investimentos privados. Essas medidas passariam por redução dos custos trabalhistas, com desoneração da folha de pagamento e redução dos juros sobre os créditos oficiais.

Hoje, dia 3 de abril, parlamentares, empresários e ministros ouviram, no Palácio do Planalto, o anúncio da concretização, não apenas dessas medidas, mas



também de um completo plano de incentivo à indústria, à economia e ao desenvolvimento do País.

A Presidenta Dilma Rousseff lançou a segunda etapa do Plano Brasil Maior e destacou que um país não faz um programa de enfrentamento de uma conjuntura econômica adversa de uma única vez. Por isso, o Governo investe no aprimoramento do Plano Brasil Maior e anuncia medidas em favor da indústria e da economia, um esforço que, esperamos, vai, com certeza, ajudar o Brasil a ter fôlego e a atingir a meta de 4,5% de crescimento este ano, contra 2,7% de crescimento em 2011.

Vale ressaltar que, se isso se concretizar, o Brasil será um dos poucos países do mundo que, neste ano de 2012, terá crescimento maior do que teve em 2011, já que, ao anunciar as medidas, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, foi enfático ao dizer que o ano de 2012 será marcado pelo baixo crescimento na economia mundial, em função da crise que atinge fortemente a Europa e os Estados Unidos, com reflexo certamente, também, nos países emergentes.

Por isso, a importância dessa série de medidas de incentivo anunciadas hoje pela Presidenta Dilma.

Uma medida de extrema relevância, por exemplo, vai dar mais tranquilidade ao setor produtivo e baratear o custo de um trabalhador contratado: é a redução dos gastos com a folha de pagamento para empresas dos 15 setores mais afetados pela crise econômica global e que estão sendo mais atingidos pela concorrência com produtos importados.

Esses 15 setores – setor têxtil, de confecções, couro e calçados, plásticos, material elétrico, móveis, autopeças, ônibus, caminhões e máquinas pesadas, setor naval, setor aéreo, bens de capital, mecânicos, hotéis, tecnologia da informação, *call centers* e *design houses* – vão deixar de pagar os 20% de contribuição patronal do INSS.

Essa contribuição patronal previdenciária sobre a folha salarial para esses setores será substituída por uma nova taxa de 1% a 2%, que incidirá sobre o faturamento dessas empresas.

Na reunião com os 28 maiores empresários do País, há cerca de duas semanas, a Presidenta Dilma havia afirmado que o Governo olharia com atenção para os setores que, hoje, são os mais prejudicados pela competição com os produtos importados.

E a Presidenta Dilma hoje deixou muito claro que não se trata de protecionismo ao empresariado nacional, mas se trata de uma defesa dos nossos empregos e, principalmente, daqueles que investem para tornar a nossa indústria competitiva.

Além da desoneração da folha, cinco setores industriais que atravessam mais dificuldades – auto-

peças, têxtil, confecção, calçados e móveis – também poderão adiar o pagamento de PIS e Cofins, de abril e maio, para pagá-los em novembro e dezembro, o que já deixa, imediatamente, essas empresas em uma situação de caixa mais confortável no momento.

Outra medida de peso foi a que garante estímulo à inovação e à produção. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) terá um aporte de R\$ 45 bilhões, do Tesouro Nacional, para que possa aumentar linhas de financiamento para setores de inovação e reduzir suas taxas de juros. Isso permitirá, todos esperamos, um incremento de financiamento e de produção nacional.

Vale ressaltar que o pronunciamento do Líder da Oposição, o Líder do PSDB nesta casa, hoje, dizia que, na realidade, é custo muito alto para o contribuinte, mas o que nós temos da parte da Presidenta Dilma e do nosso Governo é uma opção clara, uma opção preferencial, uma opção social, uma opção pela proteção dos empregos gerados no nosso País.

E exatamente por isso esse esforço no sentido de proporcionar financiamentos a juros mais baixos, tanto para aquisição de equipamentos como para facilitar a proteção do trabalhador no seu trabalho.

Foi lançado ainda um novo regime automotivo, pelo qual, já a partir do ano que vem, as montadoras que já estão instaladas no País e as montadoras que venham a se instalar tenham desconto no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de acordo com seus investimentos em pesquisa, inovação, conteúdo nacional e eficiência energética.

Haverá redução de até 30 pontos percentuais no IPI de carros de montadoras que usarem peças nacionais ou da região do Mercosul e investirem em inovação. Isso é muito importante, porque as importações criam dificuldades para indústria nacional e nós temos de estar atentos a esses aspectos e a equipe econômica do Governo está atenta e buscando saídas que não são fáceis. Com a liberdade de comércio em âmbito mundial, tem-se de buscar saídas criativas para a proteção da indústria nacional.

Em outra medida, para o Imposto de Renda, a novidade é de novas reduções do imposto. Os cidadãos e as empresas vão poder deduzir as doações e os patrocínios que fizerem em favor de pesquisas para o tratamento do câncer.

Outra intenção do Governo, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é a universalização da informação. Para isso, o plano anunciado pretende levar banda larga à metade das casas nas cidades até 2014 e 15% das casas na área rural.

Todas essas medidas fazem parte de um grande projeto de país e de compromisso do Governo com o setor produtivo nacional. Temos um mercado

interno sólido, destacou a Presidenta Dilma, e saberemos sair de um cenário de crise internacional sem a antiga e perversa receita de recessão e da precarização do trabalho. O foco no investimento público e privado é um caminho válido e acertado, e seus resultados serão traduzidos em melhorias significativas e duradouras.

O Governo age com firmeza para defender as empresas, os empregos e a renda dos trabalhadores brasileiros. E isso como uma opção, como uma política de Estado no sentido de fazer com que o Brasil continue cada vez mais competitivo. Nesse sentido, foram instaladas as câmaras de competitividade e apontados os seus conselheiros. Todos os 19 tomaram posse no mesmo ato hoje, no Palácio do Planalto.

Concordamos com a nossa Presidenta Dilma: o Brasil já provou que não existe incompatibilidade entre o corte de gastos e o investimento no crescimento da economia. Nesse sentido, vale a pena ressaltar, mais uma vez, que, ainda que o Brasil tenha crescido apenas 2,7% do seu Produto Interno Bruto em 2011, esse crescimento foi um crescimento sustentável e um crescimento com distribuição de renda. Porque, veja, ainda que os demais países de BRICS, os países emergentes, tenham taxas de crescimento até maiores que as do Brasil, elas não se traduzem em distribuição de renda, em preocupação com as condições de empregabilidade e com a assistência social, a preocupação social que o nosso País tem. Então, esse crescimento do Brasil de 2,7% em 2011 foi um crescimento sustentável e sólido.

A notícia trazida pelo Ministro Guido Mantega nos dá tranquilidade em relação aos anos vindouros, porque ele já anuncia que teremos crescimento de 4,5% em 2012 e a continuidade dessa média de crescimento no futuro – isso em pleno cenário de crise internacional.

É exatamente por isso que viemos fazer este registro aqui, no Senado, para dizer que a Presidenta Dilma e a equipe econômica do Governo estão no caminho certo. O Ministro Fernando Pimentel, que está conduzindo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também apresentou as suas preocupações e os passos que devem ser dados. Em poucos dias, o nosso Ministro Pimentel estará no Acre, participando da implantação definitiva da nossa Zona de Processamento de Exportação, que conseguiu o alfandegamento. É a primeira Zona de Processamento de Exportação do Brasil, desde 2007, a conseguir o alfandegamento. De tal maneira que estamos presentes nesse cenário positivo que está se construindo no Brasil.

Estamos muito otimistas com os passos que estão sendo dados pela Presidenta Dilma, no sentido de fazer o Brasil crescer e mostrar a distribuição de renda a partir da preocupação com a empregabilidade, as condições de trabalho e o financiamento àqueles que verdadeiramente geram empregos, que são as indústrias e os setores produtivos do nosso País.

Eram essas as considerações que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Obrigado, Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, pela Liderança do PT.

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES. *Fora do microfone.*) – O PT é melhor do que eu?

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB - PR) – Não, Senador Magno. Nesta Casa, nenhum Senador é melhor que outro. É que, regimentalmente, há uma intercalação entre orador inscrito e liderança de partido. V. Ex<sup>a</sup> será o próximo orador inscrito, Senador Magno Malta.

Senador Walter Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> dispõe do prazo regimental de 20 minutos.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador Magno Malta, tenha um pouco de calma, porque, na realidade, não há melhores nem piores. Aqueles que trilham este caminho aqui o trilham a partir de esforços, de acumulados, que vêm daqui, que vêm de acolá. Todos esses acúmulos nos fazem pessoas melhores. Portanto, as comparações são sempre perigosas. Por isso, o mais importante é olharmos as virtudes e até os defeitos de cada um e enxergá-los a partir do que cada um pode e, com certeza, tem condição de dar. V. Ex<sup>a</sup> é uma dessas pessoas que podem contribuir.

**O Sr. Magno Malta** (PR - ES) – Deixe-me só consertar o que eu disse aqui, porque o Sr. Presidente não conhece o nível da nossa amizade. Sr. Presidente, eu e Pinheiro somos mais chegados que irmãos. Na verdade, eu estava me dirigindo a V. Ex<sup>a</sup>, mas olhando a reação dele, porque somos amigos demais, somos irmãos. Então, foi só uma brincadeira que fiz com ele. Para o pessoal de casa entender, na verdade, a palavra é concedida a um orador inscrito e a um líder. O Senador Walter Pinheiro é o Líder do PT. Na verdade, fiz uma brincadeira com alguém que é mais chegado do que um irmão.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Eu sei.

**O Sr. Magno Malta** (PR – ES) – A nossa amizade é mais nova. Então, de repente, V. Ex<sup>a</sup> não sabe o nível de envolvimento que temos em lutas homéricas

no País, que não vale a pena nem relatar agora. Elas são tão grandes, que nos dão essa liberdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência sabe disso, sim, Senador.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Inclusive, por diversas vezes, Senador Sérgio, eu assisti ao Senador Magno Malta falar na minha frente, quando ele era Líder do PR – naquele período, eu ainda não ocupava a Liderança do PT nesta Casa.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, senhoras e senhores telespectadores que assistem a esta sessão de hoje, quero tocar num assunto que tem sido recorrente. É um assunto que, no dia de hoje, foi merecedor, Senador Lindbergh, de uma atitude, mais do que intensa, importante. Não é uma atuação pontual. Refiro-me, meu caro Paim, ao ato referente à política de incentivos apresentada hoje pelo nosso Governo, que deu respostas e, ao mesmo tempo, construiu políticas. O que fizemos hoje não foi só dizer “não” a isso ou “não” àquilo: afirmamos peremptoriamente um caminho a seguir.

Eu diria que diversos indicadores econômicos, divulgados, principalmente, nos últimos dias, afastam, cada vez mais, a economia brasileira dessa chamada crise no horizonte. É óbvio que não estamos livres, nem somos uma ilha. Eu diria que esses indicadores ainda nos conduzem ao caminho do crescimento, se não nas taxas chinesas, meu caro Lindbergh, de maneira pelo menos estável, começando-se pelo mercado externo.

A balança comercial de março fechou com saldo superior a US\$2 bilhões. As exportações foram de US\$20.9 bilhões, e as importações, de US\$18.8 bilhões, um resultado recorde para este mês, considerando-se, inclusive, todas as adversidades deste mês, segundo o Ministério da Indústria e Comércio. Embora esse aumento das exportações tenha sido puxado principalmente pela venda de produtos básicos, como petróleo e soja em grão – esses, é importante acentuar, têm a participação de 10,4% –, houve também um crescimento, ainda que leve, de exportações de manufaturados. E digo isso, levando em consideração que o câmbio continua ainda desfavorável à nossa economia.

Os importados que mais competiram com a indústria nacional dentro de nossas fronteiras, no mês de março, foram bebidas e tabacos, medicamentos, vestuário, alimentos e, principalmente, automóveis.

A entrada no mercado interno dos itens tradicionais da nossa manufatura pode ser represada ou desestimulada com pequenos ajustes nos instrumentos de defesa comercial. Mas isso deve ser feito com a devida cautela, para que não penalizemos, na outra ponta, principalmente, o consumidor brasileiro.

Outra boa notícia foi divulgada pelo IBGE, ao anunciar que a produção industrial do Brasil cresceu

1,3% no mês de fevereiro na comparação com janeiro. Esta boa notícia vem em momento importante: a Pesquisa Industrial Mensal apresentou o maior avanço desde fevereiro de 2011, quando atingimos a marca de 2,2% de crescimento.

Ainda de acordo com a Pesquisa, a produção, em fevereiro, cresceu em 18 dos 27 ramos industriais analisados pelo IBGE. Entre os segmentos industriais, o de bens de capital teve crescimento de 5,7%, revelando uma tendência principalmente a investimentos. Portanto, é uma perspectiva animadora.

Mas a queda de 4,3% na produção de bens de consumo deixa clara a exposição desse setor industrial, meu caro Paulo Paim, à concorrência dos importados. Portanto, se, por um lado, festejamos esse número, é importante, por outro lado, olhar esse número como um sinal de alerta para exatamente adotar e conduzir políticas que enfrentem essa situação.

O setor de autopeças é o que enfrenta as maiores dificuldades por não conseguir acompanhar o novo ciclo dos modelos mundiais das montadoras, onde a logística de produção, que é uma das grandes dificuldades do nosso País, dispensa estoques, e a montagem do veículo só ocorre depois da sua venda. Assim, deve esse segmento ter uma atenção muito mais dedicada, um olhar mais criterioso.

Foi destaque também nos jornais, no último fim de semana, a queda livre do trabalho informal no País. Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> é um defensor árduo nessa questão. Toda e qualquer desoneração tem de ter compensação, tem de haver a geração de postos de trabalho. V. Ex<sup>a</sup>, na chamada economia direta, sem muito economês, nem muita verborragia, vai exatamente ao âmago dessa questão.

Senador Paim, essa notícia do fim de semana foi importante, porque houve uma crescente formalização dos empregos apesar do pequeno desaquecimento que observamos na economia e a despeito de nenhuma mudança na legislação trabalhista. Todo mundo clama o aumento da carteira assinada, digamos assim, ou a formalização do emprego. Esse crescimento se apresenta mesmo com toda a choradeira de que temos de mexer na legislação.

Portanto, é importante olhar, por exemplo, o bom estudo da Fundação Getúlio Vargas, que mostra que, desde 2005 – portanto, nos últimos sete anos –, a ocupação informal no Brasil caiu 11 pontos percentuais, variando de 33,2% para 22,2%. Não é uma queda qualquer, é um descenso considerável! Portanto, Senador Paim, é algo que serve para nos animar, para que continue essa balada ou essa batida que V. Ex<sup>a</sup> tem tanto encabeçado nesta Casa, no sentido de trabalhar permanentemente pela geração de postos de trabalho.



Afinal de contas, eles são os elementos centrais para a distribuição de renda e, conseqüentemente, o ponto principal para o consumo interno. Não há como fazer consumo interno sem postos de trabalho e sem renda.

Nos últimos doze meses, encerrados em fevereiro, a informalidade no mercado de trabalho caiu em todos os setores, e 75,3 mil trabalhadores passaram à formalidade. É importante que isso seja acompanhado do que, historicamente, meu caro Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> tanto clama em sua luta nesta Casa, das garantias e dos direitos dos trabalhadores, como a velha carteira assinada.

Essa crescente formalização do mercado de trabalho explica o pleno emprego atingido pela economia brasileira, que tem hoje a menor taxa de desemprego em sua População Economicamente Ativa (PEA), estabilizada em 5,7% ou em 1,5 milhão de desempregados em regiões metropolitanas no País.

Para manter essas bases e até mesmo galgar índices mais elevados de desenvolvimento econômico, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff anunciou hoje um conjunto de medidas para estimular a nossa produção industrial e para lhe dar mais condições de competitividade, principalmente para enfrentar a concorrência estrangeira dentro e fora das nossas fronteiras. Precisamos fazer isso aqui, precisamos produzir para o consumo interno, mas precisamos produzir também para que exportemos aquilo que efetivamente geramos com trabalho e com renda aqui dentro, ou seja, agregando valor. É importante salientar isso.

No âmbito do programa Brasil Maior, que, desde o ano passado, institui uma nova política industrial para o País, as medidas anunciadas durante a solenidade de hoje no Palácio do Planalto desoneram folhas de salário e vão reforçar ações futuras sobre o câmbio.

O Governo zerou a contribuição previdenciária, que era de 20%, para os 15 setores industriais mais submetidos à competição estrangeira.

É bom lembrar, Senador Paulo Paim, que, todas as vezes que falamos de competitividade, há um elemento decisivo nesse campo de batalha: a inovação tecnológica. Ora, se não adentrarmos esse mundo, será muito difícil conseguirmos uma grande vitória nesse mundo da competitividade. E inovação tecnológica não tem aplicação imediata, meu caro Lindbergh, pois depende de um processo longo de investimento, de pesquisa, de desenvolvimento científico, de absorção de conhecimento, de formação de mão de obra. Não se aplica inovação tecnológica da noite para o dia.

Se adquirirmos isso no chamado mercado ou nas ofertas existentes, efetivamente poderemos cometer um equívoco e conviver com a seguinte prática: introdução de novas tecnologias, mas com a aquisi-

ção dessas novas tecnologias lá de fora. Eu ganho na competitividade, mas perco na divisa. Portanto, é fundamental que adotemos medidas compatíveis com a nossa realidade, mas que continuemos numa luta permanente para ampliar o volume de investimento, para que esse desenvolvimento científico e tecnológico chegue à ponta, não somente aos desejos ou aos sonhos de cada um de nós.

É importante lembrar que, em contrapartida, as indústrias que receberam o novo incentivo, ou que receberão o novo incentivo, passarão a recolher uma alíquota de 1% a 2% sobre o faturamento, o que não incidirá sobre as exportações.

Portanto, é outro estímulo para que nós possamos, efetivamente, Paulo Paim, parar de exportar *commodities*, e exportar manufaturados. Portanto, exportar aquilo que gera, para nós, posto de trabalho, que gera renda, que fica aqui.

Segundo o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, que apresentou as medidas, a desoneração representará, em 2012, um impacto de 4,9 bilhões sobre a folha de pagamentos.

O governo lançou também um novo programa para o setor automotivo, estabelecendo que, a partir de 2013, as montadoras já em funcionamento, ou as que vierem a se instalar no País, farão jus a um desconto progressivo no IPI, de acordo com seus investimentos, principalmente em pesquisa, conteúdo nacional e eficiência energética.

Portanto, eu estou falando aqui hoje, no mês de abril, mas estou repetindo o mesmo discurso, Senador Magno Malta, que fiz aqui em 1º de março de 2011, quando estava discutindo a MP do setor automotivo, quando procurei o Ministro Fernando Pimentel, quando tínhamos a perspectiva da JAC Motors se instalar na Bahia. E eu dizia: é fundamental. Até porque nós tínhamos dado incentivo à Ford para se instalar na Bahia. Não basta dar incentivos a montadoras e não amarrar o investimento em desenvolvimento científico e tecnológico. É pouco.

Devemos dar o incentivo. Principalmente para aqueles que vão se instalar. Não podem ter o mesmo tratamento daqueles que trazem de fora, daqueles que não têm nenhuma perspectiva de se instalar aqui. E para os que têm essa perspectiva, fundamental é que adotemos essa medida. Pesquisa e inovação, conteúdo nacional e eficiência energética.

Portanto, combinando esse tripé, de certa maneira obrigando essas empresas a adotarem essas medidas que não serão só benéficas para sua produção, mas para a absorção do conhecimento, para a adoção de novas práticas e para até o conhecimento dessas novas ferramentas para serem aplicadas em



outras etapas aqui, no Brasil. É importante que nós tenhamos essa preocupação.

Os fabricantes de autopeças, os têxteis, confecções, calçados e móveis, que já estão sendo mais prejudicados pela competição dos importados, terão mais tempo para recolher o PIS e a Cofins, que deveriam pagar em abril e maio deste ano. Esse tributo poderá ser recolhido em novembro e dezembro. Será também implantado o Plano Nacional de Banda Larga, que vai triplicar a nossa rede, de 11 mil para 30 mil quilômetros até 2014.

Todo mundo acha que banda larga é só modismo; é a possibilidade do meu *smart phone*, de eu acessar, assistir, ver. Hoje, pelo telefone nem se fala mais, meu caro Paulo Paim. Ele é um instrumento de tudo, menos de fala. É assim, mas a banda larga é fundamental. Se eu não tiver banda larga, qual é o atrativo que vou apresentar? Assim como a energia é uma empresa para se instalar no Espírito Santo, ou no Bahia, ou no Nordeste, ou no Norte, ou no Centro-Oeste.

Esses são componentes decisivos. Então, a estrutura de banda larga, a estrutura da informação é base preponderante para estruturarmos todo e qualquer crescimento para atração, para estímulo, para formação. Então, é fundamental que nós façamos isso.

A renúncia fiscal para o programa é de 461 milhões este ano e de 970 milhões em 2013.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ. *Fora do microfone*.) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Vou conceder.

O Governo também, meu caro Lindbergh, anunciou a prorrogação do Programa Um Computador por Aluno até 2015 e a suspensão da cobrança do IPI, PIS/Cofins, CID para os fabricantes de computadores portáteis na aquisição de matérias-primas. V. Ex<sup>a</sup> é testemunha de que eu estou cobrando inclusive a ampliação desses incentivos. O setor de informática merece incentivo. Está aqui. Mas nós temos que ampliar esse incentivo, Paulo Paim, para o pessoal da manutenção. Majoritariamente, quem faz manutenção na área de informática no Brasil é empresa brasileira. Quando não brasileira, são empresas fixadas aqui. Não há telemanutenção. A manutenção se dá quase que ao vivo; e a manutenção no Brasil, se estimulada, cria outra rede de indústria, Paulo Paim. Às vezes, as pessoas não percebem sutilezas, mas, quando do surgimento da expansão do celular no Brasil, nós tivemos uma verdadeira explosão de pequenas fábricas, de indústrias, de componentes que não são sofisticados, que dependem de chipe ou de coisa do gênero, Lindbergh, mas são fundamentais para o funcionamento do celular a carcaça, a capa, que aí se aplica na ma-

nutenção e só vão gerando oportunidades. O polo de Manaus, por exemplo, cresceu muito com isso. O polo da Bahia, em Ilhéus, cresceu dessa forma. No Rio de Janeiro, várias indústrias cresceram em torno dessas unidades, inclusive o setor farmacêutico. Essa indústria, por exemplo, de pequenas coisas do setor de embalagem cresceu, quanto mais o setor eletroeletrônico.

Então, é fundamental que essas medidas sejam vistas não como uma espécie de distribuição de incentivos ou distribuição de migalhas, como alguns tendem a dizer, mas como verdadeiras medidas, para que possamos estimular.

Como destacou a Presidenta Dilma, as medidas anunciadas hoje são uma resposta, Lindbergh, do Governo brasileiro aos impactos da crise econômica mundial e ao protecionismo, velado ou não, mas que vem sendo praticado por muitos países desenvolvidos. Como fazem esses países, o Brasil está exercendo o seu sagrado direito de defender os seus interesses, protegendo, dessa forma, a sua indústria, os nossos empregos, os nossos trabalhadores e sustentando a nossa economia de maneira que ela possa crescer localmente.

Um aparte, Senador Lindbergh.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Lindbergh, só um minuto. Eu gostaria de prorrogar a sessão.

A Mesa prorroga a sessão pelo tempo necessário para a conclusão dos seus trabalhos.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Eu queria parabenizar meu Líder, Senador Walter Pinheiro, por esse pronunciamento. Tenho muita confiança no futuro deste nosso País. Somos a sexta economia do mundo hoje e vamos ser a quarta economia em 2023, porque houve uma mudança neste País, a partir do Governo do Presidente Lula. Por ter feito inclusão social, por ter olhado para as pessoas que mais precisavam, nós acabamos criando um grande mercado de consumo de massa, Senador Walter Pinheiro, pois 39 milhões de brasileiros ascenderam à classe média e 28 milhões deixaram a pobreza extrema, por medidas concretas. O crédito, que era de 22% do PIB, saltou, agora, para quase 50%, para 49% do PIB. Houve recuperação do salário mínimo. Vivemos anos e anos, quando nos diziam que aumentar salário mínimo era inflacionário. E há um estudo do Ipea que aponta, na criação desse grande mercado de consumo de massas, para o papel do aumento do salário mínimo, principalmente pela Previdência Social. É o dinheiro que chega às mãos dos aposentados, que estimula a economia. Esse é um dinheiro investido imediatamente na compra de remédios, no pagamento de escolas para os netos. Há as

políticas de transferência de renda. Investimentos. Eu assisti a alguns debates aqui neste Senado, hoje, em que alguns Senadores da oposição reclamavam que o nosso investimento é baixo. É baixo! Temos que aumentar. Agora, quanto era o do PIB, no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso? Eram 15,3%. Saltamos, e isso é completamente insuficiente. Estamos em 19,4%. Temos que atingir a meta, até 2014, de 24% do PIB. Mas a recuperação e a retomada dos investimentos públicos por parte do Estado brasileiro vêm do Governo do Presidente Lula. Vejamos o papel dos bancos públicos, do BNDES. Não quero me alongar aqui. O Lula construiu um grande momento para a economia brasileira. Os desafios, hoje, são outros. Nós estamos, Senador Walter Pinheiro – e a Presidente resume bem, quando fala em *tsunami* monetário –, vivendo um momento de competição global agressiva. Vão tentar conquistar o nosso mercado de todas as formas. Então, esse plano que a Presidenta lançou hoje – eu só queria parabenizá-la – não é só um estímulo à exportação. É a discussão do nosso mercado, de como proteger, de como as nossas indústrias podem ter mais competitividade, porque o debate da competitividade também se coloca. Nós temos um problema no câmbio, mas temos o problema também de aumentar a nossa competitividade, a desoneração da folha. Mas, hoje, em especial – eu estou falando super rápido, para concluir –, fiquei muito animado quando a Presidente se centrou em vários momentos, falando em inovação tecnológica, em preparar este Brasil para o futuro. Uma coisa ela não aceita: virarmos simples exportadores de *commodities*. Eu queria passar isso para quem está nos assistindo agora, para quem acompanha o trabalho da nossa Presidenta. E não estou falando isso para elogiar a nossa Presidenta, mas, em relação a essa crise econômica internacional, ela está acompanhando dia a dia cada momento dessa crise, tomando as decisões na hora e com a força que têm que ser tomadas. Eu, nesse sentido, sinto-me muito seguro, como Senador da República, com o discernimento da nossa Presidente em relação a este momento. Nós não vamos aceitar virarmos exportadores de matéria-prima, exportadores de *commodities*. Por isso, nessa cerimônia de hoje, o que mais me chamava a atenção era essa centralidade do papel da inovação tecnológica. Não tem jeito de pensarmos o Brasil do futuro sem radicalizarmos os nossos investimentos em inovação tecnológica. Desculpe-me, Senador Walter Pinheiro, o aparte prolongado. V. Ex<sup>a</sup> estava no final da sua fala. Mas vamos ter dias difíceis. O Brasil vai ter que enfrentar esse período e acompanhá-lo com muita inteligência. Senador Magno Malta, só um segundo – o Senador Magno Malta está fazendo pressão pelo seu

discurso aqui. Mas eu tenho confiança de que nós vamos atravessar essa turbulência protegendo a nossa indústria e pensando no futuro, olhando centralmente para a inovação tecnológica. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento!

**O SR. WALTER PINHEIRO** (Bloco/PT – BA) – Senador Lindbergh, quero concluir e agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho insistido muito no sentido de que, mais do que proteger, devemos exatamente criar os grandes estímulos e incentivos, para que a nossa indústria se coloque frente a frente.

Estamos numa época, Senador Lindbergh, em que as coisas acontecem tecnologicamente ao mesmo tempo em todos os lugares. Acabou aquela fase em que o Brasil era um centro de desova de tecnologia atrasada. Agora, precisamos fazer isso.

Portanto, essas medidas anunciadas hoje trazem esses alentos, trazem esses encaminhamentos, e não há outra coisa a dizer aqui senão que temos a convicção de que, agindo assim, a economia brasileira poderá sustentar, este ano, um crescimento, esperamos nós, de 4,5%. E com isso, meu caro Sérgio, manter estáveis a sua capacidade produtiva e a geração de emprego e renda no País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra, como orador inscrito, Senador Magno Malta.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Magno Malta, tem o prazo regimental de 20 minutos.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Senadora Lúcia Vania.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Lídice da Mata!

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Lídice da Mata, meu perdão.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA) – Senador, para que V. Ex<sup>a</sup> possa me inscrever, no horário de liderança, como Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendida, Senadora Lídice.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco/PT – RJ) – Se V. Ex<sup>a</sup> puder me inscrever também, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> também será atendido, Senador Lindbergh.

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Senadora, Deputada Lau-

riete, aqueles que nos ouvem pela Rádio Senado e nos assistem pela TV Senado, tenho 20 minutos, e no meu primeiro momento quero também cumprimentar aqui o nosso jovem Gustavo, filho do nosso querido Senador Lauro Antonio – parece o Leandro do KLB, não é Lindbergh? –, que veio aqui prestigiar o pai, no dia da despedida do pai. Eu conheci esse garoto lá em Sergipe. Confesso que o Senador Lauro realmente é uma pessoa diferenciada como ser humano, e os filhos da mesma forma.

Aliás, minha mãe, que era analfabeta profissional, dizia que casa de pai é escola de filho. Se pai é mau caráter, se pai é bêbado, se pai é fumante, desequilibrado, raramente, dificilmente você terá um filho que vai sair diferente disso. E o nosso querido Gustavo é mais ou menos a imagem do nosso querido Lauro Antonio.

Quero, rapidamente, no máximo em três minutos, Senador Lindbergh, repudiar com veemência a decisão da Relatora Ministra do STJ Thereza Rocha de Assis Moura, que decidiu, no julgamento de um pedófilo, estuprador, que estuprou uma criança de 12 anos de idade, uma menina, conceder a ele o benefício da liberdade, tirando-o da condição de criminoso.

Senadora Lídice, V. Ex<sup>a</sup> acompanhou o julgamento do STJ com relação a esse caso absurdo? Tirou o criminoso da condição de criminoso e colocou a menina de 12 anos, vítima emocional, vítima moral, vítima física desse doente, desse maluco, que do alto da sua tara pessoal, para saciar sua lascívia, estupra uma menina de 12 anos, e você é obrigado a ler e ouvir um ministro ou ministra de tribunal superior dizer que essa menina já se prostituía.

Ora, Ministra, pelo amor de Deus! Alguém mexeu na sexualidade dessa criança, ainda na sua tenra idade. E é por isso que precisamos urgentemente de um tipo penal, que já foi proposto pela CPI da Pedofilia, chamado de bolinamento. Porque o sujeito bolina uma criança, toca nas emoções, toca na sexualidade de uma criança, aflora a sexualidade de uma criança, é pego como pedófilo e o advogado descaracteriza, porque não teve conjunção carnal.

Ora, quem toca na sexualidade de uma criança é pedófilo. Esse vagabundo estuprou uma criança, e a nossa Ministra agiu como se dissesse: “Ela passou batom, pegou uma bolsinha” – é verdade, Senadora Lídice –, “foi para a estrada, rodou a bolsinha...”. E ele não sabia! Quem é que não conhece uma menina de 12 anos? Uma menina de 12 anos, se ela passa batom, se ela passa sombra, principalmente uma criança gasta pela noite, pelo sofrimento de disputar o pão, entregando o seu próprio corpo porque mexeram na sua sexualidade ou não, não é difícil descobrir uma menina de 12 anos, não confundi-la com uma de 20 ou de 19.

Mamãe me acode! Pára de brincadeira. Não sei de quem estão querendo zombar, mas é da sociedade.

Então vai aqui, Ministra, o meu repúdio. Como Presidente da CPI da Pedofilia, conheço profundamente o assunto. Eu lamento e repudio com veemência, porque se isso vira regra neste País, daqui a pouco, nossas crianças, que já são vulneráveis, nossas crianças, que estão sendo abusadas, vilipendiadas e desrespeitadas, com uma decisão como essa... Os bandidos estão à solta, eles estão livres, eles estão à vontade, porque um tribunal superior compreende que um homem feito – homem não, porque homem não estupra criança –, um vagabundo desses, fisicamente feito, estupra uma criança...

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paim, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, eu acho que nós deveríamos convidar essa Ministra para vir aqui dar as explicações dela. Olha para um texto frio da lei, sem pensar numa criança desmoralizada, vilipendiada e sofrida. À criança e à sua família, vai aqui o meu respeito, vai aqui o meu respeito e o meu sofrimento junto, quando repudio o comportamento e a decisão dessa Ministra do STJ. O mesmo STJ que decidiu, Senador Paim, que o bêbado pode matar no trânsito. O mesmo STJ que decidiu, senhores, que o bêbado pode transgredir a lei. Ele não precisa fazer bafômetro, ele pode atropelar o que ele quiser, pode fazer vítimas na rua, pode fazer crianças tetraplégicas, pode fazer crianças órfãs, pode matar cidadãos trabalhando, cidadãos nas ruas, pode invadir um posto de gasolina e explodir com o seu carro por conta do seu alcoolismo, que está tudo certo.

É o fim do mundo. Senador Paim, os bêbados podem tudo.

O STJ decidiu que a chamada Lei Seca não vale nada. Que o cidadão comum se proteja. O cidadão que está nas ruas que se vire, Senador Lindbergh, porque o STJ decidiu que o bêbado no volante pode tudo. Ele não precisa se incriminar, ele não precisa fazer bafômetro. Não tem lei para ele. Ele pode matar, ele pode atropelar, ele pode fazer o que quiser, bêbado ao volante. É preciso que nós reajamos a tudo isso.

Neste País criou-se uma cultura de que ninguém tem coragem de fazer um pronunciamento se a sentença saiu do STJ, se saiu do STF. Todo mundo tem medo. Ora, tem medo quem deve. Mas eu reajo com veemência e com indignação a esse tipo de procedimento.

Feitas essas primeiras considerações, de fato, o segundo assunto é quanto à barbaridade – Brasil que me vê – que estão tentando fazer, Senador Paim, com o Pastor Silas Malafaia. Neste País, existem grupos de pessoas trabalhando no escuro porque há uma tentativa surda, Senador Lindbergh, de tirar a liberdade de expressão das pessoas. Há um grupo minoritário no



Brasil que faz um barulho tão grande que, em alguns momentos, Senador Paim, Senador Lindbergh, Deputada Lauriete, parece até que é maioria porque gritam tão alto. E eles fizeram uma ação mentirosa contra o pastor Silas Malafaia, conhecido no Brasil inteiro, um homem acostumado a assumir posições, um homem de posição, que não arrega, um homem que não esconde o que pensa e que tem conhecimento constitucional. Não é apenas um religioso fazendo enfrentamento no campo religioso e no debate meramente religioso. Ele conhece a Constituição, conhece os seus direitos à luz do ordenamento jurídico brasileiro e conhece o direito dos outros também.

Todo mundo conhece a posição de todo e qualquer cristão contra o homossexualismo. Minha posição é conhecida, gostem ou não gostem. Minha posição é conhecida, a dele é conhecida e a de tantos outros. Essa é a posição da Frente da Família. Mas é uma posição que respeita. Respeita, sim! O cidadão é aquilo que ele decide ser. Deus deu livre arbítrio ao homem, o homem segue o seu caminho e nós temos de respeitá-lo. Não precisamos e não devemos ser é intolerantes. Devemos ser tolerantes, Senador Lindbergh, com todos os cidadãos, independente de sua cor, do seu credo; de onde nasceu, de onde deixou de nascer; se tem dinheiro ou se não tem; se estudou, se não estudou; qual é a região do País ou do mundo de que veio. Nós precisamos ser tolerantes com as pessoas.

O pregador, Pastor Silas Malafaia, que é psicólogo, também está enfrentando outra aberração, porque eles entraram e pediram ao Conselho de Psicologia para tirar as credenciais do psicólogo Silas Malafaia. E esse é um debate a ser feito na CDH, Senador Paim, na Comissão de Direitos Humanos, para ouvirmos o Conselho de Psicologia para saber por que alguém que confessa a fé cristã e tem posições não pode ser psicólogo.

Silas Malafaia fez um pronunciamento após a Marcha para Jesus, em São Paulo. É uma Marcha que reúne três milhões, quatro milhões de pessoas. A Marcha do Rio também é muito grande. E, depois da Marcha Gay em São Paulo, eles exibiram, em sua passeata que acontece todo ano na Paulista, todos os símbolos da Igreja Católica e os levaram para a avenida, colocando-os na avenida em posição sensual.

Quem quer respeito tem de dar respeito. O senhor sabia disso, Senador Lindbergh? Os santos da Igreja Católica foram para a avenida em posições sensuais. Será que isso agradou a algum católico? Será que os católicos se sentiram bem com essa afronta? Lembro-me de que tivemos uma audiência pública aqui, na época da Senadora Fátima Cleide, em que eles trouxeram uma faixa. Era um movimento contra o

aborto porque o Papa havia se pronunciado contra o aborto. Eles disseram, então: “Se o Papa engravidasse, aborto seria sacramento”. Ora, o Papa é o líder de uma religião, de uma denominação neste mundo.

O Brasil é um país que tem na sua maior confissão católicos. Quem quer ser respeitado precisa aprender a respeitar os outros. Era isso o que o Pastor Silas Malafaia falava em seu programa. Ele fez uma série de considerações, ele disse: “Olha, a marcha teve mais de 3 milhões”. Mas, quando a marcha é feita por evangélicos, a mídia diz que foram 300 mil pessoas. Se não for evangélico e tiver 300 mil pessoas vão dizer que foram 3 milhões. E dizia ele: “O que disse a manchete do *O Globo* com relação à marcha para Jesus?”. Até está aqui. A marcha tinha 2 milhões de pessoas. Aí, diz ele: “Eu gosto dos números que são reais. Trazendo as considerações da Polícia Militar, que sabia exatamente os números que lá estavam”. E ele traz o que diz a *Folha de S. Paulo*, ele traz o que diz *O Globo* a respeito da marcha e depois começa a falar do que as televisões disseram a respeito da marcha e começa a comparar o que disseram da marcha gay. Nada contra. Aí ele cita os símbolos católicos que estavam na avenida. E, na avenida... Vejo até o nosso jovem com um símbolo católico na lapela do paletó.

Preste atenção, naquela marcha, os símbolos da sua Igreja, da Igreja do Paim, da Igreja da Senadora Ana Amélia, do Lindbergh, os símbolos foram para a avenida em posição sensual na marcha gay. Agrada a V. Ex<sup>a</sup> isso? Penso que é um desrespeito, uma agressão que não tem sentido.

Aqui, o Pastor Silas Malafaia na televisão dizia: “Por que os católicos não reagem? Eles deveriam reagir”. E usa uma expressão forte dizendo o seguinte – eu não gosto de falar com papel que fico perdido –: “Os católicos deveriam reagir, os católicos precisavam se apresentar e bater nessa questão, baixar o pau”. Aí entenderam, deduziram, fizeram a leitura do seu jeito e entraram com uma representação contra ele, dizendo que ele estava incitando a violência contra os homossexuais, numa incitação homofóbica. Eu tenho na minha mão o documento, a denúncia ao Ministério Público Federal.

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da Seção Judiciária em São Paulo.

O Ministério Público Federal, pelo Procurador da República infra-assinado, comparece perante Vossa Excelência para, com fundamento no art.(...)

Depois de fazer o que eles colocaram lá, foi uma montagem mentirosa, descabida do que o Pastor Silas Malafaia falou, numa tentativa de dizer que ele era



homofóbico e estava incitando a violência contra os homossexuais. O Procurador, então, faz um encaminamento para o outro Procurador, e diz:

Encaminho em anexo providências que V. Ex<sup>a</sup> entender cabíveis, reclamação formulada pelo Presidente da Associação ABGLT [de Travestis e Transexuais] em face do ‘programa religioso’ transmitido na TV aberta no qual o Pastor Silas Malafaia promove explicitamente a violência em face dos homossexuais, ao afirmar que é preciso baixar o porrete em cima desses caras para aprenderem.

Estava falando de reação, de falar, porque os símbolos foram em posição sensual para a avenida, não falou de bater em ninguém, não falou de bater em ninguém, de agredir ninguém. Aí, eles abrem um procedimento contra o Pastor Silas Malafaia e abrem também contra a Bandeirantes, que não tem nada a ver com isso.

E, aí, eu passo a ler:

#### **“I – DO OBJETO DA PRESENTE AÇÃO**

*O objeto da presente ação consiste em obter provimento jurisdicional, que imponha:*

**a)** obrigação de não fazer a Silas Malafaia e Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda, no sentido de não proferirem e não exibirem, respectivamente, comentários homofóbicos ou que incitem violência ou desrespeito contra homossexuais;

**b)** obrigação de fazer a Silas Malafaia e Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda para que exibam, durante a veiculação do programa *Vitória em Cristo*, mensagem de retratação dos comentários homofóbicos proferidos, com duração de, no mínimo, o dobro do tempo utilizado para exibição de referidos comentários; e

**c)** obrigação de fazer à União, por meio da Secretaria de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, para que proceda à fiscalização da referida exibição.

#### **II – DOS FUNDAMENTOS DO FATO [só alguns trechinhos].**

(...)

*A instauração se deu a partir de reclamação do (...) ABGLT. Posteriormente, outras entidades também apresentaram reclamações (...)*

(...)

*Em resposta, o réu afirmou que sua manifestação tratou-se apenas de “crítica severa a determinadas atitudes de determinadas pessoas desse segmento social (...).”*

*Por fim, defendeu que as expressões “baixar o porrete” (...) significam: “formular críticas, tomar providências legais”.*

(...)

*No vídeo em que consta sua declaração completa no programa *Vitória em Cristo*, aos 08 minutos e 10 segundos, o réu Silas Malafaia diz:*

*“Os caras na Parada Gay ridicularizaram símbolos da Igreja Católica e ninguém fala nada. É pra Igreja*

*Católica ‘entrar de pau’ em cima desses caras, (...) pra esses caras aprender (sic)”. (...)*

As gírias “entrar de pau” e “baixar o porrete” têm claro conteúdo homofóbico, por incitar a violência em relação aos homossexuais (...)

No site Verdade Gospel, indicado pelo réu Silas Malafaia, (...) este conclama seus fiéis a enviarem e-mail ao Procurador da República signatário e ao Ministro da Educação, incluindo o endereço de e-mail de ambos. (...)

Em razão disso, centenas, de e-mails e correspondências foram recebidos, com o texto sugerido pelo referido réu, o que demonstra sua influência sobre seus espectadores (e telespectadores).”

Aí, ele segue dizendo o seguinte, Senador Lindbergh, preste atenção: “que os possíveis ouvintes telespectadores e seguidores de Silas Malafaia são potenciais assassinos de homossexuais”. Isso é o fim do mundo para um Procurador escrever: potenciais assassinos de homossexuais.

A palavra “homofobia” neste País está banalizada!

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES) – Se você não concorda, se você reage, você é homofóbico. Se você se vê no direito – porque o direito existe – de livre expressão e fala o que pensa, você é homofóbico. Aqui não há nada de homofobia. E então o Procurador conclui dizendo – Sr. Procurador, pelo amor de Deus, isso aqui é atentar contra a inteligência humana – que os seguidores de Silas Malafaia são possíveis assassinos de homossexuais! Eu quero perguntar...

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador...

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES) – Eu vim do meu Estado, um Estado pequeno, com 78 Municípios. Eu tive quase 1,5 milhão de votos e também não concordo. Eu faço resistência aqui. Eu faço resistência e farei até o final!

Então, quer dizer que essas pessoas que votaram em mim, acreditando nas minhas bandeiras, inclusive nessa luta, respeitando as pessoas – não as discri-

minando, mas não concordando com aquilo que elas querem no PL nº 122 –, que todos os meus eleitores são potenciais assassinos de homossexuais, Sr. Procurador? Todas as pessoas que acreditam, como eu, são potenciais...? Os católicos, que creem como eu? Os espíritas, que creem como eu? Todos os cristãos do Brasil são potenciais assassinos de homossexuais? Isso é uma brincadeira, Sr. Procurador!

V. Exª tem a palavra.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – Senador Magno Malta, este Senador que vos fala aqui tem-se posicionado sempre contra toda discriminação: discriminação quanto à orientação sexual, contra a violência... Eu fui prefeito de uma cidade, Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, e não foram poucos os casos de homossexuais agredidos por serem homossexuais. Então, tenho uma postura, aqui, intransigente quanto a isso. Não podemos aceitar posicionamentos bárbaros. Acho, Senador Magno Malta, inclusive, que tínhamos de caminhar numa linha de entendimento nesta Casa, num grande movimento contra a intolerância. Acho que dá para tentar compatibilizar os direitos das pessoas, dos **gays**, das lésbicas, os direitos e a luta contra a violência e contra a discriminação com outros princípios. E estão aqui no art. 5º, inciso IV e inciso VI, liberdade de manifestação de pensamento e liberdade religiosa. Se a gente conseguir compatibilizar isso aqui, nós temos como sair com uma legislação que unifique este País, que não aceite violência contra qualquer pessoa na sua escolha em relação à orientação sexual, porque isso de fato existe hoje no País. Então, sou daqueles que, em vez de tocar fogo, quero buscar o equilíbrio nesse debate. Tenho procurado, não é fácil, construir um acordo que passe por uma campanha contra a intolerância. Intolerância contra os homossexuais e intolerância contra os evangélicos. Senador Magno, conheci esse caso do Pastor Silas Malafaia. Tive acesso à peça do Ministério Público Federal. Neste caso, há uma posição equivocada, porque quando se cita... E é uma posição não só equivocada, porque se edita o trecho da fala do Pastor Silas Malafaia. Queria chamar a atenção dos Senadores para isso e queria chamar atenção também do Ministério Público: nós não temos de colocar mais lenha nessa fogueira, não temos que agir com intolerância de um lado para outro, pelo contrário, temos de buscar pacificar. Qual é a frase pinçada do Pastor Silas Malafaia? “Baixar o porrete em cima para os caras aprenderem a ter vergonha”. Eu fui ler, ver o contexto de toda fala. V. Exª, em seu pronunciamento, já antecipou que o Pastor Silas estava se referindo a passeata do orgulho *gay* quando se falavam em símbolos católicos. O que diz o contexto inteiro da frase? O Pastor Silas disse o seguinte: “Eu queria ver se um evangélico fizesse uma coisa

contra a Igreja Católica, para ver se não iriam perseguir e meter o pau. Os caras da parada *gay* ridicularizaram o símbolo da Igreja Católica e ninguém fala nada. É para a Igreja Católica entrar de pau em cima desses caras”. Neste caso, para mim, está claro que “entrar de pau” não é incitar a violência física. Nós, nos nossos debates, aqui no Senado não, mas nos debates nos nossos Estados, nas audiências públicas, sabemos que isso aqui está se referindo à crítica, a um ataque da posição, há uma crítica daquela posição tomada. Eu não vi em nenhum momento, li com atenção, nenhuma incitação a esse “cair de pau” como agressão física. Estou fazendo esse pronunciamento, Senador Magno Malta, V. Exª sabe das minhas posições, tenho tentado aqui buscar esse equilíbrio. Não aceito nenhuma tipo de discriminação contra homossexual e nenhum tipo de violência. Existe violência, sim, neste País pelas pessoas serem, simplesmente, homossexuais. Volto a dizer a V. Exª que fui Prefeito de Nova Iguaçu, na Baixada, e vi isso. Mas nós não podemos, no meio desse debate... Este Senado Federal tem de ter a maturidade para construir um texto equilibrado que protejam essas pessoas, mas que também protejam alguns princípios constitucionais que eu aqui citei. Mas acho sinceramente que, neste caso do Pastor Silas Malafaia – eu que olhei e li os documentos –, está havendo intolerância contra o pastor. Quero aqui trazer a minha solidariedade a ele. E se puder argumentar, onde for necessário, vou argumentar, para mostrar que as palavras do Pastor Silas Malafaia aqui não foram incitação à violência física. Na verdade, esse “meter o pau” era responder com força a uma posição, responder criticamente àquela posição. Faço questão de registrar isto aqui, até por conhecer o Pastor Silas Malafaia, que é referência no Brasil inteiro, mas é do meu Estado, o Rio de Janeiro. E quem conhece o Pastor Silas Malafaia sabe...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco/PT – RJ) – O Pastor Silas Malafaia tem feito muitas críticas ao meu Partido. Mas uma coisa nós temos que reconhecer: esta não é uma prática dele, muito pelo contrário. Então, quero fazer aqui este registro e agradecer a V. Exª por este aparte.

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES) – Agradeço a V. Exª. Acrescenta muito a sua lucidez, até porque, com o aparte de V. Exª, fica claro que isso não é um embate de crença contra homossexual, de evangélico contra homossexual. A liberdade religiosa é de todos, e milhares creem como Silas Malafaia, não têm é coragem de se posicionar. Este é um drama: as pessoas que têm coragem e as que não têm coragem.

Sabe por que ele disse isso? Porque um dia o Bispo Von Helder, da Igreja Universal, chutou uma

imagem de Nossa Senhora ao vivo. A reação da Igreja Católica foi tão grande que parecia que eles iam sepultar os evangélicos naquela época. E sobrou para todo mundo, não foi só para a Igreja Universal, não...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES) – ...que foi feita com o símbolo da Igreja Católica. Então era isto que o Silas estava falando: se fosse um evangélico, a reação era grande. Mas os homossexuais, cadê a reação? Porque quem quer respeito tem que dar respeito. Como é que leva o símbolo da Igreja Católica, Senador Armando, em posições sensuais para a avenida? Para afrontar os cristãos? Para afrontar os católicos? Para afrontar quem? Aos espíritas, que acreditam também nos santos?

Ora, então foi isso que ele falou. Cadê a reação, que eu não vejo? Porque, na época do Von Helder, veio a Rede Globo para cima, veio todo mundo para cima, veio a Igreja Católica para cima. E realmente foi grosseiro ter chutado um símbolo da Igreja Católica na televisão.

Portanto, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> acrescenta muito. E é intolerância, eu sempre digo isso. Na verdade, o País não é homofóbico e eles querem a palavra homofobia, porque, se você não concorda com eles, você é homofóbico. *(Fora do microfone)* Se você não pensa como eles, é homofóbico. Então temos de ter coragem...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES) – O que eles querem é o inicial, que é o projeto de lei da Iara Bernardi: se você não aluga o seu imóvel para um homossexual, você pega sete anos de cadeia; se você demite um homossexual, cinco anos; se você não admite, cinco anos de cadeia; se você não aceita o ato afetivo, sete anos de cadeia. Ora, eu posso não alugar uma casa para um negro, eu posso demitir um portador de deficiência, eu posso não admitir um índio e não ir preso! Eu posso não aceitar o gesto afetivo de um casal heterossexual na porta da minha casa e dizer: “Vão se beijar de outro lado, minhas crianças estão aqui”, mas, com homossexual, eu não posso, porque, com um simples boletim de ocorrência, eu pego sete anos de cadeia. Essa é a lei que eles querem, Senador Armando. Vão criar um império homossexual no Brasil?

Essa é a reação do Pastor Silas Malafaia. Essa é a minha reação. Aí, eu pergunto, Procurador: então, as pessoas que votam em mim, as pessoas, no Brasil, que acreditam como eu são potenciais assassinas de homossexuais? São homofóbicas?! Isso é brincadeira, Sr. Procurador! Isso é brincadeira! Vamos às últimas consequências. Eu quero tratar desse assunto com o Procurador-Geral da República, o Dr. Rangel.

Eu acho que precisamos defender aquilo em que nós acreditamos. Não somente os evangélicos, porque

têm ateus também que creem em família, como nós acreditamos, com os mesmos princípios na criação. Católicos, budistas, hinduístas, ateus, judeus, quem for. É uma luta da sociedade que quer ter o direito de pensar, que quer ter o direito de ter liberdade de se expressar e não quer se ver tolhida como eles querem impor.

De maneira que fica para o Brasil a claridade dessa reação inconsequente feita contra o Pastor Silas Malafaia e acolhida por um Procurador sem o menor sentido...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (PR – ES. *Fora do microfone.*) – ...e vamos até às últimas consequências.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Magno Malta. Partilho da preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente no ponto em que temos de criminalizar a bolinação. Eu acho um absurdo chegarmos ao ponto de o Poder Judiciário, sem uma opção na legislação, dizer que, como não houve conjunção carnal, isso não é crime e, portanto, não se pode penalizar o cidadão. Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Acho que temos de tomar essa iniciativa aqui, no Senado Federal, no Congresso Nacional.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, pela Liderança do PP.

V. Ex<sup>a</sup>, Senadora, tem o prazo regimental de 20 minutos.

**A SRA. ANA AMÉLIA** (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Sérgio Souza, Senadores, Senadoras, nossos ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, na tarde de hoje, tivemos uma produtiva audiência com a Ministra Chefe do Gabinete Civil, nossa colega Gleisi Hoffmann, quando, mais uma vez, prefeitos do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul foram à presença da Ministra para tratar de um tema extremamente sério, que diz respeito ao programa Pró-Transporte, destinada às cidades para pavimentação das ruas e avenidas.

O meu Estado – e também o Estado do Mato Grosso do Sul; estava presente o Senador Delcídio do Amaral – foi o que mais projetos apresentou nesse programa Pró-Transporte, de grande utilidade para as municipalidades, tendo em vista a situação financeira que a maioria dos Municípios gaúchos e brasileiros enfrentam do ponto de vista financeiro – muitos encargos e pouca receita, para resumir a situação.

Estavam presentes nesse encontro o Prefeito Lunelli, de Bento Gonçalves – o Município é o que tem o valor maior de recursos solicitados, R\$113 milhões –; o Prefeito Branco, de Rio Grande; o Prefeito Ailton, de Carazinho; o Prefeito Cainelli, de Soledade; e o Prefeito



Colato, de Horizontina; o Deputado Paulo Pimenta; o Deputado Luis Carlos Heinze; e, como eu disse, o Senador Delcídio do Amaral, o Prefeito de Nova Alvorada do Sul, de Mato Grosso do Sul, e o representante de Amambaí, também de Mato Grosso do Sul.

Esse programa para transporte é, exatamente, uma alternativa extremamente importante para os Municípios. O mais grave é que ele foi lançado, foi divulgado o edital, os Municípios fizeram o dever de casa e contrataram as consultorias técnicas, os projetos aprovados foram submetidos à apreciação das respectivas câmaras de vereadores, houve discussão em audiências públicas, e, agora, até este momento, nenhum desses programas de financiamento foi aprovado.

O impasse se deu, porque, segundo a informação que recebemos, não houve comunicação do Ministério das Cidades, que é o agente promotor desse processo, com o Ministério do Planejamento e com o ministério da área econômica, nem interação com as áreas de execução orçamentária para um programa de tal envergadura.

Então, nós estamos num impasse. As prefeituras, ou seja, os prefeitos se comprometeram, as lideranças anunciaram, isso foi muito divulgado, e a situação agora ficou insustentável.

A Ministra Gleisi Hoffman, com sua habitual tranquilidade e correção nessas questões, admitiu os problemas existentes, mas disse que, na próxima semana, passada a Páscoa, esse tema será examinado no âmbito do Poder Executivo pelo grupo de gestão que está fazendo o acompanhamento das obras do PAC.

Mesmo que o projeto não esteja incluído na questão do PAC, ele terá um exame para inclusão desse grupo de execução orçamentária para ver o que será feito para resolver esse problema.

Não são apenas Municípios desses dois Estados, mas como o Senador Delcídio e eu tivemos uma interlocução por solicitação das prefeituras municipais, a Ministra nos recebeu hoje para tratar deste assunto.

Assim, renovo da tribuna, Senador Sérgio Souza – e imagino que o Paraná também tenha Municípios que também estejam pedindo a liberação desses recursos –, que isso é extremamente necessário. E como estamos passando um ano de disputa eleitoral no Município, imagine a situação de dependência da decisão do Governo Federal. Trata-se de um financiamento para os Municípios. Portanto, deveria ser examinado com cautela e cuidado sob todos os aspectos, para não aumentar o endividamento e para que aquilo que a comunidade discutiu e aprovou tenha um final adequado e positivo a essa demanda dos Municípios.

Portanto, penso que a ação da Ministra Gleisi Hoffmann avança no sentido de dar pelo menos um norte de se acreditar que o Gabinete Civil vai tomar

as rédeas do desfecho desse projeto que é extremamente importante. Também tratei do assunto com o próprio Ministro Aguinaldo Ribeiro, preocupada com a questão dos Municípios do meu Estado. São ao todo 13 Municípios. Citei aqui os Municípios dos quais os prefeitos compareceram na reunião de hoje, na audiência com a Ministra, mas são 13 no total, administrados por vários partidos. Portanto, espera-se uma decisão do Governo favorável a esse processo, tanto do Ministro Aguinaldo Ribeiro, quanto da Ministra do Planejamento e da Ministra Chefe da Casa Civil, para que haja um desfecho para esse processo.

Também queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, já que V. Ex<sup>a</sup> também tem uma atenção especial com a questão relacionada ao esporte e à Copa do Mundo, para fazer uma colocação. Pertencço à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, presidida pelo seu correligionário e também conterrâneo do Paraná, Senador Roberto Requião, que conduz essa Comissão com muita competência, muito rigor e muita disciplina em relação a decisões que tomamos nesse Colegiado. A Lei da Copa foi distribuída hoje para as três Comissões: a nossa, de Educação, a de Assuntos Econômicos e também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No caso da Comissão de Educação, o Senador Roberto Requião houve por bem me designar relatora da Lei da Copa. É claro que essa matéria não é terminativa no âmbito das comissões; será terminativa neste plenário. Na Comissão de Assuntos Econômicos, foi designado o Senador Francisco Dornelles, do Rio de Janeiro, meu Líder e Presidente do Partido. Na Comissão de Constituição e Justiça, foi o Senador Vital do Rêgo, do PMDB da Paraíba.

Tomei a iniciativa de fazer um requerimento para que o Presidente da Fifa, Joseph Blatter, comparecesse a uma audiência pública para debatermos as questões relacionadas à Copa. A própria Fifa designou um representante, porém não o seu presidente, que alegou compromisso na data. Porém, nós já definimos, a Comissão de Educação, juntamente com o Senador Delcídio do Amaral, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, e o Senador Eunício Oliveira, que preside a Comissão de Constituição e Justiça, que, para dar celeridade, economia de energia, de esforço e também uma aplicação maior de qualidade no trabalho feito, faremos conjuntamente as audiências públicas para tratar da Lei Geral da Copa no âmbito das três comissões. Assim fizemos, Senador Sérgio Souza, no trato do Código Florestal, o que foi extremamente produtivo. V. Ex<sup>a</sup> foi testemunha de quão eficaz foi o debate com as três comissões. Da mesma forma agora, com a Lei Geral da Copa, faremos as três comissões, para não repetirmos as audiências públicas



com as mesmas pessoas e sobre os mesmos temas. Fazendo de forma conjunta, teremos um resultado muito mais eficiente e muito mais ágil, podendo concluir esse processo, talvez, no final do mês de maio. Com isso, o Senado ganha o empoderamento para decidir essa matéria e não apenas trazê-la de afogadilho, dando-lhe tramitação de urgência e designando-se apenas um relator para fazer todo o trabalho.

Dessa forma, penso que o Líder Eduardo Braga também agiu com a habilidade necessária nesse processo, no momento em que o Senado vive uma turbulência, provocada por crises de toda ordem, inclusive no enfrentamento do excesso de medidas provisórias e outras que envolvem um colega Senador, no caso o Senador Demóstenes Torres.

Penso que, dessa forma, ficaram atendidas todas as circunstâncias necessárias das prerrogativas das comissões e do empoderamento, para que possamos fazer uma discussão adequada sobre isso.

No dia 10, o Ministro Aldo Rebelo estará aqui. Nós, hoje, por meio de uma decisão de um requerimento de minha autoria, enviamos uma correspondência à Fifa para renovar o convite para que o Presidente Joseph Blatter compareça, considerando, agora, a circunstância de estarmos discutindo com três comissões, o que dá um relevo muito maior ao debate de uma matéria de grande interesse para a economia, para o esporte, para o futebol não só do nosso País, mas de todo o mundo, a Copa 2014.

Aqui, nesta Casa, teremos, como teve a Câmara dos Deputados, tempo suficiente para fazermos os aperfeiçoamentos necessários ou simplesmente aprovarmos o que a Câmara decidiu, dependendo da avaliação do texto que chegou aqui para o exame das Sr<sup>as</sup> e dos Srs. Senadores. Vamos fazer com muito empenho esse trabalho, dada a relevância da Copa do Mundo de 2014 para os interesses nacionais.

Claro que não vou entrar no mérito da discussão. Muitas pessoas falam que a Saúde vai mal, especialmente aqui no Distrito Federal, e que vamos investir 800 milhões para fazer um estádio quando não há leito para internamento de pessoas que estão nas filas em todas as cidades—satélites e até mesmo no Plano Piloto. Não se trata de dizer que se exclui uma coisa para atender outra; é importante a definição de prioridades. Assim, seria prudente que o Governador do Distrito Federal tivesse em mente dar a prioridade necessária também para as questões da Saúde—essa sim é questão prioritária para um bom gestor, que olha pelo atendimento às pessoas.

Por fim, caro Presidente Sérgio Souza, queria informar que recebi ontem em meu gabinete, com muita alegria, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, José Maria Rodrigues Nunes, e seu segundo vice-presidente, José Carlos de Oliveira

Torbes. Eu recebi deles um convite para participar do 35º Congresso Estadual dos Jornalistas, cuja abertura será no dia 13 de julho, em Porto Alegre, e para a festa dos 70 anos de fundação da entidade, no dia 22 de setembro, também na nossa capital, Senador Paulo Paim, no Rio Grande do Sul—V. Ex<sup>a</sup> também foi convidado por nossos colegas jornalistas e sindicalistas.

Como comunicadora que fui durante 40 anos, não poderia deixar de fazer este registro e de prestar homenagem à entidade que se envolveu nas grandes questões sociais e políticas nas últimas décadas e desempenhou um papel relevante na redemocratização do nosso País.

Fundado em 1942 por jornalistas, escritores e intelectuais gaúchos que atuavam em jornais, revistas e editoras, o Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul teve um papel decisivo nas lutas pela liberdade de imprensa e liberdade de expressão.

Uma das principais reivindicações do Sindicato e, portanto, da categoria hoje, é a aprovação da PEC nº 33, de 2009, do Senador Antonio Carlos Valadares, que prevê a exigência do diploma do curso de nível superior em Jornalismo no exercício da função de jornalista, já aprovada em primeiro turno, com o meu voto favorável, é claro, no Senado, contando com que isso aconteça agora brevemente.

Isso foi feito em novembro do ano passado, apenas o primeiro turno. Esperamos que brevemente também o Plenário do Senado tome a decisão de votar o segundo turno dessa PEC que diz respeito à regulamentação do retorno do diploma de jornalista.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senadora Ana Amélia, tenho a certeza de que V. Ex<sup>a</sup> fará um brilhante relatório para a Lei Geral da Copa, e na celeridade que o País precisa e com a inteligência de compor audiências públicas, ao mesmo tempo em todas estas três comissões, só tem a ganhar todo o Brasil.

Parabéns, Senadora Ana Amélia!

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 9, de 2012**, interposto no prazo regimental, no sentido da continuidade da tramitação do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando *sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.*

É o seguinte o Recurso:

Na mesma reunião da CRE, foi aprovado o relatório favorável do Senador Pedro Simon ao RQS nº 114, de 2012, também uma moção do Senado

Federal, mas esta ao Governo dos Estados Unidos da América, no sentido de que este país suspenda "o bloqueio econômico e comercial a Cuba, liberte os cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos, como é o caso de Tony Guerrero, Fernando González, Ramón Labañino, Gerardo Hernández Nordelo e René González, bem como feche definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo".

Sobre essas votações, retiramos das notas taquigráficas da reunião da CRE de 22/3/2012, a manifestação da Senadora Ana Amélia, que justifica o seu voto favorável aos dois requerimentos e destaca:

Se, de um lado, se pede o fim do bloqueio, há uma reciprocidade diplomática e política. Não discuto aqui o mérito da intervenção nas questões internas de Cuba, mas a lógica e a coerência do requerimento do Senador Suplicy. Por isso, votei favoravelmente a esse requerimento, pela forma equilibradíssima como ele o apresentou: despidendo-o de qualquer questão ideológica, mas, sobretudo com equilíbrio numa questão tão delicada como essa. E endosso o que disse o relator, Senador Pedro Simon, a respeito de se tratar com dois pesos e duas medidas uma questão que está intimamente relacionada.

Considerando que, na CRE, a matéria proporcionou uma discussão muito rica e que para rejeição do relatório do Senador Pedro Simon ocorreu por diferença de um voto, num total de apenas 9 senadores votantes, entendemos que o tema, pela atualidade das questões que desperta no seio da diplomacia internacional, deve ser trazido para a análise de todos os senadores e senadoras, no Plenário da Casa.

Sala das Sessões.

*[Handwritten signatures and notes]*

1. A. de F.

2





**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Como orador inscrito, eu convido o Senador Paulo Paim, que já se encontra na tribuna, para fazer uso da palavra, pelo prazo regimental.

Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> tem o tempo de 20 minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Sérgio Souza, Senador Monteiro, Senadora Ana Amélia, eu quero, primeiro, fazer dois registros, mas não vou deixar de comentar também o pacote lançado hoje pela Presidenta Dilma. Não sou contra, mas demonstrarei aqui onde está minha preocupação.

Primeiro, quero cumprimentar o Deputado Leonardo Mattos – cadeirante, que não se reelegeu, infelizmente – pelo projeto que apresentou, dispondo sobre a concessão da aposentadoria especial à pessoa com deficiência.

E quero lembrar aqui de um nome que hoje à tarde não foi falado aqui em plenário. Quero lembrar o nome do Senador Sérgio Zambiasi, que, na comissão que eu presidia, eu o indiquei como relator. Ele fez um belíssimo trabalho. Quero lembrar, além do ex-Senador Sérgio Zambiasi, do Senador Flávio Arns, que, como Vice-Governador do Paraná, pediu-me que cuidasse com muito carinho desse projeto. Pena que o Senador Lindbergh não esteja aqui, mas eu procurei o Senador Lindbergh para pedir-lhe que assumisse a relatoria desse projeto – e creio que não fui só eu que lhe pedi –, e ele fez um belíssimo substitutivo que hoje, nós, aqui, aprovamos.

Vamos nos lembrar também do nome do ex-Senador Tião Viana, hoje Governador do Acre, que foi o grande articulador da PEC paralela. Lembro-me de que, no dia em que aprovamos a PEC paralela, as galerias nos vaiaram, porque diziam que seria um engodo e que a PEC paralela nunca seria aprovada. Eu disse que seria aprovada. Viemos praticamente todas as semanas, durante um ano, até que a PEC paralela foi aprovada. E é lá na PEC paralela que foi assegurado o princípio que garantiu essa lei complementar da aposentadoria especial às pessoas com deficiência do Regime-Geral da Presidência, como também o da semana passada que aqui foi aprovado, que garantiu aposentadoria às pessoas inválidas no serviço público. Foi um trabalho longo de muitos anos. Começou o debate no início do Governo Lula, e agora nós o tornamos realidade. Digo, nós, Senadores e Deputados.

Que bom estar aqui neste momento.

Lembro ainda da Rosinha – cadeirante –, Deputada Federal que esteve aqui, do Romário, do Eduardo Barbosa, que foi o Deputado Federal à época que presidiu a Comissão Especial do Estatuto do Idoso, que hoje é lei e, casualmente, de minha autoria.

Além desse registro, quero também cumprimentar os Deputados da Assembleia Legislativa de Mato Grosso que lançaram, hoje à tarde, o programa “Criança não é de Rua”.

Como Presidente da CDH, fui convidado para estar lá. Não fui, mas fiz um vídeo em que dividi com eles a alegria dessa campanha tão bonita.

Então, cumprimento a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, na pessoa do seu presidente, porque isto aqui eu gravei e foi lá para o Mato Grosso e foi mostrado na Assembleia hoje. Ao gravar o vídeo, eu disse a eles que eu leria o texto do vídeo na tribuna do Senado. Eu não sei quem é o Deputado do partido, mas, aqui, eu o agradeço, porque acho que a campanha é bonita. Então, não há nada vinculado com a questão partidária.

Agradeço à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, na pessoa do seu Presidente, Deputado José Riva, e também ao Deputado Luizinho Magalhães, bem como às entidades da sociedade civil pelo lançamento da Campanha Nacional “Criança Não é de Rua”, que foi lançada hoje naquela Assembleia.

Quando falamos de criança – eu dizia – estamos falando dos nossos filhos, dos nossos netos, enfim, dos filhos do Brasil, daqueles que darão continuidade à construção desta querida Pátria. Acredito que o nosso carinho em relação a elas tem que ser especial, desde o ventre da mãe, com garantias de um acompanhamento médico para a gestante, passando pelo período de convivência nos primeiros dias de vida. E foi por acreditar nessa proposta que fui relator do projeto de autoria da ex-Senadora Patrícia Saboya, que ampliou a licença-maternidade para 120 dias.

Dizia eu também no vídeo que é nosso compromisso a defesa e ampliação para que o Teste do Pezinho seja de fato aplicado a todas as crianças. Há também outro projeto de nossa autoria, que é o do Teste do Olhinho, que eu espero seja aprovado com rapidez. E não somente a aprovação, mas uma vez aprovado, que seja aplicado. E queremos ver também o cumprimento, na íntegra, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto determina a prioridade absoluta à criança, ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte e lazer e ainda ao acesso à cultura, à dignidade, à liberdade e ao convívio familiar e com a comunidade. Enfim, viver de forma fraternal, solidária e com muito carinho.

Quero render homenagens aos Conselhos Tutelares, verdadeiros guardiões do ECA. Na semana passada, aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e depois no Plenário, um projeto nesse sentido, que teve a relatoria do Senador Gim Argello.

Informo também a todos que, com muito carinho, eu, mais uma vez, destaco esse trabalho, essa iniciativa do povo do Mato Grosso: a Campanha Nacional “Criança Não é de Rua”; digo eu, que é de esporte, de amor, de carinho, de boas brincadeiras. Enfim, criança não é de rua, é de escola.

A Comissão de Direitos Humanos vem discutindo o combate à exploração sexual, ao tráfico de crianças, ao *bulling*, à efetivação do ECA, à questão das drogas. E tem um projeto, de minha autoria, que cria a chamada cultura de paz nas escolas, envolvendo a comunidade, os pais, os professores e os alunos, para proteger as nossas crianças.

Por fim, quero dizer que foi a partir do ECA que nós nos inspiramos, inclusive para que fosse aprovado, de nossa autoria, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Igualdade Racial.

Por fim, Sr. Presidente, deixo aqui registrada também uma bela poesia em homenagem à criança, que foi feita pela 3ª série da Turma B, da Escola Municipal de Neiva Ewald, de Cascavel, Paraná, e que foi publicada na edição impressa nº 4, do jornal **O Brasileirinho**. Não vou ler toda a poesia, mas a poesia é belíssima e fala da importância de amarmos e tratarmos com o carinho devido as nossas crianças, porque elas serão aquelas que vão dirigir o Brasil no futuro.

Por fim, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de dizer aqui, Senador Monteiro, que eu sei que fará um pronunciamento mostrando a importância do que foi aprovado hoje, do que foi lançado hoje pela Presidenta Dilma. Mas eu tenho dito, Senador Monteiro, e V. Exª tem posições muito claras e eu gosto de falar com V. Exª, porque V. Exª não é daqueles que têm meias-palavras, é jogo franco, um papo aberto, e sabe V. Exª o respeito que eu tenho pelas suas posições, mas tenho certeza que V. Exª também respeita as minhas posições e eu quero dizer onde estão as minhas preocupações.

As minhas preocupações, de novo, estão na questão da Previdência. Eu não tenho nada contra, e tenho uma relação excelente com os trabalhadores e com os empresários, não só os do meu Estado como também do Brasil. Estive recentemente fazendo uma palestra na Federação dos Bancos, em São Paulo, e perguntaram-me: “Mas tu vais almoçar com os dirigentes dos bancos?” Claro que fui, e fui muito bem recebido; travamos um bom diálogo sobre o empréstimo consignado, sobre o programa que eles têm de formação de jovens deficientes, o programa da acessibilidade, da inclusão de negros e de setores discriminados no mercado de trabalho. Enfim, foi um belo encontro, do qual voltei fazendo-lhes elogios, porque eles contrataram 10 mil pessoas com deficiência e deram a elas a

formação e oportunidade de trabalharem. Então, não há problema algum quanto a isso.

Que ninguém entenda que o meu pronunciamento será contra o desenvolvimento e o fortalecimento do nosso setor empresarial, que é a fonte geradora de empregos. Se não fossem eles, eu não tinha trabalhado, eu não estava aqui, e os trabalhadores não estariam em plena atividade no Brasil.

Mas com que eu estou preocupado?

Mas por que estou preocupado? Porque, queiramos ou não, quando se desonera a folha de 20% para 1% ou 2% ou zero por cento, como já é para alguns setores, vai-se abrindo mão de receitas da previdência.

E eu, ao longo desses anos todos, aqui no Congresso Nacional, o que mais ouvi de todos os governantes é que a previdência estava falida. Engraçado que não vejo os grandes articulistas dizerem: “Bom, se está falida, como é que vou tirar 7 bilhões, 8 bilhões, 10 bilhões, 12 bilhões, 20 bilhões? E se continuar desonerando?”

O próprio Ministro diz na sua fala – e vou deixar nos Anais: “O Tesouro vai cobrir eventual déficit da previdência. Não haverá aumento do déficit. Vamos compensar parte dessa desoneração colocando uma alíquota sobre o faturamento. Essa alíquota representa um valor muito menor do que aquele que está sendo reduzido na folha de pagamento.” Eu li na íntegra.

Ora, significa que, se retiro as contribuições do empregador sobre a folha... E há um movimento, não sou nada contra, desde que governo assuma as suas responsabilidades.

Meu amigo Senador Sérgio Souza, onde está o meu medo? Lembro-me muito bem quando a previdência começou, mais superavitária impossível. Pegaram o dinheiro da previdência, dizendo que, lá na frente, iam devolver. Aí construíram Brasília, a ponte Rio-Niterói, a Transamazônica, Volta Redonda e as grandes obras deste País. Só que o dinheiro da previdência nunca mais voltou.

Agora o que se alega? Não dá para dar aumento para o aposentado. Tem que tocar o fator previdenciário em cima dos trabalhadores, que corta pela metade o vencimento daquele que teria direito a se aposentar, por exemplo, com R\$4 mil e se aposenta com R\$2,1 mil, principalmente a mulher. Aí eu me preocupo.

Se eu começar a abrir mão de receitas da previdência especificamente, sem uma contrapartida, dizendo onde haverá o recurso para garantir a aposentadoria decente para o trabalhador brasileiro, nós caminharemos, a longo prazo – tomara que eu esteja errado –, para que tanto na área pública, quanto na área privada, a aposentadoria vai virar um seguro social de um salário mínimo.

E alguém poderia dizer: por que está falando da área pública? Porque a área pública agora, sim, com um fundo que aprovamos, com teto de também R\$4 mil, o reajuste não vai acompanhar o crescimento do mínimo, o cidadão até se aposenta com R\$4 mil, ou melhor, R\$3.916,00 mas, depois, ano a ano, o salário dele vai caindo, como é uma realidade.

Tínhamos, há pouco tempo, repito esse dado, em torno de 12 milhões de pessoas que ganhavam salário mínimo no Regime Geral da Previdência. Hoje são mais de 20 milhões – em torno de 7,5 milhões que ganham um mais que um mínimo e a tendência é depois despencarem. Isso é matemática e sou favorável, claro, a que o salário mínimo suba.

A pergunta que fica, que me fazem os trabalhadores é a seguinte: Paim, por que vamos pagar sobre 5, 6 ou 7 se o nosso destino é ter uma aposentadoria de um salário mínimo e depois ter que optar, os que puderem, por um fundo da famosa aposentadoria complementar, que não sou contra. Quem pode que faça o fundo e vá para aposentadoria complementar.

Quero demonstrar aqui a minha preocupação, vou deixar o meu discurso aqui e quero que fique guardado para história. Eu estive aqui neste dia e falei – e sou da base do Governo – que estou muito, muito preocupado com a nossa Previdência, porque é uma conta que não bate, não tem jeito de bater. Por mais que eu faça força, sempre ouvi dizer que ela era deficitária. Acho que todos ouviram, o Brasil ouviu e como é que vou abrindo mão dos recursos da Previdência cada ano que passa. Se olharmos da Constituinte até hoje, abrimos mão de mais de R\$100 bilhões de recursos da Previdência.

Se a folha, como alguns pensam, sonham e há estudos, vai sair de 20% para zero – num primeiro momento a intenção eu sei que é um – quem vai repor mais 133 bilhões que os empregadores pagam sobre a folha?

Aí nós podemos ir, sim, para o fim da previdência pública e todo mundo vai ficar com o seguro social de um salário mínimo. Ninguém consegue responder. Provoquei, na segunda-feira, um debate sobre esse tema. Quem foi lá do Ministério da Previdência, do Ministério do Trabalho, concordou que é preocupante a situação da Previdência, porque cada vez mais diminuem os recursos que seriam destinados à Previdência.

Por isso, Senador Sérgio Souza, não quero na tribuna estar na contramão da História. Sei que estamos no momento de uma crise internacional, não queremos que ela chegue aqui, mas me preocupa quando o alvo de novo é a Previdência, porque eu olho para o passado.

Vocês lembram, no passado, qual era o teto, Senador Capiberibe, do trabalhador que se aposentava? Era de vinte salários mínimos. Depois os governos foram retirando a força da Previdência e passou para dez. Depois, de dez, hoje o teto é de seis e, desses seis, caminha para um. É fato, é real, não tem como ninguém mostrar o contrário. A ampla maioria hoje está em torno de dois, três salários mínimos. E vai terminar em um.

Eu quero, neste momento, estar aqui como alguém que quer fazer um alerta. O Regime Geral da Previdência – e não será mais só o Regime Geral – e, agora, também o do servidor público, a partir de primeiro de janeiro, terá o teto é R\$3.916,00 e vai seguir as mesmas regras. Consequentemente, ele não terá o reajuste da inflação mais o PIB. Nós caminhamos para que todos passem a receber um salário mínimo.

E repito, então nos digam se é esse o jogo? Só nos digam, porque não tem porque alguém pagar sobre cinco ou seis, se a tendência é terminar recebendo somente um salário mínimo.

Essas são as minhas preocupações, que quero dividir, inclusive, com o Executivo. Estive dialogando, nesta segunda-feira, repito, com o representante do Ministério da Previdência. Ele disse que estava preocupado também. O representante do Ministério do Trabalho também estava preocupado, porque eles não acham uma fonte de recursos. Por exemplo, no ano passado, eu fiz de tudo para dar aquele reajuste, não era nem os 100% do PIB, era 80% do PIB, e me diziam o seguinte: “Paim, onde tu achas que nós vamos arrancar quatro bilhões? Não tinha R\$4 bilhões. Não tem de onde tirar R\$4 bilhões.” Mas como é que agora tem? E diziam para mim o seguinte: “Abrimos mão de R\$7 bilhões ou R\$8 bilhões, porque depende se mais setores optarem.” E quem vai devolver esses R\$7 ou R\$10 bilhões, se não tem?

Então alguém me mentiu. No mínimo, mentiram para mim quando disseram para mim que não dava para dar o reajuste do aposentado. E alguém me mentiu quando disse que não dava para acabar com o fator previdenciário, que é um redutor sacana, sacana mesmo, que primeiro calcula o benefício, como calcula para os outros setores, e depois aplica um redutor que reduz à metade o vencimento, principalmente o da mulher. Essa conta na minha cabeça não fecha. Eu ainda quero que alguém do Ministério da Fazenda ou do Ministério do Planejamento me mostre para onde vai a nossa previdência. Eu tinha que vir à tribuna senão não ia dormir esta noite. Eu não ia dormir, pelo compromisso que tenho – e não sou só eu que tenho, mas estou falando em meu nome – com os trabalhadores, com os aposentados, com os assalariados deste



País, como é que eu vou concordar que simplesmente retirem? As receitas da previdência não apontam outro caminho... Eles dizem: "Não, no futuro nós cobriremos, nós cobriremos..." E eu repito que essa história de que nós cobrimos eu já ouvi de outros governos que não cobriram e só vão arrochando o salário do trabalhador.

Fica aqui registrado. Eu não estou aqui com posição sectária nem fechada. Eu queria muito que o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda me convidasse para uma conversa; pode ser que ele me prove o contrário; que o Ministro Mantega me convide para uma conversa. O Ministro Mantega que, quando lhe disse que o salário mínimo dava para ter reajuste, me disse que eu queria quebrar o País... Tudo bem, Ministro, sabe que eu o respeito! O mesmo Ministro que, em minha campanha, foi ao Estado e disse que os 80% do PIB, que Lula acabou dando, eu iria quebrar o País... Não quebrou e Lula deu... Eu tenho o maior carinho pelo Ministro Mantega.

Ministro Mantega, me convide, me explique onde fecha essa conta. Eu quero que alguém me explique como fecha a conta! Como vão ficar os trabalhadores da área pública e da área privada? Repito porque agora já estão todos no mesmo barco. Como fica a questão do fator e como fica o reajuste dos aposentados? Quero que me expliquem! Enquanto não me explicarem, eu me dou o direito de vir à tribuna e continuar perguntando: para onde vamos com a previdência do assalariado brasileiro? O setor empresarial, enfrentando esse debate – não é enfrentando, mas construindo esse debate –, muitos me ligaram e perguntaram para mim se eu era contra a desoneração. Eu disse que não sou contra, desde que alguém aponte o caminho. Estive, inclusive, na sala do Presidente Sarney, no debate sobre o PL 72. Eu não sou contra, eu só quero que alguém me diga como nós vamos manter a previdência!

Se vier para cá uma lei dizendo, por exemplo: "Olha, Paim, nós vamos manter o reajuste dos aposentados com a inflação mais 80% do PIB como Lula deu há um ano; nós vamos acabar com o fator e vamos zerar a contribuição para todos". Tudo bem, está feito o acordo: só corta o fator, garante-se o reajuste da inflação mais PIB para os aposentados e que a contribuição seja zero para o Governo e para todos os outros setores. Está resolvido! Mas tem que ter uma contrapartida, tem que olhar para o lado de cá um pouquinho, tem de olhar um pouquinho para o lado do aposentado, do trabalhador.

Diz um jornal de São Paulo hoje: "O aposentado está se sentindo um pouco desprestigiado..." Eu disse: me desculpe, não é um pouco desprestigiado; está é desmoralizado! Não há política alguma pensando no aposentado, no pensionista e na aposentadoria dos

trabalhadores que estão produzindo e fazendo a economia deste País crescer." Naturalmente, claro, com o carinho e o respeito que a gente tem de ter com o empresariado. Mas não há uma única política que valorize o aposentado deste País e esse debate nós teremos de fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que considere meu pronunciamento na íntegra.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** – (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que hoje está sendo lançado, na Assembleia Legislativa do Mato Grosso, o programa Criança Não é de Rua.

Como Presidente da CDH no Senado, tive a honra de ser convidado a gravar um texto que construí e que está sendo divulgado neste momento pela Assembleia.

Gostaria de compartilhar o texto nesta Tribuna: Criança Não é de Rua.

Quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso na pessoa de seu presidente, Deputado José Riva e também do Deputado Luizinho Magalhães, e ainda as entidades da sociedade civil pelo lançamento da Campanha "Criança não é de rua", que acontece hoje.

Quando falamos de criança estamos falando dos nossos filhos, dos nossos netos, enfim, daqueles que darão continuidade a construção da nossa Pátria.

Acredito que o nosso carinho em relação a elas deve ser todo especial, desde o ventre da mãe, com garantias de um acompanhamento médico para a gestante, passando pelo período de convivência nos primeiros dias de vida. Por acreditar nisso fui relator do projeto que concede licença maternidade de 120 dias para as mães após o nascimento do filho, momento tão especial.

A nossa defesa vai da efetivação do teste do pezinho em todos os hospitais, ao cumprimento integral do Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto determina prioridade absoluta à criança, direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização. E, ainda, o acesso à cultura, à dignidade, à liberdade, ao convívio familiar e com a comunidade, entre outros.

Quero render homenagens aos Conselheiros Tutelares, verdadeiros guardiões do ECA. Na semana passada aprovamos, na Comissão de Direitos Humanos, projeto que amplia direitos para estes profissionais.

Quero dizer aos matogrossenses, em alto e bom tom: "Criança não é de rua". É de esporte, é de amor,



é de carinho, é das boas brincadeiras, enfim, “Criança não é de rua”.... é de Escola!

A comissão de Direitos Humanos vem discutindo o combate a exploração sexual, o tráfico de crianças, o bullying, a efetivação do ECA, o problema das drogas e um projeto de minha autoria que cria uma cultura de paz nas escolas, envolvendo a comunidade, os pais, os professores e os alunos.

Por fim quero dizer que foi a partir do ECA que eu me inspirei para elaborar os Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência e da Igualdade Racial.

Para deixar uma mensagem positiva aos que estarão no dia a dia desta Campanha, irei ler a Poesia que recebi em meu gabinete, feita pelos alunos da 3ª Série Turma B, da Escola Municipal Neiva Ewald, de Cascavel, Paraná, e publicada na edição impressa número 4 do jornal “O Brasileirinho”, intitulada:

Prece aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Autoridades que estais no poder.

Santificadas sejam as famílias

Que amam e valorizam as CRIANÇAS.

Venha a nós o direito à saúde, à moradia digna,

À Escola de qualidade e ao respeito da sociedade.

Que seja respeitado o Estatuto da criança e do adolescente.

Assim no Brasil como no mundo.

Amor, carinho, respeito e dignidade nossa.

Dai-nos hoje e sempre.

Perdoai todos aqueles que nos violentam das mais variadas formas.

Assim como exaltai todos os que nos amam, nos valorizam, nos compreendem.

E não nos deixem abandonados a própria sorte.

Livrai-nos da discriminação, exploração, violência e opressão.

Deixai-nos conhecer a beleza e pureza das flores, mares, cachoeiras, brincadeiras inocentes.

Amizades sinceras e da família amorosa.

E que as famílias vivam em condições dignas de sua existência.

Amém.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAULO PAIM** – (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Peço, respeitosamente, que entre nos anais desta Casa, entrevista concedida por este senador, ao site da liderança do PT no Senado, por entender que além de esclarecedora é um chamamento a nossa sociedade para que fique em alerta.

Diz o texto, que tem sob título “Desoneração da folha só com contrapartidas”.

A desoneração da folha de pagamento, já concedida para alguns setores da economia, foi discutida, nesta segunda-feira, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e representantes dos trabalhadores, empregadores e governo.

Durante o debate, os trabalhadores reclamaram que a medida vai provocar uma série de problemas sociais para a categoria, como a quebra da Previdência Social.

A preocupação também foi demonstrada pelo presidente da CDH, senador Paulo Paim.

Segundo ele, se o governo quer desonerar a folha de pagamento das empresas, paralelamente deverá definir outra fonte de recursos para cobrir os R\$ 133 bilhões que deixará de arrecadar.

“Se o empregador não pagar sua parte da contribuição previdenciária, o governo terá de fazê-lo. Se não pagar, aí vai ser a quebradeira da Previdência”, afirmou Paulo Paim.

De acordo com o representante do Ministério da Previdência Social, Eduardo Pereira, o governo vai complementar a receita previdenciária para evitar perdas aos trabalhadores.

A desoneração para setores estratégicos da economia está sendo implementada em etapas pelo governo que, por meio da medida, quer garantir o aumento das contratações e a manutenção dos trabalhadores nos postos de trabalho.

Para o senador Paulo Paim, o governo precisa negociar contrapartidas para evitar perdas para a maioria, já que, em outros países, a experiência não deu certo. Uma contrapartida pode ser o fim do fator previdenciário e uma nova fórmula de reajuste para pensões e aposentadorias.

Sr. Presidente, a matéria prossegue agora com perguntas e respostas:

Pergunta: Em sua opinião, o que a desoneração vai significar para o trabalhador?

Resposta: De fato, é uma areia movediça. Se você continuar nessa lógica de desonerar a folha de pagamento de 20% para 1% ou 0%, como já foi assegurado para alguns setores, nós entraremos, aí sim, no caos, no que tange à Previdência Social. E, se continuarmos assim, no futuro, o que se dirá? Não dá para reajustar aposentadorias, não dá para acabar com o fator previdenciário, como já estão dizendo, alegando falta de recursos. Eu não entendo como se diz que a Previdência não tem recursos, que ela é deficitária, e você abre mão de bilhões, via desoneração. É uma conta que não fecha. Como eu disse: isso é coisa para psiquiatra.

Pergunta: Quais os impactos que a desoneração pode gerar?

Resposta: Em primeiro lugar, se o projeto for aprovado, temos de saber quem vai pagar. Hoje, a folha de pagamento do empregador corresponde a mais ou menos R\$ 133 bilhões. Quem vai pagar os R\$ 133 bilhões?

Se o governo disser que não vai poder pagar, aí será a quebradeira geral da Previdência. Essa é a minha preocupação. Que me chamem e me mostrem qual é o caminho das pedras.

Eu estou preocupado que com uma previdência falida, o trabalhador é que vai ter de pagar mais uma vez. Além de já estar pagando a conta da dita crise, ele ainda vai ficar sem seu benefício.

Pergunta: As centrais sindicais falaram da possibilidade de negociar contrapartidas. O que, na sua opinião, pode ser proposto?

Resposta: Nós já estamos falando há tempos sobre as contrapartidas, com as Centrais e delegações, porque não dá para você dizer que “para o empregador tudo e para o trabalhador, nada”...

Porque estamos caminhando para isso. O que eu tenho dito é que, se querem desonerar a folha em até 100%, que desonerem.

Mas, então, digam para nós que o fator previdenciário não vai mais existir e que aposentados e pensionistas terão reajustes anuais conforme a inflação e o PIB.

É uma contrapartida. Se não querem pagar mais e nós vamos pagar, e o governo diz que a parte do empregador ele tem como repor, então garanta o fim do fator e o reajuste com base na inflação mais o PIB.

Pergunta: O senhor mostrou aqui a experiência do Chile, onde o empregador já é totalmente desonerado.

Resposta: Exatamente. No Chile, o sistema previdenciário faliu. O trabalhador paga 10% e o empregador paga 0%. O sistema já faliu. Eles não têm mais alternativas.

Mas, o que está acontecendo lá? O Estado está pagando. Se aqui no Brasil querem fazer algo como no Chile, dizer para o empregador pagar 0%, então nos digam que o governo vai pagar a aposentadoria integral para os trabalhadores, até o teto de R\$ 4 mil, porque é o princípio assegurado para todos, e que vai ter reajuste real da inflação e o PIB, todo ano.

Pergunta: O Brasil teria condições de arcar com esse compromisso?

Resposta: Tem que estar. Quando eu digo que vou diminuir as receitas, eu tenho de dizer quem vai pagar as contas. Porque não somos nós que vamos pagar a conta.

É o governo brasileiro que está dizendo que está desonerando a folha de pagamento, mas é o Estado, a União, o Tesouro que vai pagar. E, se o governo vai

pagar, que pague corretamente, sem fator e com o reajuste baseado na inflação mais o PIB.

Caso contrário, nós vamos entrar naquele velho projeto da direita conservadora, que quer acabar com a previdência pública e que fique apenas com um salário, o chamado seguro social de um salário mínimo.

Bom, se for esse o caminho, que nos avisem antes, para que todos os trabalhadores não paguem mais a previdência, e pague só com base em um salário mínimo, pois o seu benefício será de apenas um salário mínimo.

Concluo, Senhor Presidente, dizendo que esta história de que o Governo vai devolver o que está sendo retirado da Previdência, é um filme que eu já vi.

No passado usaram o orçamento da Previdência para construir Brasília, a Ponte Rio Niterói, a Transamazônica, a Usina de Volta Redonda, etc... O que foi usado nunca voltou!!!

O benefício era de 20 salários mínimos, foi para 10 salários mínimos. Hoje é de 6 salários mínimos caminhando para 1 salário mínimo.

A situação dos trabalhadores e aposentados só vai piorar!!!

Nós estamos pagando a conta da ameaça de uma crise que está na Europa e nos Estados Unidos mais uma vez.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Senador Paim, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento desta Casa.

Há sobre a mesa expediente que passo a ler.

Senado Federal, Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, **Ofício CDHC nº 11, de 2012**. Brasília, 3 de abril de 2012. “*Sr. Presidente, com as minhas homenagens, comunico a V. Ex<sup>a</sup> que o Conselho da Comenda dos Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua primeira reunião de 2012, ocorrida hoje, elegeu para a Presidência e Vice–Presidência os Senadores Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente*”.

É o seguinte o Ofício na íntegra:

Ofício CDHC nº 11/2012

Brasília, 3 de abril de 2012.

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens, comunico a Vossa Excelência que o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua 1<sup>a</sup> reunião de 2012, ocorrida hoje elegeu para a Presidência e Vice–Presidência os Senadores Inácio Arruda e Ana Amélia, respectivamente.

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência a expressão do meu apreço e distinta consideração. – Senador **Inácio Arruda**, Presidente do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – O expediente lido vai à publicação.

Convido a fazer uso da palavra o Senador Armando Monteiro, pela liderança do PTB. V. Ex<sup>a</sup> tem o prazo regimental de 20 minutos.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Cumprimento o Sr. Presidente, Senador Sérgio Souza, e os companheiros Senadoras e Senadores, que saúdo aqui na figura do nosso Senador Flexa Ribeiro, presente nesta sessão.

Eu gostaria de comentar o conjunto de medidas anunciado hoje pelo Governo, que representa uma nova etapa do Plano Brasil Maior.

Como é sabido, o processo de desenvolvimento do País, sobretudo na perspectiva da manutenção do nosso ritmo de crescimento, vive, hoje, uma dificuldade que se localiza fundamentalmente na indústria. A indústria vive no Brasil um processo de perda relativa de importância na formação do nosso produto econômico. Essa posição vem declinando ao longo do tempo, e, nos últimos anos, essa situação de relativa desindustrialização vem sendo agravada pela forte penetração dos produtos importados, que já respondem por quase 25% do consumo de bens industriais no Brasil.

Meu caro Senador Flexa, esse número ainda não revela um coeficiente de importação, eu diria, dramático, mas é alta a velocidade com que esse processo vem acontecendo. Veja V. Ex<sup>a</sup> que, em 2006, as importações de manufaturados respondiam por 11% do consumo de bens industriais no País e que, em cinco ou seis anos, dobrou essa posição. Esse processo, se não for de alguma forma contido, vai significar grave prejuízo para o conjunto da produção industrial do País. Portanto, o Governo Federal não poderia deixar, neste momento, de oferecer um conjunto de medidas que pudessem, de alguma maneira, representar não a proteção da indústria no sentido de se fazer uma ação artificial, mas algumas medidas isonômicas que contribuíssem para reduzir as desvantagens competitivas que, hoje, são claramente identificadas nesse quadro de competição em escala global.

Essas medidas, que correspondem a uma segunda geração de medidas naquilo que se convencionou chamar de Plano Brasil Maior, aprofundam e ampliam um conjunto de medidas de desoneração que alcançam um número maior de setores da indústria de transformação. De alguma forma, sobretudo no que diz respeito à desoneração da folha de pagamento, esse processo

já vinha sendo testado em alguns setores como, por exemplo, o setor de calçados, o setor têxtil, especialmente de vestuário. Portanto, agora, essa medida de desoneração é ampliada, contemplando um conjunto de quase quinze setores da indústria no Brasil.

O Senador Paim, que nos antecedeu, manifesta sua preocupação com o reflexo desse processo nas contas da previdência, mas creio que não há efetivamente risco de que se possam prejudicar as contas da previdência, porque a medida que está sendo proposta transfere a contribuição da folha de pagamentos – que é a atual base e, nesse caso, a contribuição patronal – para um percentual sobre o faturamento das empresas, o que significa dizer que estamos mudando a base de contribuição e de incidência, que se desloca da folha de pagamentos para o faturamento. Se levarmos em conta o estímulo que essa medida vai produzir no sentido de reforçar a competitividade da produção brasileira, ao final, certamente, não haverá um efeito líquido que possa ser prejudicial à previdência. De qualquer forma, o Governo garante que o Tesouro Nacional, se houver qualquer desequilíbrio conjuntural, vai poder cobrir essa diferença.

Quero lembrar, inclusive, que haverá uma base de incidência nova, que é a elevação da cobrança do PIS/Cofins sobre as importações, para que se promova, dessa forma, uma condição mais isonômica na competição com os produtos importados. Essa nova base de contribuição que vai incidir sobre as importações, de alguma forma, também vai proporcionar ao Tesouro uma compensação se houver, eventualmente, alguma perda de arrecadação pela substituição da contribuição incidente sobre a folha por essa contribuição sobre o faturamento.

De igual modo, o Plano contempla ainda a manutenção da desoneração de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre vários segmentos da linha branca, especialmente, e também sobre outros setores e oferece uma série de incentivos na área creditícia, sobretudo para sustentar um amplo programa de investimentos, que, no Brasil, também beneficia, de forma direta, o setor de bens de capital.

O Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi, durante a crise de 2008/2009, um instrumento valioso para garantir a sustentação da taxa de investimento do País, é, agora, por assim dizer, reforçado também com um novo aporte de recursos no sistema BNDES, que vai, por meio de uma capitalização direta, proporcionar a fonte de recursos necessária para a ampliação desse programa, um programa que oferece taxas de juros extremamente baixas, em padrões extremamente atrativos para o investimento privado, e que, de alguma forma, vai contribuir para



sustentar, sobretudo, o nível de atividade no setor de bens de capital do País.

Quero também registrar uma medida direta de amparo a alguns setores da indústria brasileira, como, por exemplo, o estabelecimento de imagens de preferência para a aquisição de produtos que vêm sofrendo de forma mais direta com esse acirramento da competição em escala global, às vezes com processos de concorrência que nem sempre observam as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse sentido, haverá uma margem de preferência, em favor da produção nacional, de 25% nas compras, contemplando os setores de medicamentos, de fármacos e de biofármacos e ainda alguns outros segmentos, como, por exemplo, o de retroescavadeiras e motoniveladoras, que vêm sendo também atingidos com a penetração de produtos importados.

Quero destacar também algumas medidas de desoneração de investimento, sobretudo para estimular os investimentos na área de infraestrutura portuária no Brasil. O Reporto é um programa que estimula e desonera o investimento em toda essa infraestrutura portuária. Portanto, o programa contempla ainda medidas de apoio e de linhas de apoio à inovação, o que reconhecemos como sendo o elemento-chave, o elemento decisivo para que a indústria brasileira possa colocar-se, no futuro, em condições de enfrentamento dessa competição.

Reconhecemos que essas medidas, ainda que sejam amplas, não são suficientes. O Brasil precisa retomar uma agenda mais ampla de reformas, como a reforma tributária, como uma nova geração de reformas na previdência, como a reforma administrativa. Ou seja, precisamos melhorar a logística e a infraestrutura do País. Portanto, temos a consciência de que essas medidas não podem, em si mesmas, garantir as condições permanentes, vamos dizer, de competitividade que precisamos construir.

Nesse sentido, eu gostaria de destacar, ainda que reconhecendo o mérito desse pacote, duas omissões que me parecem, de alguma forma, reduzir o alcance dessas medidas. Eu gostaria de referir-me a duas áreas que, hoje, afetam diretamente o custo de produção no País. A primeira delas é a energia elétrica. Apesar de, no Brasil, haver um custo estruturalmente baixo na geração de energia, pelas condições de que se dispõem, paradoxalmente, há aqui um custo final de energia para o setor industrial que é dos mais elevados do mundo. Isso tudo por quê? Porque, quando agregamos os custos inerentes à transmissão e à distribuição, sobretudo, considerando que hoje a energia é uma base de tributação, é uma base impositiva de tributação, em que os Estados da Federação, sobretudo

os Estados, têm sobrecarregado com alíquotas muito elevadas do ICMS, que alcançam 25%, nós vamos ter como resultante desse processo um custo elevadíssimo da energia que representa um insumo fundamental, um insumo básico para a indústria.

Quero, a propósito disso, destacar um estudo recente que foi divulgado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), que compara o custo da energia elétrica que hoje nós temos no Brasil. Há efetivamente simetrias, porque nós temos tarifas que não são uniformes no País. Há 64 empresas distribuidoras no País, e, evidentemente, em função da distância desses centros de geração de energia, nós temos custos e tarifas diferenciados. De qualquer forma, esse estudo aponta uma tarifa média no Brasil em torno de R\$329 por megawatt/hora.

Imaginem os senhores que dados da Agência Internacional de Energia apontam que em 27 países que foram pesquisados o custo médio da tarifa alcança pouco mais de R\$200 por megawatt/hora. E, se levarmos em conta o custo da energia em países emergentes que concorrem, hoje, diretamente com o Brasil – refiro-me à China, à Índia –, encontraremos tarifas ainda mais baixas, como, por exemplo, no caso da China, uma tarifa que se situa em pouco mais de R\$130 em moeda equivalente.

Portanto, essa grande desvantagem que o Brasil tem hoje num insumo básico, que é a energia elétrica, também se constitui num fator, hoje, determinante da perda crescente de competitividade da produção nacional.

Quero também destacar, ainda, minha cara Senadora Lídice da Mata, outra questão que essa segunda geração de medidas do chamado Plano Brasil Maior não contemplou, que é exatamente a questão dos chamados **spreads** bancários.

O que são os **spreads** bancários? São as margens brutas de intermediação do sistema financeiro que são agregadas aos custos de captação e que, ao final, respondem pelo custo do tomador final. Ou seja, essa taxa Selic, a taxa básica do Banco Central, não é a taxa que o consumidor paga na ponta, seja a pessoa jurídica, a pequena empresa, o pequeno comércio ou, muito menos, o consumidor brasileiro, quando precisa financiar as suas contas. A taxa, lá na ponta, é a que resulta do somatório dos custos de captação e toda a margem que é agregada pelo processo de intermediação financeira. E aí nós temos vários componentes desse custo. Temos a tributação, a chamada cunha fiscal, que incide sobre as operações, tributos diretos e indiretos; nós temos o regime de depósitos compulsórios, que é uma parcela dos recursos que é recolhida ao Banco Central e que, portanto, represen-



ta, ao final, um ônus para o sistema financeiro; temos ainda os custos administrativos dos próprios bancos, uma margem para fazer face à inadimplência, que precisa também ser provisionada nessas operações; mas temos, finalmente, as margens, os lucros do sistema financeiro, a margem líquida de resultado do sistema.

Há um estudo recente, divulgado pelo jornal **O Globo**, que demonstra as distorções que estão presentes nesse ambiente. Vejam, por exemplo, que um estudo realizado por uma consultoria, a Austin Rating, aponta que, em que pese a redução muito significativa da taxa básica de juros no período que vai de dezembro de 2005 até fevereiro de 2002 – só para lembrar, essa taxa básica de juros se reduz de algo como 18% para agora pouco mais de 9%, 9,75% –, em que pese essa significativa redução na taxa básica, os **spreads** mantêm-se nos mesmos níveis de 2005, ou seja, de 28,6% para 28,4%, seis anos depois. Então, vejam o paradoxo: o custo de captação diminui, mas a margem bruta que é agregada às operações mantém-se a mesma, o que significa dizer que o dinheiro continua a ser muito caro para aqueles que se utilizam do crédito no Brasil.

Essa é uma agenda com que a própria Presidente Dilma vem, crescentemente, manifestando preocupação e que precisa ser atacada. Ela tem o mérito de proporcionar um benefício horizontalmente. Não se trata de eleger setores que têm desoneração. Essa é uma medida horizontal de desoneração, que vai resultar no estímulo ao consumo, que vai permitir, por exemplo, que os índices de inadimplência caiam, porque a inadimplência resulta, em grande medida, do elevadíssimo custo dos recursos que são oferecidos.

Para mim, o Plano Brasil Maior tem duas lacunas: não enfrentar a questão da redução do custo de energia, como aqui já demonstramos, e não oferecer medidas de desoneração na área da intermediação financeira e do crédito. Essa forte tributação que incide sobre as operações financeiras não penaliza, como alguns ingenuamente supõem, os bancos; isso penaliza o tomador do crédito, porque tudo isso é repassado nas operações que são realizadas pelo sistema.

Ao final, quero manifestar a minha convicção de que o Brasil precisa – e esta Casa do Congresso tem uma grande responsabilidade nisto – discutir, em caráter permanente, sobretudo dando um sentido de urgência, um conjunto de medidas de caráter mais estruturantes, que possam representar o enfrentamento dessa agenda pró-competitividade no Brasil. Se não, iremos assistir – e isso já se identifica em alguns setores – a uma perda de emprego no setor industrial do Brasil e, mais que isso, a um processo regressivo na nossa economia

O Brasil construiu uma base industrial importante, a mais importante plataforma manufatureira da América Latina. Não podemos permitir o desmonte disso que foi uma conquista de gerações de brasileiros.

É fundamental defender a indústria – defender a indústria com essas medidas que o Governo hoje anuncia –, mas, sobretudo, oferecer às empresas brasileiras um ambiente cada vez mais amigável, para que possam enfrentar esse processo de competição em escala global.

Então, quero deixar neste debate esta manifestação, que é, a um só tempo, uma manifestação de reconhecimento pelo esforço que o Governo Federal vem promovendo, mas, sobretudo, um alerta para que avancemos nessa agenda, para que o Brasil não seja imprevidente, porque a pressão competitiva no mundo é cada vez maior, sem contar que isso também nos leva a uma agenda que nos coloca o desafio na área da educação, da inovação. E o pilar da inovação é o capital humano, e, no capital humano, a educação.

Portanto, vamos cuidar dessa agenda mais estruturante, que é a agenda que nos haverá de conduzir ao futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Armando Monteiro.

Convido V. Ex<sup>a</sup> a presidir a sessão por alguns instantes, para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

**O SR. ARMANDO MONTEIRO** (PTB – PE) – Fico honrado com seu convite. Eu ia sair, mas não posso ocultar-me.

*O Sr. Sérgio Souza deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Armando Monteiro.*

**O SR. PRESIDENTE** (Armando Monteiro. PTB – PE) – Com a palavra o Senador Sérgio Souza.

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma oportunidade tê-lo na Presidência neste momento, como representante da Confederação Nacional da Indústria – representante aqui no Senado, junto com outros Senadores. Mas V. Ex<sup>a</sup> é aquele que milita, e, no cotidiano da sua atuação neste Senado, a pauta número um para V. Ex<sup>a</sup> sempre é a indústria.

Meu pronunciamento, na data de hoje, também vem na mesma linha.

Por sorte, Senadora Lídice da Mata, hoje tivemos o lançamento do Brasil Maior 2, que foi a ampliação daquilo que já foi colocado pelo Governo Federal como uma proposta de medidas de incentivo à indústria deste País.

Há algum tempo eu já havia meditado sobre esse assunto, e aqui no Senado temos conduzido, principalmente nas Comissões, debates nesse sentido. Recentemente, promovemos duas audiências públicas conjuntas entre a CAE e a CCJ para tratar desse assunto, mais especificamente para tratar da Resolução nº 72, que busca unificar a alíquota do ICMS para todos os Estados, o ICMS de importação.

Sr. Presidente, fiz alguns apontamentos importantes para levar ao cidadão brasileiro, ao Estado do Paraná e a todos os Estados da Federação, assim como a informação e também a nossa preocupação com relação à desindustrialização.

A economia brasileira cresceu apenas 2,7% em 2011, e isso se deve, em grande parte, ao crescimento mínimo, da ordem de 0,1%, do setor manufatureiro nacional. Entenda-se como setor manufatureiro o produto acabado, aquele produto que o cidadão consome no dia a dia.

Estudo da Confederação Nacional da Indústria – CNI, aponta que os produtos importados já representam 20% do que é vendido hoje no País, ou seja, um em cada cinco produtos industriais vendidos no Brasil em 2011 foi fabricado em outro país.

E aqui faço uma reflexão do que éramos em 1980, quando o Brasil, em comparação aos Tigres Asiáticos – aí incluindo, é claro, a China –, era cinco vezes maior em produção industrial. Passados pouco mais ou cerca de 30 anos, nós aumentamos e muito o nosso poder de consumo, mas perdemos e muito o poder da indústria. Hoje, os Tigres Asiáticos são cinco vezes maiores do que indústria brasileira. Isso é preocupante. É comum comprarmos, nas prateleiras dos supermercados, das lojas, produtos **made in** algum país asiático. E é preocupante, porque vemos que há um processo de desindustrialização.

O representante da Abimaq disse, recentemente, na Comissão de Assuntos Econômicos, que não se fabricam mais máquinas de costura no Brasil, porque é mais caro fabricar no Brasil do que trazer da China. É mais fácil levar o minério de ferro até a China, transformá-lo e trazê-lo em trilhos, para assentarmos e construirmos nossas ferrovias, ou em máquinas, como produto indutor da nossa indústria, mas não é mais barato construirmos essa máquina aqui no Brasil.

Então, algumas reflexões têm de ser tomadas nesse sentido.

Em 2010, Sr. Presidente, os importados representavam 17,8% das vendas; em 2006, 15,1%. Então, vejam só: houve um aumento de produtos importados consumidos pelo brasileiro. No entanto, se compararmos a economia de 1996 à economia de 2012, a diferença é muito grande. Ou seja, o cidadão brasileiro

está consumindo muito mais. Se levássemos o que o brasileiro consome hoje para a realidade da economia de 1996, tenho certeza de que esse índice seria muito maior.

E o pior é que houve forte queda da produção industrial entre janeiro e dezembro passado: 2,1%. No mês de fevereiro, houve leve crescimento comparado a janeiro, mas em relação a fevereiro de 2011 a produção industrial teve queda de 3,9%. Nos últimos 12 meses, o índice acumula redução de 1%. No acumulado do ano, a indústria caiu 3,4%.

Por isso, os analistas consultados pelo Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, revisaram para baixo as projeções para o crescimento da economia neste ano. O mercado cortou ligeiramente, de 3,23% para 3,20%, as estimativas para o avanço do PIB em 2012, segunda queda consecutiva.

No entanto, hoje, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou, no Palácio do Planalto, que o PIB pode crescer este ano – é importante que se frise a palavra “pode” – cerca de 5,5%. Isso, é lógico, se considerarmos que medidas como as lançadas hoje realmente serão eficazes para garantir a produção industrial brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, nós devemos fazer estas reflexões sobre a indústria nacional.

Para 2013, a revisão do boletim Focus foi ainda maior: puxa de 4,29% para 4,20% o crescimento do PIB. No Paraná não é diferente. A projeção da Federação das Indústrias daquele Estado é de que as vendas industriais avancem 3,5%, contra 5,8% do ano passado. No meu Estado, a quebra ou a diminuição da safra agrícola devido a problemas climáticos será mais uma dificuldade que devemos superar.

O saldo da balança comercial paranaense saiu de um superávit de R\$5,5 bilhões em 2005 para um déficit de R\$1,4 bilhão em 2011. Cinco grupos de produtos fecharam o ano deficitários, entre eles aquele que é o maior problema do Brasil – considero eu – neste momento, porque gera milhares e milhares de empregos: a indústria têxtil. Também material elétrico e eletrônico, material de transportes, mecânica, petróleo e derivados e produtos químicos, segundo dados da *Gazeta do Povo* de ontem.

Como resultado desse quadro, a indústria do Paraná vem perdendo espaço. Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o Iparades, em 2004 ela respondia por 20,19% do PIB estadual, hoje está em 18,8%.

Devemos fazer uma reflexão. Houve um aumento considerável na renda do cidadão e, por consequência, o consumo do cidadão brasileiro aumentou muito. Aí, repito, houve uma redução do Produto Interno Bruto

nesse sentido também no meu Estado, o Estado do Paraná.

Tanto no Paraná quanto no resto do Brasil, os motivos para essa situação são variados:

- a produtividade industrial brasileira vem crescendo pouco, e sem produtividade não há como enfrentar a concorrência que vem de fora;
- o Brasil é o país mais caro. Acumula recordes mundiais em custos elevados em várias áreas, como na tributação, logística, energia e no custo de capital das empresas que não têm acesso ao BNDES, Senadora Lídice. Grande parte dos anúncios feitos hoje pelo Governo Federal é de recursos do BNDES, e esses recursos às vezes não atingem aqueles que mais precisam, aqueles que estão lá na ponta da cadeia, que são o micro e o pequeno empresário;
- o câmbio, que deveria neutralizar esses fatores, agrava ainda mais o desbalanceamento da competitividade da produção realizada neste País;
- o impasse industrial decorre ainda da crise mundial, que estreitou os mercados consumidores ao redor do mundo ao mesmo tempo em que ampliou a capacidade de produção de bens industriais, em especial do grande produtor manufatureiro que se tornou a China.

A crise é grave, preocupante e exige respostas urgentes. É de se louvar, portanto, o lançamento hoje das novas medidas do Plano Brasil Maior. O Governo reforçou ações sobre o câmbio, medidas tributárias, com a desoneração da folha de pagamento e estímulos à produção nacional.

Foram apresentadas medidas para reduzir o custo do comércio exterior e de defesa comercial, bem como incentivo ao setor de informação e comunicações.

Foram divulgadas ainda melhores condições de crédito, por meio do BNDES, e condições mais favoráveis para a indústria automobilística nacional.

Sobre o câmbio, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que as medidas terão caráter permanente, incluindo o aumento das reservas internacionais.

A política de aumentar a alíquota do IOF será mantida para taxar as operações especulativas.

Em relação à folha de pagamento, foi anunciada desoneração da alíquota de 20% do INSS para alguns setores estratégicos. Em contrapartida, o empresariado terá que recolher aos cofres do Governo de 1% a 2,5% do faturamento. Pelo Plano Brasil Maior, anunciado em agosto do ano passado, a alíquota era 1,5%, mas nem todos os setores aderiram. A estimativa é que a desoneração total anual seja R\$7,2 bilhões. Para o ano de

2012, o montante será R\$4,9 bilhões, já que as medidas passam a vigorar a partir de julho.

As novas medidas devem beneficiar quinze setores. São eles: têxtil, confecções, calçados e couro, móveis, plástico, material elétrico, autopeças, ônibus, naval, aéreo, bens de capital, mecânica, hotelaria e tecnologia de informação e comunicação, equipamentos para **call center** e **design house**, principalmente na confecção de **chips**. Desses, confecções, couro e calçados e a área da tecnologia de informação e comunicação já eram beneficiados pelo Brasil Maior e tiveram as alíquotas novamente reduzidas.

O Governo também estabeleceu prioridade para a aquisição de bens e serviços nacionais com margem de preferência de até 25% sobre os produtos importados nas compras governamentais, é claro.

Nesse ponto, gostaria de fazer uma reflexão. Eu não sou contra a globalização, Sr. Presidente; muito pelo contrário. O que eu penso que nós temos que fazer é proteger o nosso mercado interno de forma responsável e de forma que não venha a ferir direitos econômicos de outros países. Sou contra é que entrem produtos, neste País, cuja qualidade na produção, cujo custo do salário do cidadão que foi utilizado, da mão de obra do cidadão utilizada para a produção desse produto, incluindo aí encargos sociais e trabalhistas e por que não dizer previdenciários... Se for na mesma condição, o Brasil tem que se tornar mais competitivo, mas guerrear com esses países que incentivam a sua produção em detrimento da seguridade social e da seguridade previdenciária dos seus cidadãos não é justo com o Brasil.

E por isso, programas como este de incentivar e financiar a indústria nacional são necessários para podermos manter a competição. E garantir as compras brasileiras de produtos nacionais mesmo até 25% mais caro é uma medida justa, porque aqui geramos o emprego, a renda, agregamos valor a esses produtos e até mesmo mais impostos.

Para os medicamentos, por exemplo, a margem de preferência será 8%, com prazo de dois anos. Para fármacos, 20%, e biofármacos, 25%, ambos com prazo de cinco anos. O valor anual estimado de compras é R\$3,5 bilhões; compras pelo Governo Federal.

Haverá também preferência na compra de retroescavadeiras com margem de 10% e motoniveladoras com margem de 18%, até dezembro de 2015. O valor anual estimado de compras do Governo Federal é R\$3,5 bilhões para esses dois itens.

O Governo anunciou também o aporte de R\$45 bilhões do Tesouro Nacional para o BNDES destinar mais recursos ao setor produtivo, incluindo o Programa de Sustentação do Investimento.



Para o setor de ônibus e caminhões, com produção nacional, as taxas de juros fixas caem de 10% ao ano para 7,7% e o prazo total do financiamento vai passar de 96 meses para até 120 meses. Os juros do Procaminhoneiro caem de 7% ao ano para 5,5%. Para os ônibus híbridos, a taxa de 5% ao ano foi mantida.

No caso dos bens de capital, a taxa de juros para grande empresa cai de 8,7% para 7,3% ao ano. Para as micro, pequena e média empresas, a taxa de juros cai de 6,5% para 5% ao ano. O prazo total de financiamento foi mantido em 120 meses, ou seja, dez anos.

As exportações também tiveram medidas de estímulo. Entre elas, a ampliação do prazo total de financiamento de 24 para 36 meses.

Sr. Presidente, o BNDES anunciou ainda medidas para estimular a inovação e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros. O financiamento para inovação tecnológica foi mantido em 4% ao ano, mas os juros dos recursos para o Capital Inovador caíram de 5% ao ano para 4%.

Os recursos para Renovação da Produção caíram de 7% para 4% ao ano. O prazo de carência foi ampliado de 36 para 48 meses. Foi anunciado ainda um subprograma, dentro do PSI, para projetos de transformadores, com valores disponíveis ...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SÉRGIO SOUZA** (Bloco/PMDB – PR) – ...de R\$8 bilhões.

Enfim, trata-se de um conjunto de medidas expressivo que certamente impactarão positivamente nosso setor industrial. Contudo, temos que ir além das medidas de curto prazo e realizar as reformas essenciais para dotar a economia brasileira da competitividade necessária para fazer frente às demais nações desenvolvidas e emergentes do mundo.

Ações e reformas em profundidade, capazes de reduzir efetivamente o custo Brasil, incentivar a inovação e o aumento da produtividade, e estabilizar o câmbio, tornando, assim, mais competitiva a nossa produção.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Armando Monteiro. PTB – PE) – Pela liderança do PSB, eu passo a palavra à Senadora Lídice da Mata.

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de começar o meu pronunciamento, gostaria de anunciar a presença neste plenário, nas nossas galerias, do prefeito de Brumado, importante cidade do interior do Estado da Bahia, o Sr. Eduardo Vasconcelos, que

juntamente com mais 60 prefeitos vieram hoje à Capital para tratar, nas diversas instituições e Ministérios, a respeito das consequências danosas da seca que vem se abatendo sobre o nosso Estado.

Nós já tratamos deste assunto aqui mais de uma vez. Sabemos que o Governador Jaques Wagner está buscando inclusive uma audiência com a Presidente Dilma para tratar deste assunto, dada a extensão da seca que se tem abatido sobre os Municípios e a ideia de que, há muitos e muitos anos, não temos uma seca tão perversa sobre a nossa produção e a nossa gente, exigindo, portanto, medidas de emergência. E mais do que medidas de emergência, também medidas que possam garantir a sobrevivência e a convivência com a seca. Dentre outras medidas, as medidas também de compensação dos produtores agrícolas, dos pecuaristas – pequenos, médios e grandes –, que importam e incidem sobre a economia do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, com o anúncio da Presidente Dilma do novo pacote de medidas de estímulo à industrialização, à economia, beneficiando 15 setores produtivos com desoneração da folha de pagamento e estímulo à produção, muitos Senadores hoje se pronunciaram a respeito deste assunto, inclusive os dois Senadores que me antecederam. Cada um buscando destacar uma ótica, uma visão a respeito dessas medidas definidas pela Presidente Dilma, especialmente buscando trazer uma visão otimista, desejando que elas alcancem o sucesso esperado.

Em tempo de globalização da economia, a desindustrialização que o nosso País vinha vivendo, não de agora, de muitos anos – que não é um resultado do Governo de Lula ou de Dilma, portanto dos governos do PT, mas que já vem de muitos e muitos anos no Brasil –, toma uma importância vital pela competitividade dos mercados internacionais, pela velocidade com que as mudanças técnicas atuam nesse mercado. Portanto, pela necessidade que o Brasil tem de se manter em condições de competir e de ganhar mercados.

Não podemos chegar ao nível a que chegamos de desenvolvimento da nossa economia e nos reduzirmos apenas a sermos exportadores de matéria-prima. É importante, fundamental, indispensável que o Brasil possa alcançar outro patamar, garantir a sua indústria e não apenas garantir a sua sobrevivência, mas, acima de tudo, crescer noutra direção com outras condições.

Para crescer e inovar é preciso, sem dúvida nenhuma, investir profundamente na educação e fazer isso de maneira rápida, objetiva, em projetos que possam gerar, imediatamente, nova mão de obra qualificada, além de, não tenho dúvida, termos que importar, em algumas áreas, recursos humanos e mão de obra qualificada.



Gostaria, Sr. Presidente, com este pacote, o Governo estima que a desoneração total, anual, alcance R\$7,2bilhões – e já para este ano o montante será de R\$4,9bilhões. Com essas medidas passando a vigorar a partir do mês de julho, quero destacar que, entre os setores beneficiados, estão alguns segmentos do turismo como o de hotelaria, o de transporte aéreo e ônibus, esperando, claro, que essas medidas possam significar uma imediata diminuição do custo Brasil no turismo e das tarifas da hotelaria e do transporte aéreo em nosso País.

A necessidade de desoneração da cadeia produtiva do turismo nacional foi justamente a principal reivindicação apresentada durante a última reunião do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, realizada, na semana passada, aqui em Brasília.

A reunião contou com a participação de diversos líderes do *trade* turístico, além do Ministro interino do Turismo, Valdir Simão, já que o Ministro Gastão Vieira encontrava-se na Índia, com a Presidente Dilma, participando do encontro dos Brics.

Durante o Fornatur, o Secretário de Turismo da Bahia e Presidente do Fórum, Secretário Domingos Leonelli, manteve contato com o Ministro que antecipou, lá da Índia, esta primeira notícia: a de que a Presidente Dilma determinara a inclusão de alguns segmentos da cadeia do turismo no Programa Brasil Maior, com a desoneração de alguns itens da cadeia produtiva, antiga reivindicação do Fornatur e de todo o setor do turismo nacional. Tal pleito também integra a motivação central do Projeto de Lei nº 1.375, de 2007, de minha autoria quando Deputada Federal, juntamente com os Deputados Otavio Leite, do PSDB carioca, e de Carlos Zarattini, do PT paulista.

Temos convicção de que é imenso o potencial de contribuição do turismo para o desenvolvimento nacional com a criação de novos empregos e a geração de riquezas, incluindo os pequenos Municípios das regiões menos desenvolvidas de nosso País, como o Norte e o Nordeste.

Os números confirmam que o Brasil está na rota do turismo internacional. E, principalmente agora, com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016, nós não podemos deixar de ter no turismo um vetor essencial do desenvolvimento nacional.

A nossa preparação para a Copa do Mundo e as medidas que o Brasil tomar neste momento podem ou não fazer com que o Brasil dê um salto significativo, superando o patamar que até então nós não conseguimos suplantarmos, de 5 milhões de turistas internacionais/ano.

O que mais cresce, e cresce com muito vigor no nosso País, é o turismo interno, que se apresenta tam-

bém como uma grande possibilidade de impulsionar o nosso desenvolvimento.

Essas medidas também surtirão efeito na pauta e na organização desse turismo interno no Brasil.

O Fórum Nacional do Turismo, Sr. Presidente, também se pronunciou sobre a necessidade de o Governo apresentar uma solução para a questão da contrapartida ao Prodetur, que é o Programa de Desenvolvimento do Turismo. Antes essas contrapartidas eram asseguradas pelo próprio Governo Federal. Com a mudança de orientação, os Estados estão num impasse e, dessa forma, reivindicam os Secretários de Turismo do Brasil e os Governadores a criação de uma regra de transição que possa garantir a continuidade das obras, que são obras de infraestrutura essenciais para a criação de uma rede de infraestrutura que dê capacidade de competitividade do nosso turismo, com o turismo de outros países, de outras regiões, próximas da nossa, que já têm um grande desempenho internacional.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero parabenizar a Presidente Dilma Rousseff pelo anúncio feito hoje, e também o Ministro do Turismo por esta vitória, há muito esperada no setor do turismo nacional, reiterando aqui desta tribuna os apelos feitos pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo para que se dê uma solução a esses problemas apresentados em relação ao Prodetur, que muito podem ajudar a continuidade do nosso desenvolvimento na área do turismo.

Como tenho o compromisso com o Senador Flexa Ribeiro – e que irei cumprir – de falar metade do tempo, quero, Sr. Presidente, solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que registre meu pronunciamento na íntegra quanto à passagem, no próximo sábado, dia 07, do Dia do Jornalismo que, neste momento, além da importância normal que essa data tem, se eleva na medida em que tramita nesta Casa a Proposta de Emenda Constitucional nº 33/2009, retomando a obrigatoriedade do diploma de graduação em Comunicação Social para o exercício profissional. Essa matéria foi de iniciativa do nobre e valoroso Senador do meu partido Antonio Carlos Valadares e que, já votada em primeiro turno, aguarda a votação em segundo turno, para que nós possamos dar essa vitória aos profissionais de comunicação em nosso País.

Sr. Presidente, peço que seja dado como lido o restante do meu discurso.

Muito obrigada.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA LÍDICE DA MATA.**

**A SRA. LÍDICE DA MATA** (Bloco/PSB – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Exm<sup>os</sup> Senadores e Senadoras, no próximo dia 7, sábado, comemora-se o Dia do Jornalismo. Embora a categoria tenha diferentes datas comemorativas, o dia 7 de abril foi instituído pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em homenagem a João Batista Libero Badaró, médico e jornalista, que morreu assassinado em 1830, em São Paulo. Segundo pesquisas históricas, o movimento popular gerado por sua morte levou à abdicação de D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831. Foi somente um século depois, em 1931, que a data passou a ser caracterizada como Dia do Jornalista, em alusão ao acontecimento.

Em relação aos jornalistas, importante destacar a tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/2009, que retoma a obrigatoriedade do diploma de graduação de Comunicação Social para o exercício profissional, e que ainda está para ser apreciada, em segundo turno, pelo plenário desta Casa.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgados pelo Portal Comunique-se e reproduzidos pela Agência Senado, cerca de 40% dos registros emitidos pelo Ministério nos dois últimos anos (2010 e 2011) foram para profissionais sem diploma na área. (OBS: de 1º de julho de 2010 até 29 de junho de 2011, foram concedidos quase 11.877 registros, sendo 7.113 entregues mediante apresentação de diploma e 4.764 com base na decisão do Supremo Tribunal Federal – STF).

Tais registros somente foram possíveis em função da decisão adotada em junho de 2009, quando o STF aprovou a não obrigatoriedade do diploma de Jornalismo,

No mesmo ano, por proposição do meu companheiro de partido, o nobre Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), foi apresentada a PEC 33/2009. Em seu parecer, o Nobre Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), relator da matéria, argumentou “que o projeto resgata a dignidade profissional dos jornalistas, fixando na Constituição que a atividade é privativa de portadores do diploma de curso superior”.

O relator assinala, ainda, “a função social do jornalismo, que exige formação teórica, cultural e técnica, além de amplo conhecimento da realidade”. E acrescenta que “a exigência do diploma de jornalismo não criará nenhum embaraço para a liberdade de expressão ou do pensamento”.

Eu concordo e votei favoravelmente à proposta no primeiro turno. A ruptura da liberdade de expressão, como muitos argumentam, não passa, no meu modo de ver, pela não obrigatoriedade do diploma. A repressão à liberdade, em nosso País, por muito tempo, foi cau-

sada pela ditadura, pelo autoritarismo e pelo controle ideológico dos veículos de comunicação de massa.

Não foi (nem é) a exigência do diploma que impediu ou impedirá a liberdade de expressão. Esta continuará existindo, num país democrático como o que se tornou o nosso Brasil nas últimas décadas. O espaço para articulistas, comentaristas e outros especialistas continuará existindo nos meios de comunicação, nas mais diversas áreas.

Acredito que a retomada da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista só tende a valorizar nossos profissionais e também os cursos de graduação em Comunicação Social de todo o País.

Assim, considero a votação desta PEC essencial para que se recupere a valorização da boa formação acadêmica numa uma área profissional cada vez mais exigente, complexa, de grande responsabilidade e necessidade cada vez mais premente de senso ético, características estas fundamentais ao pleno e bom exercício do jornalismo.

Mais uma vez, parabéns a todos os jornalistas do Brasil, e em particular do meu Estado da Bahia, pelo seu dia!

*Durante o discurso da Sra. Lídice da Mata, o Sr. Armando Monteiro deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Souza.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senadora Lídice da Mata. V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento. Agradeço também a V. Ex<sup>a</sup> pela deferência em favor do tempo.

São 20h54, Senador Flexa Ribeiro, e, hoje, começamos os trabalhos em uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, para discutir temas relacionados à Conferência Rio+20, às 8h30. O Senado é uma Casa que trabalha muito. Aqui, os Senadores têm atividades o dia todo e, às vezes, noite adentro.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador Flexa Ribeiro, como Senador inscrito, dispõe do prazo regimental de 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Sérgio Souza, Sr<sup>a</sup> Senadora Lídice da Mata, eu quero agradecê-la por não ter usado o tempo regimental de 20 minutos, também eu não o usarei.

Mas eu não poderia deixar de vir à tribuna na noite de hoje para parabenizar antecipadamente os meus amigos do Município de Marabá, no sudeste do meu Estado do Pará, Município que, na próxima

quinta-feira, dia 05 de abril, completará 99 anos de emancipação política.

Começamos, portanto, Senador Sérgio Souza, a contagem regressiva para o primeiro centenário da cidade querida de Marabá, para que os nossos telespectadores da TV Senado, os ouvintes da Rádio Senado, possam se situar, aqueles que não conhecem o Estado do Pará, que não são paraenses do meu querido Brasil, Marabá é o quarto maior Município do Pará em população, com quase 240 mil habitantes.

O Município ocupa uma posição estratégica na região sudeste do meu Estado, unindo diferentes modais de transporte.

O Município é cortado pela rodovia Transamazônica, pela PA-150, pela ferrovia de Carajás. Também é banhado por dois rios, o Tocantins e o Itacaiúnas.

Temos, portanto, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, como eu disse, todos os modais de transporte: o rodoviário, o ferroviário, o hidroviário, que, espero, em breve esteja totalmente implantado com a hidrovía do Tocantins e, mais à frente, com a tão sonhada hidrovía Araguaia/Tocantins.

Então, com essa característica que o diferencia de outros Municípios, não só no Pará como no Brasil, porque temos também o modal aeroviário, que completa os quatro modais de transporte, nós temos o Município de Marabá, como eu disse, diferenciado dos demais Municípios, porque, além de ter as riquezas naturais reconhecidas e conhecidas por todos, em especial, a mineração e a pecuária.

É, sem sombra de dúvida, o Município de Marabá um dos que mais crescem no Brasil.

Em 2010, Presidente Senador Sérgio Souza, a revista *Veja* chegou a classificar Marabá como “O Tigre da Amazônia”, dando destaque ao crescimento econômico do Município, que beirava à taxa de 20% ao ano.

Para que esse potencial vire realidade, e junto com a emancipação política possamos comemorar a emancipação econômica e principalmente social dos marabaenses, temos que lembrar algumas ações que devem ser tomadas com urgência pelo Governo Federal.

Estivemos aqui há duas semanas, já relembando e festejando o encontro que tivemos com a Ministra do Planejamento, Sr<sup>a</sup> Miriam Belchior, quando ela anunciou que o Governo Federal iria executar a derrocada do Pedral do Lourenço, ou seja, a retirada das pedras para que a navegação, a montante das eclusas de Tucuruí pudesse efetivamente ocorrer durante todos os dias do ano, independentemente da fase de enchente ou de vazante do rio Tocantins, também a dragagem daquele trecho do rio, exatamente à frente do Município de Itupiranga. Festejamos naquele momento aquela notícia.

Mas é preciso também, e o povo, os nossos irmãos marabaenses – que festejam agora, dia 5 de abril próximo, na quinta-feira, os 99 anos de emancipação daquele Município – esperam que a Companhia Vale retome as obras de implantação da Alpa, a siderúrgica de Marabá, e que o Governo Federal também possa reativar o projeto de implantação do Porto Intermodal de Marabá e das obras de deslocamento da Transamazônica que terá de ser deslocada do seu traçado original, porque o traçado original da Transamazônica está na área onde será implantada a Alpa, para que todas essas obras possam efetivamente dar aquele avanço para que Marabá, então, ao final da implantação dessas obras todas, tenha a efetiva condição de se desenvolver para melhorar a qualidade de vida de toda a sua população.

Dessa forma, Presidente, Senador Sérgio Souza, venho, neste instante, já em hora avançada da sessão de hoje, trazer, nestas minhas palavras, esse abraço efusivo aos meus amigos, aos meus irmãos de Marabá, dizendo que temos muitas ações a fazer por Marabá e região.

Temos a Universidade Federal do sul e sudeste do Pará. O projeto tramita ainda na Câmara Federal e virá ao Senado. Já assumi compromisso com a população do sul e sudeste do Pará que tão logo chegue ao Senado Federal, assumirei esse projeto para que ele seja aprovado, aqui no Senado, no menor espaço de tempo possível.

O Governador Simão Jatene está implantando, já determinou a implantação, a instalação pela UEPA, a Universidade do Estado do Pará, do curso de Medicina. São ações importantes para a formação universitária da juventude do sul e do sudeste do meu Estado, com polo, com foco em Marabá. Essas ações, como eu disse, alavancam o desenvolvimento daquela região, que tem como polo o Município de Marabá.

Eu quero, ao terminar, Presidente Sérgio Souza, encaminhar à Mesa do Senado Federal um requerimento, que passo a ler:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado, voto de aplauso ao Município de Marabá, que completará, no dia 05 de abril de 2012, 99 anos de emancipação.

Requeiro, ademais, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

- Prefeito Municipal, Sr. Maurino Magalhães;
- ex-Prefeito e Deputado Estadual, Sr. Tião Miranda;
- Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves;
- Deputado Federal Asdrúbal Bentes;
- Senadora Suplente, Sr<sup>a</sup> Bia Cardoso;
- Deputado Estadual, Sr. João Salame;
- Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Marabá.



Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Souza, que faça constar, então, após aprovado o requerimento, que faça chegar às autoridades listadas o voto de aplauso aqui consignado.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Senador Flexa, na forma do Regimento.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 251, DE 2012**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Marabá, que completará no dia 05/04/2009, 99 anos de existência.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das seguintes autoridades:

- Prefeito Sr. Maurino Magalhães;
- Ex–Prefeito e Deputado Estadual Sr. Tião Miranda;
- Deputado Federal Asdrúbal Bentes;
- Deputado Federal Wandenkolk Gonçalves;
- Senadora Suplente, Sr<sup>a</sup> Bia Cardoso;
- Deputado Estadual Sr. João Salame;
- Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Marabá

#### **Justificação**

O Município de Marabá, criado pela Lei nº 1.278, cuja denominação, dizem os historiadores, é um termo tupi que significa “filho de francês com mulher índia”, está situada às margens dos rios Tocantins e Itacaiúnas. Possui belezas naturais onde se destacam as famosas praias de rio, como a praia do Tucunaré, com cinco quilômetros de extensão, que surge no verão, entre os meses de abril até novembro.

Marabá é hoje uma cidade polo de desenvolvimento econômico do sudeste paraense. Sua história de crescimento e desenvolvimento é caracterizada por ciclos. Começou com a borracha, tornando-se depois o maior exportador de castanha-do-pará do mundo e hoje é uma província mineral, concentrando investimentos e empreendimentos importantes.

Peço o apoio de meus Pares na aprovação deste merecido Voto.

Sala das Sessões, em de abril de 2012. – Senador **Flexa Ribeiro**.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, DE 2012**

**Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre forro de PVC.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica isento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o produto denominado forro de PVC (Policloreto de Vinila) do tipo utilizado em construção civil, classificado na Posição 39.16 da Tabela de Incidência do IPI.

Art. 2º É assegurada a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagem e material secundário utilizados na fabricação do produto de que trata o art. 1º.

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeito durante cinco anos, a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.

#### **Justificação**

Até os anos 1980, era normal que apenas as residências de classe média e alta fossem dotadas de forração, protegendo a parte habitável de insetos e pequenos animais (principalmente répteis e roedores) além de sujeiras danosas à saúde, passíveis de penetração pelo telhado.

Tradicionalmente, a forração era confeccionada de madeira ou constituída por laje de concreto, ambas as soluções de alto custo. A forração de madeira não apenas sempre foi razoavelmente cara para os padrões da população brasileira, como passou a se tornar praticamente proibitiva com a gradual escassez da ma-



téria prima e a crescente resistência da sociedade à devastação das florestas remanescentes. Com efeito, o fator custo e a conscientização ecológica tornaram imperativa a busca de soluções alternativas.

O forro de PVC, fabricado a partir do Policloreto de Vinila, tornou-se, nas últimas décadas, alternativa econômica, prática, de fácil aplicação e eficiente à classe média, principalmente a de menor poder aquisitivo. O produto é durável (podendo, estimativamente, chegar a cem anos) e tem uma grande qualidade em favor da sustentabilidade: é perfeitamente reciclável. Além da forração do teto, pode ser utilizado para várias outras finalidades na construção civil, dispensa pintura, é resistente à umidade e contribui para o isolamento acústico.

O bom desempenho do produto, associado ao baixo preço de instalação e de manutenção, deu-lhe popularidade como material de construção importante para residências de consumidores de menor poder aquisitivo, possibilitando um grande salto de qualidade nas condições de habitação e de preservação da saúde dos moradores.

Inegável, portanto, que o produto preenche as características de essencialidade que a Constituição Federal preconiza como requisito para a seletividade que deve orientar a incidência do IPI.

Neste momento em que o Governo Federal desenvolve grandes esforços, principalmente mediante o programa denominado Minha Casa Minha Vida, para diminuir o déficit habitacional e permitir o acesso da população de baixa renda à casa própria, a desoneração tributária do forro de PVC é mais que oportuna e necessária. – Senador **Acir Gurgacz**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

#### PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....

#### Seção II Dos Orçamentos

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 9º Cabe à lei complementar:

I – dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II – estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Seção III**

**Da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I – conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atendem, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

Art. 6º (VETADO)

**CAPÍTULO III**  
**Da Receita Pública**

**Seção I**

**Da Previsão e da Arrecadação**

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no **caput**, no que se refere aos impostos.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADIN 2.238–5)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exer-

cício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

### Seção II

#### Da Renúncia de Receita

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

### CAPÍTULO IV

#### Da Despesa Pública

### Seção I

#### Da Geração da Despesa

#### TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (TIPI)

BASEADA NA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL (NCM)

OUTRAS CHAPAS, FOLHAS, PELÍCULAS, TIRAS E LÂMINAS, DE PLÁSTICOS NÃO ALVEOLARES, NÃO REFORÇADAS NEM ESTRATIFICADAS, NEM ASSOCIADAS DE FORMA SEMELHANTE A OUTRAS MATÉRIAS, SEM SUPORTE

3920.4 – De polímeros de cloreto de vinila

*(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2012

**Concede licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 97 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 97 .....

§ 5º O servidor pode, ainda, ausentar-se do serviço, por um dia, a cada semestre, para atuar como voluntário junto à Defensoria Pública.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

#### Justificação

A presente iniciativa tem o objetivo de conceder licença por um dia, a cada semestre, para que o servidor público da União possa atuar como voluntário junto à Defensoria Pública.

Com efeito, como sabemos, nos termos constitucionais, a Defensoria Pública destina-se a orientar juridicamente e a defender, em todos os graus, os necessitados (art. 134, **caput**).

Também é sabido que a Defensoria Pública padece de insuficiência de recursos humanos e materiais para a consecução de sua nobre função institucional.

Desse modo, como meio para conferir mais recursos humanos para a Defensoria Pública e, também, como forma de estimular o voluntariado dos servidores públicos junto à instituição que defende e orienta

juridicamente os necessitados, estamos adotando a presente iniciativa.

Recordamos que o art. 97 da Lei nº 8.112, de 1990 (Estatuto do Servidor Público) já concede licença para o servidor em caso de doação de sangue e para se alistar eleitor, entre outras hipóteses.

Em face do exposto, solicitamos o apoio das Senhoras e Senhores Senadores para aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

#### **Texto compilado**

#### **Mensagem de veto**

**Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.**

**PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO VI Das Concessões

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

- I – por 1 (um) dia, para doação de sangue;
- II – por 2 (dois) dias, para se alistar como eleitor;
- III – por 8 (oito) dias consecutivos em razão de :
  - a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

*Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário na repartição, respeitada a duração semanal do trabalho.*

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho. (Parágrafo renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 2º Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada

a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

§ 3º As disposições do parágrafo anterior são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física, exigindo-se, porém, neste caso, compensação de horário na forma do inciso II do art. 44. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

*§ 4º Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário na forma do inciso II do caput do art. 44 desta Lei, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do art. 76-A desta Lei. (Incluído pela Lei nº 11.314 de 2006) (Vide Medida Provisória nº 359, de 2007)*

§ 4º Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do caput do art. 76-A desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.501, de 2007)

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 81, DE 2012

**“Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º–A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências.”**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. A ementa da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência ou de doença grave ou incapacitante no sistema de transporte coletivo interestadual.” (NR)



Art. 2º. O art. 1º da Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência ou de doença grave ou incapaz acitante, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

§ 1º. Para os fins do disposto no **caput**, considera-se sistema de transporte coletivo interestadual aquele integrado pelos modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.

§2º. Sem prejuízo de outras exigências fixadas em regulamento, a utilização do passe livre no transporte aéreo doméstico fica condicionada à comprovação de que a viagem tem por finalidade a realização de tratamento de saúde do beneficiário.

§3º. Para atender aos beneficiários do passe livre, as empresas operadoras de serviços de transporte coletivo interestadual são obrigadas a reservar, em cada viagem realizada, dois assentos por veículo, no caso do transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, e um assento por aeronave.

§4º. As reservas de que trata o § 4º serão mantidas disponíveis para os beneficiários do passe livre ao longo de todo o percurso ou extensão da linha ou serviço operado pela empresa transportadora.

§5º. Na inexistência de operação de serviço de transporte da categoria convencional em determinada linha, a empresa transportadora é obrigada a conceder ao beneficiário do passe livre o direito à utilização de serviço de categoria especial, inclusive para complementação de viagem, quando necessário.” (NR)

Art. 3º. A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, passa a vigorar acrescida do art. 2º–A, com a seguinte redação:

“Art. 2º–A. O benefício de que trata esta lei será extensível ao acompanhante igualmente hipossuficiente, se atestada a imprescindibilidade do acompanhamento.”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos sessenta dias após.

### Justificação

A Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994 é uma norma bem simples, porém muito valorosa e que tem se mostrado altamente benéfica. Nesse sentido, o passe livre para deficientes no transporte coletivo in-

terestadual representa importante conquista da sociedade brasileira.

Entretanto, tem se constatado que algumas empresas de transporte coletivo interestadual de passageiros não cumprem adequadamente a lei do passe livre, pois criam artifícios que inviabilizam o pleno gozo do benefício. Cito, por exemplo, a concessão da passagem apenas para parte do itinerário pleiteado pelo beneficiário, mesmo quando o veículo faz todo o trajeto, sem escalas. Tal prática, embora não seja combatida pelos órgãos competentes, é abusiva e lesiva ao direito da pessoa portadora de deficiência.

Por outro lado, a despeito do elevado caráter social da lei do passe livre, é chegado o momento de se ampliar ainda mais o seu alcance, a fim de incluir, no rol dos beneficiários, os portadores de doenças consideradas graves ou incapacitantes. As pessoas que sofrem com esse tipo de moléstia levam a vida com grandes dificuldades e limitações, principalmente aquelas mais necessitadas de recursos financeiros. E, mesmo assim, esses brasileiros e brasileiras não gozam dos mesmos direitos dados aos portadores de deficiência, quando também necessitam viajar para outras localidades a fim de realizarem tratamento médico.

Já o passe livre para as pessoas portadoras de doenças graves ou incapacitantes no transporte aéreo é necessária inovação à Lei, visto que, na prática, os tribunais já estão reconhecendo esse direito junto às empresas áreas, quando se trata de viagem para tratamento de saúde. Portanto, o que agora se propõe é uma adequação da norma já existente, de forma a torná-la mais eficaz, socialmente mais justa e com extensão insuscetível de questionamento judicial.

Entendo que os custos financeiros decorrentes da ampliação do benefício não representam impedimento para a aprovação do projeto. São custos que, ao fim e ao cabo, poderão ser suportados pelos demais usuários do sistema, com pequena revisão nos preços das passagens. Ademais, a própria Lei que criou originalmente o benefício para os portadores de deficiência também não previu a fonte de recursos para custeio das despesas nela previstas. Assim, da mesma forma, também invoco como causa inspiradora da presente proposição, a solidariedade humana e o seu relevante caráter social.

Nessa mesma linha de raciocínio, propomos estender o benefício do passe livre para o acompanhante que, comprovadamente, não disponha de recursos financeiros para arcar com os custos de uma passagem interestadual, devendo ser atestada a imprescindibilidade desse acompanhamento. Normalmente, essas pessoas são mães de crianças doentes e incapazes, ou alguém que é responsável pela assistência de pessoa

dependente e que necessita de tratamento de saúde em Estado diferente do seu. Nesses casos, o direito ao benefício somente será útil e eficaz se tiver esse caráter complementar; do contrário, a Lei não produzirá, na sua plenitude, os efeitos desejados e tão necessários.

Por fim, a proposta objetiva dar efetividade às garantias consagradas na Constituição Federal aos portadores de deficiência física e, por simetria imposta pela paridade de suas notórias limitações, às pessoas portadoras de doenças graves ou incapacitantes, a saber:

“ .....  
 Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

.....  
 II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

.....  
 Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.  
 .....

Espero, portanto, contar com o apoio das senhoras senadoras e senhores senadores para a aprovação da presente matéria. – Senador **Eduardo Lopes**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“ .....  
 Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;  
 .....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....  
 XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.  
 .....

LEI Nº 8.899, DE 29 DE JUNHO DE 1994

#### **Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.**

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias a contar de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário. Brasília, 29 de junho de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO – Cláudio Ivanof Lucarevschi – Leonor Barreto Barreto Franco**.

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

## **PARECER**

### **Nº 335, DE 2012**

*Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos do inciso II do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, letra "a", do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos EUA o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os EUA suspendam o bloqueio econômico e comercial de Cuba e libertem cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.*

RELATOR: Senador **PEDRO SIMON**

#### **I – RELATÓRIO**

Esta Comissão é chamada a opinar sobre Requerimento, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que aquele país suspenda o bloqueio econômico e comercial de Cuba e liberte cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos.

O Requerimento foi protocolado em 7 de março de 2012 e distribuído a este Relator no dia 12 de março subsequente.

#### **II – ANÁLISE**

O bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos da América a Cuba está em vigor há mais de cinco décadas e, como se sabe, não produziu nenhum resultado positivo para a promoção da democracia naquele país. Resquício das tensões da Guerra Fria, o bloqueio persiste ainda em pleno século XXI, levando escassez e sofrimento à população cubana.

Ademais, Cuba vem experimentando notáveis avanços tanto nas reformas econômicas como na questão do respeito aos direitos humanos. Para tanto, a solidariedade internacional é fundamental, porque só assim o país terá condições plenas para o progresso material e bases para promover as necessárias reformas políticas.

A diplomacia brasileira tem longa e notável tradição de apoio aos direitos humanos e ao multilateralismo no cenário internacional. Como assinala o ilustre Senador Eduardo Suplicy em sua justificação, em todas as 28 resoluções que o Conselho de Direitos Humanos adotou em seu 15º período de sessões, em 2010, o Brasil votou favoravelmente, contribuindo para o fortalecimento do arcabouço internacional de proteção dos direitos da pessoa humana. Além do mais, o Brasil é signatário de todos os instrumentos multilaterais e regionais relacionados ao mesmo tema, de defesa da democracia e de suas instituições.

Em suma, o Brasil busca promover a cooperação, a integração entre os países e o respeito à sua soberania, buscando, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento de suas democracias e a afirmação progressiva do respeito aos direitos da pessoa humana. É este o espírito da diplomacia brasileira.

Com base no princípio construtivo da solidariedade e do desejo de superação definitiva dos tristes dias da Guerra Fria, o presente requerimento propõe também que o governo dos Estados Unidos da América tome as medidas necessárias para libertar os prisioneiros Tony Guerrero, Fernando González, Ramón Labañino, Gerardo Hernández Nordelo e René González, que se encontram presos naquele país. Em sua justificativa, o autor cita o ex-presidente americano Jimmy Carter, que expressou sua esperança de que o Presidente Obama lhes conceda indulto e os ponha em liberdade.

De fato, como bem assinala a justificativa, “(...) o conflito Cuba/EUA leva tensão desnecessária à América Latina, com prejuízos para todas as partes envolvidas.”

A justificativa menciona também a prisão localizada na base norte-americana de Guantánamo, e formula respeitosa solicitação no sentido de que as autoridades dos Estados Unidos a desativem definitivamente, conforme promessa feita pelo Presidente Obama, e que os presos que lá se encontram sejam submetidos a julgamento justo, transparente e com amplo direito à defesa, como determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição dos Estados Unidos da América.

Na condição de Câmara Alta do Congresso Nacional brasileiro, ao Senado Federal é lícito manifestar-se sobre temas de interesse público, como a questão dos direitos individuais em outros países, uma vez que as instituições representativas não estão cerceadas, como o Poder Executivo, pelas imposições do princípio do direito internacional de não ingerência em assuntos internos de outras nações.



Por último, queremos registrar contribuição fornecida pelo próprio autor da matéria, Senador Eduardo Suplicy, para incorporar ao texto base do Requerimento outras manifestações que vem no mesmo sentido e complementam o texto original.

### III – VOTO

Pelo exposto, opino pela aprovação, com a alteração proposta pelo autor, do Requerimento nº 114, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal no sentido de que aquele país suspenda o bloqueio econômico e comercial de Cuba e liberte cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos. O Requerimento passa a ter a seguinte redação:

Requerimento nº , 2012

Requeremos, com suporte no inciso II do art. 4º da Constituição da República e nos termos do inciso IV, do art. 103 e item 4, da letra “a”, do inciso III, do art. 235 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico, comercial e financeiro a Cuba, **assim como revisem os atos legais específicos que impõem restrições às atividades econômicas, comerciais e financeiras de Cuba e com Cuba**, libertem os cidadãos cubanos que se encontram presos em seu território por motivos políticos, como é o caso de Tony Guerrero, Fernando González, Ramón Labañino, Gerado Hernández Nordelo e René González, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.

Sala da Comissão, 22 de março de 2012.

 , Presidente

 , Relator

Secretaria de Comissões  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes  
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

PROPOSIÇÃO: REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012

ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 22/03/2012, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

<b>PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR</b>	
<b>RELATOR: SENADOR PEDRO SIMON</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)</b>	
ANIBAL DINIZ (PT)	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
SÉRGIO SOUZA (PMDB)	4 - EDUARDO LOPES (PRB)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT)	5 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	6 - JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)</b>	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP)
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - LAURO ANTONIO (PR)
<b>BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)</b>	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIANO (DEM)	3 - CLOVIS FECURY (DEM)
<b>PTB</b>	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
<b>PR</b>	
BLAÍRO MAGGI	JOÃO RIBEIRO
<b>PSOL</b>	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....  
Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:  
.....

II - prevalência dos direitos humanos;  
.....

## **PARECERES**

### **NºS 336 A 338, DE 2012**

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, que *altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.*

#### **PARECER Nº 336, DE 2012** **(Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)**

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

RELATOR “AD HOC”: Senador **GILBERTO GOELLNER**

### **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2007, que busca permitir a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) para ampliar o acesso ao Serviço Móvel Pessoal (SMP), ou telefonia móvel.

De autoria do Senador **FLEXA RIBEIRO**, a proposição altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fust. Nesse mister, dá nova redação ao art. 1º do mencionado

diploma com o intuito de estabelecer que o Fundo também terá como finalidade *financiar programas, projetos e atividades voltados a ampliar a cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo, prestado em regime privado*. Além disso, promove alterações no art. 5º da mesma Lei de modo a conformá-lo ao novo regime a ser instituído.

De acordo com os dados apresentados pelo autor do projeto, o Fust já arrecadou cerca de R\$ 5 bilhões que ainda não foram utilizados. De outro lado, salienta, o SMP já atende a cerca de 51,75% da população, mas ainda não está disponível em 42% dos municípios, o que, segundo suas palavras, *significa a existência de uma grande área de sombra que deixa boa parte do território nacional sem esse importante veículo de comunicação*.

Ressalta ainda o autor que a proposição busca inspiração em projeto de mesma finalidade denominado Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais (Minas Comunica), instituído pela Lei nº 16.306, de 7 de agosto de 2006, daquele Estado.

Após o pronunciamento deste Colegiado, a proposição deverá ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos e, de modo terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Por derradeiro, cumpre observar que não foram apresentadas emendas ao projeto.

## **II – ANÁLISE**

O Fust foi criado para financiar o cumprimento de obrigações de universalização atribuídas a prestadoras de serviços de telecomunicações prestados em regime público. Atualmente, consoante o disposto no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 9.472, de 17 de julho de 1997, combinado com os arts. 1º e 3º do Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 2 de abril de 1998, somente o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), ou telefonia fixa, comporta exploração no regime público.

Para a superação desse impasse, todavia, não se mostra imprescindível a apresentação de proposição legislativa. De acordo com o art. 18, inciso I, da Lei nº 9.472, de 1997, incumbe ao Poder Executivo instituir ou eliminar a prestação de serviços de telecomunicações em regime público. Dessa forma,



por meio de decreto presidencial, poderia ser instituída a exploração em regime público do SMP, ou de outro serviço especificamente criado para essa finalidade.

Não obstante, observa-se a recente aprovação, por esta Casa, do PLS nº 103, de 2007, de autoria do Senador ALOIZIO MERCADANTE, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino*. Conquanto não faça referência expressa e específica à utilização dos recursos do Fust na universalização do acesso ao SMP, a redação adotada acaba por abrir essa possibilidade a outros serviços de telecomunicações.

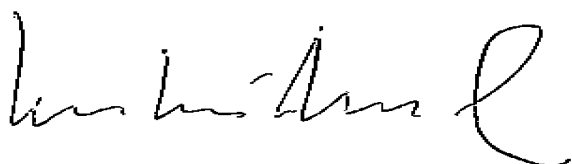
Com efeito, o PLS nº 103, de 2007, altera a Lei do Fust para ampliar as possibilidades de utilização dos recursos do Fundo. Além de novas aplicações decorrentes da fruição de serviços de telecomunicações prestados em regime público, os recursos podem ser utilizados para financiar programas, projetos e atividades governamentais destinados à ampliação do acesso da sociedade a serviços prestados em regime privado, aí incluído o SMP.


Em face das observações aqui relatadas, é possível concluir que os objetivos do PLS nº 311, de 2007, estão contemplados em proposição já aprovada por esta Casa. Além disso, suas finalidades podem ser alcançadas, ainda que de modo diverso, por meio de edição de ato regulamentar do Poder Executivo. Dessa forma, não se mostra oportuna sua aprovação.

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

Sala da Comissão, 21 de maio de 2012.

Senador Nelson de Souza, Presidente

 , Relator

 , RELATOR "AD HOC"

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/3/2010 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto	
RELATOR: Senador Gilberto Goellner "Ad Hoc"	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
CÉSAR BORGES (PR)	1-DELCÍDIO AMARAL (PT)
RYS SLHESSARENKO (PT)	2-ROBERTO CAVALCANTI (PRB)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3-TIÃO VIANA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL)	4-VAGO
MAIORIA (PMDB, PP)	
NEUTO DE CONTO (PMDB)	1-VAGO
VALTER PEREIRA (PMDB)	2-PEDRO SIMON (PMDB)
ROMERO JUCÁ (PMDB)	3-VALDIR RAUPP (PMDB)
ALMEIDA LIMA (PMDB)	4-GERSON CAMATA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	2-JAYME CAMPOS (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
ADELMIR SANTANA (DEM)	4-KÁTIA ABREU (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5-CÍCERO LUCENA (PSDB)
MARCONI PERILLO (PSDB)	6-PAPALÉO PAES (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	7-TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
GIM ARGELLO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
JEFFERSON PRAIA	1-JOÃO DURVAL

**PARECER Nº 337, DE 2012**  
**(Da Comissão de Assuntos Econômicos)**

RELATOR: Senador LINDEBERGH FARIAS

## **I – RELATÓRIO**

Vem à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2007, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que propõe alterar a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), com o objetivo de permitir que esses recursos também sejam destinados ao Serviço Móvel Pessoal (SMP).

De acordo com a legislação vigente, os recursos do FUST só podem ser aplicados na universalização de serviços prestados em regime público, situação em que o SMP não se enquadra.

O Senador Flexa Ribeiro argumenta que o alcance da oferta e o nível de penetração do SMP justificam o aporte de recursos públicos. Segundo o autor, em meados de 2007 mais de 40% dos municípios ainda não estavam cobertos pelo serviço, cuja densidade populacional situava-se em torno 52%.

O PLS nº 311, de 2007, recebeu parecer contrário da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e ainda será apreciado, em caráter terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

## **II – ANÁLISE**

Na época em que o projeto foi apresentado, as operadoras do serviço móvel ainda não haviam assumido as obrigações de cobertura associadas às faixas de terceira geração, que determinaram o atendimento de municípios com menos de 30.000 habitantes em até oito anos. Como o edital foi realizado em dezembro de 2007, esses prazos ainda não se expiraram, mas a área coberta e, principalmente, o nível de penetração do SMP se expandiram significativamente.

Em maio de 2011, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) contabilizava 215 milhões de terminais móveis ativos e uma densidade de 110,5 por cem habitantes. São resultados que, isoladamente, comprovam a inadequabilidade do PLS nº 311, de 2007. Afinal, não foram necessários recursos públicos para fazer a densidade do serviço mais do que dobrar em apenas quatro anos.

O desafio a ser enfrentado pelo País nos próximos anos é, sem dúvida, o da banda larga, objeto de um plano parcialmente elaborado pelo Poder Executivo no ano passado e cujos custos de execução ainda estão sendo negociados com as operadoras privadas que detêm a infraestrutura de cabos.

Segundo estudos da consultoria LCA, o Brasil terá de investir, até o ano de 2020, R\$ 145 bilhões para universalizar serviços de banda larga a uma velocidade mínima de 1 Mbps. Embora o SMP ofereça acesso à internet a taxas razoáveis, sabe-se que a tecnologia atual não permite oferecer tal capacidade média por usuário a um custo adequado à realidade brasileira. E as tecnologias de quarta geração não estarão disponíveis no País antes de 2015, razão pela qual não devemos depositar no SMP grande parcela das metas de banda larga.

Além disso, as empresas continuam a questionar a carga tributária incidente sobre os serviços prestados, exigindo reduções em contrapartida às metas a serem atendidas no Plano Nacional de Banda Larga. E não há como negar que 42% do valor pago pelo consumidor representam, de fato, um severo obstáculo ao acesso da população de baixa renda.

Assim, o setor de telecomunicações pressiona, simultaneamente, por redução de arrecadação e ampliação de investimentos públicos. É fundamental, portanto, que os escassos recursos sejam alocados corretamente.

Por fim, registre-se que o Senado Federal já aprovou, na legislatura passada, projeto de lei que permite a alocação de recursos do FUST em serviços prestados em regime privado. Trata-se do PLS nº 103, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que hoje tramita na Câmara dos Deputados sob a designação de Projeto de Lei nº 1.481, de 2007. Assim, já estaria contemplada a possibilidade de se alocar recursos no SMP, conforme propõe o PLS nº 311, de 2007.

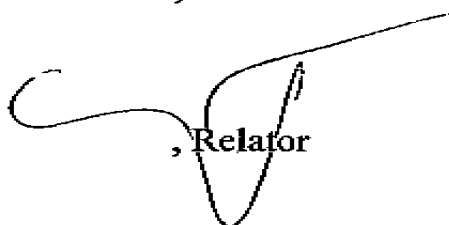
### III – VOTO

Ante o exposto, opinamos pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2011.

, Presidente

, Relator





**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 311 DE 2007**  
**NÃO TERMINATIVO**

**ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10 / 8 / 11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**PRESIDENTE:** *Suplicy*

**RELATOR(A):** *C. Aguiar*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB) <sup>(1)</sup>	
DELCÍDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPLICY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPLICY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Wink</i>
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÉGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP) <i>Carvalho</i>
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
REDITARIO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB) <i>Alcides</i>
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB) AUTOR	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

(1) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**PARECER Nº 338, DE 2012**  
**(Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)**

RELATOR: Senador **WALTER PINHEIRO**

## **I – RELATÓRIO**

Submete-se à deliberação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 311, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro. A iniciativa tem como objetivo permitir que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam aplicados em programas voltados à ampliação da cobertura do serviço de telefonia móvel, denominado, no jargão setorial, de Serviço Móvel Pessoal (SMP).

O autor da matéria argumentou, na justificação do projeto, que, à época de sua apresentação, 42% dos municípios brasileiros ainda não contavam com operações de telefonia móvel, sendo de extrema relevância levar esse serviço às regiões e localidades desatendidas.

Em 15 de dezembro de 2010, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) manifestou-se pela rejeição do PLS nº 311, de 2007, acolhendo relatório da lavra do Senador Marco Maciel, com relatoria *ad hoc* do Senador Gilberto Goellner.

Da mesma forma, no dia 16 de agosto de 2011, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aprovando o relatório do Senador Lindbergh Farias, manifestou-se contrariamente à sua aprovação.

Cumpre ainda informar que, nesta Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

## **II – ANÁLISE**

Conforme o art. 104-C, II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CCT opinar sobre assuntos atinentes à política nacional de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática, bem como à organização institucional do setor. A iniciativa em comento inscreve-se, portanto, no rol das matérias sujeitas ao exame desta Comissão.

O projeto propõe que recursos do Fust, compostos, entre outras fontes, pela contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta, excluindo-se os impostos, decorrente da prestação de todos os serviços de telecomunicações, possam ser aplicados em programas que tenham como propósito ampliar a cobertura do serviço de telefonia móvel, explorado em regime privado. Hoje,

por previsão legal e regulamentar, os recursos do Fundo estão destinados, exclusivamente, a financiar o cumprimento de obrigações de universalização da telefonia fixa, ou Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), único serviço de telecomunicações que comporta exploração no regime jurídico público.

Em que pese a não aprovação da proposta na CDR e na CAE, entendo que as medidas por ela preconizadas merecem a acolhida deste Colegiado. Senão vejamos.

Em 2007, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) realizou a licitação das faixas de frequência para a terceira geração (3G) da telefonia celular, impondo às empresas vencedoras dos certames rigorosos compromissos de cobertura. Essa estratégia impulsionou fortemente o crescimento da base de usuários atendidos e dos municípios cobertos pelo serviço.

Assim, se, em 2007, 42% dos municípios brasileiros não contavam com o serviço de telefonia móvel, no final de 2010, de acordo com o Atlas Brasileiro de Telecomunicações – 2011, ele estava disponível nos centros urbanos de todos os 5.565 municípios do País. A evolução da cobertura do serviço reflete-se na ampliação do número de acessos móveis ativos, que saltou de 114,69 milhões, em dezembro de 2007, para 231,6 milhões em outubro de 2011, fazendo que o Brasil ultrapassasse a marca de 118 acessos por 100 habitantes.

Note-se, no entanto, que, tanto pelas regras do edital de licitação quanto dos Termos de Autorização celebrados entre as operadoras e a Anatel, considera-se que um município esteja atendido quando a área de cobertura do serviço contenha, pelo menos, oitenta por cento da área urbana do Distrito Sede daquele município.

Nesse contexto, localidades mais distantes do Distrito Sede do Município bem como as áreas rurais, notadamente no interior do País, ainda sofrem com uma deficiência de cobertura do SMP.

Nada mais razoável, então, que a possibilidade de utilização de recursos do Fust, cujo objetivo é justamente disseminar o acesso aos serviços de telecomunicações a toda população brasileira, independentemente das regiões geográficas onde se encontra, para a ampliação da cobertura do SMP em localidades hoje não atendidas pelas operadoras do serviço. Proponho, assim, que a matéria seja aprovada.

Adicionalmente, proponho um pequeno ajuste na ementa da proposta, visto não ser adequada, no arcabouço legal e regulamentar que disciplina o setor de telecomunicações, a utilização do termo “universalização” para o SMP, estando a expressão vinculada às obrigações assumidas pelas concessionárias de telefonia fixa, prestada sob a égide do regime público.

### III – VOTO

Diante do exposto, voto pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, com a seguinte emenda:

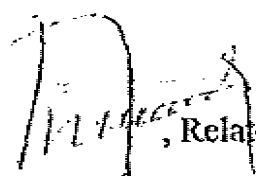
#### EMENDA Nº 1 – CCT

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na ampliação da cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo”.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

Sen. CYRUS MARINHOA, Presidente CIENTAL

  
Relator



**Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, de 2007**

**TERMINATIVO**

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 28/03/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** SEN CYRO MIRANDA (PSDB)

**RELATOR:** SEN WALTER PINHEIRO (PT)

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
João Capiberibe (PSB)	4. Lidice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Majoria(PV, PMDB, PP, PSC)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Jir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR	
Arnedo Nascimento	1. João Ribeiro
PSD PSOL	
VAGO	1. Sérgio Petecão

## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

## LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS Nº 311 / 2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT	X				PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CARIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVÓ CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB			X		CÍCERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFREDO NASCIMENTO - PR					JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SERGIO PETEÇAO				

TOTAL: 46 SIM: 08 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM

SENADOR

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

(Cyro Mirand)

## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL *Gravada* PLS Nº 311 / 2007

71061-CCF

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT					DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT	X				PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
JOÃO CAPIBERIBE - PSB					LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB	X				EDUARDO LOPES - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					IVO GASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB					ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB				X	CÍCERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALFREDO NASCIMENTO - PR					JOÃO RIBEIRO - PR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSD/PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					SÉRGIO PETECÃO				

TOTAL: 10 SIM: 08 NÃO: 11 ABS: 11 AUTOR: 01 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM

SENADOR

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,  
Comunicação e Informática

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO,  
COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
SECRETARIA DA COMISSÃO

**TEXTO FINAL**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2007**

Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na ampliação da cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os arts. 1º e 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 1º** Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a:

I – cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações prestados em regime público que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;

II – financiar programas, projetos e atividades voltados a ampliar a cobertura do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo, prestado em regime privado. (NR)”

**“Art. 5º** A aplicação dos recursos do Fust observará, entre outras, as seguintes finalidades:

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust serão aplicados nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

..... (NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de março de 2012.

\_\_\_\_\_  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Relator



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA****LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.**

Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Art. 18. Cabe ao Poder Executivo, observadas as disposições desta Lei, por meio de decreto:

I - instituir ou eliminar a prestação de modalidade de serviço no regime público, concomitantemente ou não com sua prestação no regime privado;

Art. 64. Comportarão prestação no regime público as modalidades de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, cuja existência, universalização e continuidade a própria União comprometa-se a assegurar.

Parágrafo único. Incluem-se neste caso as diversas modalidades do serviço telefônico fixo comutado, de qualquer âmbito, destinado ao uso do público em geral.

Art. 81. Os recursos complementares destinados a cobrir a parcela do custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de prestadora de serviço de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, poderão ser oriundos das seguintes fontes:

I - Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - fundo especificamente constituído para essa finalidade, para o qual contribuirão prestadoras de serviço de telecomunicações nos regimes público e privado, nos termos da lei, cuja mensagem de criação deverá ser enviada ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, no prazo de cento e vinte dias após a publicação desta Lei.

Parágrafo único. Enquanto não for constituído o fundo a que se refere o inciso II do *caput*, poderão ser adotadas também as seguintes fontes:

I - subsídio entre modalidades de serviços de telecomunicações ou entre segmentos de usuários;

II - pagamento de adicional ao valor de interconexão.

**LEI Nº 9.998, DE 17 DE AGOSTO DE 2000.**

Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust, tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

**Art. 5º** Os recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades que estejam em consonância com plano geral de metas para universalização de serviço de telecomunicações ou suas ampliações que contemplarão, entre outros, os seguintes objetivos:

I – atendimento a localidades com menos de cem habitantes;

II – (VETADO)

III – complementação de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização para atendimento de comunidades de baixo poder aquisitivo;

IV – implantação de acessos individuais para prestação do serviço telefônico, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de saúde;

V – implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a instituições de saúde;

VI – implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;

VII – redução das contas de serviços de telecomunicações de estabelecimentos de ensino e bibliotecas referentes à utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso do público, inclusive da internet, de forma a beneficiar em percentuais maiores os estabelecimentos frequentados por população carente, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo;

VIII – instalação de redes de alta velocidade, destinadas ao intercâmbio de sinais e à implantação de serviços de teleconferência entre estabelecimentos de ensino e bibliotecas;

IX – atendimento a áreas remotas e de fronteira de interesse estratégico;

X – implantação de acessos individuais para órgãos de segurança pública;

XI – implantação de serviços de telecomunicações em unidades do serviço público, civis ou militares, situadas em pontos remotos do território nacional;

XII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a instituições de assistência a deficientes;

XIII – fornecimento de acessos individuais e equipamentos de interface a deficientes carentes;

XIV – implantação da telefonia rural.

§ 1º Em cada exercício, pelo menos trinta por cento dos recursos do Fust serão aplicados em programas, projetos e atividades executados pelas concessionárias do Sistema Telefônico Fixo Comutado – STFC nas áreas abrangidas pela Sudam e Sudene.

§ 2º Do total dos recursos do Fust, dezoito por cento, no mínimo, serão aplicados em educação, para os estabelecimentos públicos de ensino.

§ 3º Na aplicação dos recursos do Fust será privilegiado o atendimento a deficientes.

**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

**DECRETO Nº 2.534, DE 2 DE ABRIL DE 1996.**

Revogado pelo Decreto nº 6.654, de 2008

~~Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.~~

Of. nº. 040/2012 – CCT

Brasília, 28 de março de 2012.

**Senhor Presidente,**

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *“Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo”* e a emenda nº 01 – CCT.

**SENADOR CYRO MIRANDA**

**Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia,  
Inovação, Comunicação e Informática**

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Os pareceres lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 335, de 2012**, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 114, de 2012.

A Presidência comunica que a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 40, de 2012**, do Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 40/2012 – CCT

Brasília, 28 de março de 2012

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 311 de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que *“Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para permitir a utilização de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) na universalização do Serviço Móvel Pessoal, ou outro que vier a substituí-lo”* e a emenda nº 1 – CCT. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Com referência ao **Ofício nº 40, de 2012**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2007,

seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

## **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2012**

*Altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal para acrescentar 'o meio ambiente saudável' entre os direitos sociais.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 6º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o meio ambiente saudável, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

As Constituições atuais, da maioria dos países, abordam o meio ambiente como direito fundamental do ser humano.

A Constituição Federal de 1988 destina o Capítulo VI para tratar da questão do meio ambiente, em termos específicos e atuais. No art. 225 e em outras normas constitucionais, de forma expressa ou implícita, o tema é, sob a ótica do Direito Ambiental, interpretado como um dos direitos fundamentais da pessoa humana e um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida de todos, o que reforça a posição de que se trata também de direitos humanos e sociais.

Neste sentido a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente define o tema objeto como patrimônio público de uso coletivo que deve ser assegurado e protegido por todos.

O Capítulo VI – Do Meio Ambiente, está contido no título da Constituição Federal denominado "Da Ordem Social", o que faz concluir, que o meio ambiente é também um direito social do homem.

Por esta razão, nada mais natural do que explicitar que o meio ambiente saudável esteja também listado como um Direito Social assegurado pela Constituição Federal ao lado da educação, da saúde, da alimentação, do trabalho, da moradia, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da assistência aos desamparados


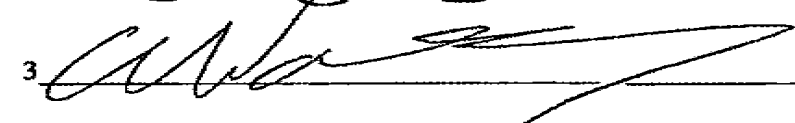
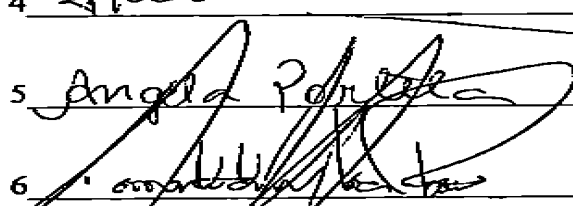



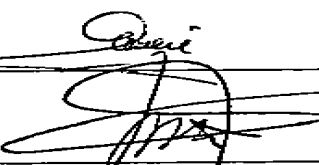
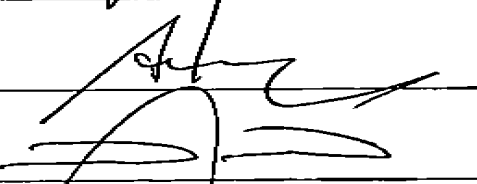

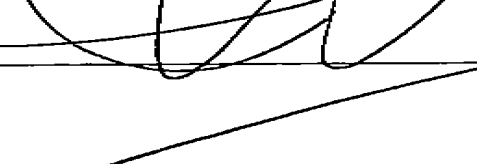


Para tanto, esperamos que nossa contribuição possa contar com a imprescindível atenção e apreciação dos membros desta Casa.

Sala das Sessões,

*Mmh D.*

Senador CRISTOVAM BUARQUE

1	<i>Edição de União e Sampa</i>	<i>Lidia da Rocha</i>
2		<i>CASSIO CUNHA LEON</i>
3		
4	<i>INILIO</i>	<i>Leon</i>
5		
6		<i>FELIX RIBEIRO</i>
7		<i>LAUROTE</i>
8	<i>Ana Amélia (PP/RS)</i>	
9	<i>PINHEIRO F/BA</i>	
10	<i>Aloyzio Nunes</i>	
11	<i>WALDEMAR MORA</i>	
12	<i>LYRO HIRANO</i>	
13	<i>Raulo Bazon</i>	
14	<i>JOÃO LUIZ</i>	

15 Juan Vinicius G. Amato

16 [Signature] Rob. [Signature]

17 [Signature] Edson Matos [Signature]

18 [Signature] [Signature]

19 [Signature] [Signature]

20 [Signature] CICERO LUCENA

21 [Signature] [Signature]

22 [Signature] [Signature]

23 [Signature] [Signature]


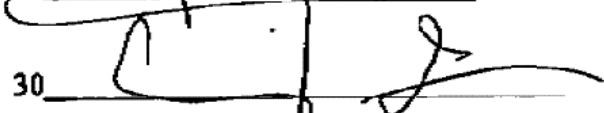
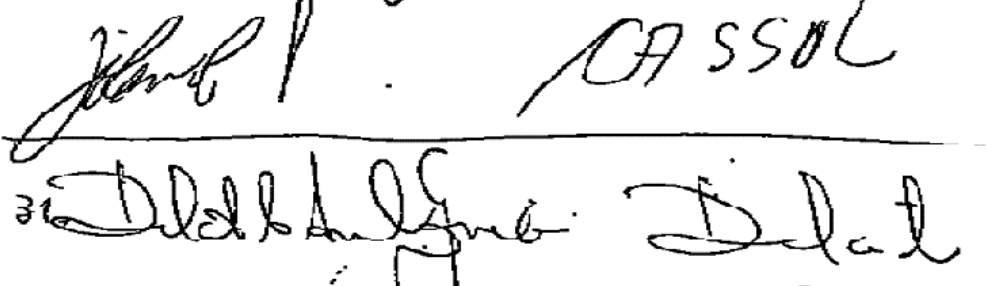
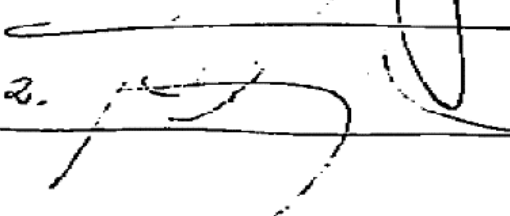
24 [Signature] [Signature]

25 [Signature] [Signature]

26 [Signature] [Signature]

27 [Signature] [Signature]

28 [Signature] [Signature]

29  Capiberibe  
30  LINDBERGH  
CASSOL  
31  José Acipino  
32  JOSÉ ACIPINO

## Legislação Citada

### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

#### CAPÍTULO II DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)

#### TÍTULO VIII Da Ordem Social

#### CAPÍTULO VI DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

## LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Esta lei, com fundamento nos Incisos VI e VII do art. 23 e no art. 235 da Constituição, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental.

### DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Art 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;



IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

#### **DOS OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Art 4º - A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;

IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;

V - à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

Art 5º - As diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente serão formuladas em normas e planos, destinados a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios no que se relaciona com a preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico, observados os princípios estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único - As atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente.

#### **DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

Art 6º - Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, assim estruturado:

I - órgão superior: o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

II - órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

III - órgão central: a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

IV - órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;

V - Órgãos Seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;

**VI - Órgãos Locais:** os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

§ 1º Os Estados, na esfera de suas competências e nas áreas de sua jurisdição, elaboram normas supletivas e complementares e padrões relacionados com o meio ambiente, observados os que forem estabelecidos pelo CONAMA.

§ 2º Os Municípios, observadas as normas e os padrões federais e estaduais, também poderão elaborar as normas mencionadas no parágrafo anterior.

§ 3º Os órgãos central, setoriais, seccionais e locais mencionados neste artigo deverão fornecer os resultados das análises efetuadas e sua fundamentação, quando solicitados por pessoa legitimamente interessada.

§ 4º De acordo com a legislação em vigor, é o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação de apoio técnico científico às atividades do IBAMA.

#### **DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 8º** Compete ao CONAMA:

I - estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA;

II - determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos federais, estaduais e municipais, bem assim a entidades privadas, as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental, e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação ambiental, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.

IV - homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias na obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental; (VETADO);

V - determinar, mediante representação do IBAMA, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

VI - estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes;

VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

Parágrafo único. O Secretário do Meio Ambiente é, sem prejuízo de suas funções, o Presidente do Conama.

#### **DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE**

**Art. 9º** - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

VII - o sistema nacional de informações sobre o meio ambiente;

VIII - o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental;

IX - as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

X - a instituição do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, a ser divulgado anualmente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

XI - a garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes;

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

XIII - instrumentos econômicos, como concessão florestal, servidão ambiental, seguro ambiental e outros.

**Art. 9º-A.** Mediante anuência do órgão ambiental competente, o proprietário rural pode instituir servidão ambiental, pela qual voluntariamente renuncia, em caráter permanente ou temporário, total ou parcialmente, a direito de uso, exploração ou supressão de recursos naturais existentes na propriedade.

§ 1º A servidão ambiental não se aplica às áreas de preservação permanente e de reserva legal.

§ 2º A limitação ao uso ou exploração da vegetação da área sob servidão instituída em relação aos recursos florestais deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a reserva legal.

§ 3º A servidão ambiental deve ser averbada no registro de imóveis competente.

§ 4º Na hipótese de compensação de reserva legal, a servidão deve ser averbada na matrícula de todos os imóveis envolvidos.

§ 5º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites da propriedade.

Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental dependerão de prévio licenciamento ambiental.

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial, bem como em periódico regional ou local de grande circulação, ou em meio eletrônico de comunicação mantido pelo órgão ambiental competente.

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

§ 2º - Inclui-se na competência da fiscalização e controle a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos de exploração predatórios ou poluidores.

Art. 12 - As entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarão a aprovação de projetos habilitados a esses benefícios ao licenciamento, na forma desta Lei, e ao cumprimento das normas, dos critérios e dos padrões expedidos pelo CONAMA.

Parágrafo Único - As entidades e órgãos referidos no "caput" deste artigo deverão fazer constar dos projetos a realização de obras e aquisição de equipamentos destinados ao controle de degradação ambiental e à melhoria da qualidade do meio ambiente.

Art. 13 - O Poder Executivo incentivará as atividades voltadas ao meio ambiente, visando:

I - ao desenvolvimento, no País, de pesquisas e processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;

II - à fabricação de equipamentos antipoluidores;

III - a outras iniciativas que propiciem a racionalização do uso de recursos ambientais.

Parágrafo Único - Os órgãos, entidades, e programas do Poder Público, destinados ao incentivo das pesquisas científicas e tecnológicas, considerarão, entre as suas metas prioritárias, o apoio aos projetos que visem a adquirir e desenvolver conhecimentos básicos e aplicáveis na área ambiental e ecológica.

Art. 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - à multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo, a 10 (dez) e, no máximo, a 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTNs, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios.

II - à perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público;

III - à perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

IV - à suspensão de sua atividade.

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

§ 2º - No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos II e III deste artigo, o ato declaratório da perda, restrição ou suspensão será atribuição da autoridade administrativa ou financeira que concedeu os benefícios, incentivos ou financiamento, cumprindo resolução do CONAMA.

§ 5º A execução das garantias exigidas do poluidor não impede a aplicação das obrigações de indenização e reparação de danos previstas no § 1º deste artigo.

§ 1º A pena é aumentada até o dobro se:

I - resultar:

a) dano irreversível à fauna, à flora e ao meio ambiente;

b) lesão corporal grave;

II - a poluição é decorrente de atividade industrial ou de transporte;

III - o crime é praticado durante a noite, em domingo ou em feriado.

§ 2º Incorre no mesmo crime a autoridade competente que deixar de promover as medidas tendentes a impedir a prática das condutas acima descritas.

**Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:**

**I - Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a consultoria técnica sobre problemas ecológicos e ambientais e à indústria e comércio de equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados ao controle de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;**

**II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.**

**Art. 17-A. São estabelecidos os preços dos serviços e produtos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a serem aplicados em âmbito nacional, conforme Anexo a esta Lei.**

**Art. 17-B. Fica instituída a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais."**

**§ 1º Revogado.**

**§ 2º Revogado.**

**Art. 17-C. É sujeito passivo da TCFA todo aquele que exerça as atividades constantes do Anexo VIII desta Lei.**

**§ 1º O sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo será definido pelo IBAMA, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.**

**§ 2º O descumprimento da providência determinada no § 1º sujeita o infrator a multa equivalente a vinte por cento da TCFA devida, sem prejuízo da exigência desta.**

**§ 3º Revogado.**

**Art. 17-D. A TCFA é devida por estabelecimento e os seus valores são os fixados no Anexo IX desta Lei."**

**§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se:**

**I - microempresa e empresa de pequeno porte, as pessoas jurídicas que se enquadrem, respectivamente, nas descrições dos incisos I e II do caput do art. 2º da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;**

**II - empresa de médio porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);**

**III - empresa de grande porte, a pessoa jurídica que tiver receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).**

**§ 2º O potencial de poluição (PP) e o grau de utilização (GU) de recursos naturais de cada uma das atividades sujeitas à fiscalização encontram-se definidos no Anexo VIII desta Lei.**

**§ 3º Caso o estabelecimento exerça mais de uma atividade sujeita à fiscalização, pagará a taxa relativamente a apenas uma delas, pelo valor mais elevado.**

**Art. 17-E. É o IBAMA autorizado a cancelar débitos de valores inferiores a R\$ 40,00 (quarenta reais), existentes até 31 de dezembro de 1999.**

**Art. 17-F. São isentas do pagamento da TCFA as entidades públicas federais, distritais, estaduais e municipais, as entidades filantrópicas, aqueles que praticam agricultura de subsistência e as populações tradicionais.**

**Art. 17-G. A TCFA será devida no último dia útil de cada trimestre do ano civil, nos valores fixados no Anexo IX desta Lei, e o recolhimento será efetuado em conta bancária vinculada ao IBAMA, por intermédio de documento próprio de arrecadação, até o quinto dia útil do mês subsequente.**

**Parágrafo único. Revogado.**

**§ 2º Os recursos arrecadados com a TCFA terão utilização restrita em atividades de controle e fiscalização ambiental.**

**Art. 17-H. A TCFA não recolhida nos prazos e nas condições estabelecidas no artigo anterior será cobrada com os seguintes acréscimos:**

**I - juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de um por cento;**

**II - multa de mora de vinte por cento, reduzida a dez por cento se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do vencimento;**

**III - encargo de vinte por cento, substitutivo da condenação do devedor em honorários de advogado, calculado sobre o total do débito inscrito como Dívida Ativa, reduzido para dez por cento se o pagamento for efetuado antes do ajuizamento da execução.**

**§ 1º-A. Os juros de mora não incidem sobre o valor da multa de mora.**

**§ 1º Os débitos relativos à TCFA poderão ser parcelados de acordo com os critérios fixados na legislação tributária, conforme dispuser o regulamento desta Lei.**



**Art. 17-I.** As pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades mencionadas nos incisos I e II do art. 17 e que não estiverem inscritas nos respectivos cadastros até o último dia útil do terceiro mês que se seguir ao da publicação desta Lei incorrerão em infração punível com multa de:

- I - R\$ 50,00 (cinquenta reais), se pessoa física;
- II - R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), se microempresa;
- III - R\$ 900,00 (novecentos reais), se empresa de pequeno porte;
- IV - R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), se empresa de médio porte;
- V - R\$ 9.000,00 (nove mil reais), se empresa de grande porte.

Parágrafo único. Revogado.

**Art. 17-L.** As ações de licenciamento, registro, autorizações, concessões e permissões relacionadas à fauna, à flora, e ao controle ambiental são de competência exclusiva dos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente.

**Art. 17-M.** Os preços dos serviços administrativos prestados pelo IBAMA, inclusive os referentes à venda de impressos e publicações, assim como os de entrada, permanência e utilização de áreas ou instalações nas unidades de conservação, serão definidos em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, mediante proposta do Presidente daquele Instituto.

**Art. 17-N.** Os preços dos serviços técnicos do Laboratório de Produtos Florestais do IBAMA, assim como os para venda de produtos da flora, serão, também, definidos em portaria do Ministro de Estado do Meio Ambiente, mediante proposta do Presidente daquele Instituto.

**Art. 17-O.** Os proprietários rurais que se beneficiarem com redução do valor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, com base em Ato Declaratório Ambiental - ADA, deverão recolher ao IBAMA a importância prevista no Item 3.11 do Anexo VII da Lei nº 9.960, de 29 de janeiro de 2000, a título de Taxa de Vistoria.

§ 1º-A. A Taxa de Vistoria a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder a dez por cento do valor da redução do imposto proporcionada pelo ADA.

§ 1º A utilização do ADA para efeito de redução do valor a pagar do ITR é obrigatória.

§ 2º O pagamento de que trata o caput deste artigo poderá ser efetivado em cota única ou em parcelas, nos mesmos moldes escolhidos pelo contribuinte para o pagamento do ITR, em documento próprio de arrecadação do IBAMA.

§ 3º Para efeito de pagamento parcelado, nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 4º O inadimplemento de qualquer parcela ensejará a cobrança de juros e multa nos termos dos incisos I e II do caput e §§ 1º-A e 1º, todos do art. 17-H desta Lei.

§ 5º Após a vistoria, realizada por amostragem, caso os dados constantes do ADA não coincidam com os efetivamente levantados pelos técnicos do IBAMA, estes lavrarão, de ofício, novo ADA, contendo os dados reais, o qual será encaminhado à Secretaria da Receita Federal, para as providências cabíveis.

**Art. 17-P.** Constitui crédito para compensação com o valor devido a título de TCFA, até o limite de sessenta por cento e relativamente ao mesmo ano, o montante efetivamente pago pelo estabelecimento ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal em razão de taxa de fiscalização ambiental.

§ 1º Valores recolhidos ao Estado, ao Município e ao Distrito Federal a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento e venda de produtos, não constituem crédito para compensação com a TCFA.

§ 2º A restituição, administrativa ou judicial, qualquer que seja a causa que a determine, da taxa de fiscalização ambiental estadual ou distrital compensada com a TCFA restaura o direito de crédito do IBAMA contra o estabelecimento, relativamente ao valor compensado.

**Art. 17-Q.** É o IBAMA autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA."

**Art. 19.** Ressalvado o disposto nas Leis nºs 5.357, de 17 de novembro de 1967, e 7.661, de 16 de maio de 1988, a receita proveniente da aplicação desta Lei será recolhida de acordo com o disposto no art. 4º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

**Art. 20 -** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 21 -** Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 31 de agosto de 1981; 160ª da Independência e 93ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Mário David Andreazza

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).*

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 25, de 2012**, da Liderança do PSB, o Senador Rodrigo Rollemberg para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador.

É o seguinte o Ofício:

GLPSB Of. nº 25/2012

Brasília (DF), 3 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador Rodrigo Rollemberg para integrar a Comissão do Projeto Jovem Senador.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Líder do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa o Deputado Paes Landim, como membro titular, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à **Medida Provisória nº 562, de 2012**, que “*Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do FUNDEB as instituições comunitárias que atuam na educação do campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências*”, conforme o **Ofício nº 92, de 2012**, da Liderança do PTB, na Câmara dos Deputados.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 92/2012

Brasília, 3 de março de 2012

Assunto: Indicação para Medida Provisória nº 562

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência do Senhor Deputado Paes Landim (PTB-PI), em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB-GO), para a Comis-

são Mista sobre a Medida Provisória nº 562, de 21 de março de 2012 que “dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de ações Articuladas, altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir os polos presidenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, para contemplar com recursos do Fundeb as instituições comunitárias que atuam na educação de campo, altera a Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, para dispor sobre a assistência financeira da União no âmbito do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, e dá outras providências”.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **Jovair Arantes**, líder do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 24, de 2012**, da Liderança do PSB, o Senador João Capiberibe para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

É o seguinte o Ofício:

GLPSB Of. nº 24/2012

Brasília(DF), 3 de abril de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, comunico a Vossa Excelência que esta Liderança indica o Senhor Senador João Capiberibe (PSB/AP) para integrar o Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

Agradeço antecipadamente renovando meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Lídice da Mata**, Líder do PSB no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB – PR) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se, amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 63, DE 2011**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador

Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1–CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 2

### **REQUERIMENTO Nº 114, DE 2012**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 114, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando que sejam transmitidos ao Governo dos Estados Unidos da América o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que os Estados Unidos da América suspendam o bloqueio econômico e comercial a Cuba, libertem os presos políticos, bem como fechem definitivamente a prisão instalada na base de Guantânamo.*

Parecer sob nº 335, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

Relator: Senador Pedro Simon, favorável, com a alteração que propõe.

## 3

### **REQUERIMENTO Nº 115, DE 2012**

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 9, de 2012)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 115, de 2012, do Senador Eduardo Suplicy, *solicitando sejam transmitidos ao Governo de Cuba o apelo e a manifestação do Senado Federal, no sentido de que Cuba providencie o indulto geral aos aprisionados por posicionamentos políticos ou de consciência e autorize todos os seus habitantes a poderem entrar e sair de seu país, mesmo aqueles que criticam o regime político estabelecido na ilha.*

Parecer contrário, sob nº 227, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Randolfe Rodrigues.

### **O SR. PRESIDENTE** (Sérgio Souza. Bloco/PMDB

– PR) – Está encerrada a sessão.

Boa noite a todos.

*(Levanta-se a sessão às 21 horas e 6 minutos.)*

# COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

## (por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PDT** - João Durval\*  
**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*\*  
**Bloco-PT** - Walter Pinheiro\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PP** - Francisco Dornelles\*  
**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\*\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*\*

### Maranhão

**PTB** - Eptácio Cafeteira\*  
**Bloco-DEM** - Clovis Fecury\*\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Lobão Filho\*\* (S)

### Pará

**Bloco-PSDB** - Mário Couto\*  
**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*\*  
**Bloco-PMDB** - Jader Barbalho\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PMDB** - Jarbas Vasconcelos\*  
**PTB** - Armando Monteiro\*\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*\*

### São Paulo

**Bloco-PT** - Eduardo Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*\*  
**Bloco-PT** - Marta Suplicy\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PMDB** - Clésio Andrade\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*\*  
**Bloco-PDT** - Zeze Perrella\*\* (S)

### Goiás

**Bloco-PSDB** - Cyro Miranda\* (S)  
**Bloco-DEM** - Demóstenes Torres\*\*  
**Bloco-PSDB** - Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-DEM** - Jayme Campos\*  
**PR** - Blairo Maggi\*\*  
**Bloco-PDT** - Pedro Taques\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PMDB** - Pedro Simon\*  
**Bloco-PP** - Ana Amélia\*\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*\*

### Ceará

**Bloco-PC DO B** - Inácio Arruda\*  
**Bloco-PMDB** - Eunício Oliveira\*\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cícero Lucena\*  
**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*\*  
**Bloco-PMDB** - Vital do Rêgo\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PT** - Ana Rita\* (S)  
**PR** - Magno Malta\*\*  
**Bloco-PMDB** - Ricardo Ferraço\*\*

### Piauí

**PTB** - João Vicente Claudino\*  
**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*\*  
**Bloco-PT** - Wellington Dias\*\*

### Rio Grande do Norte

**Bloco-PMDB** - Ivonete Dantas\* (S)  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*\*  
**Bloco-PV** - Paulo Davim\*\* (S)

### Santa Catarina

**Bloco-PMDB** - Casildo Maldaner\* (S)  
**Bloco-PMDB** - Luiz Henrique\*\*  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*\*

### Alagoas

**PTB** - Fernando Collor\*  
**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*\*  
**Bloco-PMDB** - Renan Calheiros\*\*

### Sergipe

**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*  
**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*\*  
**PR** - Lauro Antonio\*\* (S)

### Mandatos

\*: Período 2007/2015    \*\*: Período 2011/2019

### Amazonas

**PR** - Alfredo Nascimento\*  
**Bloco-PMDB** - Eduardo Braga\*\*  
**Bloco-PC DO B** - Vanessa Grazziotin\*\*

### Paraná

**Bloco-PSDB** - Alvaro Dias\*  
**Bloco-PMDB** - Roberto Requião\*\*  
**Bloco-PMDB** - Sérgio Souza\*\* (S)

### Acre

**Bloco-PT** - Anibal Diniz\* (S)  
**Bloco-PT** - Jorge Viana\*\*  
**PSD** - Sérgio Petecão\*\*

### Mato Grosso do Sul

**PR** - Antonio Russo\* (S)  
**Bloco-PT** - Delcídio do Amaral\*\*  
**Bloco-PMDB** - Waldemir Moka\*\*

### Distrito Federal

**PTB** - Gim Argello\* (S)  
**Bloco-PDT** - Cristovam Buarque\*\*  
**Bloco-PSB** - Rodrigo Rollemberg\*\*

### Rondônia

**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*  
**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*\*  
**Bloco-PMDB** - Valdir Raupp\*\*

### Tocantins

**PSD** - Kátia Abreu\*  
**PR** - João Ribeiro\*\*  
**PR** - Vicentinho Alves\*\*

### Amapá

**Bloco-PMDB** - José Sarney\*  
**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*\*  
**PSOL** - Randolfe Rodrigues\*\*

### Roraima

**PTB** - Mozarildo Cavalcanti\*  
**Bloco-PT** - Angela Portela\*\*  
**Bloco-PMDB** - Romero Jucá\*\*



## COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(5,12)</sup>

**RELATORA:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(15,16)</sup>

**Leitura:** 16/03/2011  
**Instalação:** 27/04/2011  
**Prazo final:** 06/09/2011  
**Prazo prorrogado:** 15/04/2012  
**Prazo prorrogado:** 30/06/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(10)</sup></b>	
Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2,4,6)</sup>	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(2,7,9)</sup>
Angela Portela (PT-RR) <sup>(2)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO <sup>(8)</sup>	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(1,14)</sup>	1.
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(3,11)</sup>	

**Notas:**

\*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

\*\*. Em 20.03.2012, foi lido o Requerimento nº 163, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2011 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
12. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
15. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
16. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 3/12-SSCEPI, comunicando que a Senadora Lídice da Mata foi designada Relatora.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 061 33033514

**Fax:** 061 33031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br

## 2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

**Finalidade:** Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

**Número de membros:** 11 titulares e 6 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(9)</sup>

**RELATOR:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(9)</sup>

**Leitura:** 17/05/2011

**Instalação:** 28/06/2011

**Prazo final:** 22/12/2011

**Prazo prorrogado:** 31/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	1. Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,13)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(14)</sup>
Eduardo Suplicy (PT-SP) <sup>(6)</sup>	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(1,2)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(3)</sup>	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) <sup>(3,15)</sup>
Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(3,17)</sup>
Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3,16)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM-GO) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(7,8)</sup>
VAGO <sup>(10,12)</sup>	
<b>PTB</b>	
João Vicente Claudino (PI) <sup>(4)</sup>	1. Gim Argello (DF) <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 14.12.2011, foi lido o Requerimento nº 1.550, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias, a partir de 23.12.2011.

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).
6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
17. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

**Secretário(a):** Will de Moura Wanderley

**Telefone(s):** 6133033514

**Fax:** 6133031176

**E-mail:** sscepi@senado.gov.br



## COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

### 1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado  
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

**Número de membros: 6**

**PRESIDENTE: VAGO**

**VICE-PRESIDENTE: VAGO**

**RELATOR: VAGO**

**Aprovação do Requerimento:** 05/03/2008

**Aprovação do Requerimento de Aditamento:** 10/12/2008

**Instalação:** 06/11/2008

**Prazo prorrogado:** 30/06/2009

**Prazo prorrogado:** 31/08/2009

**Prazo prorrogado:** 22/12/2009

**Prazo prorrogado:** 17/07/2010

**Prazo prorrogado:** 22/12/2010

---

#### MEMBROS

---

##### Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup>

---

Senador José Pimentel (PT) <sup>(1)</sup>

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(1)</sup>

---

##### Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )

---

Senador Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(2)</sup>

---

##### Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )

---

---

##### Membro da Comissão Diretora

---

#### Notas:

\*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

\*\*. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

\*\*\*. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

\*\*\*\*. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

\*\*\*\*\*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

\*\*\*\*\*. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE  
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

**Finalidade:** Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado  
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

**Número de membros: 17**

**PRESIDENTE:** Gilson Dipp <sup>(1)</sup>

**RELATOR:** Luiz Carlos Gonçalves

**Aprovação do Requerimento:** 10/08/2011

**Designação:** 21/09/2011

**Instalação:** 18/10/2011

**Prazo final:** 25/05/2012

**MEMBROS**

Gilson Dipp

VAGO <sup>(2)</sup>

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

VAGO <sup>(3)</sup>

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

**Notas:**

\*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

\*\*. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

\*\*\*. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

\*\*\*\*. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

\*\*\*\*\*. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

2. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CJECF, comunicando o afastamento dos trabalhos da Ministra Maria Tereza Moura, em virtude de problemas de saúde em sua família.

3. Em 2.04.2012, foi lido o Ofício nº 022/2012-CJECF, comunicando a solicitação do Doutor René Ariel Dotti de seu afastamento dos trabalhos a partir de 21 de março do corrente.

### 3) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

**Finalidade:** Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**Número de membros: 5**

**Aprovação do Requerimento: 14/02/2012**

#### MEMBROS

##### **Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )**

Senador Delcídio do Amaral (PT) <sup>(3)</sup>

Senador Paulo Paim (PT) <sup>(3)</sup>

##### **Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )**

Senador Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2)</sup>

Senadora Ana Amélia (PP) <sup>(4)</sup>

##### **Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )**

Senador Alvaro Dias (PSDB) <sup>(1)</sup>

#### **Notas:**

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB( Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

#### 4) COMISSÃO EXTERNA PARA REPRESENTAR O SENADO NA CONFERÊNCIA DA ONU - RIO+20

**Finalidade:** Representar o Senado Federal no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

- Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;
- Requerimento nº 40, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 29/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	1. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Jorge Viana (PT)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador João Capiberibe (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Senador Luiz Henrique (PMDB)	1.
Senador Eduardo Braga (PMDB)	2.
Senador Sérgio Souza (PMDB)	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Senador Paulo Bauer (PSDB) <sup>(1)</sup>
Senador Demóstenes Torres (DEM) <sup>(3)</sup>	2. Senador Jayme Campos (DEM) <sup>(3)</sup>
<b>PTB</b>	
Senador Fernando Collor <sup>(2)</sup>	1. Senador Gim Argello <sup>(2)</sup>
<b>PR</b>	
Senador Blairo Maggi <sup>(4)</sup>	1. Senador Vicentinho Alves <sup>(4)</sup>

**Notas:**

\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 25/2012 - GLPMDB, designando os Senadores Luiz Henrique, Eduardo Braga e Sérgio Souza como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão.

\*\*. Em 07.03.2012, foi lido o Ofício nº 34/2012 - GLDBAG, designando os Senadores Rodrigo Rollemberg, Jorge Viana, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz como membros titulares e os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Lopes, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão.

1. Em 12.03.2012, os Senadores Cássio Cunha Lima e Paulo Bauer são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria, na Comissão. (Ofício nº 21/2012-GLPSDB)

2. Em 13.03.2012, os Senadores Fernando Collor e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 56/2012-GLPTB).

3. Em 14.03.2012, os Senadores Demóstenes Torres e Jayme Campos são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 010/12-GLDEM).

4. Em 21.03.2012, os Senadores Blairo Maggi e Vicentinho Alves são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão (Of. nº 009/2012-GLPR).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



## **5) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

**Finalidade:** Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 21/03/2012

---

## **COMISSÃO DE ESPECIALISTAS COM O OBJETIVO DE ANALISAR QUESTÕES FEDERATIVAS**

**Finalidade:** Analisar e propor, no prazo de sessenta dias, a partir da instalação, soluções para questões relacionadas ao Sistema Federativo.

(Ato do Presidente do Senado nº 11, de 2012)

**Número de membros:** 14

**PRESIDENTE:** Nelson Jobim

**Ato do Presidente do Senado Federal:** 15/03/2012

**Designação:** 15/03/2012

---

### **MEMBROS**

---

Nelson Jobim

Bernardo Appy

João Paulo dos Reis Veloso

Everardo Maciel

Ives Gandra da Silva Martins

Adib Jatene

Luís Roberto Barroso

Michal Gartenkraut

Paulo de Barros Carvalho

Bolívar Lamounier

Fernando Rezende

Sérgio Prado

Manoel Felipe do Rêgo Brandão

Marco Aurélio Marrafon

---

**7) COMISSÃO EXTERNA PARA PROPOR SOLUÇÕES AO  
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

**Finalidade:** Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 28/03/2012

---

## COMPOSIÇÃO

### COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

#### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lobão Filho (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(14)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) <sup>(11,15)</sup>
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) <sup>(10,11)</sup>	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(9)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(18,23)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(4,8,17,27,28)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) <sup>(12,13,19,21)</sup>	9. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) <sup>(3)</sup>
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) <sup>(5,16)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

<b>PR (20)</b>	
Antonio Russo (27,28,29)	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Alfredo Nascimento (22)
<b>PSD PSOL (25)</b>	
Kátia Abreu (PSD) (24,26)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- \* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- \*\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- \*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of. nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
23. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
24. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
29. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito  
**Reuniões:** terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA  
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516  
**Fax:** 3303-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito  
**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516  
**Fax:** 3303-4344  
**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE)

**Instalação:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(1)</sup></b>	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

**Notas:**

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

\*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

**Secretário(a):** Adriana Tavares Sobral de Vito

**Telefone(s):** 3303-4605 /3303-3516

**Fax:** 3303-4344

**E-mail:** scomcae@senado.gov.br

### 1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

**Instalação:** 18/05/2011

**Prazo prorrogado:** 22/12/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT) <sup>(4,7)</sup>	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PMDB) <sup>(8)</sup>	2. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(1)</sup>	1. Armando Monteiro (PTB) <sup>(2,3)</sup>

**Notas:**

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
  2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
  3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
  4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
  7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
  8. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
- \*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

### 1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) <sup>(4)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) <sup>(19)</sup>
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB) <sup>(7,18)</sup>
Paulo Davim (PV) <sup>(2)</sup>	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) <sup>(3,5)</sup>	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) <sup>(15,16,17)</sup>	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(11)</sup>
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(10,12,14)</sup>
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(8,10)</sup>	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino <sup>(1,6)</sup>	2. Gim Argello
<b>PR <sup>(13)</sup></b>	
Vicentinho Alves	1. Antonio Russo <sup>(20,21)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

19. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo**

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s): 3303 4608**

**Fax: 3303 3652**

## 2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,3)</sup>

**Instalação:** 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. Maria do Carmo Alves (DEM) <sup>(2)</sup>

### Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 14/2011-PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Lindbergh Farias e da Senadora Marisa Serrano para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
  2. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
  3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcídia Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2,5,6)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) <sup>(1)</sup>	2. Wellington Dias (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
VAGO <sup>(5,6)</sup>	1. VAGO <sup>(3)</sup>
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

### Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
  2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
  3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
  4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

## 2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

### Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido Ofício 15/2011 - PRES/CAS comunicando a eleição do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 23.03.2011, foi lido o Of. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652



## 2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>

**RELATORA:** Senadora Marta Suplicy (PT-SP) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 07/03/2012

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Lauro Antonio (PR)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

**Notas:**

1. Em 07.3.2012, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relatora a Senadora Marta Suplicy (Of. nº 23/2012 - CAS).

\*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Dulcília Ramos Calháo

**Telefone(s):** 3303 4608

**Fax:** 3303 3652

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(24)</sup></b>	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(9)</sup>
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) <sup>(9)</sup>
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) <sup>(9,12)</sup>
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	4. Acir Gurgacz (PDT) <sup>(25,26)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) <sup>(10)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(35,36)</sup>	7. Humberto Costa (PT) <sup>(13)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(3,4,16,21,28)</sup>
Pedro Simon (PMDB) <sup>(2,17)</sup>	2. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(5,16,39)</sup>
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) <sup>(14,16)</sup>
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) <sup>(15,16)</sup>
Renan Calheiros (PMDB) <sup>(21)</sup>	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(27)</sup>	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(29)</sup>	8. Lauro Antonio (PR) <sup>(31,32,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) <sup>(23)</sup>
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(11)</sup>
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(18)</sup>	4. José Agripino (DEM) <sup>(19)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) <sup>(6)</sup>
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti <sup>(7)</sup>
<b>PR <sup>(30)</sup></b>	
Magno Malta	1. João Ribeiro <sup>(20,22,37,38)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1. VAGO <sup>(34)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

\*\*\*\*\* Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

13. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

14. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).

23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).

26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).

27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).

29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

31. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

32. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

34. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

35. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

36. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).

37. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

38. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

39. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 45/2012).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira  
**Reuniões:** quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa  
**Telefone(s):** 3303-3972  
**Fax:** 3303-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira  
**Telefone(s):** 3303-3972  
**Fax:** 3303-4315  
**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>  
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

### 3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Pedro Taques (PDT-MT)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**Designação:** 19/10/2011

**Instalação:** 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(3,15,17)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(18)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) <sup>(41)</sup>
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(14,27)</sup>
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) <sup>(10)</sup>
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) <sup>(19)</sup>
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <sup>(33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) <sup>(2,22)</sup>
Lauro Antonio (PR) <sup>(29,30,32)</sup>	2. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO <sup>(7,13,28)</sup>	3. Luiz Henrique (PMDB)
Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(31,34)</sup>	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) <sup>(20)</sup>	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(23)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) <sup>(11)</sup>
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(5)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB) <sup>(36)</sup>
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(16,25)</sup>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(4)</sup>
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(6)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) <sup>(21)</sup>
José Agripino (DEM) <sup>(9)</sup>	5. Demóstenes Torres (DEM) <sup>(8)</sup>
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. <sup>(1)</sup>
<b>PR <sup>(24)</sup></b>	
Magno Malta <sup>(12,26)</sup>	1. Antonio Russo <sup>(39,40)</sup>
João Ribeiro <sup>(26)</sup>	2. Vicentinho Alves

**PSD PSOL (38)**

Kátia Abreu (PSD) (35,37)

1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

**Notas:**

- \*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*.. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
  2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
  3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
  4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
  5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).
  6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).
  7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
  9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
  10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
  11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDDB)
  12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
  13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).
  14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
  18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
  20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
  21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
  22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
26. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
27. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
28. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
33. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 330/2011).
35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
36. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
37. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
38. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
39. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
40. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
41. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Reuniões:** terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

#### **4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Notas:**

\*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares

**Telefone(s):** 3303-4604

**Fax:** 3303-3121

**E-mail:** julioric@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO  
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**

**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3,19)</sup>

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(15)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) <sup>(12,16)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT) <sup>(4)</sup>
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Luiz Henrique (PMDB) <sup>(17)</sup>	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) <sup>(21,22)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) <sup>(22,23)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(7)</sup>	4. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	5. Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(32,34)</sup>
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,24,25)</sup>	6. Lauro Antonio (PR) <sup>(9,30,31,33)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) <sup>(8,11)</sup>	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM) <sup>(20,28,29)</sup>	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(28)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello <sup>(1,27)</sup>	1. João Vicente Claudino <sup>(2)</sup>
<b>PR <sup>(26)</sup></b>	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
<b>PSD PSOL <sup>(35)</sup></b>	
Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(5)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(5,6,10,36)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (OF. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (OF. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
20. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 059/2011-GLDEM).
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).
23. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. 292/2011 - GLPMDB).
24. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (OF. nº 656/2011-GSICAS).
25. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
26. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
27. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (OF. nº 125/2011 - GLPTB).
28. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (OF. 072/2011 -GLDEM).
29. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 074/2011-GLDEM).
30. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
31. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
32. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
33. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (OF. 20/2011-GLPR)
34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
35. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
36. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. nº 6/2012 - GLPSD).

## 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) <sup>(1,3,6,9,14)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(1,6)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) <sup>(4,12)</sup>	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
VAGO <sup>(11)</sup>	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(10)</sup>	2. Waldemir Moka (PMDB) <sup>(7,11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,13)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD)
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(8)</sup>	1. João Vicente Claudino

### Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
  2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
  4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
  7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  8. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  10. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. nº 34/2012/CMA).
  11. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  12. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  13. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  14. Em 12.03.2012, foi lido o Ofício nº 50/2012/CMA comunicando a eleição do Senador Sérgio Souza para Presidente da Subcomissão.
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(1,5)</sup>
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(4)</sup>	1. João Vicente Claudino

### Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
  2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
  3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

**Secretário(a):** Leany Barreiro de Sousa Lemos

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br

### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(1,2,3)</sup>

**RELATOR:** Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Jorge Viana (PT) <sup>(8)</sup>	1. VAGO <sup>(8)</sup>
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(2,3,5,6,9)</sup>	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. João Vicente Claudino

#### Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
  2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
  6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
  7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  8. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  9. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

## 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(1,4,9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,12)</sup>

**RELATOR:** Senador Pedro Taques (PDT-MT) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(6)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT) <sup>(3,8)</sup>	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(5,7,10,13)</sup>	2. Luiz Henrique (PMDB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2,14)</sup>
<b>PTB</b>	
VAGO <sup>(11)</sup>	1. João Vicente Claudino

### Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
  - Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
  - Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  - Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  - Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  - Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
  - Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
  - Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
  - Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
  - Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  - Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
  - Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  - Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
  - Em 27.2.2012, o Senador Luiz Henrique é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- \*. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(3)</sup>

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT) <sup>(14,24)</sup>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Anibal Diniz (PT) <sup>(15,25,27)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) <sup>(11,38,40)</sup>	6. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Pedro Simon (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) <sup>(8,10,26,33)</sup>
Lauro Antonio (PR) <sup>(2,13,28,29,30)</sup>	2. VAGO <sup>(39)</sup>
Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(31,34)</sup>	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) <sup>(18,32)</sup>	4. VAGO <sup>(21)</sup>
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20)</sup>	5. VAGO <sup>(13)</sup>
Paulo Davim (PV)	6.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(7,9,17,36)</sup>	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,23)</sup>
VAGO <sup>(5)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(19,37)</sup>	3. José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti <sup>(1)</sup>	1.
Gim Argello <sup>(12)</sup>	2.
<b>PR <sup>(22)</sup></b>	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
<b>PSOL</b>	
VAGO <sup>(35)</sup>	1. Randolfe Rodrigues <sup>(4)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

\*\*\*\*\*. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
24. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
25. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
26. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
27. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
28. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
29. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
33. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)

34. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).

35. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

36. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).

37. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).

38. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

39. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

40. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).

## 6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR)

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(1)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Demóstenes Torres (DEM) <sup>(1)</sup>	1.

### Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

## 6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO <sup>(1,8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
VAGO <sup>(7)</sup>	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB) <sup>(9)</sup>	2. Lídice da Mata (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
VAGO <sup>(5)</sup>	1. Garibaldi Alves (PMDB) <sup>(6)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. VAGO <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(3)</sup>	1. Cyro Miranda (PSDB)

### Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
  2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
  4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  6. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
  7. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  8. Vago, em 28.12.2011, em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
  9. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- \*\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

### 6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(4)</sup>	1. VAGO <sup>(5)</sup>
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

**Notas:**

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

5. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

\*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

### 6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 02/06/2011



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(8)</sup></b>	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,7)</sup>	3. Lindbergh Farias (PT) <sup>(4)</sup>
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(6,9,10)</sup>	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(18,19)</sup>
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) <sup>(17)</sup>
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. João Capiberibe (PSB) <sup>(16)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Lauro Antonio (PR) <sup>(13,14,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) <sup>(3)</sup>	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(11)</sup>
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) <sup>(1)</sup>
<b>PR <sup>(12)</sup></b>	
Blairo Maggi	1. João Ribeiro <sup>(20,21)</sup>
<b>PSOL</b>	
Randolfe Rodrigues	1.

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

13. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

14. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

15. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

16. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

17. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

18. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

19. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

20. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Reuniões:** quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## **7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

## 7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007\*\*, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) <sup>(2)</sup>

**Instalação:** 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(4)</sup></b>	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(6,7)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(1)</sup>

### Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)

6. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

7. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

\*\*\*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

### 7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>

**Instalação:** 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(4,5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO	1. José Agripino (DEM) <sup>(1)</sup>

**Notas:**

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

4. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

5. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

\*\*\*. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

**Secretário(a):** Alvaro Araújo Souza

**Telefone(s):** 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** scomcre@senado.gov.br



#### 7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

**Número de membros:** 8 titulares e 8 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) <sup>(4)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(4)</sup>

**Instalação:** 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(7)</sup></b>	
Blairo Maggi (PR)	1. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(12,13)</sup>
Jorge Viana (PT)	2. VAGO <sup>(11)</sup>
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) <sup>(5,9)</sup>	4. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,6,10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <sup>(2)</sup>	1. VAGO <sup>(1,8)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

##### Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
  2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
  3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
  4. Em 18.04.2011, foi lido o Ofício nº 29/2011-CREPRES comunicando a eleição do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Senadora Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
  5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
  6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
  7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
  9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
  10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
  11. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
  12. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
  13. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- \*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Blairo Maggi (PR-MT) <sup>(1)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(21,22)</sup>
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) <sup>(19)</sup>	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,4,11)</sup>
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(10)</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Clésio Andrade (PMDB) <sup>(12,23,24)</sup>
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Lauro Antonio (PR) <sup>(16,17,18)</sup>
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) <sup>(6,7,13,15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) <sup>(2,5)</sup>	3. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(5,8)</sup>
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
<b>PTB</b>	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
<b>PR <sup>(14)</sup></b>	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
<b>PSOL</b>	
<sup>(20)</sup>	1. <sup>(20)</sup>

### Notas:

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- \*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- \*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cyro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- \*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
  2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
  3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
  4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
  5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
  6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
  7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
  8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
  9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
  10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
  11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
  12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
  13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
  14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
  15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
  16. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
  17. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
  18. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
  19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
  20. Vaga cedida temporariamente ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 20/2012-GSRR).
  21. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
  22. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
  23. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
  24. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 36/2012).

### **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO**

**Finalidade:** Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

### 8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** VAGO <sup>(3,5)</sup>

**RELATOR:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(4,5)</sup>

**Instalação:** 15/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB )</b>	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
Vicentinho Alves (PR) <sup>(1)</sup>	2. Delcídio do Amaral (PT)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

**Notas:**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
  2. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 11/2012-CI, comunicando a eleição do Senador Vicentinho Alves para Presidente da Subcomissão.
  3. Em 05.03.2012, foi lido o Ofício nº 22/2012-CI comunicando a eleição do Senador Vital do Rêgo para Vice-Presidente da Subcomissão.
  4. Em 05.03.2012, foi lido o Of. nº 22/12-CI, comunicando que o Senador Eduardo Braga foi designado Relator.
  5. Em 27.03.2012, foi lido o Ofício nº 037/2012-CI comunicando a renúncia do Senador Vital do Rêgo ao cargo de Vice-Presidente da Subcomissão e sua indicação ao cargo de Relator.
- \*. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



#### **8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Aprovação do Requerimento:** 08/03/2012

**Notas:**

\*. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.

**Secretário(a):** José Alexandre Girão M. da Silva

**Telefone(s):** 3303-4607

**Fax:** 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br

## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lauro Antonio (PR-SE) <sup>(1,22,23,28)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(11)</sup></b>	
Wellington Dias (PT) <sup>(3)</sup>	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) <sup>(8,12)</sup>
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) <sup>(2)</sup>
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(15)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(14)</sup>
Lauro Antonio (PR) <sup>(22,23,24,25)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO <sup>(4)</sup>
VAGO <sup>(17)</sup>	4. VAGO <sup>(30)</sup>
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(9,10,18,19)</sup>
Benedito de Lira (PP)	6. Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(26,27)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(6,13,21)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO <sup>(7)</sup>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) <sup>(5)</sup>
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
<b>PR <sup>(20)</sup></b>	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
<b>PSD PSOL <sup>(29)</sup></b>	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) <sup>(16)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\* Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

\*\*\*\*\* Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 001/2011 - PRES/CDR).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
22. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
23. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
24. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
25. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
26. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
27. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
28. Em 14.12.2011, foi lido o Ofício nº 342/2011-PRES/CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio, no dia 13.12.2011, para Vice-Presidente da Comissão.
29. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
30. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Reuniões:** terças-feiras, às 14h -

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

### 9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Wellington Dias (PT-PI) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Lauro Antonio (PR-SE) <sup>(6,7)</sup>

**Instalação:** 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(2)</sup></b>	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Lauro Antonio (PR) <sup>(4,5)</sup>	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

**Notas:**

1. Em 04.04.2011, foi lido o Ofício nº 01/2011-CDR comunicando a eleição dos Senadores Wellington Dias e Eduardo Amorim para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
6. O Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/11, aprovados na sessão de 30.11.2011, e foi substituído na Subcomissão pelo Senador Lauro Antonio, em 21.12.2011 (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.02.2012, foi lido o Ofício nº 11/2012-CDR comunicando a eleição do Senador Lauro Antônio para Vice-Presidente da Subcomissão.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

## 9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(1)</sup>

**Instalação:** 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(5)</sup></b>	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(4,6,7,8)</sup>	2. Lobão Filho (PMDB)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
VAGO <sup>(2)</sup>	1. Lúcia Vânia (PSDB)

### Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 041/2011-CDR/PRES).
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
8. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).

## 9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.



#### 9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zeze Perrella (PDT-MG) <sup>(1,5,6)</sup>

**Designação:** 14/06/2011

**Instalação:** 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(3)</sup></b>	
Zeze Perrella (PDT) <sup>(2,7)</sup>	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO <sup>(9)</sup>
VAGO <sup>(8)</sup>	2. VAGO <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cássio Cunha Lima (PSDB) <sup>(4,11)</sup>	1. Cícero Lucena (PSDB)

#### Notas:

1. Em 06.07.2011, foi lido Ofício comunicando a eleição da senadora Lídice da Mata e do senador Ataídes Oliveira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente (Ofício nº 099/2011-PRES/CDR).

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

5. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.

6. Em 20.09.2011, foi lido o Ofício nº 221/2011-PRESCDR comunicando a eleição do Senador Zeze Perrella para vice-presidente da Subcomissão.

7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).

8. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

9. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

10. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

11. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).

\*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

**Secretário(a):** Selma Míriam Perpétuo Martins

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(16)</sup></b>	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) <sup>(8,11,23,24)</sup>	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) <sup>(12,17)</sup>	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) <sup>(5)</sup>	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ivonete Dantas (PMDB) <sup>(29,30)</sup>
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Lauro Antonio (PR) <sup>(26,27,28)</sup>	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) <sup>(13,14,20,22)</sup>	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) <sup>(18)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Flexa Ribeiro (PSDB) <sup>(4)</sup>	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) <sup>(3,10,15)</sup>
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) <sup>(7,19)</sup>
<b>PTB</b>	
Sérgio Souza (PMDB) <sup>(1,9)</sup>	1. Mozarildo Cavalcanti <sup>(6)</sup>
<b>PR <sup>(21)</sup></b>	
Alfredo Nascimento <sup>(25,34,35)</sup>	1. Blairo Maggi <sup>(25)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(31)</sup></b>	
Sérgio Petecão (PSD) <sup>(33)</sup>	1. Kátia Abreu (PSD) <sup>(32)</sup>

### Notas:

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).
23. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).
25. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDDB nº 329/2011).
31. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
33. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

## **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

## **10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) <sup>(2)</sup>

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB ) <sup>(9)</sup></b>	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) <sup>(12,14)</sup>
João Capiberibe (PSB) <sup>(10,11,19)</sup>	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) <sup>(1,23,24)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria ( PMDB, PP, PV, PSC )</b>	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) <sup>(3,5,13)</sup>
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) <sup>(7,8,15,16)</sup>
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
<b>Bloco Parlamentar Minoria ( PSDB, DEM )</b>	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
<b>PTB</b>	
Gim Argello	1. Fernando Collor
<b>PR <sup>(17)</sup></b>	
Alfredo Nascimento <sup>(4,18)</sup>	1. João Ribeiro <sup>(18)</sup>
<b>PSD PSOL <sup>(22)</sup></b>	
<sup>(6)</sup>	1. Sérgio Petecão (PSD) <sup>(20,21)</sup>

**Notas:**

\*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marínor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

\*\*\*\*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

\*\*\*\*\*. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
19. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).
20. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
21. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
22. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
23. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
24. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** quartas-feiras, às 09:00hs -

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

## **11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Notas:**

\*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Telefone(s):** 3303-1120

**Fax:** 3303-2025

**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

### **COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS**

#### **1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

<b>SENADORES</b>	<b>CARGO</b>
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 26/04/2011

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

#### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:** <sup>(1)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) <sup>(1)</sup>

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) <sup>(3)</sup>	2. VAGO <sup>(4)</sup>
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>	
Humberto Costa (PE)	1. Aníbal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
<b>PSDB</b>	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PTB</b>	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
<b>DEM</b>	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
<b>PR</b>	
Vicentinho Alves (TO)	1.
<b>PP</b>	
Ciro Nogueira (PI)	1.
<b>PDT</b>	
Acir Gurgacz (RO)	1.
<b>PSB</b>	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
<b>Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago( PMDB-PB) ter deixado o mandato.

### **3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**

*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)*

**Número de membros:** 5 titulares

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

**Atualização:** 26/04/2011

### **4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)*

**OUVIDOR-GERAL:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**1ª Designação:** 26/04/2011

---

**Atualização:** 26/04/2011

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
Ivonete Dantas (RN) <sup>(9)</sup>
PT
Ana Rita (ES) <sup>(10)</sup>
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) <sup>(2)</sup>
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>
PR
Lauro Antonio (SE) <sup>(8,14)</sup>
PP
Ciro Nogueira (PI) <sup>(1)</sup>
PDT
Zeze Perrella (MG) <sup>(13)</sup>
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(3)</sup>
PSOL
VAGO <sup>(4,11)</sup>
PRB
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(12)</sup>
PSC



Eduardo Amorim (SE) <sup>(7)</sup>
<b>PPS</b>
<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (PSD-AC)
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN)

**Atualização:** 21/03/2012

**Notas:**

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.
7. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
8. Indicado para ocupar a vaga do PR, conforme Of. Leg. nº 020/2011-GLPR, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
9. Indicada para ocupar a vaga do PMDB, conforme OF.GLPMDB nº 323, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
10. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 063/2011-GLDPT, de 13.12.2011, lido na sessão da mesma data.
11. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
12. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 003/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
13. Indicado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GSAGUR nº027/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2012.
14. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 005/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 16 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(13)</sup>

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Waldemir Moka (MS) <sup>(6)</sup>
<b>PT</b>
Jorge Viana (AC) <sup>(7)</sup>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(10)</sup>
<b>PTB</b>
Armando Monteiro (PE) <sup>(9)</sup>
<b>DEM</b>
José Agripino (RN) <sup>(8)</sup>
<b>PR</b>
Lauro Antonio (SE) <sup>(11,20)</sup>
<b>PP</b>
Ivo Cassol (RO) <sup>(16)</sup>
<b>PDT</b>
Acir Gurgacz (RO) <sup>(18)</sup>
<b>PSB</b>
Rodrigo Rollemberg (DF) <sup>(12)</sup>
<b>PC DO B</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>
<b>PSOL</b>
VAGO <sup>(14,15)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(1,19,21)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(3,17)</sup>
<b>PPS</b>

<b>PMN</b>
Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>
Paulo Davim (RN) <sup>(5)</sup>

**Atualização:** 21/03/2012

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 77/2011-GLDPP, de 24/11/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
17. Em 30/11/2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, a partir dessa data, conforme RQS nºs 1.458 e 1.459, de 2011, lidos e aprovados na sessão da mesma data.
18. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. nº 023/2012-GSAGUR, de 29/02/2012, lido na Sessão do Senado Federal de 01/03/2012.
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 006/2012-GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
21. Indicado para ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 004/2012-GSEL, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

**Número de membros:** 14 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS	
PMDB	
PT	
	Humberto Costa (PE) <sup>(9)</sup>
PSDB	
	Cícero Lucena (PB) <sup>(4)</sup>
PTB	
	Gim Argello (DF) <sup>(7)</sup>
DEM	
PR	
	Vicentinho Alves (TO) <sup>(6)</sup>
PP	
	Ana Amélia (RS) <sup>(11)</sup>
PDT	
	Cristovam Buarque (DF) <sup>(5)</sup>
PSB	
PC DO B	
	Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>
PSOL	
	Randolfé Rodrigues (AP) <sup>(10)</sup>
PRB	
	Eduardo Lopes (RJ) <sup>(3)</sup>
PSD	
	Sérgio Petecão (AC) <sup>(2)</sup>
PV	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.GLPB n° 020/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
2. Designado para ocupar a vaga do PSD, nos termos do Of.009/2012-GLPSD, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
3. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.05/2012-GSMC, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
4. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.n° 14/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of.GSAGUR-026/2012, de 29.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
6. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.Leg. n° 010/2012/GLPR, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
7. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.049/2012/GLPTB, de 13.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
8. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.GSPDAV n° 005/2012, de 15.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.n°006/2012-GLDPT, de 06.03.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012.
10. Designado para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of.GSRR n° 00030/2012, de 14.02.2012, lido na sessão do Senado Federal de 21.03.2012
11. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 18/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## 8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 14 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

MEMBROS
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
Cyro Miranda (GO) <sup>(6)</sup>
<b>PTB</b>
João Vicente Claudino (PI) <sup>(4)</sup>
<b>DEM</b>
<b>PR</b>
Vicentinho Alves (TO) <sup>(1)</sup>
<b>PP</b>
Ciro Nogueira (PI) <sup>(9)</sup>
<b>PDT</b>
<sup>(10)</sup>
<b>PSB</b>
<b>PC DO B</b>
Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(7)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(8)</sup>
<b>PRB</b>
Eduardo Lopes (RJ) <sup>(5)</sup>
<b>PSD</b>
Kátia Abreu (TO) <sup>(2)</sup>
<b>PV</b>

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279



**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PR, conforme OF. Leg. nº 008/2012-GLPR, de 15/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
2. Designada para ocupar a vaga do PSD, conforme OF. nº 0008/2012-GLPSD, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, conforme OF. GSPDAV nº 006/12, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
4. Designado para ocupar a vaga do PTB, conforme OF. nº 048/2012/GLPTB, de 13/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
5. Designado para ocupar a vaga do PRB, conforme OF. nº 06/2012-GSMC, de 06/03/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
6. Designado para ocupar a vaga do PSDB, conforme OF. nº 15/12-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
7. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme OF. GLPCB nº 021/2012, de 15/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
8. Designado para ocupar a vaga do PSOL, conforme OF. GSRR nº 00031/2012, de 14/02/2012, lido na sessão do Senado Federal do dia 21/03/2012.
9. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 019/2012-GLPP, de 02/04/2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. 019/2012-GLPP, de 02.04.2012, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento**

**Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

**E-mail:**scop@senado.gov.br

## CONSELHOS

### CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

### COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Marco Maia (PT/RS)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> José Sarney (PMDB/AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<b><u>1ª VICE-PRESIDENTE</u></b> Marta Suplicy (PT/SP)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Waldemir Moka (PMDB/MS) <sup>1</sup>
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> João Ribeiro (PR/TO)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Inocência Oliveira (PR/PE)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Júlio Delgado (PSB/MG)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Ciro Nogueira (PP/PI)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>2</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u></b> Ricardo Berzoini (PT/SP) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 19.03.2012)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

2- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

## CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

**Número de membros:** 13 titulares e respectivos suplentes

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** \_\_\_\_\_  
**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

## **CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

### **COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

**02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL**

**03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA**

**04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO**

**05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN)

## **REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

### **COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)**

**Presidente:** Senador Roberto Requião<sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Deputado Antônio Carlos Mendes Thame<sup>6</sup>  
**Vice-Presidente:** Senadora Ana Amélia<sup>6</sup>

**Instalação:** 31.08.2011

### **Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
vago <sup>10</sup>	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
<b>PMDB</b>	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
André Zacharow <sup>9</sup>	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira <sup>3</sup>
Antonio Carlos Mendes Thame <sup>2</sup>	Luiz Nishimori <sup>3</sup>
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja <sup>3</sup>
<b>PP</b>	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
<b>DEM</b>	
Júlio Campos	Marcos Montes <sup>4</sup>
Mandetta	Augusto Coutinho <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
<b>PSB</b>	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
<b>PDT</b>	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
<b>Bloco PV / PPS</b>	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
<b>PTB</b>	
Sérgio Moraes	Paes Landim
<b>PSC</b>	
Nelson Padovani	Takayama
<b>PCdoB</b>	
Manuela D'ávila	Assis Melo
<b>PRB</b>	
George Hilton	Vitor Paulo
<b>PMN</b>	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
<b>PTdoB</b>	
Luis Tibé <sup>8</sup>	

## Senadores

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)</b>	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) <sup>7</sup>	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
<b>PTB</b>	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 16.3.2012)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 9, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em virtude de o Senador Wilson Santiago não mais se encontrar no exercício do mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

9- Designado para ocupar a vaga de titular do PMDB, conforme Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 8, de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 27-3-2012, em vaga existente em virtude do falecimento do Deputado Moacir Micheletto em 30-1-2012.

10- Em 15-3-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Emiliano José (PT/BA).



### Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
<b>PMDB</b>	
Teresa Surita (PMDB/RR)	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA)
Jô Moraes (PCdoB/MG) <sup>1</sup>	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) <sup>8</sup>
<b>PP</b>	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
<b>DEM</b>	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) <sup>5</sup>
<b>PR</b>	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. Neilton Mulim (PR/RJ) <sup>2 e 4</sup>
<b>PSB</b>	
Keiko Ota (PSB/SP) <sup>7</sup>	1. Sandra Rosado (PSB/RN) <sup>7</sup>
<b>PDT</b>	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
<b>Bloco PV, PPS</b>	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) <sup>6</sup>
<b>PTB</b>	
Celia Rocha (PTB/AL)	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) <sup>3</sup>

**Notas:**

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

## **MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Vice-Presidente:** \_\_\_\_\_

**Secretário:** Antônio Ferreira Costa Filho

**Telefones:** (61) 3216-6871 / 3216-6878

**Fax:** (61) 3216-6880

**E-mail:** [cpmc@camara.gov.br](mailto:cpmc@camara.gov.br)

**Local:** Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

**Endereço na Internet:** [www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms](http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms)

## COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

### COMPOSIÇÃO

**Presidente:** Deputada Perpétua Almeida  
**Vice-Presidente:** Senador Fernando Collor

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Jilmar Tatto (PT/SP) <sup>1</sup>	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Renan Calheiros (PMDB/AL) <sup>2</sup>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) <sup>3</sup>	<b><u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u></b> Jayme Campos (DEM/MT) <sup>4</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Perpétua Almeida (PCdoB/AC) <sup>5</sup>	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u></b> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 29.03.2012)

#### Notas:

1- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, o Líder do PT, Jilmar Tatto, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

2- Indicado Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros (PMDB), Eduardo Amorim (PSC), Francisco Dornelles (PP) e Paulo Davim (PV).

3- Conforme Of. nº 53/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 05/03/2012, que informa o atual quadro de lideranças e a relação das bancadas de partidos e blocos parlamentares daquela Casa Legislativa.

4- Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria, conforme Of. s/n, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.

5- Conforme Of. nº 66/2012/SGM, da Câmara dos Deputados de 15/03/2012, que informa o atual quadro de Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões Permanentes daquela Casa Legislativa.

#### Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

**Telefone:** (61) 3303-4561 / 3303-5258

**E-mail:** scop@senado.gov.br

**Local:** Senado Federal, Anexo II, Térreo

**Endereço na Internet:** [www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN](http://www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN)

## COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

**Leitura:** 13-7-2011

**Designação da Comissão:** 14-12-2011

**Instalação da Comissão:** 8-2-2012

**Prazo final da Comissão:** 19-8-2012

**Presidente:** Deputada Jô Moraes  
**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota  
**Relatora:** Senadora Ana Rita

### Senado Federal

Titulares	Suplentes
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)</b>	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP)	2. Wellington Dias (PT/PI)
Lídice da Mata (PSB/BA)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. <sup>6</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)</b>	
Ivonete Dantas (PMDB/RN) <sup>2</sup>	1.
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>3 e 4</sup>	2.
	3.
	4.
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)</b>	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
<b>PTB</b>	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim Argelo (PTB/DF) <sup>7</sup>
<b>PSOL <sup>1</sup></b>	
<sup>5</sup>	1.

#### Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim Argelo, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

Edição de hoje: 218 páginas  
(OS: 11204/2012)

Secretaria Especial de  
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO  
FEDERAL

